



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVII Nº 12

Brasília - DF, terça-feira, 19 de janeiro de 2010



Sumário

	PÁGINA
Presidência da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	1
Ministério da Cultura.....	2
Ministério da Defesa.....	6
Ministério da Educação	7
Ministério da Fazenda.....	7
Ministério da Integração Nacional	23
Ministério da Justiça.....	24
Ministério da Previdência Social.....	33
Ministério da Saúde	33
Ministério das Cidades.....	54
Ministério das Comunicações.....	55
Ministério de Minas e Energia.....	58
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	64
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...	64
Ministério do Esporte.....	65
Ministério do Meio Ambiente.....	65
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	66
Ministério do Trabalho e Emprego.....	69
Ministério dos Transportes	72
Ministério Público da União	72
Poder Judiciário.....	72

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposição de Motivos

Nº 17, de 13 de janeiro de 2010. Sobrevoio no território nacional de aeronave pertencente ao País abaixo relacionado:

1) República da França:

- aeronave tipo C-135, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de janeiro de 2010:

dia 9 - procedente de Istres, França, pouso em Recife; e

dia 10 - decolagem de Recife e destino a Fort-de-France, Antilhas Francesas.

Homologo. Em 18 de janeiro de 2010.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107		

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Exposição de Motivos

Nº 60, de 10 de novembro de 2009. Resolução nº 7, de 10 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 18 de janeiro de 2010.

Nº 65, de 18 dezembro de 2009. Resolução nº 8, de 8 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 18 de janeiro de 2010.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 8, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o § 4º, do art. 44, do Anexo I à Portaria nº 300, de 16 de junho de 2005 e tendo sido observado o disposto no art. 7º do referido dispositivo, bem como o que consta no Processo 21000.010390/2006-08, resolve:

Art. 1º Instalar, no âmbito de atuação da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado de Roraima, com competências definidas no art. 23, do Anexo I, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Unidade de Vigilância Agropecuária em Bonfim - UVAGRO-BFM/VIGIAGRO-RR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GERARDO FONTELLES

Ministério da Ciência e Tecnologia

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo: RS CTM 0012/09- Parecer Jurídico PCJ-005/2009. Objeto: Transporte da estrutura de sustentação do BOP da Plataforma Petrobrás P-23 para a NUCLEP. Contratada: Superpesa Cia. De Transportes Especiais e Intermodais. Justificativa: A Justificativa técnica anexa ao Processo, apresenta os motivos para a contratação pleiteada e a não-realização do certame licitatório e indica a empresa Superpesa, para a execução do serviço. De acordo com a justificativa técnica, em 23/11/2009, por meio da CI-P23-001/2009, foi solicitada

à Consultoria Jurídica Parecer quanto à contratação da empresa Megatrans Transportes Ltda por inexigibilidade de licitação, em razão do exíguo prazo a que a NUCLEP estava submetida por conta do contrato firmado com a Petrobrás S/A, para o serviços de reparo e modificações estruturais do equipamento de sustentação do BOP e sua estrutura auxiliar, na plataforma Petrobrás XXIII, a saber, 220 dias a partir de 09/11/2009. Em consequência, a única opção, foi a da contratação direta, sendo certo que os requisitos essenciais do art. 26, da Lei 8666/93, foram observados, na medida em que foram sondadas 3 empresas no mercado que ofereceram seus preços: Megatrans, Superpesa e Tranship, tendo a primeira feito a melhor oferta e a última declinado do convite. Ocorre que ao solicitar-se à empresa Megatrans a disponibilização da balsa no estaleiro Alphatec, em Niterói - RJ, em 14/12/2009, em acordo com o avençado, para o início dos trabalhos de montagem dos apoios, a empresa referida informou que só poderia promover o fornecimento para o dia 18/12/2009. De acordo com o termos da CI P23-039/2009, a NUCLEP não poderia aguardar tanto tempo, pois estaria comprometendo o cronograma dos serviços contratados junto à Petrobrás, não somente em relação a si, como também em relação às demais empresas que estão trabalhando na Plataforma objeto do contrato, razão pela qual a NUCLEP tratou imediatamente de contatar a outra empresa que fizera oferta de preço para a realização do serviço, a qual aceitou as condições da NUCLEP e manteve o preço originalmente ofertado. Justo apontar que os preços apresentados por ambas as empresas já citadas diferem somente em R\$ 20.000,00, a saber, a proposta da Superpesa é de R\$ 341.000,00 mais R\$ 720.000,000 referente ao tempo da balsa e rebocador à disposição para a operação de carga na plataforma e descarga no píer da NUCLEP. Conforme informado na justificativa técnica, o objeto da contratação está relacionado ao serviço de reparo e modificações estruturais de equipamento da Plataforma Petrobrás XXIII que é equipamento pesado, e, portanto, dentro da atividade finalística da NUCLEP, conforme estatuto social da empresa. Está patente, pois, que a contratação em questão está diretamente ligada à atividade fim da empresa. Por outro lado, conforme demonstrado na justificativa técnica apresentada para a contratação que se pretende realizar, não há viabilidade para a realização do certame licitatório uma vez que, não há prazo hábil para tal procedimento, tendo a contratação anteriormente promovida sido descartada em razão da impossibilidade de atendimento ao prazo avençado pela contratada Megatrans. Estando, assim preenchidas as condições necessárias à não-realização da licitação, conforme decisão do TCU (Acórdão 1390/2004), deve-se verificar se foram atendidos os princípios norteadores da Administração Pública, mormente o princípio da economicidade. O que de fato ocorreu pois os preços das máquinas de ambas as empresas se equivaliam, sendo o do equipamento da Megatrans apenas um pouco inferior ao da Superpesa. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no art. 25, caput da Lei 8666/93, reconheço a inexigibilidade de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos.

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 e em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor Administrativo

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS ÁREA FINANCEIRA E DE CAPTAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE Em 18 de janeiro de 2010

Comprometimento orçamentário do FNDCT nº 2/2010
O Superintendente da Área Financeira e de Captação, no uso de suas atribuições conferidas pela RES/DIR/0084/00, resolve: comprometer o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, na forma abaixo:

BENEFICIÁRIO	NUMERO CONVENIO	NUMERO EMPENHO PTRES	VALOR EMPENHO	VIGENCIA	CONVENIO
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão - FAPEX	3641/05 555664	2010ne000040 107271	77.400,00	22/3/2010	
Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do estado do Rio Grande do Sul	1452/08 654622	2010ne000057 521965	114.610,00	10/12/2012	
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	0513/09	2010nc000002 4892	41.029,43	30/5/2011	

A eficácia do presente despacho fica condicionada a sua publicação no Diário Oficial da União.

RUBEN SILVEIRA MELLO FILHO
Em Exercício

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 20, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Portaria Nº 1.212, de 22 de dezembro de 2009 e o inciso I do art. 3º da Portaria Nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVARISTO NUNES DE ANDRADE JÚNIOR

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)

09 6175 - Mostra Baraeté de Teatro

Associação Civil Instituto Baraeté de Des. Soc. Amb. Desp.

Cultural IB

CNPJ/CPF: 11.067.415/0001-07

Processo: 01400.024757/20-09

SP - São Paulo

Valor do Apoio R\$: 684.890,00

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010

Resumo do Projeto:

A Mostra Baraeté de Teatro apresentará espetáculos gratuitos de grupos de teatro amadores, oriundos de ONGs, que montarão esquetes teatrais especialmente escritas para o evento por um dramaturgo de renome, baseadas em questões ambientais, com participação das ONGs. Os 4 grupos pré-selecionados, se apresentarão em SP, com figurinos e cenário especialmente criados por um artista do ramo e poderão, ao final, responder perguntas do público sobre o processo criativo e os temas abordados.

09 6001 - Ator Vasques

Lúdico Produções Artísticas Ltda.

CNPJ/CPF: 00.756.404/0001-00

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPREENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Processo: 01400.024556/20-09

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 551.996,50

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 14/06/2010

Resumo do Projeto:

O projeto prevê a realização de uma temporada de dois meses em teatro do Rio de Janeiro, cidade que foi o cenário de situações vividas por Vasques e seus pares. Em cena, 7 atores/cantores e 4 músicos criarão o universo a partir de cenas cômicas, canções, canto lírico, coreografias teatrais, cenas melodramáticas, folhetinescas, mostrando ao público que ele estava certo em divertir-se rindo dos próprios costumes. A direção está a cargo de Moacyr Góes.

09 4160 - BOTHANICA - TURNÊ 2010

Ambivium Eventos Culturais Ltda

CNPJ/CPF: 10.495.536/0001-89

Processo: 01400.020843/20-09

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 3.828.749,00

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010

Resumo do Projeto:

O MOMIX Dance Theater festeja no Brasil seus 30 anos

de

sucesso internacional apresentando, BOTHANICA, a mais recente criação de seu fundador e diretor, MOSES PENDLETON. De setembro a novembro de 2010 fará uma turnê por onze cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife, São Luís e Belém).

09 4106 - Circulação da peça PLAY

Jonas Gadelha de Andrade Bento

CNPJ/CPF: 081.932.147-81

Processo: 01400.020780/20-09

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 318.742,67

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 15/04/2010

Resumo do Projeto:

Peço a circulação da peça Play pelo centro, norte e nordeste brasileiro, mais especificamente por Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza e Belém. Como tivemos muito sucesso com esse projeto, recebendo ótimas críticas e sendo realmente reconhecidos como uma produção de sucesso, queremos oferecer a oportunidade de outras regiões do país a usufruírem do mesmo prazer que temos ao fazer essa peça levantando questões tão pertinentes a todos nós.

09 4888 - O TEATRO DA COMUNS

Comuns Eventos e Projetos Culturais Ltda.

CNPJ/CPF: 04.819.394/0001-65

Processo: 01400.022574/20-09

RJ - Guapimirim

Valor do Apoio R\$: 411.014,90

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 30/04/2010

Resumo do Projeto:

Realizar apresentações no Rio de Janeiro e em SP (duas de cada espetáculo) do repertório da Cia dos Comuns: A RODA DO MUNDO, CANDACES - A RECONSTRUÇÃO DO FOGO, BAKULO - OS BEM LEMBRADOS E SILENCIO. Os espetáculos estreiam no RJ e depois viajam pra SP.

09 7448 - Festival de Teatro Infantil de Porto Alegre

Liège Donida Biasotto

CNPJ/CPF: 016.812.540-42

Processo: 01400.026451/20-09

RS - Porto Alegre

Valor do Apoio R\$: 105.100,00

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010

Resumo do Projeto:

Promover um Festival de Teatro Infantil em Porto Alegre, que ocorrerá na semana do dia 09 a 17 de outubro, em comemoração ao dia da criança, nos 3 teatros municipais de Porto Alegre. Serão 9 espetáculos de teatro infantil, que realizarão 6 apresentações cada, totalizando 54, para um público estimado de 10.800 crianças. Nos finais de semana será aberto ao público em geral e nos dias de semana parte da lotação será destinada para agendamento de escolas públicas.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA -

(ART.18, §1º)

09 4377 - Série Instrumental Brasil

Canal Jornal e RTV - Comunicações e Marketing Ltda

CNPJ/CPF: 40.312.415/0001-15

Processo: 01400.021267/20-09

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 356.329,60

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010

Resumo do Projeto:

Resgatar, divulgar e valorizar a música instrumental brasileira, numa série de 12 apresentações, reunindo grandes intérpretes dessa arte no Brasil.

09 6178 - Flammula Chorus vai a Itália: XXI Concurso

Internacional de Canto Coral de Verona

Maria Ivone Pereira de Miranda Fedeli

CNPJ/CPF: 036.580.418-54

Processo: 01400.024763/20-09

SP - São Paulo

Valor do Apoio R\$: 122.700,00

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 01/08/2010

Resumo do Projeto:

O projeto prevê obtenção de recursos que viabilizem a participação do grupo coral juvenil Flammula Chorus no XXI Concurso Internacional de Canto Coral em Verona, Itália, em abril de 2010, representando, pela segunda vez, o Brasil em evento internacional de

grande importância no campo da música de canto coral erudito. Os recursos destinam-se, basicamente, a cobrir as despesas de viagem e participação no festival: inscrição, passagens aéreas, estadia no local do Evento.

09 5913 - Grandes Concertos 2010

Angeluz Produtora de Eventos Ltda

CNPJ/CPF: 09.449.326/0001-75

Processo: 01400.024403/20-09

RS - Porto Alegre

Valor do Apoio R\$: 1.136.900,00

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010

Resumo do Projeto:

O Projeto prevê um circuito de 10 apresentações em 9 cidades diferentes no estado do Rio Grande do Sul da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA, Camerata Porto Alegre e Orquestra Municipal de Teutônia.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)

09 4571 - Na Trilha de Darwin - FASE 1

A4 Mares Produções Ltda.

CNPJ/CPF: 03.280.489/0001-90

Processo: 01400.021795/20-09

RJ - Paraty

Valor do Apoio R\$: 800.875,90

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 04/12/2010

Resumo do Projeto:

A embarcação histórica Tocorimé Pamatojari irá refazer a viagem sul americana do naturalista Charles Darwin levando a bordo uma Exposição Itinerante sobre a obra, vida e legado de Darwin. Na FASE 1 O Tocorimé irá se transformar em um museu flutuante e plataforma educativa em 5 cidades brasileiras: Fernando de Noronha, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro e Paraty. A embarcação será um ícone visual e cultural nos portos ao longo da rota, na mídia e na internet.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR

ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO

(ART. 18)

09 2316 - Nelson Leirner e o Brasil do avesso

Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda.

CNPJ/CPF: 04.295.246/0001-99

Processo: 01400.008095/20-09

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 234.690,75

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 21/06/2010

Resumo do Projeto:

Publicar um livro sobre a obra do artista plástico Nelson Leirner abordando suas relações com o mundo que a circunda, explorando sua interferência fora do âmbito das artes plásticas.

09 7655 - O Barroco do Reinado de D. João V, Moedas e

Medalhas Gallas, Disperati Serviços Empresariais Ltda

CNPJ/CPF: 08.237.092/0001-30

Processo: 01400.026930/20-09

SP - São Paulo

Valor do Apoio R\$: 334.818,00

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010

Resumo do Projeto:

Livro de História e Arte baseado em pesquisa no Brasil (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Recife) e Portugal (Lisboa, Mafra, Coimbra, Porto) trazendo ao leitor textos precisos e comprovados por documentos e imagens (gravuras, pinturas e fotos atuais) do maravilhoso barroco do séc. XVIII, incluindo moedas e medalhas, as mais belas do mundo, com destaque para Dobras e Dobrões, cunhadas com ouro de Minas Gerais.

09 7774 - Livros-catálogos da exposição permanente do

Museu da Indústria do Ceará - Fortaleza

EMC - Empresa de Marketing Cultural Ltda.

CNPJ/CPF: 40.306.946/0001-03

Processo: 01400.027076/20-09

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R\$: 225.830,00

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010

Resumo do Projeto:

Será editado um livro-catálogo, um catálogo em braile, um folder promocional e um folder pedagógico da exposição permanente Museu da Indústria do Ceará, sobre a história da indústria cearense e sua relação com a cultura e as transformações sociais. O livro-catálogo, o catálogo em braile, o folder promocional e o folder pedagógico serão altamente ilustrado com informações sobre a indústria do Ceará, da gênese a atualidade, com imagens representativas de objetos, documentos, fotos e obras de arte.

09 7732 - Caminhos Antigos

Giselle Christine Fagundes

CNPJ/CPF: 564.554.296-72

Processo: 01400.027039/20-09

MG - Montes Claros

Valor do Apoio R\$: 113.930,00

Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010

Resumo do Projeto:

Publicar um livro com fotos e o roteiro elaborado por Joaquim Quaresma Delgado entre os anos de 1730 e 1732, com a descrição do caminho da cidade da Bahia (Salvador) a Jacobina, daí a Rio de Contas seguindo até Itacambira e Minas Novas, as duas últimas localidades hoje Minas. Também a descrição do caminho que do Rio Verde, próximo a Montes Claros, norte de Minas, alcançava o São Francisco em Matias Cardoso, ia margeando o rio até Bom Jesus da Lapa e atravessava o sertão até o Recôncavo.

09 6241 - Hotel Glória: Uma História de Eterno Esplendor

Insight Engenharia de Comunicação & Marketing Ltda.

CNPJ/CPF: 28.709.731/0001-20



Processo: 01400.024849/20-09
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R\$: 348.150,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 14/06/2010
Resumo do Projeto:
Publicação de obra literária, registrando na memória nacional, a história de um dos mais importantes monumentos arquitetônicos nacionais, preservado em sua concepção original ao longo de seis décadas, considerado um marco na história da hotelaria brasileira.

09 6131 - Ponte Nova - Do Café ao Comércio Atacadista (título provisório)
Escritório de Histórias Ltda
CNPJ/CPF: 03.101.547/0001-71
Processo: 01400.024713/20-09
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R\$: 167.310,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/07/2010
Resumo do Projeto:
Este projeto tem por objetivo contar a marcante história do surgimento do comércio atacadista na região de Ponte Nova, na Zona da Mata Mineira, que contribuiu eminentemente para o crescimento industrial do Estado de Minas Gerais, a partir da Revolução de 30.

09 3960 - Livro-Cd Mantiqueira Musa
Pedro Carlos de Paula Bechara
CNPJ/CPF: 114.938.168-02
Processo: 01400.020539/20-09
MG - Pouso Alegre
Valor do Apoio R\$: 86.000,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 30/04/2010
Resumo do Projeto:
Produção do CD-livro Mantiqueira Musa, do poeta Madhav e o compositor Elder Costa e sua circulação por Passa Quatro, Gonçalves e Pouso Alegre. O tema é a Serra da Mantiqueira, sendo uma iniciativa de integração das artes (música, poesia, plásticas e fotografia) visando a preservação da Mantiqueira. O CD encartado no livro, contera 12 músicas instrumentais de Elder Costa sobre o tema. O livro é composto por textos, poemas e crônicas de Madhav.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
09 6024 - Festival de Teatro das Agulhas Negras – Festan 2010

Instituto Cultural Cidade Viva
CNPJ/CPF: 02.403.554/0001-65
Processo: 01400.024589/20-09
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R\$: 344.223,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 18/05/2010
Resumo do Projeto:

O Festan é um evento anual, que surgiu em 2009, com o objetivo de levar o teatro de rua para os quatro municípios fluminenses que compreendem a região das Agulhas Negras: Resende, Porto Real, Itaiaia e Quatis. Durante 8 dias a população local é agraciada com 45 apresentações de 11 grupos teatrais (10 concorrentes e 1 convidado) vindos de diversas partes do Brasil. Os espetáculos são encenados em ruas, praças e escolas das cidades, totalmente gratuitos.

09 3080 - SAMBA CRIANÇA DA CIDADE IMPERIAL
Grêmio Recreativo Escola de Samba Mirim da Cidade Imperial
CNPJ/CPF: 04.241.252/0001-63
Processo: 01400.019185/20-09
RJ - Petrópolis
Valor do Apoio R\$: 135.960,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010
Resumo do Projeto:

O PROJETO SAMBA CRIANÇA CONTRIBUIRÁ E SERÁ DE GRANDE VALIA PARA FORMAÇÃO DESTES FUTUROS CIDADÃOS QUE TERÃO OPORTUNIDADE DE VIVENCIAR A ARTE E A CULTURA ATRAVÉS DA ALEGRIA DO SAMBA.

ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
09 5177 - Turnê Carlinhos Brown
Niclo Consultoria de Marketing e Comunicação LTDA
CNPJ/CPF: 09.023.910/0001-64
Processo: 01400.023275/20-09
BA - Salvador
Valor do Apoio R\$: 1.617.100,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 01/12/2010
Resumo do Projeto:

Realizar uma turnê de lançamento do novo CD do músico, cantor e compositor Carlinhos Brown, por 10 (dez) capitais brasileiras. O disco será produzido pelo próprio artista e terá 14 faixas.

09 5203 - DVD - Diego & Divando
Diego Candido Nunes
CNPJ/CPF: 004.296.451-20
Processo: 01400.023300/20-09
GO - Goiânia
Valor do Apoio R\$: 189.750,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 30/04/2010
Resumo do Projeto:
- Gravar um DVD com 19 canções. Prensar 2.000 cópias;
- Divulgar a carreira da dupla Diego & Divando no Estado de Goiás e No Brasil; - Fortalecer o estilo musical sertanejo entre no Estado de Goiás e No Brasil; - Garantir ao público goiano acesso a mais um estilo musical; - Gerar trabalho e renda para compositores e profissionais ligados a área da música, no Estado de Goiás e No Brasil.

09 4708 - Gravação do DVD do Grupo Fim de Feira
Promoção Musicultural Ltda
CNPJ/CPF: 10.443.561/0001-19

Processo: 01400.022213/09-99
PE - Recife
Valor do Apoio R\$: 263.536,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 24/12/2010
Resumo do Projeto:
Realizar gravação e lançamento do primeiro DVD do grupo Fim de Feira, com aproximadamente 70 minutos. Show de gravação em Recife.

08 10101 - Que é Que a Baiana Tem? - Turnê Nacional (O)

Califórnia Produções e Edições Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.099.264/0001-03
Processo: 01400.009752/08-51
BA - Salvador
Valor do Apoio R\$: 1.375.829,20
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 30/05/2010
Resumo do Projeto:
Realização de 10 shows da artista Daniela Mercury para apresentação do repertório do seu mais recente lançamento fonográfico.

09 5609 - MARIAS D'AMÉRICA
Brasil Festeiro Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 05.424.592/0001-92
Processo: 01400.023792/20-09
SP - São Paulo
Valor do Apoio R\$: 361.790,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 20/06/2010
Resumo do Projeto:
Trata-se de um projeto que retrata e une a América Latina através das vozes femininas.
Ceumar - Luzmila Carpio (Bolívia);
Maria Dapaz e Susana Baca (Peru);
Sandália de Prata e Totó La Momposina (Colômbia);
Kátia Teixeira e Soledad Bravo (Venezuela);
Vozes Bugras e Lila Down (México);
Carmen Queiroz e Adriana Varela (Argentina);
Miriam Miráh e Isabel Parra (Chile).
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
09 2890 - AMIGOS DE FE 2009
Adão de Souza Landim
CNPJ/CPF: 051.435.846-71
Processo: 01400.018866/20-09
MG - Lagoa Grande
Valor do Apoio R\$: 12.645,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 25/05/2010
Resumo do Projeto:

Será realizado no Município de Lagoa Grande-MG um encontro de bandas de musicas, onde se reuniram bandas de musicas da região, para expressar através da musica de banda, a cultura que esta crescendo na região e que é tão pouca incentivada, e logo em seguida, um show com a banda Back Rhythms para os músicos da bandas de músicas, para confraternização e interação dos mesmos.

09 5788 - CCB B Educativo - São Paulo, 2010
Sapoti Projetos Culturais S/S Ltda
CNPJ/CPF: 05.039.840/0001-81
Processo: 01400.024224/20-09
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R\$: 1.139.280,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010
Resumo do Projeto:
CCBB Educativo São Paulo é o programa educativo do Centro Cultural Banco do Brasil SP que atende ao público escolar (níveis fundamental, médio e universitário), famílias, educadores, terceira idade, ONGs e pessoas com deficiência. Visitas mediadas, laboratórios, encontros com educadores, contação de história, laboratório de música, espetáculos. IMPORTANTE: A Sapoti tem outro projeto cadastrado como CCB B Educativo - mas é da cidade do Rio de Janeiro.

09 7485 - Ocupação Cultural do Centro Histórico de São Paulo Editare Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 04.784.950/0001-05
Processo: 01400.026504/20-09
SP - São Paulo
Valor do Apoio R\$: 4.690.900,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010
Resumo do Projeto:
O Centro Antigo de São Paulo é um cenário à espera da efervescência cultural que caracteriza a cidade. Nessa perspectiva, o projeto Ocupação Cultural em São Paulo, elege a memória arquitetônica e histórica como anfitriã de uma festa, onde o palco é o Centro Antigo e os convidados são os municípios e turistas, visitantes, jovens e crianças, com passagem livre e segura por diversas atrações a um só tempo.

09 2828 - Programa Aldeia Cidadania 2010
Aldeia Movimento Pró Cultura
CNPJ/CPF: 00.417.902/0001-28
Processo: 01400.018779/20-09
SP - Limeira
Valor do Apoio R\$: 472.016,00
Prazo de Captação: 19/01/2010 a 31/12/2010
Resumo do Projeto:

Ao verificar o diagnóstico local relacionado às crianças e adolescentes, observamos que apenas poucos usufruem de atividades culturais, levando em consideração a ociosidade das ruas, a Aldeia idealizou um projeto que prevê o desenvolvimento de várias linguagens artísticas nas artes cênicas, possibilitando aos participantes o acesso à cultura, como direito de todos sem distinção social, como também, permitir que a possibilidade de introdução à arte, favoreça o exercício pleno de cidadania.

PORTARIA Nº 21, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Portaria Nº 1.212, de 22 de dezembro de 2009 e o inciso I do art. 3º da Portaria Nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, resolve:

Art.1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVARISTO NUNES DE ANDRADE JÚNIOR

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)

08 8570 - Menestréis do Mar (Os)

Teatro Pirlampo LTDA

CNPJ/CPF: 08.053.122/0001-58

SP - São Paulo

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

07 10076 - Linguagem da Mímica para Criança (A)

Centro Teatral e Etc e Tal

CNPJ/CPF: 07.339.341/0001-35

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

08 6956 - É a Mãe

Lúdico Produções Artísticas Ltda.

CNPJ/CPF: 00.756.404/0001-00

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

08 0906 - Veredas Roseanas

Ana Maria Beraldo

CNPJ/CPF: 486.986.366-91

SP - São Paulo

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

08 5451 - Excursão - Maria Stuart

Menescal Produções Artísticas Ltda

CNPJ/CPF: 01.644.140/0001-65

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

08 1796 - Projeto Bairro EnCena

Associação Cultural Elas Por Elas

CNPJ/CPF: 05.520.302/0001-04

MG - Barbacena

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

08 0776 - Sonho de Outono

Clan Design e Programação Visual e Desenho Industrial

Ltda.

CNPJ/CPF: 01.230.779/0001-02

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

09 1709 - A Conferência - Temporada Teatral.

Claudio José Gomide

CNPJ/CPF: 856.224.607-78

RJ - Petrópolis

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

07 10167 - Tchê, Vamos Dançar no Litoral

Arte e Shows Produções Artísticas Ltda.

CNPJ/CPF: 08.010.586/0001-87

RS - Nova Prata

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

08 1665 - Viva! A Cultura Ano III

Francisco Caram

CNPJ/CPF: 598.885.126-68

MG - Belo Horizonte

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

06 2886 - Kseni, a estrangeira

Kirsebom Produções Artísticas Ltda.

CNPJ/CPF: 04.132.980/0001-37

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 04/01/2010 a 30/06/2010

08 3066 - Circuito de Teatro de Nova Hartz

Cargnin & Ferreira Ltda

CNPJ/CPF: 09.318.819/0001-76

RS - Nova Hartz

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

09 2205 - APESAR DE VOCÊ

Paso D Arte Eventos e Editora Ltda.

CNPJ/CPF: 05.080.857/0001-82

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010

09 2405 - ARIANO - TURNÊ RIO SAO FRANCISCO

Paso D Arte Eventos e Editora Ltda.

CNPJ/CPF: 05.080.857/0001-82

RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010

07 5950 - Manutenção da Escola Livre do Grupontapé de Teatro

Troupe Produções Serviços Ltda.

CNPJ/CPF: 01.486.643/0001-50

MG - Uberlândia
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 1133 - Luz
Larissa Adami Produções Artísticas Ltda ME
CNPJ/CPF: 08.595.009/0001-02
BA - Salvador
Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010
08 3456 - Jekyll & Hyde o Médico e o Monstro
Kabuki Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.541.572/0001-90
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 1509 - Entre Quatro Paredes
Baobá Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.792.249/0001-26
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 5827 - Comunidade em Cena
Rede Brasileira de Arteducadores - ABRA
CNPJ/CPF: 07.180.282/0001-03
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 30/07/2010
07 8900 - Villa Lobos das Crianças
Fixação Marketing Cultural Ltda. ME
CNPJ/CPF: 06.016.008/0001-22
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 6648 - Asana
Companhia Swasthya de Artes
CNPJ/CPF: 08.424.023/0001-35
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
09 1434 - Pernas pro Ar
Raia Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 29.272.887/0001-59
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 30/06/2010
08 1303 - Gato que Pensava Ser um Rato (O)
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 3491 - Curta a Temporada 2
Circo Velox Ltda.
CNPJ/CPF: 04.770.455/0001-47
SP - São Paulo
Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010
08 6676 - Arte em Ação
Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.481.398/0001-74
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 8576 - Dançarte - Teatro e Dança Contemporânea
Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.481.398/0001-74
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
07 1089 - Folias Metafísicas - Um ano de Apresentações
Gratuitas
Lúcida Casual Arte Midia Ltda
CNPJ/CPF: 06.948.280/0001-40
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010
09 3700 - Festival do Teatro Brasileiro: Cena Cearense, etapas
Pernambuco, Minas Gerais e Espírito Santo
Alecrim - Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.221.843/0001-79
DF - Brasília
Período de captação: 04/01/2010 a 31/12/2010
08 6784 - Mostra de Artes Cênicas na Semana Ticket é Cultura
Entre Atos Agência Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 08.668.639/0001-51
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
07 4286 - Música no Belas
Adriana Almeida do Carmo
CNPJ/CPF: 036.051.826-58
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
09 1832 - Degustação Musical
Capital Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 10.772.238/0001-99
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 1146 - Piano Brasil
Alexandre Diettrich
CNPJ/CPF: 024.749.949-80
SC - Florianópolis
Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010
07 7618 - Clássicos em Cena 2008
Direção Cultura Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 03.521.177/0001-21
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2010 a 30/06/2010
08 6746 - Festival de Blues: Coronel Blues

de

Bruno Cunha Minafra
CNPJ/CPF: 061.009.056-98
MG - Coronel Fabriciano
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 6524 - Piano Brasil V
Carlos Branco e Cia Ltda.
CNPJ/CPF: 05.060.696/0001-65
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
06 10330 - Concertos pedagógicos da orquestra sinfônica

São Joaquim
Cristóvão Francisco Bettoni
CNPJ/CPF: 145.215.399-04
SC - São Joaquim
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
09 1615 - Sensation
Proson Propaganda, Representação, Planejamento e Marketing Ltda.
CNPJ/CPF: 30.434.187/0001-00
RJ - Barra Mansa
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 2916 - Projeto Uniartes
Associação Beneficente Molinari Amigos do Lobato
CNPJ/CPF: 08.701.231/0001-34
BA - Salvador
Período de captação: 14/01/2010 a 31/12/2010
07 8270 - Jazz Festival Brasil - Belo Horizonte
Soltz Produção e Organização de Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 07.680.958/0001-10
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
09 0165 - Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás
Gaia Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 40.186.140/0001-10
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
07 8158 - Temporada da Orquestra de Sopros de Novo Hamburgo
Associação dos Profissionais de Artes Técnicas e Afins - Aprata
CNPJ/CPF: 02.313.296/0001-26
RS - Novo Hamburgo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 0671 - Programa de Circulação e Difusão Musical 2008
Associação Filarmônica Camerata Florianópolis
CNPJ/CPF: 01.962.610/0001-39
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
08 4938 - Décio Vieira - um pioneiro da arte construtiva

no

Brasil
Artviva Produção Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 00.619.231/0001-88
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 14/01/2010 a 31/12/2010
06 2969 - Você Está Aqui?
Estevão Machado Gontijo
CNPJ/CPF: 455.410.006-53
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2010 a 31/03/2010
08 0794 - Arte Superando Barreiras
Ivana Andrés Ribeiro
CNPJ/CPF: 176.316.886-72
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 4448 - Pioneiros & Empreendedores- A Saga do desenvolvimento no Brasil
EXPOMUS - Exposições Museus Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 46.874.756/0001-60
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 1364 - Plumária do Brasil Indígena (A)
EXPOMUS - Exposições Museus Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 46.874.756/0001-60
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 4870 - Manabu Mabe - Livro e Exposição
Pinakothke São Paulo Ltda.
CNPJ/CPF: 05.314.066/0001-70
SP - São Paulo
Período de captação: 14/01/2010 a 31/12/2010
08 0847 - Alumínio Escultura e Design pelo Artista Paulo Bordin - Exposição Itinerante
Paulo Roberto Bordin
CNPJ/CPF: 362.456.660-15
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
07 10245 - Território Ocupado 40 Anos do AI-5
Art Unlimited Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 08.262.392/0001-79
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
07 5588 - V&M Brasil Centro de Cultura - Fase II
Fundação Sidertube
CNPJ/CPF: 17.213.901/0001-64

nal

MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2010 a 30/06/2010
07 3502 - Memorial Rural de Pernambuco
Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacio-
- FADURPE
CNPJ/CPF: 08.961.997/0001-58
PE - Recife
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
06 8803 - Inventário do Acervo do Instituto Cultural Luíza de Azevedo Meyer
Instituto Cultural Luíza de Azevedo Meyer
CNPJ/CPF: 05.346.906/0001-86
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2010 a 31/07/2010
08 5498 - Cine Theatro Independência-1ª Etapa
Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce.
CNPJ/CPF: 07.650.014/0001-08
RS - São Lourenço do Sul
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
08 6725 - Botequins da Belle Époque Ponta-Grossense

(Os)

Robson Vinicius Rumbelsperger
CNPJ/CPF: 926.697.609-10
PR - Ponta Grossa
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
07 8375 - Design+artesanato: O caminho Brasileiro
Borges Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 05.864.797/0001-99
SP - São Paulo
Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010
07 8935 - Design e a Madeira do Brasil (O)
Borges Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 05.864.797/0001-99
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 3706 - Ser Nobre é Ter Identidade
Alzira Agostini Haddad
CNPJ/CPF: 513.754.356-04
MG - São João del Rei
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 3861 - Rio Imperial
Barléu Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 14/01/2010 a 31/12/2010
08 3419 - Iole de Freitas - Obra Reunida
Barléu Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 14/01/2010 a 31/12/2010
08 8591 - Geração 80
Barléu Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
07 10493 - Livro 3º Voz
Daniel de Alcântara Lopes
CNPJ/CPF: 054.348.886-18
MG - Itauna
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
06 8384 - Paisagens Urbanas - Cenas Gaúchas
Salis e Salis Ltda ME
CNPJ/CPF: 03.703.989/0001-98
RS - Porto Alegre
Período de captação: 04/01/2010 a 31/12/2010
09 0594 - HISTÓRIA DOS RALLYES NO RIO GRANDE DO SUL
Gilberto Menegaz ME
CNPJ/CPF: 00.537.331/0001-65
RS - Porto Alegre
Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010
09 0219 - SOBRADO DOS AZULEJOS
Gilberto Menegaz ME
CNPJ/CPF: 00.537.331/0001-65
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 6774 - Dedo mágico do meu avô (O)
Cult Assessoria e Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 00.612.755/0001-47
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 6675 - História para Contar
Indian Naria Howell
CNPJ/CPF: 371.457.200-78
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010
08 1587 - Projeto Sapucaí
Isabel Silvania de Moraes - ME (Anauá Editora)
CNPJ/CPF: 04.095.739/0001-85



SP - São Paulo Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 8600 - Ingleses na Bahia Arte Ensaio Editora Ltda. CNPJ/CPF: 05.083.179/0001-01 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 2521 - Pedra e Luz - Bom Jesus da Lapa Arte Ensaio Editora Ltda. CNPJ/CPF: 05.083.179/0001-01 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 2234 - Os alemães no Brasil Arte Ensaio Editora Ltda. CNPJ/CPF: 05.083.179/0001-01 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 07 0636 - Ilhas Brasileiras ArteMídia Marketing Cultural Ltda. CNPJ/CPF: 01.923.694/0001-00 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 1212 - Júlio Varella: 50 Anos Fazendo Arte Júlio Marcio Varella Caldera CNPJ/CPF: 063.913.466-15 MG - Tiradentes Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 3522 - Brasil para Estrangeiros - Crônicas da Vida Brasileira Editora Boccato Ltda. CNPJ/CPF: 07.838.739/0001-16 SP - São Paulo Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 09 1085 - Ditos Ilustrados M.Porto Ltda. CNPJ/CPF: 01.976.838/0001-88 SP - Cotia Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 0136 - ASCÂNIO: POÉTICA DA RAZÃO Tisara Arte Produções Ltda. CNPJ/CPF: 04.177.312/0001-26 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 09 3456 - I P I R A N G A - Onde O Sol Da Liberdade Despontou Talento & Arte Editora Ltda - ME CNPJ/CPF: 08.401.216/0001-70 SP - São Paulo Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 07 1968 - Resgatando Uma História Sociedade de Canto Vocês Animae de Lajeado CNPJ/CPF: 05.133.312/0001-97 RS - Lajeado Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 08 0175 - Kasato Maru Museu a Céu Aberto Cultura, Ecologia e Desenvolvimento CNPJ/CPF: 04.749.009/0001-50 SP - São Paulo Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 3421 - Brasil - Grã-Bretanha, uma Relação de Cinco Séculos Museu a Céu Aberto Cultura, Ecologia e Desenvolvimento CNPJ/CPF: 04.749.009/0001-50 SP - São Paulo Período de captação: 14/01/2010 a 31/12/2010 08 3423 - Doce como Açúcar - A Cana e Suas Muitas Histórias Museu a Céu Aberto Cultura, Ecologia e Desenvolvimento CNPJ/CPF: 04.749.009/0001-50 SP - São Paulo Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 2772 - Nem Sempre Amar é Tudo Salma Ferraz de Azevedo de Oliveira CNPJ/CPF: 393.120.899-00 SC - Florianópolis Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 2774 - Dicionário de Personagens da Obra de José Saramago Salma Ferraz de Azevedo de Oliveira CNPJ/CPF: 393.120.899-00 SC - Florianópolis Período de captação: 14/01/2010 a 31/12/2010 09 5199 - ITATINGA PATRIMÔNIO CULTURAL Editora Neotropica Ltda. - ME CNPJ/CPF: 05.632.599/0001-08 SP - São Paulo Período de captação: 04/01/2010 a 31/12/2010 ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18) 09 2546 - Os Jardins de Glaziou, século XIX- A França	MG - Viçosa Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 08 9333 - Cidade Cria Cenários de Cidadania (A) - Formação, Criação e Difusão de Cultura CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes CNPJ/CPF: 00.070.885/0001-03 BA - Salvador Período de captação: 04/01/2010 a 31/12/2010 08 2236 - Sentidos Especiais (5) Instituto Ipê de Produção Cultural CNPJ/CPF: 09.029.076/0001-14 MG - Uberlândia Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 07 0773 - Observatório da Diversidade Cultural: Implantação, Acompanhamento e Formação Jose Marcio Pinto de Moura Barros CNPJ/CPF: 256.869.846-20 MG - Belo Horizonte Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 07 7603 - 9º Campinas Street Dance Festival José Ricardo Cardoso CNPJ/CPF: 179.432.548-48 SP - São Paulo Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 08 9183 - Aria - Oficinas Culturais 2009 Associação Ária Social Espaço de Dança e Arte CNPJ/CPF: 07.041.925/0001-20 MG - Belo Horizonte Período de captação: 01/01/2010 a 30/06/2010 08 7565 - Apoio Para as Atividades do Pró-Música/2009 Centro Cultural Pró-Música CNPJ/CPF: 17.141.029/0001-96 MG - Juiz de Fora Período de captação: 01/01/2010 a 31/08/2010 08 3399 - Fortalezas Brasileiras (As) Associação Cultural Arte Nova CNPJ/CPF: 05.849.733/0001-19 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 07 0391 - Arte do Inconsciente IMAN - Instituto Mazeredo de Arte Nova CNPJ/CPF: 04.238.837/0001-24 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 3487 - Arte no Pentatlo Moderno Associação Cultural Arte Nova CNPJ/CPF: 05.849.733/0001-19 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 09 0267 - Alma Brasileira Tisara Arte Produções Ltda. CNPJ/CPF: 04.177.312/0001-26 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 0367 - IVANOR FLORÊNCIO 35 ANOS DE ARTE Escola de Samba Lua-Alá CNPJ/CPF: 04.279.820/0001-15 GO - Goiânia Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 ANEXO II ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26) 07 10721 - Novo Show Penha Pinheiro Elisabete Barban CNPJ/CPF: 076.091.998-42 SP - São Paulo Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 0305 - Festival de Violas de Belo Horizonte Francisco Antônio Lobo Leite CNPJ/CPF: 709.366.096-72 MG - Belo Horizonte Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 0104 - Nona Super Amostra Nacional Anime Fundação Cultural Nipônica Brasileira CNPJ/CPF: 07.741.670/0001-08 CE - Eusébio Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 07 8856 - Eventos para a gravação de um CD/DVD do cantor Du Bassani Leandro Carlos da Silva CNPJ/CPF: 190.743.848-38 SP - São Paulo Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 0181 - O Lado B de Dolores Duran - São Paulo VFC/RIO Marketing Cultural Ltda. CNPJ/CPF: 04.297.469/0001-95	RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 0116 - DOLORES DURAN, BIS VFC/RIO Marketing Cultural Ltda. CNPJ/CPF: 04.297.469/0001-95 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 07 8946 - Dia da Família/2008 Instituto Brasil Com CNPJ/CPF: 06.236.631/0001-90 SP - São Paulo Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 08 0266 - Leonardo Cardoso na Estrada Lucimar Augusta Cardoso CNPJ/CPF: 032.543.127-24 RJ - Petrópolis Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 09 0863 - CD - Hemerson & Anderson Anderson Amancio da Luz CNPJ/CPF: 778.198.451-04 GO - Aparecida de Goiânia Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 0528 - ALÔ... ALÔ? 100 ANOS DE CARMEN MIRANDA - ITINERÂNCIA Tema Eventos Culturais S/C Ltda. CNPJ/CPF: 97.453.393/0001-20 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 09 2175 - Arco do Tempo Tema Eventos Culturais S/C Ltda. CNPJ/CPF: 97.453.393/0001-20 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 09 2291 - Ana Carolina 10 Anos (nome provisório) Tribo Produções Artísticas Ltda CNPJ/CPF: 01.701.990/0001-58 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 07 3353 - No Tempo Sonia Regina de Mello Bessa CNPJ/CPF: 607.040.557-91 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26) 08 5139 - Atitude Cultural no largo São Francisco, São
	João	Del Rei/MG Atitude Cultural projetos sócios-culturais CNPJ/CPF: 09.076.318/0001-20 MG - São João del Rei Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26) 08 3418 - Caderno de Arte Barléu Edições Ltda. CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 15/01/2010 a 31/12/2010 08 10033 - Corpo em Aberto - SP Verso Brasil Editora Ltda. CNPJ/CPF: 03.814.756/0001-62 RJ - Rio de Janeiro Período de captação: 01/01/2010 a 30/06/2010 ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26) 07 10847 - Festividades Itapebienses André Luis Carvalho de Queiroz CNPJ/CPF: 481.986.255-34 BA - Salvador Período de captação: 01/01/2010 a 30/09/2010 08 2237 - Cardápio Cultural Instituto Ipê de Produção Cultural CNPJ/CPF: 09.029.076/0001-14 MG - Uberlândia Período de captação: 14/01/2010 a 31/12/2010 08 5573 - Volta ao Mundo em 30 Canções (Uma) Artmanhas do Som Promoções Musicais - LTDA. CNPJ/CPF: 09.400.426/0001-07 SP - São Paulo Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010 07 8417 - Velas ao Vento - Wind Brasil Patrícia Veloso - EPP CNPJ/CPF: 12.306.262/0001-68 CE - Fortaleza Período de captação: 01/01/2010 a 31/12/2010



Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 26/GC3, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

(*) Aprova o Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67700.002682/2009-15, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do ROCA 20-4 "Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 107/GC3, de 19 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 15, de 20 de janeiro de 2006, Seção 1, página 17.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

(*) O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

PORTARIA Nº 27/GC3, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Dispõe sobre Unidades Administrativas ou Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 15 do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)", aprovado pela Portaria nº 1.275/GC3, de 9 de dezembro de 2004, e considerando o que consta do Processo nº 67800.006963/2009-19, resolve:

Art. 1º Classificar como Unidades Administrativas as Organizações e frações de Organizações do Comando da Aeronáutica, mencionadas no Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. As Unidades Administrativas a que se refere o caput deste artigo são qualificadas como Unidades Gestoras Executoras (UGE) ou Unidades Gestoras Responsáveis (UGR), de acordo com a sua atuação na execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 2º As UGR terão o apoio de uma UGE, para fins de execução orçamentária, financeira e patrimonial, conforme discriminação apresentada na documentação anexa.

Art. 3º A vigência desta Portaria retroage a 1º de janeiro de 2010.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 148/GC3, de 6 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 45, de 9 de março de 2009, Seção 1, página 12.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

ANEXO I

ORGANIZAÇÃO/FRAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO		QUALIFICAÇÃO			VINCULAÇÃO DE UGR
		UGE Plena	UGE para atividades sistêmicas	UGR	Para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial
120060	AFA	X			
120164	ASPAER			X	GABAER
120029	BAAF	X			
120080	BAAN	X			
120087	BABE	X			
120004	BABR	X			
120085	BABV	X			
120027	BACG	X			
120075	BACO	X			
120073	BAFL	X			
120014	BAFZ	X			
120030	BAGL	X			
120082	BAMN	X			
120101	BANT	X			
120081	BAPV	X			
120018	BARF	X			
120031	BASC	X			
120076	BASM	X			
120062	BASP	X			
120023	BASV	X			
120091	CABE	X			
120090	CABW	X			
120105	CCA-BR			X	GAP-BR
120128	CCA-RJ			X	DIRMAB
120150	CCA-SJ			X	GIA-SJ
120156	CCSIVAM			X	DECEA
120137	CDA			X	UNIFA
120160	CECAN			X	DIRMAB
120163	CECAT			X	BASP
120103	CECOMSAER			X	GABAER
120129	CEMAL			X	CGABEG
120071	CELOG	X			
120126	CENDOC			X	UNIFA
120106	CENIPA			X	VI COMAR
120124	ASOCEA			X	DECEA
120057	CGABEG	X			
120119	CGNA			X	DECEA
120024	CIAAR	X			
120224	CI CIAAR-LS			X	CIAAR
120113	CIAER			X	GAP-BR

120159	CIEAR			X	UNIFA
120008	CINDACTA I	X			
120072	CINDACTA II	X			
120021	CINDACTA III	X			
120094	CINDACTA IV	X			
120127	CISCEA	X			
120013	CLA	X			
120015	CLBI	X			
120086	I COMAR	X			
120017	II COMAR	X			
120028	III COMAR	X			
120059	IV COMAR	X			
120074	V COMAR	X			
120003	VI COMAR	X			
120083	VII COMAR	X			
120088	COMARA	X			
120115	COMDABRA			X	VI COMAR
120130	COMGAP			X	PAMB
120107	COMGAR			X	VI COMAR
120131	COMGEP			X	GAP-BR
120108	COPAC			X	GAP-BR
120152	CPBV			X	VI COMAR
120109	CPO			X	GAP-BR
120298	CPORAER-SJ			X	GIA-SJ
120063	CTA			X	GIA-SJ
120110	DCTA			X	GIA-SJ
120033	DAC			X	III COMAR
120035	DARJ	X			
120034	DCI	X			
120036	DECEA	X			
120132	DEPENS			X	GAP-BR
120136	DIRAP			X	GAP-RJ
120099	DIRENG			X	GAP-RJ
120133	DIRINT			X	GAP-RJ
120100	DIRINT/SDAB	X			
120155	DIRINT/SDEE			X	GAP-RJ
120052	DIRINT/SDPP - PAÍS		X	X	GAP-RJ
120093	DIRINT/SDPP - EXT.		X	X	GAP-RJ
120144	DIRINT/SDIP			X	GAP-RJ
120038	DIRMAB	X			
120058	DIRSA			X	GAP-RJ
120050	DIRSA/SARAM			X	GAP-RJ
120157	EAOAR			X	UNIFA
120158	ECEMAR			X	UNIFA
120064	EEAR	X			
120111	EMAER			X	GAP-BR
120025	EPCAR	X			
120148	I FAE			X	BANT
120120	II FAE			X	BAGL
120151	III FAE			X	VI COMAR
120122	V FAE			X	BAAF
120065	FAYS	X			
120001	GABAER	X			
120006	GAP-BR	X			
120039	GAP-RJ	X			
120299	GEEV			X	GIA-SJ
120016	GIA-SJ	X			
120041	HAAF	X			
120089	HABE			X	I COMAR
120077	HACO			X	V COMAR
120154	HAMN			X	VII COMAR
120019	HARF	X			
120066	HASP	X			
120040	HCA	X			
120096	HFAB	X			
120042	HFAG	X			
120055	ICA			X	DECEA
120141	IAE			X	GIA-SJ
120067	ICEA	X			
120142	IEAV			X	GIA-SJ
120143	IFI			X	GIA-SJ
120165	IMAE			X	HAAF
120153	ILA			X	BASP
120121	INCAER			X	III COMAR
120134	IPA			X	GAP-RJ
120140	ITA			X	GIA-SJ
120043	LAQFA	X			
120138	MUSAL			X	UNIFA
120061	NUBAST			X	IV COMAR
120112	OABR			X	GAP-BR
120118	OARF			X	HARF
120162	OASD			X	III COMAR
120053	PAAF	X			
120161	PABE			X	I COMAR
120005	PABR	X			
120513	PACO			X	V COMAR
120045	PAGL	X			
120519	PAMN			X	VII COMAR
120149	PANT			X	BANT
120007	PARF			X	II COMAR
120512	PASJ			X	GIA-SJ
120097	PASP	X			
120502	PAYS			X	AFA
120046	PAMA-AF	X			
120049	PAMA-GL	X			
120026	PAMA-LS	X			
120020	PAMA-RF	X			
120068	PAMA-SP	X			
120047	PAMB	X			
120048	PAME-RJ	X			
120044	PIPAR		X	X	GAP-RJ
120002	SEFA		X	X	GAP-BR
120135	SEGECAE			X	GAP-RJ
120168	SERIPA I			X	I COMAR
120169	SERIPA II			X	II COMAR
120170	SERIPA III			X	III COMAR
120171	SERIPA IV			X	PAMA SP
120172	SERIPA V			X	V COMAR
120173	SERIPA VI			X	VI COMAR
120174	SERIPA VII			X	VII COMAR
120069	SRPV-SP	X			
120054	UNIFA	X			
120462	I- GCC			X	DECEA

f) desenvolver, atualizar e administrar os sítios de intranet e internet da SUSEP;

g) produzir, divulgar e manter atualizada a documentação referente às aplicações de informática desenvolvidas e mantidas internamente;

h) assessorar a COSUP na proposição de aquisição e na homologação de softwares no no parque computacional da SUSEP;

e i) pesquisar, testar, propor a aquisição e homologar os softwares necessários à área de atuação da COINF, assessorada pela COSUP.

onde se lê:

" Art. 22.

V -

a) analisar e acompanhar as Notas Técnicas Atuariais, conforme disposto nos normativos vigentes.

leia-se:

Art. 22.

V -

h) analisar e acompanhar as Notas Técnicas Atuariais, conforme disposto nos normativos vigentes.

onde se lê:

" Art. 24.

l) autorizar a venda de bens do ativo das entidades sob regime de liquidação extrajudicial, por licitação, à vista ou a prazo, observados os limites máximos fixados na alínea "b" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e republicações previstas na Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, bem como os respectivos avisos, editais e regulamentos de licitações de bens, elaborados pelo liquidante ou por leiloeiros por ele contratados e aprovar a homologação dessas vendas, ressalvado o disposto nas alíneas "h" e "j" supra;

m) autorizar a liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos como ativos garantidores de reserva técnica das entidades sob regime de liquidação extrajudicial;

n) deliberar sobre as impugnações de habilitação de créditos no quadro geral de credores das liquidandas; e

o) analisar e apreciar os pedidos de prorrogação de prazos solicitados pelos liquidantes para emissão de relatórios."

leia-se:

Art. 24.

k) autorizar a venda de bens do ativo das entidades sob regime de liquidação extrajudicial, por licitação, à vista ou a prazo, observados os limites máximos fixados na alínea "b" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e republicações previstas na Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, bem como os respectivos avisos, editais e regulamentos de licitações de bens, elaborados pelo liquidante ou por leiloeiros por ele contratados e aprovar a homologação dessas vendas, ressalvado o disposto nas alíneas "h" e "j" supra;

l) autorizar a liberação de bens e valores obrigatoriamente inscritos como ativos garantidores de reserva técnica das entidades sob regime de liquidação extrajudicial;

m) deliberar sobre as impugnações de habilitação de créditos no quadro geral de credores das liquidandas; e

n) analisar e apreciar os pedidos de prorrogação de prazos solicitados pelos liquidantes para emissão de relatórios

onde se lê:

"Art. 27.À Coordenação Geral de Monitoramento de Solvência - CGSOA compete:

a) acompanhar a constituição atuarial das provisões técnicas;

b) monitorar outros passivos não operacionais;

c) aferir a adequação da cobertura proporcionada pelos ativos garantidores, além do tratamento dispensado aos demais ativos constantes das carteiras de investimento das companhias;

d) analisar a compatibilidade entre os fluxos financeiros projetados/estimados para os passivos e correspondentes ativos;

e) acompanhar a implementação e desenvolvimento de ferramentas de avaliação de riscos pelas companhias e da sua efetiva utilização nos processos de gestão corporativa;

f) analisar os riscos incidentes sobre as operações das sociedades e entidades supervisionadas e seus reflexos na solvência de cada uma;

g) estabelecer e acompanhar os níveis de capital requeridos das sociedades e entidades supervisionadas e propor ações correspondentes;

h) monitorar as informações prestadas nos reportes financeiros;

i) monitorar a estabilidade sistêmica e de solvência dos mercados supervisionados;

j) elaborar e propor alteração de normas em relação a suas atribuições; e

k) aprovar a liberação dos ativos garantidores das provisões técnicas vinculados à SUSEP das sociedades e entidades supervisionadas.

II -

1)

h) prover às demais áreas da CGSOA informações referentes à sua esfera de atuação para que seja conduzida a avaliação da situação de solvência das sociedades e entidades supervisionadas; e"

leia-se:

Art. 27.À Coordenação Geral de Monitoramento de Solvência - CGSOL compete:

c) acompanhar a constituição atuarial das provisões técnicas;

d) monitorar outros passivos não operacionais;

e) aferir a adequação da cobertura proporcionada pelos ativos garantidores, além do tratamento dispensado aos demais ativos constantes das carteiras de investimento das companhias;

f) analisar a compatibilidade entre os fluxos financeiros projetados/estimados para os passivos e correspondentes ativos;

g) acompanhar a implementação e desenvolvimento de ferramentas de avaliação de riscos pelas companhias e da sua efetiva utilização nos processos de gestão corporativa;

h) analisar os riscos incidentes sobre as operações das sociedades e entidades supervisionadas e seus reflexos na solvência de cada uma;

i) estabelecer e acompanhar os níveis de capital requeridos das sociedades e entidades supervisionadas e propor ações correspondentes;

j) monitorar as informações prestadas nos reportes financeiros;

k) monitorar a estabilidade sistêmica e de solvência dos mercados supervisionados;

l) elaborar e propor alteração de normas em relação a suas atribuições; e

m) aprovar a liberação dos ativos garantidores das provisões técnicas vinculados à SUSEP das sociedades e entidades supervisionadas."

II -

1)

h) prover às demais áreas da CGSOL informações referentes à sua esfera de atuação para que seja conduzida a avaliação da situação de solvência das sociedades e entidades supervisionadas; e

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

ATA DA 115ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2009

Ata da 115ª Sessão Pública de Julgamento, realizada no dia 10 de setembro de 2009, cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 1º de setembro de 2009, Seção I, págs. 36/37.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 13º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 10:00 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pelo Sr. Presidente, Dr. Francisco Teixeira de Almeida, tendo como Secretária a Srta. Alessandra Lisboa Guedes. Presente a Sra. Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

2.1. QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Francisco Teixeira de Almeida, Marcello Teixeira Bittencourt, Claudio Carvalho Pacheco, Maria da Glória Faria e Marcelo Augusto Camacho Rocha. Ausência justificada do Sr. Representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça - SDE/MJ.

2.2 - LEITURA E APROVAÇÃO DE ATAS - Foi aprovada a Ata da 114ª sessão.

2.3 - JULGAMENTO - Foi realizado o julgamento dos recursos constantes da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 0411 - Processo SUSEP nº 15414.003240/98-12 - Recorrente: Sul América Santa Cruz Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcello Teixeira Bittencourt; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Discórdância do valor da indenização relativa a seguro automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2122/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, não conhecer o recurso da Sul América Santa Cruz Seguros S.A. tendo em vista que o serôdio depósito não supre condição de procedibilidade prescrita na Resolução CNSP nº 42/2000. As representações da FENAPREVI e FENASEG votaram pelo conhecimento do recurso, em vista do silêncio da autarquia à carta VIPRA-SP 331/03, encaminhada pela recorrente. Presente a advogada Dra. Suely Molina Valladares de Lacerda Rocha, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 0519 - Processo SUSEP nº 009-00255/96 - Recorrente: América Latina Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcello Teixeira Bittencourt. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não pagar indenização relativa a seguro de Responsabilidade Civil Facultativa. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2123/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da América Latina Companhia de Seguros, tendo em vista que o documento essencial ao deslinde da controvérsia apresentada

nos autos não foi apresentado pelo segurado, apesar de regularmente intimado duas vezes pela Autarquia. A representação da SUSEP negou provimento ao recurso.

RECURSO Nº 0925 - Processo SUSEP nº 10.003010/99-64 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcello Teixeira Bittencourt; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. Relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Falta de pagamento integral da indenização de seguro condominial. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2124/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros no sentido de excluir o agravamento da pena por reincidência, tendo em vista que a SUSEP só deu ciência à recorrente dos processos usados para efeito de reincidência quando do julgamento pelo Conselho Diretor da Autarquia, caracterizando evidente cerceamento de defesa. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 1006 - Processo SUSEP nº 10.002165/01-51 - Recorrente: Bradesco Previdência e Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Atraso na entrega do FIP de dezembro de 2000. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 10.705,20. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2125/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento ao recurso da Bradesco Previdência e Seguros S.A., uma vez que os documentos apresentados pela recorrente e pelo DECON se prestam à entrega do mesmo formulário, razão pela qual não há que se considerá-lo como não entregue até 9 de março de 2001. Presente o advogado Dr. Jurai Alves Monteiro, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 1235 - Processo SUSEP nº 10.000436/00-35 - Recorrente: Átomo Engenharia, Gerenciamento de Riscos Seguráveis e Corretagem de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Marcello Teixeira Bittencourt. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de infração. Inexistência formal do Livro Registro de Produção e ausência de pedido prévio à SUSEP para utilização do sistema alternativo de arquivamento de propostas ou apólices. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 669,08. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2126/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da Átomo Engenharia, Gerenciamento de Riscos Seguráveis e Corretagem de Seguros Ltda com base no princípio da retroatividade benigna, expresso no art. 5º, inciso XL, da Constituição da República, uma vez que o órgão manifestou entendimento em um curto espaço de tempo - menos de três meses após a lavratura do auto de infração - que a escrituração do livro Registro de Produção por pequenos corretores era desnecessária. A representação da SUSEP negou provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

RECURSO Nº 1415 - Processo SUSEP nº 10.006763/01-45 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Preenchimento incorreto do FIP do mês de agosto de 2001. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 8.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2127/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Companhia Mutual de Seguros em face da sua intempestividade. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 1490 - Processo SUSEP nº 008-0410/97 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Atrasar indenização relativa a seguro de vida em grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 32.115,68. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2128/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A. tendo em vista que o depósito recursal foi efetuado quatro dias após esgotado o prazo recursal e apresentado cinco dias após a interposição do recurso.



RECURSO Nº 1496 - Processo SUSEP nº 15414.000673/97-62 - Recorrente: Sul América Santa Cruz Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Comercializar apólice de seguro em desacordo com a legislação vigente. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 467,80. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Prescrição. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2129/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, verificada às fls. 89/91 dos autos, nos termos do art. 1º, § 1º da Lei nº 9.873/99, com o conseqüente arquivamento dos autos, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 1546 - Processo SUSEP nº 15414.002164/2002-57 - Recorrente: Kyoei do Brasil Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não enviar à SUSEP, no prazo determinado, os dados de que a Circular SUSEP nº 169/2001. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 9.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2130/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros, uma vez que a própria recorrente admite o lapso cometido.

RECURSO Nº 1569 - Processo SUSEP nº 008-0124/00 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Negar pagamento de indenização referente a seguro sobre motocicleta de locadora. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2131/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros para excluir o agravamento da pena em decorrência da reincidência aplicada, uma vez que os paradigmas só foram revelados no julgamento de primeira instância. As representações da FENACOR e SUSEP negaram provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A representação da FENASEG deu provimento ao recurso uma vez que o segurado perdeu seu direito à indenização na medida em que preencheu a proposta de seguro como se fosse para fins de uso particular e não para locação. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valadares de Lacerda Rocha, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 1593 - Processo SUSEP nº 15414.001697/2002-11 - Recorrente: Santander Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Preenchimento incorreto do FIP referente ao mês de dezembro de 2001. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 35.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2132/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso do Santander Brasil Seguros S.A., pois não há que se falar em infração, já que a fiscalizada providenciou a recarga do FIP voluntariamente, sem nenhum ato anterior da autarquia e nenhum dano à ação fiscalizadora da SUSEP, posto que, no presente caso, o pedido de recarga foi feito em 19 de março de 2002 e a representação lavrada em 19 de abril de 2002. As representações da FENACOR e SUSEP negaram provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

RECURSO Nº 1633 - Processo SUSEP nº 15414.100675/2002-33 - II volumes - Recorrente: Safra Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Item 1 - ausência de elementos mínimos no Registro de Apólices e Bilhetes de Seguro Emitidos; Item 2 - ausência dos elementos mínimos no Registro de Sinistros Avisados; Item 3 - ausência de elementos mínimos no Registro de Sinistros Pagos; Item 4 - ausência de representações em determinadas unidades da federação; Item 5 - emissão de apólices com prazos superiores a 30 dias da data do início da vigência, e Item 6 - constituição da Provisão de Prêmios Não Ganhos sem observância da data de início do período de risco. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 9.000,00. para cada item. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2133/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Safra Seguros S.A por inexistir qualquer vício na decisão da SUSEP de aplicação de penalidade em face

da recorrida e, ainda, considerando o fato de que a recorrente apresentou sua peça de defesa sem conseguir, no entanto, fazer prova de suas alegações, contrariando a regra prevista no art. 333, inciso II do Código do Processo Civil Brasileiro.

RECURSO Nº 1685 - Processo SUSEP nº 10.003633/00-42 - Recorrente: CREFICAP Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Atrasar entrega da Ata referente à Assembleia Geral Ordinária de 26.05.2000. PENALIDADE: Multa no valor de R\$2.676,31. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2134/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da CREFICAP Capitalização S.A, uma vez que restou comprovada e até reconhecida a infração.

RECURSO Nº 1728 - Processo SUSEP nº 15414.002352/2002-85 - Recorrente: Mitsui Sumitomo Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Enviar à SUSEP dados estatísticos incorretos. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 8.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2135/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. uma vez que não comprova a alegação de ter prontamente reparado as irregularidades apontadas.

RECURSO Nº 1953 - Processo SUSEP nº 005-00412/98 - Recorrente: Wealthiness Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Apropriação indevida dos valores pagos a título de prêmio. PENALIDADE: Cancelamento de registro. BASE LEGAL: Art. 127 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2136/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da Wealthiness Corretora de Seguros Ltda. para aplicar à sociedade corretora a penalidade de suspensão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do inciso II do art. 16 das Normas Anexas à Resolução CNSP nº 14/95, uma vez que a pena de cancelamento de registro, excede o razoável, pois implica no banimento do profissional do mercado securitário.

RECURSO Nº 2006 - Processo SUSEP nº 15414.006005/98-39 - Recorrente: Real Previdência e Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusa de pagamento de indenização em seguro residencial. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2137/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Real Previdência e Seguros Ltda., uma vez que restou comprovado o entendimento equivocado da recorrente quanto ao caráter da ocupação do imóvel, tendo sido injustificada a recusa de pagamento da indenização, em especial pelo contido na Sentença Judicial às fls. 76/79 dos autos e no parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

RECURSO Nº 2007 - Processo SUSEP nº 15414.004609/2002-33 - Recorrente: BANERJ Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não atender à Carta SUSEP/DECON/GERES/DISEC nº 726/2002. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 13.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2138/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da BANERJ Seguros S.A. para conceder a atenuante prevista no inciso III, do art. 53 da Resolução CNSP nº 60/2001, uma vez que a sociedade providenciou a correção do ato antes do julgamento de primeira instância. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

RECURSO Nº 2067 - Processo SUSEP nº 15414.003183/98-81 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida em grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 32.115,68. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2139/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Unibanco AIG Seguros S.A. para retirar o aumento aplicado decorrente da reincidência, uma vez que a seguradora somente tomou conhecimento dos processos utilizados para efeito de reincidência quando foi intimada a conhecer da decisão do Conselho

Diretor da SUSEP, mantendo-se a atenuante já concedida, e determinando a devolução da importância recolhida a maior como garantia recursal. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Presente a advogada Dra. Thauana Iwazaki Shimizu Kurusu, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 2076 - Processo SUSEP nº 15414.000828/97-05 - Recorrente: PREVICORP Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não atender as exigências contidas no Ofício/Circular/SUSEP/COLEG nº 001. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 1.338,15. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2140/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da PREVICORP Previdência Privada, uma vez que o fato de ter sido decretada a Liquidação Extrajudicial, por si só, não extingue a punibilidade. Quando uma Entidade é submetida ao Regime Especial de Liquidação, os processos em curso devem ser suspensos, já no caso das Multas, as mesmas se tornam inexigíveis durante o regime de Liquidação. Somente nos casos onde as penalidades são as causadas da Decretação da Liquidação é que existe a extinção da pena pecuniária, pois o legislador entende que neste caso a Liquidação é a penalidade maior.

RECURSO Nº 2086 - Processo SUSEP nº 10.005375/01-19 - Recorrente: Companhia de Seguros Minas-Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Comercializar plano de seguro vida em grupo em desacordo com as normas vigentes. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 2.676,31. BASE LEGAL: Art. 111 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2141/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da

Companhia de Seguros Minas-Brasil por inexistir qualquer vício na decisão da SUSEP de aplicação de penalidade em face da recorrida e, ainda, considerando o fato de que a recorrente apresentou sua peça de defesa sem conseguir, no entanto, fazer prova de suas alegações, contrariando a regra prevista no art. 333, inciso II do Código do Processo Civil Brasileiro.

RECURSO Nº 2206 - Processo SUSEP nº 10.005919/99-11 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida em grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 32.115,68. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2142/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP para retirar o aumento aplicado decorrente da reincidência, mantendo-se a atenuante já concedida, e determinando a devolução da importância recolhida a maior como garantia recursal. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

RECURSO Nº 2683 - Processo SUSEP nº 006-0235/99 - Recorrente: Sul América Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Atrasar pagamento de indenização relativa a seguro DP-VAT. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2143/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Companhia de Seguros para excluir o agravamento da pena em decorrência da reincidência aplicada, uma vez que os paradigmas só foram revelados no julgamento de primeira instância. As representações da FENACOR e SUSEP negaram provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Presente a advogada Dra. Shana Araújo de Almeida, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 2695 - Processo SUSEP nº 15414.005049/2002-34 - Recorrente: Sociedade Auxiliadora; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não entregar a Avaliação Atuarial no prazo legal, prorrogado para o último dia útil de setembro de 2002. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 9.000,00. BASE LEGAL: Art. 41 da Lei Complementar nº 109/01. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2144/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, pre-

liminarmente, enfrentar a questão relativa à admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por maioria, conhecer o recurso, uma vez que o Conselho Diretor da SUSEP apreciou o recurso, embora tenha sido apresentado a destempe. A representação da SUSEP não conheceu o recurso. Vencida a preliminar decidem, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Sociedade Auxiliadora posto que não trouxe aos autos qualquer prova que descaracterizasse a infração cometida, inclusive confessando sua autoria.

RECURSO Nº 2725 - Processo SUSEP nº 15414.004578/2002-11 - Recorrente: Equatorial Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Preencher incorretamente o FIP referente ao mês de junho de 2002. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 8.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2145/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Equatorial Previdência Privada haja vista que a recorrente reconhece a ocorrência da infração.

RECURSO Nº 2732 - Processo SUSEP nº 10.003840/00-05 - Recorrente: BANERJ Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização relativa a seguro automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2146/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da BANERJ Seguros S.A. para excluir o agravamento da pena em decorrência da reincidência aplicada, devido o fato de que a mesma não teve oportunidade de se manifestar sobre a pertinência dos paradigmas de reincidência em momento anterior ao julgamento de primeira instância. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso, nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Presente a advogada Dra. Thauana Iwazaki Shimizu Kurusu, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 2786 - Processo SUSEP nº 15414.005165/98-70 - Recorrente: Vera Cruz Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2147/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Vera Cruz Seguradora S.A. para retirar o aumento da pena decorrente da reincidência aplicada, pois a SUSEP somente lhe deu ciência dos processos usados para efeitos da reincidência quando do julgamento pelo Conselho Diretor da Autarquia, caracterizando evidente cerceamento de defesa. As representações da FENACOR e SUSEP negaram provimento ao recurso, uma vez que não há impedimento legal ao recebimento de cada um dos benefícios em seguradoras diversas.

RECURSO Nº 2890 - Processo SUSEP nº 10.003365/99-90 - Recorrente: Sr. Amadeo Botelho Machado de Campos - ex-diretor-presidente da SAOEX S.A. Seguradora e Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Reter responsabilidades cujos valores ultrapassaram os limites técnicos, sem a devida cobertura de resseguro. PENALIDADE: Advertência. BASE LEGAL: Art. 79, § 1º do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2148/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso interposto pelo Sr. Amadeo Botelho Machado de Campos, ex-diretor-presidente da SAOEX S.A. Seguradora e Previdência Privada, em face da sua intempestividade.

RECURSO Nº 3168 - Processo SUSEP nº 15414.005018/2002-83 - Recorrente: CAIXAGERAL Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não enviar, no prazo estabelecido, dados para a Tábua Biométrica. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 8.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2149/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, em prosseguimento ao julgamento iniciado na 101ª sessão, onde, à exceção da representação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, o recurso foi julgado tempestivo, decidem, por unanimidade, negar provimento ao recurso da CAIXAGERAL Seguradora S.A., nos termos do art. 62 da Resolução CNSP nº 42/2000, alterado pelo art. 76 da Resolução CNSP nº 108/2004 uma vez que, a decretação do regime de liquidação extrajudicial não impede o prosseguimento do processo até o trânsito em julgado da decisão administrativa.

RECURSO Nº 3176 - Processo SUSEP nº 15414.002594/2004-31 - Recorrente: Nossa Caixa Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Preencher incorretamente o FIP referente ao mês de maio de 2004. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 8.000,00. BASE LEGAL: Art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2150/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Nossa Caixa Previdência S.A. por inexistir qualquer vício na decisão da SUSEP de aplicação de penalidade em face da recorrida e, ainda, considerando o fato de que a recorrente apresentou sua peça de defesa sem conseguir, no entanto, fazer prova de suas alegações, contrariando a regra prevista no art. 333, inciso II do Código do Processo Civil Brasileiro.

RECURSO Nº 3247 - Processo SUSEP nº 15414.003493/2004-87 - Recorrente: Interbrazil Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Insuficiência na cobertura de provisões técnicas em agosto de 2004. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 16.000,00. BASE LEGAL: Art. 57 do Decreto nº 60.459/67 c/c os artigos 28 e 84 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2151/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, preliminarmente, enfrentar a questão relativa à admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por maioria, conhecer o recurso, uma vez que o Conselho Diretor da SUSEP apreciou o recurso, embora tenha sido apresentado a destempe. A representação da SUSEP não conheceu o recurso. Vencida a preliminar decidem, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Interbrazil Seguradora S.A. por inexistir qualquer vício na decisão da SUSEP de aplicação de penalidade em face da recorrida e, ainda, considerando o fato de que a recorrente apresentou sua peça de defesa sem conseguir, no entanto, fazer prova de suas alegações, contrariando a regra prevista no art. 333, inciso II do Código do Processo Civil Brasileiro.

RECURSO Nº 3401 - Processo SUSEP nº 15414.004049/2004-89 - Recorrente: J. Malucelli Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisora e relatora do voto vencedor: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Aplicar recursos garantidores de reservas técnicas referentes a 11 de outubro de 2004 em desconformidade com a legislação em vigor. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 16.000,00. BASE LEGAL: Art. 57 do Decreto nº 60.459/67 c/c os arts. 28 e 84 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2152/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da J. Malucelli Seguradora S.A. visto que a impropriedade na aplicação dos recursos se deu por conta do banco custodiante, que induziu a SUSEP em erro. As representações da FENACOR e SUSEP negaram provimento ao recurso, haja vista que a infração está devidamente caracterizada, em especial pelo contido no Parecer Técnico de fls.27/28. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3496 - Processo SUSEP nº 15414.000785/2002-04 - Recorrente: Itaú Vida e Previdência S.A. sucessora da Companhia de Seguros Gralha Azul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt; Revisora e relatora do voto vencedor: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2153/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Itaú Vida e Previdência S.A., sucessora da Companhia de Seguros Gralha Azul, para conceder a atenuante, prevista no inciso III, do art. 53 da Resolução CNSP nº 60/2001, uma vez que a sociedade providenciou a correção do ato antes do julgamento de primeira instância, e excluir o agravamento da pena por reincidência, tendo em vista que a SUSEP só deu ciência à recorrente dos processos usados para efeito de reincidência quando do julgamento em primeira instância, caracterizando evidente cerceamento de defesa. As representações da SUSEP e FENACOR votaram pela concessão da atenuante mas mantiveram as reincidências aplicadas. Presente a advogada Dra. Thauana Iwazaki Shimizu Kurusu, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3501 - Processo SUSEP nº 005-01544/01 - II volumes - Recorrente: HDI Seguros S.A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagar indenização relativa a seguro automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 17.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2154/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados,

de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da HDI Seguros S.A. em face da sua intempestividade.

RECURSO Nº 3522 - Processo SUSEP nº 10.000174/99-85 - Recorrente: Paraná Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisora e relatora do voto vencedor: Conselheira Maria da Glória Faria. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de responsabilidade civil. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2155/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da Paraná Companhia de Seguros, tendo em vista que a alínea "b" do item 4.1 da Circular SUSEP nº 27/84 exclui da cobertura securitária danos causados pelo segurado a qualquer parente e, no caso, a vítima era cunhado do segurado. As representações da FENACOR e SUSEP negaram provimento ao recurso uma vez que o texto das Condições Gerais do Seguro, além de restritivo, diverge da disposição contida no item 4.1 da Circular SUSEP nº 27/84. Presente a advogada Dra. Thauana Iwazaki Shimizu Kurusu, que sustentou oralmente em favor da recorrente; intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3728 - Processo SUSEP nº 15414.002175/2005-80 - Recorrente: União Previdenciária Cometa do Brasil - COMPREV; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não aplicar adequadamente recursos das provisões técnicas referentes ao mês de abril de 2005. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 64.000,00. BASE LEGAL: Art. 9º, § 1º da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2156/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da União Previdenciária Cometa do Brasil - COMPREV já que o engano por parte do gestor do Fundo Prosper Soberano não a isenta de responsabilidade perante a SUSEP.

RECURSO Nº 3894 - Processo SUSEP nº 10.004881/00-10 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Teixeira Bittencourt; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Descumprir as condições contratuais de previdência. PENALIDADE: Multa no valor de R\$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2158/09: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB por inexistir qualquer vício na decisão da SUSEP de aplicação de penalidade em face da recorrida e, ainda, considerando o fato de que a recorrente apresentou sua peça de defesa sem conseguir, no entanto, fazer prova de suas alegações, contrariando a regra prevista no art. 333, inciso II do Código do Processo Civil Brasileiro.

2.4 - ASSUNTOS GERAIS:

2.4.1 - A pedido do Conselheiro Relator o recurso nº 0823 - Processo SUSEP nº 15414.001425/98-47 foi retirado de pauta.

2.4.2 - A pedido da recorrente, o recurso nº 1307 - Processo SUSEP nº 15414.002879/97-17 foi retirado de pauta.

2.4.3 - O recurso nº 3402 - Processo SUSEP nº 15414.002828/2003-69 baixou em diligência para que seja juntado aos autos o Processo SUSEP nº 004-0167/98. Após, os autos devem ser encaminhados à representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para se manifestar a respeito da prescrição.

2.4.4 - O recurso nº 3874 - Processo SUSEP nº 15414.005073/2005-16 da Vera Cruz Vida e Previdência S.A. foi retirado de pauta para serem juntados aos autos os Processos SUSEP nº 15414.003893/2004-92 e mais outros seis que, segundo a recorrente, foram atuados em decorrência do desmembramento do primeiro.

2.5 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 115ª (centésima décima quinta) Sessão Pública de Julgamento, pelo Presidente, e eu, Alessandra Lisboa Guedes, Secretária lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente, Procuradora da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro (RJ), 7 de janeiro de 2010.

FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente

MARIA ELI TRACHTENBERG
Procuradora da Fazenda Nacional

MARCELLO TEIXEIRA BITTENCOURT
Conselheiro

CLAUDIO CARVALHO PACHECO
Conselheiro

MARIA DA GLÓRIA FARIA
Conselheira

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

ALESSANDRA LISBOA GUEDES
Secretária



PROCURADORIA-GERAL
 DA FAZENDA NACIONAL
 PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 2ª REGIÃO
 PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
 NO RIO DE JANEIRO
 PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
 DE 12 DE JANEIRO DE 2010

Exclui LANCHONETE RECANTO DE ALCANTARA LTDA ME do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL DA PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM NITERÓI, abaixo identificado, no uso de suas atribuições, declara:

Art. 1º Fica excluído do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006, de acordo com seu art. 7º, o sujeito passivo LANCHONETE RECANTO DE ALCANTARA LTDA ME, inscrito no CNPJ de nº 29.721.438/0001-40, conforme processo administrativo nº 19668.000122/2010-61, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de inadimplência no recolhimento das parcelas do Paex, por período superior a dois meses consecutivos ou alternados, consoante as disposições legais fixadas no inciso I do art. 7º da Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM NITERÓI, na Rua Almirante Teffé, nº 668 - 5º andar, Centro, Niterói-RJ, CEP 24030-085, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Não havendo apresentação de recursos no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANA GABRIELA DAHER MONTEIRO

PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 3ª REGIÃO
 PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
 DE 5 DE JANEIRO DE 2010

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O PROCURADOR SECCIONAL SUBSTITUTO DA FAZENDA NACIONAL EM SANTO ANDRÉ - SP, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da MP nº 303, de 29 de junho de 2006; e nos artigos 6º a 13º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007; e o que consta dos processos administrativos relacionados no Anexo Único, declara:

Art. 1º - Fica rescindido o Parcelamento excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, das pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único, por estar configurada a hipótese de rescisão prevista no art. 7º da MP nº 303 de 29 de junho de 2006, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex.

Art. 2º - É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Santo André - SP no endereço: Av. José Caballero, 35, Centro, Santo André - SP.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a rescisão do Paex será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR UTIDA MANES BAEZA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex).

CPF/CNPJ	NOME	PROCESSO ADMINISTRATIVO
02.931.231/0001-44	ADVANCED COM SERV. TELEF.	19608.00207/2007-58
57.804.155/0001-06	ARTEC SERR. ART. E IND.	19608.000058/2008-16
02.031.644/0001-72	A ROCHAZZI CONF.COM LTDA.	19608.000057/2008-63
04.255.161/0001-87	AVPLAN SERV. TEC SC LTDA.	19608.000676/2008-58
64.125.438/0001-89	ABC BASC. MANUT IND.	19608.000391/2008-17
03.480.975/0001-52	ABC 2000 TELECOMUNICAÇÕES.	19608.000056/2008-19
01.693.909/0001-35	AEROTECNIC KDJ VULCANO	19608.000003/2010-12
01.204.077/0001-46	ANTONIO L. SANTOS TRANSP.	19608.003739/2009-17
57.109.309/0001-97	ADEFITAS COM. FITAS ADES.	19608.000001/2010-23
03.275.663/0001-07	ABC HOME PELI.ACESS. LTDA.	19608.000002/2010-78
02.819.450/0001-36	BC TACOGRAFOS INSTR. LTDA.	19608.000460/2007-10
59.501.676/0001-01	BISCOITOS ELINETE LTDA ME.	19608.000041/2007-70
50.158.732/0001-82	BAR RESTA. TRANS. LTDA	19608.000465/2007-34
61.131.504/0001-35	COM. DE VID. BARCELONA.	19608.000004/2010-67
03.139.642/0001-64	COMBATE TECN. AMB. LTDA	19608.000005/2010-10
00.725.923/0001-00	COMABEM REFE. MAUA.	19608.000006/2010-56
47.172.168/0001-48	COM.METAIS MINOR LTDA.	19608.000031/2008-15
03.424.393/0001-59	CABB EDI. SC LTDA ME.	19608.000366/2008-33
49.242.613/0001-24	COM. M. O BAHIA. LTDA.	19608.000032/2008-60
73.040.537/0001-59	CALDEIRARIA M. IND.COM.	19608.000474/2008-14
00.640.735/0001-80	DEJAIR L. HIDRAULICA ME.	19608.003133/2009-73
03.757.118/0001-57	DIRCE P. S. PLASTICOS ME.	19608.000034/2008-59
02.868.027/0001-26	DANFER S.A IND E MEC.	19608.000205/2007-69
03.744.421/0001-15	DLM TELE. LTDA.	19608.000502/2008-95
02.009.596/0001-16	ESTAMPARIA CACE LTDA.	19608.000008/2010-45
57.512.493/0001-66	E SOUZA & CIA LTDA.	19608.000060/2008-87
02.291.231/0001-27	EZE MAQ. IND. MEC. LTDA.	19608.000700/2008-59

61.561.874/0001-02	FABRICA C. VAPOR.	19608.000009/2010-90
01.304.463/0001-00	FIRST CLASS LOC BENS LTDA.	19608.000010/2010-14
01.988.908/0001-18	FRIGEL ART. ALUMINIO.	19608.000062/2008-76
01.069.512/0001-77	GRANI ART COM GRANITOS.	19608.000432/2007-94
00.311.267/0001-08	GENIAM INFOR. LTDA.	19608.000412/2008-02
03.124.355/0001-80	GNA TRAB. TEMP. LTDA.	19608.000397/2008-94
03.422.640/0001-88	HITAJA PROMO. BRINDES.	19608.000011/2010-69
02.471.437/0001-39	HELLENMAR BRI. IND.COM.	19608.000012/2010-11
00.959.782/0001-90	HELENICE AP. S. DA SILVA.	19608.000329/2008-25
74.272.667/0001-80	HIDRAUMAC SO MEC HIDRA.	19608.000039/2008-81
02.565.797/0001-08	HUH MODAS LTDA.	19608.000468/2007-78
03.325.182/0001-69	IRNA EQUIP. IND. LTDA.	19608.000013/2010-58
57.507.667/0001-00	ISSHIKI IND DE MAQ. LTDA	19608.000367/2008-88
67.199.505/0001-06	IRNA IND. MECANICA LTDA.	19608.000449/2007-41
01.065.116/0001-71	IND E COM DE SUINOS B. PIG	19608.000469/2007-12
38.804.225/0001-73	JOÃO BATISTA C. R.P ME.	19608.000015/2010-47
02.418.644/0001-20	JN COM.L. LTDA ME.	19608.000327/2008-36
03.014.236/0001-75	LUCIMARA FERRI DE C.	19608.000016/2010-91
03.173.089/0001-86	LABORSAN CONT. DE EFLU.	19608.000017/2010-36
00.367.123/0001-65	LIRON COM. E SERV. LTDA.	19608.000018/2010-81
00.414.621/0001-11	LUCKA COM DE MÁQ. FERR.	19608.000044/2008-94
68.194.208/0001-22	LUCKYPAN PANI. LTDA.	19608.000045/2008-39
02.134.893/0001-93	LINEART COM. VI. LTDA ME.	19608.000043/2008-40
64.081.375/0001-06	LAOA IND COM ROUPAS LTDA.	19608.000440/2007-31
01.953.748/0001-71	LEILA C. COM. E CONF. LT.	19608.000326/2008-91
03.572.697/0001-63	KARMAC DO BR LTDA.	19608.000470/2007-47
03.151.609/0001-50	KERIGMA PROC. PROG. LTDA.	19608.000447/2007-52
01.113.644/0001-59	MJK IND COM PLASTICOS LT.	19608.003746/2009-19
02.253.760/0001-36	MUNDIAL DISTR. CARVÃO.	19608.000019/2010-25
00.172.787/0001-79	MAC PEÇAS LTDA.	19608.000020/2010-50
03.584.544/0001-36	MALCON M. CONF. E SERV	19608.000021/2010-02
03.804.613/0001-70	MEGA AUTO. SERV. LTDA.	19608.000022/2010-49
65.812.661/0001-67	MARLENE FLORIS P. B. ME.	19608.000023/2010-93
66.673.674/0001-65	MR PAES DOCES LTDA.	19608.000360/2008-66
58.444.365/0001-95	MERCADINHO J.D. LTDA ME.	19608.000472/2007-36
57.815.151/0001-15	MK COM. ELETRO ELETRONICA.	19608.000094/2007-91
57.498.883/0001-29	METALURGICA MOTTA LTDA.	19608.000279/2007-03
55.194.757/0001-55	MARCENARIA BRITO R. LTDA.	19608.000090/2008-93
03.416.415/0001-39	MONTELTEC COM. MANUT MAQ.	19608.000066/2008-54
02.521.551/0001-26	MONTGAS COM MONT.IND.	19608.000065/2008-18
02.405.160/0001-46	MARIA AP. DE SOUZA B. ME.	19608.003738/2009-64
00.140.401/0001-47	MODAS ELKARIOS LTDA.	19608.000406/2007-66
44.176.451/0001-50	MODELAÇÃO NIMA LTDA.	19608.001685/2009-47
01.106.227/0001-89	MARSON COM. PEÇAS MOLAS.	19608.000476/2007-14
60.342.235/0001-93	NEW COLORS ART. E ED. G. LT.	19608.0000210/2007-71
61.225.090/0001-03	NIKAR EMB. P. LTDA.	19608.000067/2008-07
00.747.719/0001-90	ON SITE W. COM SERV ESP. M.	19608.000400/2008-70
03.607.816/0001-76	OSWALDO S. CONFEC. ME.	19608.000450/2007-76
64.965.809/0001-30	OSVALDO GALBIER MAUA ME.	19608.000024/2010-38
57.405.854/0001-75	PAULO ROGERIO FA. ME.	19608.000033/2010-29
47.335.112/0001-67	PRO CAT ASS. MEDICO HOSP.	19608.000034/2010-73
01.221.540/0001-68	PRO FORMULA ABC COSMET.	19608.000025/2010-82
01.798.763/0001-92	PAC EMBALAGENS LTDA.	19608.000026/2010-27
01.354.667/0001-55	PRINCEPS COM. E CONF. LT.	19608.000474/2007-25
00.950.745/0001-11	PORT HOUSE PROD.MAD. LTDA.	19608.000050/2008-41
03.626.146/0001-35	PLASRIO PLAS. LTDA.	19608.000278/2007-51
04.830.124/0001-55	PRINCECOM COMP. ELET. LTDA.	19608.000333/2008-93
59.893.461/0001-83	POLIUR IND COM PLASTICOS.	19608.000433/2007-39
68.998.319/0001-91	PRO VITAE FARMA. MANIP.	19608.000330/2008-50
73.085.813/0001-03	PERGLASS HFV .VIDRO.	19608.000674/2008-69
02.027.525/0001-46	QUATRO M. PREST. SERV.	19608.000677/2008-01
62.944.608/0001-21	RONAPLASTIC IND.COM. PLAS.	19608.001705/2009-80
04.299.803/0001-40	RL EDUCAÇÃO INF. LTDA.	19608.000069/2008-98
02.220.164/0001-50	RODOCLIN TRANSP. LTDA ME.	19608.000027/2010-71
53.728.820/0001-60	RICO TRANSP. TURISTICA LTDA.	19608.000032/2010-84
01.627.152/0001-81	ROCCO TELE. LTDA.	19608.000028/2010-16
57.366.890/0001-77	RIGHETTO FUN. E PINT. LTDA	19608.000029/2010-61
04.410.608/0001-45	R.J LOPES E CIA.	19608.000030/2010-95
49.532.625/0001-93	ROCAM MAT. CONSTR. LTDA.	19608.000031/2010-30
02.150.006/0001-70	REQUINTE E CONV. LTDA.	19608.003824/2009-77
03.625.186/0001-62	ROBSON SANRO CA. ME.	19608.000382/2008-26
71.920.003/0001-91	SIMPE INF. LTDA ME.	19608.000070/2008-12
44.177.517/0001-26	SERCON EQUIP. IND. LTDA.	19608.000445/2007-63
50.473.941/0001-10	SJ TRANSP. E SERV LTDA	19608.000036/2010-62
04.798.842/0001-91	SILVIA HELENA DA F. M. ME.	19608.000037/2010-15
03.838.473/0001-50	SYSTEMS WORLD. SIS. ADM.	19608.000038/2010-51
02.963.870/0001-91	SANDRA DA SILVA S.A ME.	19608.000039/2010-04
02.505.258/0001-75	STAR LIGHT ELETR. E IL.	19608.000040/2010-21
00.836.760/0001-33	SADD SERV. SC LTDA.	19608.000041/2010-75
59.956.714/0001-10	THE SUPER SIGN COM.	19608.000481/2007-27
53.051.686/0001-06	TRANSPORTES R G LTDA.	19608.000443/2007-74
50.158.781/0001-15	TRANSLUDIM TRANSP. ROD.	19608.000434/2007-83
00.980.167/0001-66	TRANSP. LION LTDA ME.	19608.000054/2008-20
02.132.649/0001-91	TELINCEL TELE. INF.	19608.000679/2008-91
03.747.154/0001-30	TEKA BUFFET E ROT. LTDA.	19608.000461/2007-56
03.928.747/0001-00	TECNOMAD IND EMB. MAD.	19608.000442/2007-20
64.506.363/0001-86	TRUCOFER REQUALI TRANSP.	19608.000035/2010-18
57.491.300/0001-38	TRANSP. ATTILIO LTDA.	19608.000042/2010-10
02.086.531/0001-74	TRIAL COM. SERV. LTDA.	19608.000043/2010-64
02.205.822/0001-34	TREVO SIST. ALIMENTAÇÃO E S.	19608.000044/2010-17
03.393.643/0001-30	VERUSCHKA SOUZA CA.	19608.000045/2010-53
57.512.675/0001-37	VIACÃO PADROEIRA BR LT.	19608.000055/2008-74
02.595.530/0001-55	WANDA ROSA COELHO	19608.000504/2008-84

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
DO BRASIL**
**SUBSECRETARIA DE ARRECAÇÃO E
ATENDIMENTO**
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECAÇÃO E
COBRANÇA**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3,
DE 18 DE JANEIRO DE 2010**

Dispõe sobre a declaração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) em Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) pelas empresas.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 290 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 4 de março de 2009, e tendo em vista o disposto nas Emendas Constitucionais Nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e Nº 41, de 19 de dezembro de 2003, na Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na Lei Nº 10.666, de 8 de maio de 2003, na Resolução MPS/CNPS Nº 1.308, de 27 de maio de 2009, no § 5º do art. 202-A do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e no Decreto Nº 6.957, de 9 de setembro de 2009, declara:

Art. 1º Para a operacionalização do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) no Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (SEFIP), o preenchimento do campo "FAP" deverá ser feito com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento (truncamento).

§ 1º Até a adequação do SEFIP, a Guia da Previdência Social (GPS) gerada pelo sistema deverá ser desprezada e preenchida manualmente, observando o disposto no § 2º.

§ 2º Conforme dispõe o § 1º do art. 202-A do Decreto Nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Regulamento da Previdência Social (RPS), o FAP a ser aplicado sobre as alíquotas previstas nos incisos I a III do art. 202 do RPS deverá conter 4 (quatro) casas decimais e, portanto, para o cálculo correto da contribuição de que trata o art. 202 do RPS, as alíquotas a serem utilizadas após a aplicação do FAP também deverão conter 4 (quatro) casas decimais.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE ALBUQUERQUE LINS

**SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO
E CONTENCIOSO**
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
DE 5 DE JANEIRO DE 2010**

Divulga o valor do dólar dos Estados Unidos da América para efeito da apuração da base de cálculo do imposto de renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, no mês de janeiro de 2010.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 4 de março de 2009, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei Nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, declara:

Artigo único. Para efeito da apuração da base de cálculo do imposto de renda, no caso de rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior:

I - os rendimentos em moeda estrangeira que forem recebidos no mês de janeiro de 2010, bem assim o imposto pago no exterior, serão convertidos em reais mediante a utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para compra no dia 15/12/2009, cujo valor corresponde a R\$ 1,7549;

II - as deduções que serão permitidas no mês de janeiro de 2010 (incisos II, IV e V do art. 4º da Lei Nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995) serão convertidas em reais mediante a utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para venda no dia 15/12/2009, cujo valor corresponde a R\$ 1,7557.

FERNANDO MOMBELLI

2ª REGIÃO FISCAL
**ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
NO PORTO DE MANAUS**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1
DE 18 DE JANEIRO DE 2010**

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, no uso da competência estabelecida no artigo 280, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04/03/2009, publicada no DOU de 06/03/2009, declara:

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS

3ª REGIÃO FISCAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência conferida pelo § 3º do artigo 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, (DOU de 06/02/2009), delegada pelo inciso II do art. 3º da Portaria SRRF03 nº 481, de 15 de dezembro de 2009, (DOU de 17/12/2009), declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO
3A.0.278	ALEXANDRE WALLACY SANTOS DA GUIA	010.905.683-39	11131.001340/2009-25

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação.

NILZA MARIA BESSA TAJRA

**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM SÃO LUÍS**

PORTARIA Nº 6, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SÃO LUÍS-MA, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 4 de março de 2009, publicada no DOU de 6 de março de 2009, tendo em vista disposto no artigo 439, § 1º da Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, resolve:

Declarar CANCELADA a Certidão Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Contribuições Previdenciárias, de número 00296/2009-09001010, emitida indevidamente em 28 de dezembro de 2009, em favor de São Mateus do Maranhão Prefeitura, CNPJ 06.019.491/0001-07

ANTONIO AUGUSTO SIMAS NETO

4ª REGIÃO FISCAL
**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM CARUARU**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
DE 18 DE JANEIRO DE 2010**

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CARUARU/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 280, incisos II e IX, c/c artigo 281 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04 de março de 2009; e com fundamento nos artigos 10 c/c artigo 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 03, de 02 de maio de 2007, declara:

Art. 1º - SEM EFEITO a Certidão Negativa de Débitos Previdenciários n.º 184832009-15.021.050, emitida em 14/12/2009, em favor da empresa CIA TEXTIL LTDA, CNPJ Nº 08.744.332/0001-92, em virtude de haver sido liberada conforme apresentação de GFIP referente à competência 08/2009, sem que o respectivo recolhimento tenha migrado para os sistemas informatizados da Receita Federal até a presente data.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos retroativamente a partir de 14/12/2009.

FRANCISCO NASARENO DE ANDRADE

I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa MAGAMA INDUSTRIAL LTDA, CNPJ Nº 84.478.737/0001-70, Processo 10283.004200/2009-11, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO NEPOMUCENO

6ª REGIÃO FISCAL
**DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM POÇOS DE CALDAS**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 18 DE
JANEIRO DE 2010**

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei Nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 281 e 292 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04 de março de 2009 e pelo parágrafo 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB Nº 866, de 06 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do Decreto Nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI) - alterado pelo Decreto Nº 6.158, de 16 de julho de 2007, DECLARA:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei Nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a mil mililitros, desde que autorizada a sua comercialização nessas embalagens, estão sujeitos ao imposto, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de mil mililitros, arredondando-se para mil mililitros a fração residual, se houver, conforme disposto no § 7º do art. 150 do Decreto Nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 4º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto Nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, que observarem o disposto no § 2º do art. 152 do Ripi.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PAULO PEREIRA MILAGRES



ANEXO ÚNICO

Enquadramento de Produtos para Efeito de Cálculo e Pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
16.730.137/0001-31	ALBA - FERMENTADO DE CA- NA DE AÇUCAR E SUCO DE UVA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
16.730.137/0001-31	TCHU-TCHUCA - FERMENTA- DO COMPOSTO DE CANA DE AÇUCAR E CATUABA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
16.730.137/0001-31	MARCON - FERMENTADO COMPOSTO DE CANA DE AÇU- CAR E JURUBEBA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
16.730.137/0001-31	CHALANA DO NORTE - FER- MENTADO COMPOSTO DE CA- NA DE AÇUCAR E JURUBEBA	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	H
16.730.137/0001-31	NORTINI - FERMENTADO COMPOSTO DE CANA DE AÇU- CAR E LOSNA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
16.730.137/0001-31	TOPATUDO - FERMENTADO COMPOSTO DE CANA DE AÇU- CAR E RAÍZES AMARGAS	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
16.730.137/0001-31	MARCOZANO - VINHO TINTO COMPOSTO DOCE	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	H
16.730.137/0001-31	MARCOZANO - VINHO COM- POSTO TINTO DOCE	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	H
16.730.137/0001-31	MARCON - FERMENTADO COMPOSTO DE CANA DE AÇU- CAR E CANELA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
16.730.137/0001-31	MARCON - COOLER DE VINHO ROSÉ COM SUCO NATURAL DE PÊSSEGO (COOLER)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	G
16.730.137/0001-31	CAVE D'MARC - VINHO FINO DE MESA TINTO SECO - CA- BERNET SAUVIGNON (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO LI- COROSO DOCE (VINHO LICO- ROSO DE UVA HIBRIDA)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO LI- COROSO DOCE (VINHO LICO- ROSO DE UVA HIBRIDA)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO LI- COROSO DOCE (VINHO LICO- ROSO DE UVA HIBRIDA)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO LI- COROSO DOCE (VINHO LICO- ROSO DE UVA HIBRIDA)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO LI- COROSO DOCE (VINHO LICO- ROSO DE UVA HIBRIDA)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO DE MESA SECO (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO DE MESA SECO (VINHO CO- MUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO DE MESA SECO (VINHO CO- MUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO ROSADO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO ROSADO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO ROSADO LI- COROSO DOCE (VINHO LICO- ROSO DE UVA HIBRIDA)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SUAVE - FOLHA DE FI- GO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SECO - FOLHA DE FIGO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SECO - FOLHA DE FIGO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.730.137/0001-31	MARCON - VINHO TINTO DE MESA SECO - FOLHA DE FIGO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	E
16.730.137/0001-31	VINHAS DE ANDRADAS - VI- NHO DE MESA TINTO SECO - BORDO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F
16.730.137/0001-31	VINHAS DE ANDRADAS - VI- NHO DE MESA TINTO DEMI - SEC - JACQUEZ (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F

16.730.137/0001-31	MARCON - COOLER DE VINHO ROSÉ COM SUCO NATURAL DE PÊSSEGO (COOLER)	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	G
16.730.137/0001-31	VINHAS DE ANDRADAS - VI- NHO DE MESA TINTO SUAVE - BORDO (VINHO FINO)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO ROSADO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	I
16.730.822/0001-68	CARACOLENSE - VINHO RO- SADO DE MESA SUAVE (VI- NHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.822/0001-68	CARACOLENSE - VINHO RO- SADO DE MESA SUAVE (VI- NHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SUAVE (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	I
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SUAVE (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SUAVE (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SUAVE (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	C
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SUAVE (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	G
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO COM- POSTO COM JURUBEBA	De 671ml até 1000ml	2205.10.00	H
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	E
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO TINTO DE ME- SA SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO LI- COROSO DOCE (VINHO LICO- ROSO DE UVA HIBRIDA)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO BRANCO LICOROSO DOCE (VI- NHO LICOROSO DE UVA HI- BRIDA)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	H
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SUAVE (VINHO CO- MUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	E
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	Acima de 1000ml	2204.21.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	Acima de 2000ml	2204.29.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	F
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO DE MESA SECO (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
16.730.822/0001-68	BASSO - VINHO BRANCO LI- COROSO DOCE (VINHO LICO- ROSO DE UVA HIBRIDA)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR, FERNET E SUCO DE LI- MÃO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E ERVAS FINAS	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E MENTA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E CACAU	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E COCO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA DE AÇU- CAR E SUCO DE MORANGO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E SUCO DE MARACUJÁ	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E AMENDOIM	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E SUCO DE PÊSSEGO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E SUCO DE ABACAXI	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E LIMÃO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E MEL	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBA - COQUETEL DE FER- MENTADO DE CANA-DE-AÇU- CAR E MEL	De 376ml até 670ml	2206.00.90 Ex 01	E
26.189.951/0001-44	TROPI - CANA - FERMENTADO COMPOSTO DE CANA-DEAÇU- CAR E LIMÃO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
26.189.951/0001-44	ALBAROV - VODKA	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	L
26.189.951/0001-44	DUE NONNO - AGUARDENTE COMPOSTA COM GENGIBRE (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA,DE GEN- GIBRE)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K

7ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 Nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB Nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB Nº 941, de 25 de maio de 2009, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB Nº 844/2008, a empresa GEORESEARCH DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 03.722.323/2009-87, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Parágrafo único. Encontram-se identificados no Anexo os estabelecimentos que poderão utilizar o Repetro.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB Nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 Nº 198, de 01 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. de 2 de dezembro de 2009.

PAULO ROBERTO XIMENES PEDROSA

ANEXO

Nº NO	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	Nº DO CONTRATO	TERMO
CNPJ		(ANP)	CONTRATO	FINAL
Processos Nº [1] 10768.019282/00-00 e [2] 10768.006852/2009-39				
		Campos em Exploração:		
		Bacia Sedimentar de Campos: BC-400		
		Bacia Sedimentar de Santos: BM-S-8 :1-BRSA-532-A-SPS. BM-S-9 :1-BRSA-491-SPS e 1-BRSA-594-SPS. BM-S-10:1-BRSA-329D-RJS. BM-S-11:1-BRSA-369-A-RJS e	[1] 2050.0013937.05-2	30.08.2009
	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Produção:		
		Bacia sedimentar de Campos: Albacora, Albacora Leste, Anequim, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo,	[1] 2050.0033816.07-2	27.07.2011

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
NO RIO DE JANEIROATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8,
DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Habilitação para operar o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPOR-TO).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NO RIO DE JANEIRO, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 205 e 283, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de março de 2009, publicada no DOU de 6 de março de 2009, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no artigo 5º, caput, da Instrução Normativa RFB Nº 879, de 15 de outubro de 2008, publicada no DOU de 17 de outubro de 2008, e considerando o que consta do processo Nº 10768.005544/2009-96, resolve:

Artigo 1º Habilitar, a empresa, abaixo identificada, a operar o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPOR-TO), consoante o disposto no artigo 1º, da Instrução Normativa RFB Nº 879, de 15 de outubro de 2008, publicada no DOU de 17 de outubro de 2008.

EMPRESA: TRIUNFO OPERADORA PORTUÁRIA LTDA.

CNPJ: 29.355.260/0001-61

PROCESSO: 10768.005544/2009-96

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CATIA DA SILVA BESERRA

PORTARIA Nº 43, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NO RIO DE JANEIRO, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 205 e 283, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de março de 2009, publicada no DOU de 6 de março de 2009, com suas alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 439, da Instrução Normativa RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, publicada no DOU de 17 de novembro de 2009, com suas alterações posteriores, declara:

Artigo único: Fica cancelada de pleno direito, a partir de 14/01/2010, a Certidão Positiva com efeitos de Negativas de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros de Nº 001552009-17300860, emitida em favor da empresa RETRATO CONSULTORIA E MARKETING LTDA., CNPJ Nº 31.223.860/0001-18, por força de liminar deferida nos autos do processo de Mandado de Segurança Nº 2009.51.01.007625-7, pelo juízo da 5ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro.

CATIA DA SILVA BESERRA

8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
NO AEROPORTO INTERNACIONAL
DE VIRACOPOSATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Declara inapta a inscrição no CNPJ da empresa que menciona.

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 45, parágrafo único da Instrução Normativa RFB Nº 748/2007 (DOU de 2.7.2007), e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo Nº 10831.015323/2007-53, resolve:

03.722.323/0001-87	Bonito Carapeba,, Caratinga, Cherne, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Espadarte, Garoupa, Garoupinha, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, úna, Roncador, Trilha, Vermelho, Viola e Voador.	(181.2.003.02-5)	
	Bacia Sedimentar de Santos: Coral e Estrela do Mar.	[2] 2050.0013939.05-2 (Arame SLICK LINE)	02.02.2010
El Paso Petróleo do Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sed. de Camamu-Almada: BM-CAL-4 (substituído)	[1] EPPC-MSA-217	01.08.2010
Devon Energy do Brasil Ltda.	Campo em Produção: CARAÚNA	[1] s/Nº de 01.03.00	28.02.2010
Repsol YPF Brasil S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Espírito Santo: BM-ES-29 Campos: BM-C-33 Santos: BM-S-48 e 55	[1] 07USA010D (MSA)	19.01.2012
Chevron Brasil Ltda.	Campo em Produção: Frade	[1] Rental Order CW612712 Service Order CW612712 Rental Order CW612709-A (Rental Order CW606415) Service Order CW612709-B (Service Order CW606415)	13.06.2011
Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Santos: BM-S-22	[1] A2144616 (Unidade de Perfuração West Polaris)	24.07.2010

Proc. Nº 10768.004814/2009-41				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO CONTRATO	TERMO FINAL
03.722.323/0001-87	OGX PETRÓLEO E GÁS LTDA.	BLOCOS: BM-C-39 BM-C-40 BM-C-41 BM-C-42 BM-C-43 BM-S-56 BM-S-57 BM-S-58 BM-S-59 BM-PAMA-13 BM-PAMA-14 BM-PAMA-15 BM-PAMA-16 BM-PAMA-17	OGXLTD/2009/020 Anexo I Item 2.2	15/10/2012

Art. 1º. Fica declarada inapta a inscrição no CNPJ da empresa Vida Internacional Ltda., sob o número 61.608.337/0001-70, com fundamento no art. 81, §1º da Lei Nº 9.430/96, e no artigo 34, IV da Instrução Normativa RFB Nº 748/2007.

Art. 2º. Consideram-se inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica, a partir da data de 18 de dezembro de 2002, por força do disposto no art. 82 da Lei Nº 9.430/96 e no art. 48, § 3º, III, da Instrução Normativa RFB Nº 748/2007.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ANDRADE LEAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM CAMPINAS
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃOATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2,
DE 19 DE JANEIRO DE 2010

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º, inciso III da Portaria de Delegação de Competência Nº 94, de 13/03/2009, publicada no DOU de 16/03/2009, tendo em vista o disposto no artigo 43 da Instrução Normativa RFB Nº 748, de 28/06/2007 e o que consta do processo administrativo Nº 10830.015724/2009-85, declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ 05.541.911/0001-40, em nome de INFOCAD SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO PARA COMPUTADORES LTDA, nos termos do disposto no artigo 34, inciso III e artigo 41, incisos II e III da Instrução Normativa RFB Nº 748, de 28/06/2007.

Assim são considerados tributariamente inidôneos os documentos emitidos pela Pessoa Jurídica supracitada, a partir de 31/12/2005, face o disposto no artigo 48, parágrafo 3º, inciso II da IN RFB Nº 748, de 28/06/2007.

ANTONIO ROBERTO MARTINS



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2,
DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Declara excluído do Sistema Integrado de Pagamento do Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples Federal) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, artigo 280, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF Nº 125/2009, e considerando a competência que lhe confere o parágrafo 3º, do artigo 15 da Lei Nº 9.317/1996, observando também nesta Lei o disposto no artigo 14, inciso I e tendo em vista o que consta no processo administrativo Nº 13855.003518/2008-51, declara:

Art.1º Fica a pessoa jurídica a seguir identificada excluída da opção pela sistemática de pagamento dos impostos e contribuições de que trata o artigo 3º da Lei Nº 9.317/96, denominada SIMPLES FEDERAL, a partir de 01/01/2006, pela ocorrência da situação excludente indicada abaixo:

Nome: FAKCINI REPRESENTAÇÕES DE CALÇADOS LTDA EPP

CNPJ: 05.664.348/0001-05

Data da Opção pelo Simples: 19/05/2003

Descrição: Exclusão do SIMPLES por ultrapassar os limites de receita bruta.

Fundamento Legal: Lei Nº 9.317/1996, artigo 9º, inciso II.

Art. 2º A exclusão do Simples surtirá os efeitos previstos no artigo 15, inciso IV da Lei Nº 9.317/96.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, nos termos do Decreto Nº 70.235, de 06 de março de 1972.

Art. 4º Não havendo manifestação no prazo previsto no artigo anterior, a exclusão do Simples Federal tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

CELSO TOSHIO SAKAMOTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4,
DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Declara "inapta" a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL EM MARÍLIA/SP, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 280, 281, 284, 285 e 292 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U de 06 de março de 2009, em atendimento ao disposto no artigo 43 da Instrução Normativa RFB Nº 748/2007, e considerando o que foi apurado no processo administrativo Nº 11444.001216/2009-36, DECLARA:

Art. 1º INAPTA, por inexistência de fato, a partir de 30/11/2008, a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas Nº 08.106.628/0001-88, da empresa F.H. CARDOSO CAFÉ, para os efeitos previstos nos artigos 47 e 48 da IN/RFB Nº 748/2007;

Art. 2º INEFICAZES para todos os efeitos tributários, os documentos por ela emitidos, em razão do exposto acima.

Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM OSASCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 125, de 4 de março de 2009, publicada no DOU de 6 de março de 2009, e tendo em vista o que consta do processo 10882.000489/2008-51, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 30, inciso I, § 1º e 2º, da IN-RFB Nº 748, de 28 de junho de 2007, a nulidade dos atos praticados nos registros do CNPJ Nº 01.669.336/0001-04, em nome do contribuinte ACADEMIA FORMAÇÃO S/C LTDA., em razão da constatação de multiplicidade do número de inscrição no CNPJ para o mesmo contribuinte, mantendo-se a inscrição 01.666.880/0001-00.

Art. 2º. O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência do ato aqui declarado nulo, que ocorreu em data de 03/02/1997, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 30, da referida IN-RFB Nº 748/2007.

AIRTON APARECIDO FABIANO

9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1,
DE 13 DE JANEIRO DE 2010

Autoriza a utilização procedimentos previstos na Instrução Normativa RFB Nº 562, de 19 de agosto de 2005, para o caso que especifica.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria RFB Nº 9.555, de 02 de maio de 2007, no §1º do artigo 1º da Instrução Normativa/IN RFB Nº 562, de 19 de agosto de 2005, e o que consta do processo administrativo 10980.000077/2010-27, declara:

Art. 1º Fica autorizada a utilização dos procedimentos previstos na IN RFB Nº 562, de 2005, incluído o uso dos formulários que tratam os artigos 4º e 31º da IN SRF Nº 611, de 2006, pela empresa Sax Logística de Shows e Eventos Ltda. - CNPJ/MF 04.864.827/0001-02 e 04.864.827/0002-85, para aplicação do regime aduaneiro de admissão temporária, exclusivamente aos bens destinados à competição automobilística internacional denominada FIA WTCC - 2010, a ser realizada no Autódromo Internacional de Curitiba - Pinhais - PR, no período de 5 a 7 de março de 2010.

Art. 2º A operação de que trata o art. 1º fica condicionada à liberação por outros órgãos da Administração Pública, quando se tratar de mercadoria sujeita a seu controle.

Art. 3º Nos termos do §4º do artigo 3º da IN RFB supracitada, a admissão dos bens deverá ocorrer a partir de 03 de fevereiro de 2010, estabelecendo-se como termo final de sua permanência no País o dia 06 de abril de 2010.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LUIZ NICKEL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Inscribe o estabelecimento abaixo no Registro Especial para Engarrafador de bebidas alcoólicas.

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Joaçaba - Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 782, de 09/11/2007, e nº 824, de 20/02/2008, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13986.000399/2008-90, declara:

Art. 1o - Inscrito no REGISTRO ESPECIAL, sob o nº 09203/049, para atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas sujeitas ao selo de Controle, nos termos do art. 2º, § 1º, item II, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 2005 (com alterações posteriores), o Estabelecimento cujo número do CNPJ é 05.278.287/0001-30 (Matriz da empresa VINÍCOLA ZANELLA LTDA), localizado na Rua Marcelo Ramos Zanela, S/N, Linha Boa Esperança, em Pinheiro Preto (SC), para operação de engarrafamento de bebidas alcoólicas produzidas e/ou estandardizadas nesse estabelecimento, abaixo discriminadas:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	NÚMERO DE REGISTRO DO PRODUTO NO MAPA, INFORMADO PELO CONTRIBUINTE	CAPACIDADE DO RECIPIENTE
Coquetel de fermentado de maçã com extrato de guaraná	Serzan	SC-08413 00012	880 ml, 1500 ml, 4000ml e 4500 ml
Coquetel de fermentado de maçã com extrato de açaí	Serzan	SC-08413 00015	880 ml, 1500 ml, 4000ml e 4500 ml
Coquetel de vinho Branco com fermentado de maçã, xarope e suco de pêssego	Serzan	SC-08413 00017	880 ml, 1500 ml, 4000ml e 4500 ml
Coquetel de vinho tinto com fermentado de maçã, xarope e suco de pêssego	Serzan	SC-08413 00018	880 ml, 1500 ml, 4000ml e 4500 ml
Aguardente de Cana adoçada	Caninha Serzan	SC-08413 00024	500 ml, 900 ml e 965 ml
Cachaça	Antônio Zanela	SC-08413 00027	700 ml, 900 ml e 1000 ml

Parágrafo único - O registro especial ora concedido não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa mencionada, nem ampara atividade de importador, tendo em vista que a concessão do registro especial perante a Receita Federal somente é possível com número distinto referente a espécie de atividade indicada para cada estabelecimento.

Art. 2º - O presente registro especial será cancelado, a qualquer tempo, se, posteriormente à concessão ocorrer qualquer um dos fatos mencionados no art. 8º da IN SRF nº 504, de 2005, com alterações posteriores, tais como o desatendimento dos requisitos que condicionaram a concessão do registro, o não cumprimento de obrigação tributária principal ou acessória, relativa a tributo ou contribuição administrada pela Receita Federal, bem como a prática de crimes ou infrações mencionados no referido dispositivo.

Art. 3º - Após a concessão do registro especial, as alterações verificadas nos elementos constantes do art 4º da IN SRF nº 504, de 2005, deverão ser comunicadas pela pessoa jurídica à DRF do seu domicílio fiscal (DRF JOAÇABA/SC), no prazo de trinta dias, contado da data de sua efetivação ou, quando for o caso, do arquivamento no registro do comércio, apresentando cópia dos documentos de alteração (devendo também ser encaminhados à Seção de Fiscalização da DRF JOAÇABA/SC os rótulos de produtos novos e os rótulos que forem alterados, quando isso ocorrer), bem como deverão ser comunicadas também a ocorrência de desativação de unidade industrial e a ocorrência de aquisição ou alienação de máquinas e equipamentos industriais que impliquem na alteração da capacidade de produção do estabelecimento.

Parágrafo único - A falta de comunicação de que trata este artigo sujeitará a empresa à penalidade prevista no art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (em conformidade com o dispositivo do art. 10 da citada instrução normativa), onde determina, no seu inciso I, a aplicação da penalidade de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário, relativamente às pessoas jurídicas que deixarem de fornecer, nos prazos estabelecidos, as informações ou esclarecimentos solicitados (sendo que o Contribuinte ficará também sujeito a uma multa de igual valor no caso de falta de entrega da DIF-Bebidas no prazo estabelecido pela legislação, conforme inciso I do art. 3º da IN SRF nº 325, de 2003).

Art. 4º - Para que os produtos discriminados neste Registro Especial possam ser comercializados é preciso que haja cumprimento das normas relativas à comercialização e à fiscalização dos mesmos, especialmente quanto a:

I - solicitação prévia de seu enquadramento no sistema IPIenquad, nos termos da IN RFB 866, de 6 de agosto de 2008, e (para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPi de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989), enquanto não houver edição de Ato Declaratório Executivo referente ao enquadramento do produto pela DRF, aplicação do enquadramento provisório de que trata o § 6º do art. 150 do Ripi (Alerta-se que o Contribuinte deverá prestar muita atenção ao adotar e indicar no sistema IPIenquad a classificação fiscal do produto para fins de enquadramento, a fim de preencher corretamente, pois o deferimento da solicitação não convalida a classificação fiscal informada pelo contribuinte, tampouco produz os efeitos próprios de solução de consulta sobre classificação de mercadorias de que trata a Instrução Normativa RFB nº 740, de 2 de maio de 2007);

II - registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que esteja válido;

III - aplicação do selo de controle cabível de que trata a Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, alterada por instruções normativas posteriores.

Art. 5º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogado Ato Declaratório Executivo referente Registro Especial que tenha sido publicado anteriormente, referente ao citado estabelecimento para a mesma atividade específica.

OTTO MARESCH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Declaração de inaptdão de CNPJ.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo art. 280 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de

março de 2009, com fundamento nos arts. 81 e 82, da Lei nº 9.430 de 27/12/96 e no art. 43 da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28/06/2007, alterada pela Instrução Normativa nº 854, de 30 de junho de 2008, e o que consta do processo 11634.000915/2009-21, declara INAPTA a inscrição no CNPJ nº 08.734.605/0001-18, da empresa S R ROCA & CIA. LTDA. ME com os efeitos previstos nos arts. 47 e 48 da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28/06/2007.

São considerados tributariamente ineficazes, desde 05/08/2009, os documentos emitidos pela citada pessoa jurídica, em face de constatação de sua inexistência de fato.

DAVID JOSÉ DE OLIVEIRA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Declara inapta inscrição no CNPJ

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Portaria MF nº 125/2009 - c/c o art. 9º, §2º da Instrução Normativa nº 748/2007; e com base no art. 81, §1º da Lei 9.430/1996, disciplinado pelo art. 34, IV, c/c o art. 43 da referida Instrução Normativa, resolve:

Artigo 1º. Declarar inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - da sociedade empresária abaixo identificada, conforme o resultado do procedimento de investigação contido no respectivo processo administrativo fiscal.

Artigo 2º. Declarar ineficazes, em termos tributários, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da data informada.

INTERESSADO	CNPJ	PROCESSO	DATA DA INAPTIDÃO
WESAY IMPORTACAO E COMERCIO LTDA	02.013.554/0001/54	15165.001381/2009-85	30/03/2006

JOSÉ HENRIQUE NICOLLI SOARES

10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Declara cancelada a isenção das contribuições dos arts. 22 e 23 da Lei Nº 8.212/91, do contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 06 de março de 2009, considerando o disposto no artigo 195, § 7º da Constituição Federal de 1988, c/c art. 55, da Lei 8.212/91, e em conformidade com o Despacho Decisório DRF/CXL/Gabinete Nº 27, de 15 de janeiro de 2010, declara:

Art. 1º. Cancelada a isenção das contribuições previstas nos arts. 22 e 23 da Lei Nº 8.212/91, do HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA, CNPJ Nº 91.616.805/0001-10, desde 14/08/2007, por não mais possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), requisito do inciso II, do art. 55, da Lei Nº 8.212/91.

Art. 2º. Que não cabe recurso do presente Ato Declaratório, nos termos do art. 206, § 9º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Nº 3.048/99.

WESLEY CHRISTIAN GONDIM GONÇALVES

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/CXL Nº 26, de 13 de janeiro de 2010, publicado no D. O. U. de 15 de janeiro de 2010, Seção 1, página 47, onde se lê: Atualiza relação dos produtos constantes do Registro Especial Nº 10106/059 Leia-se: Atualiza relação dos produtos constantes do Registro Especial Nº 10106/048 E onde se lê: está inscrito no Registro Especial Nº 10106/059 Leia-se: está inscrito no Registro Especial Nº 10106/048.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA - RS, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SRFB Nº 2.365, de 29 de setembro de 2009, publicada no DOU de 01/10/2009, no art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 34, inciso III e 41, inciso III, da Instrução Normativa SRF Nº 748, de 28 de junho de 2007, considerando que não foram apresentadas contra-razões à representação para inaptdão de CNPJ constante no processo Nº 11075.002209/2007-35, no prazo que a mesma especifica::

DECLARA INAPTA a inscrição Nº 94.641.537/0001-84 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, relativa à pessoa jurídica ELOIR MARIA ROOS AUZANI - ME, com os efeitos previstos nos artigos 47 e 48, da Instrução Normativa SRF Nº 748/2007, sendo considerados tributariamente ineficazes, a partir de 01/01/2002, os documentos emitidos pela mesma, tendo em vista a sua inexistência de fato.

CARLOS FREDERICO SCHWOCHOW DE MIRANDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.481, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Aprova novo Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no art. 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, decidiu:

Art. 1º Fica aprovado o anexo Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), em substituição àquele constante do título 6, capítulo 3, do Manual de Normas e Instruções (MNI), que fica revogado.

Art. 2º Esta circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Circular nº 3.316, de 9 de março de 2006.

ALDO LUIZ MENDES
Diretor

ANEXO

TÍTULO 6 - REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 1 - Disposições Preliminares

1 - O Selic é um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos.

2 - As operações registradas no Selic são liquidadas por seus valores brutos em tempo real.

3 - Além do sistema de custódia de títulos e do registro e liquidação de operações, integram o Selic os seguintes módulos complementares:

- Oferta Pública (Ofpub);
- Oferta a Dealers (Ofdealers); e
- Lastro de Operações Compromissadas (Lastro).

4 - A administração do Selic e de seus módulos complementares é de competência exclusiva do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do Banco Central do Brasil.

5 - Para efeito deste capítulo, designa-se como:

- dia útil: o assim considerado, pelo Conselho Monetário Nacional, para fins de operações praticadas no mercado financeiro;
- operação definitiva: a compra e venda de títulos sem assunção dos compromissos mencionados na alínea seguinte;
- operação compromissada: a compra e venda de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador conjugado com compromisso de recompra assumido pelo vendedor;

d) recompra/revenda: a compra e venda de títulos decorrentes dos compromissos previstos na alínea anterior;

e) fundo: o fundo mútuo, o de investimento ou congêneres regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários; e

f) câmara: a câmara ou o prestador de serviços de compensação e de liquidação de que trata a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, cuja participação no Selic encontra-se regulamentada na seção 9 deste capítulo.

TÍTULO 6 - REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 2 - Participantes

1 - Além do Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional, podem ser participantes do Selic, satisfeitas as normas expressas neste capítulo:

- bancos, caixas econômicas, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- demaís instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- fundos;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar, sociedades seguradoras, resseguradores locais, operadoras de planos de assistência à saúde e sociedades de capitalização; e
- outras entidades, a critério do administrador do Selic.

2 - Para efeito de liquidação financeira das operações, o participante é conceituado como:

- liquidante: se titular, no Banco Central do Brasil, de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, desde que, nessa última hipótese, tenha optado pela condição de liquidante no Selic; e

b) não liquidante: nas demais hipóteses.

3 - A liquidação financeira de operação do participante:

a) liquidante: deve sempre ser realizada na conta de sua titularidade no Banco Central do Brasil;

b) não liquidante classificado na alínea "a" ou "b" do item 1: pode ser realizada na conta Reservas Bancárias ou na Conta de Liquidação de qualquer participante liquidante, ressalvado o disposto no item 4; e

c) não liquidante classificado na alínea "c", "d" ou "e" do item 1: pode ser realizada na conta Reservas Bancárias ou na Conta de Liquidação de qualquer participante liquidante, ressalvado o disposto no item 4.

4 - Todo participante não liquidante deve eleger um único liquidante-padrão por intermédio do qual são liquidadas:

a) as operações relativas a pagamento de juros, amortização e resgate dos títulos custodiados em suas contas;

b) suas recompras/revendas do dia em que os títulos, objeto dessas operações, forem resgatados; e

c) todas as demais operações, na hipótese de o participante estar sujeito à retenção de imposto de renda na fonte sobre rendimentos ou ganhos líquidos em aplicações financeiras de renda fixa.

4-A - O participante liquidante titular de Conta de Liquidação pode ser liquidante-padrão apenas de participantes classificados nas alíneas "c" a "e" do item 1.

5 - O participante não liquidante, quanto à transmissão dos comandos de suas operações a serem registradas no Selic, é classificado como:

a) autônomo, se os comandos são transmitidos por ele próprio, ressalvado, para os fundos, o disposto na alínea "b", in fine, do item 6; ou

b) subordinado, se os comandos são transmitidos pelo liquidante-padrão.

6 - Relativamente às categorias referidas no item 5, o participante não liquidante mencionado:

a) nas alíneas "a" e "b" do item 1 é classificado como autônomo, podendo optar por ser subordinado a qualquer tempo;

b) na alínea "c" do item 1 é classificado como subordinado, podendo optar por ser autônomo desde que o seu administrador seja participante não liquidante autônomo, hipótese em que cabe a este transmitir os comandos daquele; e

c) na alínea "d" do item 1 é, obrigatoriamente, não liquidante subordinado.

7 - O exercício da opção, mencionada na alínea "a" ou "b" do item 6, deve ser formalizado com o encaminhamento de correspondência ao administrador do Selic, modelo 30001-0 ou 30002-9 do Catálogo de Documentos do Banco Central do Brasil (Cadoc).

8 - A decisão do participante de não mais ser o liquidante-padrão deve ser comunicada, com antecedência mínima de quinze dias, ao administrador do Selic por meio de correspondência, modelo 30003-8 do Cadoc, acompanhada de cópia da carta em que informou tal decisão ao respectivo participante não liquidante.

9 - Considerando que as funções do liquidante-padrão não podem sofrer solução de continuidade, o participante não liquidante, ao tomar conhecimento da decisão referida no item 8, deve informar, tempestivamente, o seu novo liquidante-padrão ao administrador do Selic, modelo 30004-7 do Cadoc.

10 - A mudança de liquidante-padrão, por iniciativa do participante não liquidante, deve ser por este comunicada, formalmente e com antecedência mínima de um dia útil, ao administrador do Selic, modelo 30004-7 do Cadoc, e ao liquidante-padrão a ser substituído.



11 - Em casos excepcionais, a critério do administrador do Selic e na forma por este estabelecida, admite-se a substituição de liquidante-padrão no próprio dia em que solicitada.

TÍTULO 6 - REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 3 - Acesso ao Selic e aos seus Módulos Complementares

1 - Os participantes liquidantes têm acesso ao Selic pela Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN) e por outras redes, observado o disposto nos itens 6 a 12.

2 - Os participantes não liquidantes têm acesso ao Selic por outras redes que não a RSFN, observado o disposto nos itens 6 a 12.

3 - Para o acesso aos módulos complementares - Oferta Pública (Ofpub), Oferta a Dealers (Ofdealers) e Lastro de Operações Compromissadas (Lastro) - os participantes, liquidantes e não liquidantes, podem utilizar qualquer rede de acesso ao Selic, com exceção da RSFN.

4 - Os procedimentos para a conexão à RSFN, as mensagens que nela podem trafegar e os requisitos de segurança da rede constam dos seguintes documentos, respectivamente:

- a) Manual Técnico da RSFN;
- b) Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN; e
- c) Manual de Segurança da RSFN.

5 - O administrador do Selic pode, a seu exclusivo critério, bloquear o acesso de participante que esteja colocando em risco o funcionamento do sistema ou de seus módulos complementares.

SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO (LOGON)

6 - O acesso ao Selic, por rede que não a RSFN, e aos seus módulos complementares é controlado pelo Logon.

7 - Os usuários do Logon são classificados em três categorias: administrador, supervisor e operador.

8 - A senha inicial que habilita o participante do Selic ao Logon deve ser solicitada por meio do "Formulário de Cadastramento de Administrador da Instituição", modelo 30005-6 do Catálogo de Documentos do Banco Central do Brasil (Cadoc).

9 - O administrador da instituição cadastrado na forma do item 8 pode habilitar, pelo próprio Logon, um segundo administrador com igual nível de competência.

10 - Os administradores podem habilitar supervisores e operadores, definindo a abrangência do acesso ao sistema e aos módulos complementares. Os operadores também podem ser cadastrados pelos supervisores.

11 - Com o envio do documento referido no item 8, o participante assume total responsabilidade pelos comandos transmitidos ao Selic e a seus módulos complementares por qualquer de seus usuários do Logon.

12 - O descredenciamento do usuário e o bloqueio/desbloqueio de seu acesso ao Logon podem ser efetivados por quem tenha competência para credenciá-lo.

HORÁRIO DE ACESSO

13 - O horário de funcionamento do Selic é estabelecido pelo Banco Central do Brasil e divulgado em normativo expedido pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

TÍTULO 6 - REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 4 - Contas

1 - Denomina-se conta o conjunto de registros relativos às operações de seu titular, evidenciando, por meio de saldo, a posição de títulos.

2 - As contas são classificadas em:

a) custódia própria de livre movimentação: contas que têm como titular qualquer participante do Selic e que se destinam ao registro de suas operações de mercado;

b) custódia de clientes de livre movimentação: contas mantidas por participante mencionado na alínea "a" do item 6-3-2-1 e destinadas ao registro de operações realizadas por seus clientes;

c) custódia de movimentação especial: contas que têm como titular qualquer participante do Selic e que se destinam à vinculação de títulos para atendimento de disposições legais ou regulamentares; e

d) corretagem: conta de titularidade de participante citado na alínea "a" do item 6-3-2-1, já detentor de conta de custódia própria de livre movimentação, destinada à identificação de sua intermediação nas operações de compra e venda de títulos.

CONTAS DE CUSTÓDIA DE CLIENTES

3 - As contas de custódia de clientes subdividem-se em dois grupos:

a) Cliente 1: mantidas por participante, liquidante ou não liquidante, mencionado na alínea "a" do item 6-3-2-1 para o registro das operações por ele realizadas com seus respectivos clientes; e

b) Cliente 2: mantidas por participante liquidante referido na alínea "a" do item 6-3-2-1 para o registro das operações realizadas por seus clientes com outros participantes do Selic.

4 - Nas contas Cliente 1 e Cliente 2, é vedada a custódia de títulos de propriedade de:

- a) participante titular de conta individualizada no Selic; e
- b) entidade obrigada, por normas específicas, a ter conta individualizada no Selic.

5 - A escrituração das contas de custódia de clientes é feita sem indicação dos nomes dos beneficiários dos títulos nelas custodiados; os registros analíticos, por beneficiário, são de responsabilidade dos mantenedores das contas.

6 - Os registros analíticos referidos no item 5 devem ser prontamente apresentados ao administrador do Selic, sempre que este os solicitar.

7 - As instituições que mantêm contas de custódia Cliente 2 obrigam-se, também, a exercer rigoroso controle sobre os compromissos de recompras/revendas assumidos por esses clientes.

ABERTURA DE CONTAS

8 - Para a abertura de conta de custódia própria de livre movimentação, o participante deve encaminhar, juntamente com o cartão de autógrafos, modelo 30006-5 do Catálogo de Documentos do Banco Central do Brasil (Cadoc), um dos seguintes modelos de correspondência:

- a) participante liquidante: Cadoc 30007-4;
- b) participante não liquidante, exceto fundo: Cadoc 30009-2;

c) fundo, se participante não liquidante subordinado: Cadoc 30010-8; ou

d) fundo, se participante não liquidante autônomo: Cadoc 30011-7.

9 - A abertura das contas de custódia Cliente 1 e Cliente 2 e da conta de corretagem é processada automática e simultaneamente com a da conta de custódia própria de livre movimentação da respectiva instituição participante.

10 - As contas de custódia de movimentação especial são abertas, à medida que sejam necessárias ao atendimento de disposições legais ou regulamentares:

a) automaticamente, nos casos previstos no Manual do Usuário do Selic; ou

b) mediante pedido formal do interessado, modelo 30012-6 do Cadoc, nos demais casos.

11 - Na hipótese da alínea "b" do item 10, e dependendo da finalidade da conta a ser aberta, o interessado também deve encaminhar o cartão de autógrafos mencionado no item 8, caso não seja titular de conta de custódia própria de livre movimentação.

ENCERRAMENTO DE CONTAS

12 - O encerramento de conta de custódia própria de livre movimentação pode ocorrer:

a) a pedido de seu titular, modelo 30014-4 do Cadoc, sanadas eventuais pendências apontadas pelo administrador do Selic;

b) por decisão do Banco Central do Brasil, na hipótese de o titular infringir normas de mercado ou de técnica bancária ou disposições legais e regulamentares a que esteja sujeito;

c) em decorrência de insolvência civil, falência, liquidação judicial ou liquidação extrajudicial do titular da conta;

d) por decisão do administrador do Selic, quando o titular infringir norma deste capítulo; ou

e) a critério do administrador do Selic, quando inativa por mais de trinta dias.

13 - O encerramento da conta de custódia própria de livre movimentação acarreta o encerramento das correspondentes contas de corretagem e de custódia de clientes.

14 - As contas de custódia de movimentação especial são encerradas automaticamente quando cessados os motivos originários de sua abertura.

BLOQUEIO DE CONTAS

15 - Qualquer conta do Selic, a critério de seu administrador, pode ser bloqueada durante o período diário de transmissão de dados ou por tempo indeterminado.

16 - As contas bloqueadas não admitem registro de operação alguma, exceto se comandado pelo administrador do Selic.

CONSULTAS E EXTRATOS DE CONTAS

17 - O participante do Selic tem acesso, para fins de consulta e de extrato, às contas de que seja titular e às de seus clientes e, se liquidante-padrão, também às contas tituladas ou mantidas por seus não liquidantes subordinados.

18 - No acesso para consultas e extratos, o fundo é representado por seu administrador, também participante do Selic.

TÍTULO 6 - REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 5 - Tipos e Características Específicas de Operações

1 - Os títulos custodiados no Selic não podem ser objeto de negociação sem que as respectivas operações sejam nele registradas ou em sistema, administrado por câmara participante do Selic, de compensação e de liquidação de operações com os mencionados títulos.

2 - Nas operações registradas no Selic, observadas as disposições legais e regulamentares, não cabe ao seu administrador interferir nas condições estabelecidas pelas partes contratantes.

3 - As seguintes operações são passíveis de registro no Selic, além das previstas na seção 9, relativa às câmaras:

- a) emissão e baixa de títulos;
- b) pagamento de juros, amortização e resgate de títulos;
- c) compra e venda de títulos, em operação definitiva ou compromissada, com ou sem acordo de livre movimentação dos títulos;
- d) compra e venda a termo de títulos;
- e) compra e venda de títulos com registro em data posterior;
- f) recompra e revenda de títulos;

g) repasse de valor financeiro relativo a tributos, juros ou amortizações;

h) transferência de títulos sem contrapartida financeira e sem transferência da propriedade dos títulos;

i) transferência de títulos, sem contrapartida financeira, em decorrência de incorporação, fusão, cisão ou extinção;

j) vinculação e desvinculação de títulos;

k) transferência de títulos relacionada a cessão fiduciária;

l) desmembramento e remembramento de cupons de juros;

e

m) pagamento do valor mensal devido pelo participante do Selic.

4 - Ao administrador do Selic reserva-se o direito de efetuar transferências de títulos relativas a operações não previstas no item 3.

5 - Toda operação de compra e venda requer a participação de banco, caixa econômica, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários ou sociedade de crédito, financiamento e investimento. Pelo menos uma dessas instituições deve participar como:

a) parte contratante, compradora ou vendedora, na operação compromissada; ou

b) intermediária ou parte contratante na operação definitiva.

JUROS, AMORTIZAÇÕES E RESGATES

6 - Para fins de pagamento de juros, amortização e resgate, a posição de títulos de cada conta corresponde ao saldo de fechamento do dia útil imediatamente anterior, exceto quanto aos títulos a serem resgatados no dia do evento, caso em que a esse saldo são somados os títulos objeto de recompra e deduzidos os títulos objeto de revenda.

7 - Para efeito do disposto no item 6, considera-se também como:

a) título, o cupom de juros desmembrado do principal; e

b) resgate, a amortização da última parcela do título.

8 - Não é permitida qualquer movimentação de títulos no dia de seu resgate, à exceção das recompras/revendas anteriormente assumidas para aquele dia e, a critério do administrador do Selic, de outras operações.

OPERAÇÕES COM COMPROMISSO DE RECOMPRA/REVENDA

9 - O compromisso de recompra/revenda pode ser acordado para o próprio dia ou para dia posterior ao da liquidação da operação compromissada, observado que a data do compromisso:

a) não pode ser posterior à data do vencimento dos títulos objeto da operação, exceto se esta recair em dia não considerado útil, hipótese em que o compromisso pode ser assumido para o dia útil subsequente, coincidindo com o do resgate dos títulos; e

b) de prazo igual ou superior a dois dias úteis, deve ser, no mais tardar, o dia útil imediatamente anterior ao do resgate dos títulos objeto da negociação.

10 - Admite-se a liquidação antecipada, total ou parcial, da recompra/revenda decorrente de operação compromissada sem intermediação.

11 - O preço unitário da recompra/revenda é, obrigatoriamente:

a) igual ao da respectiva operação compromissada, se o compromisso de recompra/revenda for assumido para o próprio dia; e

b) o estabelecido pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), se a data do compromisso, de um dia útil, coincidir com a do resgate dos títulos objeto da operação compromissada.

12 - Para fins do disposto na alínea "b" do item 11, o Selic divulga, até a sua abertura do dia útil imediatamente anterior ao do resgate dos títulos, os preços unitários das recompras/revendas a serem observados no registro das respectivas operações compromissadas.

13 - As operações compromissadas registradas sem o preço unitário de recompra/revenda têm a rentabilidade ou o parâmetro de remuneração predefinido e consignado:

a) no documento "Ordem para Registro e Liquidação de Operação", mencionado no item 6-3-6-1; ou

b) em nota de compra/venda, quando se tratar de operações com clientes de conta de custódia Cliente 1.

14 - Os compromissos de recompra/revenda assumidos para a mesma data podem ser consolidados, se de interesse das partes, desde que:

a) tenham por objeto títulos com o mesmo código, vencimento e preço unitário de recompra/revenda; e

b) decorram de operações compromissadas sem intermediação, liquidadas na mesma data e com o mesmo preço unitário de venda/compra.

15 - O título sob compromisso de revenda sem livre movimentação não pode ser vendido ou de outra forma negociado, salvo em operação compromissada sem acordo de livre movimentação e com data de recompra igual ou anterior à da revenda compromissada.

16 - A restrição à negociação referida no item 15 aplica-se a qualquer título sob compromisso de revenda, no próprio Selic, no dia anterior ao do resgate.

17 - Ressalvado o disposto no item 16, o Selic não impede o registro e a liquidação de operação com títulos sob compromisso de revenda, sendo da exclusiva responsabilidade do comprador/compromissado revendedor o cumprimento da cláusula "sem livre movimentação" acordada pelas partes na respectiva operação compromissada.

OPERAÇÕES A TERMO

18 - As operações a termo de compra e venda, definitivas ou compromissadas, podem ter por objeto títulos:

- a) já emitidos e em circulação, hipótese em que a data de liquidação deve ser anterior à do resgate dos títulos; ou
- b) vinculados a oferta pública já divulgada, mas ainda não liquidada, caso em que a data de liquidação deve coincidir com a data de liquidação da oferta pública.

19 - Na hipótese da alínea "b" do item 18, a liquidação da operação a termo está condicionada à venda, na oferta pública, de 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, da quantidade ofertada de títulos.

OPERAÇÕES COM INTERMEDIACÃO

20 - As operações de compra e venda, definitivas ou compromissadas, com intermediação têm por características:

- a) existência de uma ou, no máximo, duas instituições intermediárias, uma vinculada à parte vendedora e a outra, à parte compradora dos títulos; e
- b) atuação das instituições intermediárias identificada pelos números de suas contas de corretagem e das partes compradora e vendedora, pelos números de suas contas de custódia, própria ou de Cliente 2, de livre movimentação.

21 - O resultado financeiro da intermediação corresponde à diferença, que não pode ser negativa, entre os valores financeiros:

- a) na operação definitiva, da compra e da venda; e
- b) na operação compromissada, da compra e da venda e/ou da recompra e da revenda.

22 - O disposto na alínea "b", in fine, do item 21 não se aplica quando o vencimento do compromisso coincidir com a data do resgate dos respectivos títulos, hipótese em que:

- a) o resultado financeiro da intermediação corresponde à diferença entre os valores financeiros da compra e da venda; e
- b) o valor financeiro da recompra é igual ao da revenda.

23 - Tratando-se de operação definitiva com apenas um intermediário, é facultada a intermediação entre um único vendedor e até cinco compradores ou entre um único comprador e até cinco vendedores. Para o exercício dessa faculdade, o intermediário deve efetuar o pré-registro de suas operações, de acordo com as instruções contidas no Manual do Usuário do Selic.

24 - A intermediação em operações a termo restringe-se às compras e vendas definitivas.

25 - Nas operações com intermediação, o comprador não tem acesso, por meio do Selic, ao nome do vendedor e este ao nome daquele.

OPERAÇÕES COM REGISTRO EM DATA POSTERIOR

26 - O registro de operação em data posterior àquela em que foi realizada é permitido somente para a compra e venda, definitiva ou compromissada, contratada por:

- a) fundo com o seu administrador;
- b) fundo com participante liquidante; e
- c) administrador de fundo, se participante não liquidante, com participante liquidante, para sanar eventual desequilíbrio decorrente da realização de operações referidas na alínea "a".

27 - São vedados os registros em data posterior de operações que tenham por objeto títulos já resgatados, de operações com liquidação financeira pelo Sistema de Transferência de Reservas (STR), de operações compromissadas com recompra/revenda para o mesmo dia, de operações com intermediação e de operações conjugadas ou associadas, previstas nos itens 6-3-7-26 a 32.

28 - Relativamente aos comandos, de que trata a seção 6, para o registro em data posterior de operação:

- a) compromissada ou definitiva: devem ser transmitidos no dia útil subsequente àquela em que realizada a operação; e
- b) compromissada, quando transmitidos no próprio dia do vencimento do compromisso: autorizam o registro e a liquidação da operação compromissada e da respectiva recompra/revenda.

REPASSES DE VALORES FINANCEÍROS

29 - O Selic dispõe de códigos de operações que possibilitam repasses de valores financeiros, entre seus participantes, relativos a:

- a) tributos incidentes sobre operações registradas e liquidadas no sistema; e
- b) juros e amortizações devidos ao participante que tenha vendido os respectivos títulos com o compromisso de recomprá-los.

30 - O cálculo, a retenção e o recolhimento de tributos incidentes sobre operação liquidada no Selic são de exclusiva responsabilidade dos participantes nela envolvidos, direta ou indiretamente.

TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DE TÍTULOS

31 - As operações de transferência de títulos sem contrapartida financeira, previstas nas alíneas "h" e "i" do item 3, são de inteira responsabilidade dos participantes que autorizaram a transmissão dos respectivos comandos.

32 - Os participantes referidos no item 31 devem manter documentação hábil a comprovar o cabimento da operação. O participante a quem compete a entrega dos títulos fica também obrigado a fornecer ao participante para o qual são transferidos os títulos, os elementos que possibilitem o cálculo de eventuais tributos incidentes sobre as operações posteriores à de transferência.

VINCULAÇÃO E DESVINCULAÇÃO DE TÍTULOS

33 - Para o atendimento de disposições legais ou regulamentares, o participante do Selic pode proceder à vinculação de títulos mediante sua transferência de conta de custódia de livre movimentação para conta de custódia de movimentação especial.

34 - Não cabe ao administrador do Selic qualquer responsabilidade pela verificação da real finalidade da vinculação de títulos.

35 - As vinculações mencionadas no item 33 e as desvinculações mediante transferências de títulos de conta de custódia de movimentação especial para conta de custódia de livre movimentação são de inteira responsabilidade dos participantes que autorizaram a transmissão dos respectivos comandos.

36 - Os valores relativos a juros, amortizações e resgates de títulos vinculados são creditados ao titular da respectiva conta de custódia de movimentação especial, salvo disposição em contrário do normativo que deu origem à vinculação dos títulos ou de quem tenha ordenado tal vinculação.

CESSÃO FIDUCIÁRIA DE TÍTULOS

36-A - A cessão fiduciária de títulos é efetivada mediante transferência dos títulos de conta de custódia de livre movimentação de titularidade do próprio participante garantidor ou do participante do qual o garantidor seja cliente para conta de custódia de movimentação especial de titularidade do próprio participante garantido ou do participante do qual o garantido seja cliente.

36-B - A cessão fiduciária também pode ser realizada mediante a interveniência de terceiro, caso em que os títulos ficam custodiados em conta de movimentação especial de titularidade do interveniente, mas individualizada em nome do participante garantido ou em nome do participante do qual o garantido seja cliente.

36-C - Aplicam-se à cessão fiduciária de títulos, no que couber, as disposições deste regulamento referentes à vinculação e desvinculação de títulos.

DESMEMBAMENTO E REMEMBAMENTO DE CUPONS DE JUROS

37 - Os títulos em contas de custódia de livre movimentação podem ter seus cupons de juros desmembrados do principal, quando prevista tal faculdade na emissão dos títulos, observado o disposto no item 39.

38 - O remembramento de todos os cupons de juros vinculados ao principal do título também é permitido, desde que ambos, cupons e principal, encontrem-se em conta de custódia de livre movimentação.

39 - Não são admitidos desmembramentos de cupons de juros no dia útil imediatamente anterior ao de pagamento de juros ou ao do resgate do título.

TÍTULO 6 - REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 6 - Comandos para Registro e Liquidação das Operações

1 - Os comandos para registro e liquidação das operações são instruídos, observado o disposto neste capítulo, com os dados previstos no Manual do Usuário do Selic para o preenchimento do formulário "Ordem para Registro e Liquidação de Operação", constante do Catálogo de Documentos do Banco Central do Brasil (Cadoc) como modelo 30008-3.

2 - Ainda que não haja liquidação financeira pelo Sistema de Transferência de Reservas (STR), os comandos devem ser instruídos com os preços unitários de compra e de venda ou de recompra e de revenda efetivamente pagos e recebidos pelas partes contratantes, ressalvado o disposto no item 6-3-5-13.

3 - O preenchimento do formulário referido no item 1 só é de caráter obrigatório na hipótese prevista na alínea "a" do item 6-3-5-13.

4 - Os comandos mencionados no item 1, quando transmitidos pela Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), em mensagem definida no Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN, sujeitam-se a regras específicas constantes do Manual do Usuário do Selic.

5 - O processo de registro e liquidação das operações compreende as seguintes etapas:

- a) transmissão dos comandos instruídos com os dados do documento citado no item 1;
- b) crítica dos dados transmitidos;
- c) verificação dos comandos requeridos;
- d) bloqueio dos títulos a serem transferidos, se for o caso;
- e) confirmação da liquidação financeira, prevista no item 6-3-7-5, quando necessária; e
- f) lançamentos a débito e a crédito nas contas de custódia, se for o caso.

TIPOS DE COMANDOS

6 - São dois os tipos de comandos a serem transmitidos:

- a) tipo 1, que autoriza o lançamento a débito da quantidade de títulos e/ou o lançamento a crédito do valor financeiro; e

- b) tipo 2, que autoriza o lançamento a crédito da quantidade de títulos e/ou o lançamento a débito do valor financeiro.

7 - Considerando que títulos não transitam por conta de corretagem, os comandos de seu titular autorizam, apenas, a liquidação financeira para fins de recebimento da corretagem devida pela intermediação da compra e venda de títulos.

TRANSMISSÃO DOS COMANDOS

8 - Os comandos podem ser transmitidos:

- a) por participante liquidante, para registro e liquidação de suas operações e das de seus clientes;
- b) por participante não liquidante autônomo, para registro e liquidação de suas operações e das de seus clientes, observado, no tocante aos fundos, o disposto na alínea "b", in fine, do item 6-3-2-6;

- c) por participante liquidante-padrão, para registro e liquidação das operações de seus participantes não liquidantes subordinados e respectivos clientes;

- d) pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), para registro e liquidação das operações do Banco Central do Brasil e de operações do Tesouro Nacional; e
- e) pelo administrador do Selic.

9 - O participante não liquidante subordinado deve autorizar a transmissão dos comandos de suas operações pelo respectivo participante liquidante-padrão no horário por este estabelecido.

10 - Observado o disposto na alínea "a" do item 12, os participantes são responsáveis pela iniciativa de transmitir ou de autorizar que sejam transmitidos os comandos relativos às suas recompras/revendas, não cabendo ao administrador do Selic ou, quando for o caso, ao participante liquidante-padrão qualquer responsabilidade pela omissão dessa iniciativa.

11 - Tratando-se de recompras/revendas de instituição sob regime - decretado após a assunção do compromisso - de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação judicial ou extrajudicial, a iniciativa, referida no item anterior, de autorizar a transmissão dos comandos das operações das recompras/revendas é de responsabilidade do administrador, interventor ou liquidante.

12 - São transmitidos automaticamente pelo Selic:

- a) nos procedimentos de abertura do sistema, os comandos de recompra e de revenda de todos os participantes, no dia em que os títulos sob compromisso forem resgatados;

- b) no horário estabelecido em normativo expedido pelo Demab, os comandos de compra e de venda no dia da liquidação do correspondente termo, segundo a ordem crescente com que foram numeradas as operações quando do registro dos termos; e

- c) no momento em que acatado o comando de parte contratante em operação prevista no item 6-3-5-23, o correspondente comando do intermediário da operação.

13 - Para o registro e a liquidação das operações das instituições participantes com seus clientes das contas de custódia Cliente 1, os comandos de um mesmo tipo de operação com determinado título podem ser transmitidos pelos respectivos totais, observado o preço médio efetivamente pago ou recebido.

14 - Constatados erros ou omissões nos dados transmitidos, o Selic rejeita o comando e informa a ocorrência ao participante para que este providencie nova transmissão, se for o caso.

DUPLO COMANDO

15 - O registro e a liquidação de cada operação requerem a transmissão dos dois comandos, exceto nas operações:

- a) do participante com seus clientes das contas de custódia Cliente 1, que exigem a transmissão de um só comando, podendo este englobar operações com diversos clientes, conforme previsto no item 13;

- b) de redesconto, assim consideradas as operações compromissadas contratadas em sistema do Redesconto do Banco Central, que exigem um único comando, a ser transmitido por esse sistema;

- c) com intermediação de terceiros, que exigem dois ou três duplos comandos; e

- d) conjugadas ou associadas, referidas nos itens 6-3-7-26 a 32, em que são requeridos todos os comandos das operações a serem liquidadas pelos resultados compensados.

16 - Os dois comandos devem ser instruídos com os mesmos dados, exceto os relativos à indicação de intermediação, conjugação ou associação de operações, identificação das instituições liquidantes e nível de preferência para a liquidação financeira no STR, a ser informado apenas no comando tipo 2.

17 - Transmitido um comando, todos os demais requeridos para o registro e a liquidação da operação ou das operações associadas ou conjugadas devem ser transmitidos no período de tempo previsto em normativo expedido pelo Demab.

CANCELAMENTO DE COMANDOS

18 - São cancelados pelo Selic:

- a) os comandos instruídos com dados divergentes, observado o disposto no item 16;

- b) os comandos aceitos para fins de lançamento, mas dependentes de outros comandos, necessários para registro e liquidação das operações, que não foram transmitidos:

1. no prazo referido no item 17; ou
2. até o encerramento do Selic;
- c) os comandos das operações não liquidadas por insuficiência de títulos, observado o disposto nos itens 6-3-7-16 a 18; e
- d) os comandos das operações não liquidadas por falta de confirmação da liquidação financeira.

19 - O disposto na alínea "b", número 1, do item 18 não se aplica aos comandos transmitidos pelo administrador do Selic e pelo Demab.

20 - Por iniciativa dos participantes, pode ser cancelado:

- a) o comando integrante de duplo comando ainda não acatado pelo Selic;

- b) o duplo comando, ou o comando único, de operação cuja liquidação dependa de comando ainda não transmitido; ou

- c) o duplo comando, ou o comando único, de operação pendente de liquidação por insuficiência de títulos, desde que não se trate de operação com intermediação ou de operação associada ou conjugada.

21 - O cancelamento de duplo comando referido no item anterior deve ser ordenado pelas duas partes ao Selic.

COMANDOS DE OPERAÇÕES CONTRATADAS EM OFERTA PÚBLICA OU EM OFERTA A DEALERS

22 - Salvo em situações excepcionais, são transmitidos até as 9 horas os comandos do Demab relativos à liquidação, no dia, de:

- a) operação, de compra ou de venda de títulos, contratada em oferta pública ou em oferta a dealers, na hipótese de o resultado ter sido divulgado em dia anterior; e

- b) recompra ou revenda decorrente de compromisso assumido em dia anterior.



23 - Relativamente às operações referidas no item 22, o comando da outra parte é transmitido no horário estabelecido em normativo expedido pelo Demab.

24 - Os comandos do Demab concernentes a eventos e situações não previstos no item 22 são transmitidos em horário a ser comunicado pelo próprio Demab às partes interessadas.

TÍTULO 6: REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 7: Liquidação das Operações

1 - A operação sem transferência de títulos e de recursos financeiros é liquidada com a aceitação, e consequente lançamento pelo Selic, do(s) comando(s) transmitido(s) por quem de direito.

2 - Na operação com transferência somente de títulos, a liquidação ocorre com os lançamentos a débito e a crédito nas contas de custódia das partes contratantes.

3 - Envolvendo transferência de títulos e de recursos financeiros, o Selic, na liquidação da operação:

a) aparta os títulos, objeto da operação, da conta do participante cedente/vendedor;

b) certifica-se da liquidação financeira; e

c) efetiva os lançamentos a débito e a crédito nas contas de custódia das partes contratantes.

4 - Requerendo apenas liquidação financeira, a confirmação desta implica a liquidação da operação pelo Selic.

5 - Para fins do disposto nos itens 3 e 4, o Selic certifica-se de que a liquidação financeira:

a) está autorizada pelo participante liquidante, mediante concessão de limite operacional previsto nos itens 7 a 14, relativamente às operações de participante não liquidante; e/ou

b) foi realizada pelo Sistema de Transferência de Reservas (STR).

6 - Os eventos que recaiam em dia não considerado útil são liquidados no dia útil subsequente.

LIMITE OPERACIONAL A PARTICIPANTE NÃO LIQUIDANTE

7 - Apenas o participante titular de conta Reservas Bancárias pode estabelecer limite operacional para a liquidação financeira de operações de participante não liquidante, ressalvado o disposto no item 13.

8 - O limite operacional é dado, a cada momento, pelo que for inicialmente definido, com a ampliação ou a redução de que trata o item 11, deduzidos os valores correspondentes aos débitos financeiros computados no dia relativos às operações do participante não liquidante já liquidadas pelo participante liquidante.

9 - O limite operacional, bem como suas alterações, deve ser informado pelo participante liquidante ao Selic por meio de mensagem definida no Catálogo de Mensagens e de Arquivos da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN).

10 - O disposto no item 9 só produz efeitos a partir do dia útil subsequente ao dia em que aceita a respectiva mensagem pelo Selic.

11 - A qualquer momento, porém, o participante liquidante pode ampliar ou reduzir o limite operacional, com efeitos apenas para o dia e a partir do momento em que aceita, pelo Selic, a mensagem prevista no Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN.

12 - Os débitos financeiros mencionados no item 8 são computados operação por operação, exceto quando liquidadas na forma prevista nos itens 20 e 21, hipótese em que o débito considerado é o relativo ao resultado compensado.

13 - O participante não liquidante subordinado, no tocante às operações liquidadas por seu liquidante-padrão, seja este titular de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, está sujeito a limite operacional apenas em relação às operações a termo. Em todas as demais operações tem-se a liquidação financeira como previamente autorizada pelo respectivo liquidante-padrão.

14 - Considera-se como não certificada a liquidação financeira de operação de participante não liquidante que ultrapasse o limite operacional definido no item 8.

OPERAÇÕES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE TÍTULOS

15 - São admitidas operações pendentes de liquidação por insuficiência de títulos na conta da qual serão transferidos os títulos.

16 - Ressalvado o disposto no item 17, os duplos comandos das operações pendentes de liquidação por insuficiência de títulos são cancelados:

a) após o decurso do prazo de pendência ou no respectivo horário-limite, o que ocorrer primeiro, previstos em normativo expedido pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab); ou

b) imediatamente, se transmitidos após o mencionado horário-limite.

17 - Tratando-se de operação a termo pendente de liquidação por insuficiência de títulos, os comandos são mantidos pelo Selic até expirado:

a) o prazo de pendência previsto na alínea "a" do item 16, quando a operação a termo referir-se a títulos já emitidos e em circulação; ou

b) o horário previsto em normativo expedido pelo Demab, quando a operação a termo referir-se a títulos vinculados a oferta pública que, à época do registro da operação, já havia sido divulgada, mas ainda não liquidada.

18 - O prazo de pendência previsto na alínea "a" do item 16 é contado a partir do momento em que tenham sido aceitos todos os comandos exigidos pela operação e, se for o caso, pelas demais operações com ela liquidadas pelos resultados compensados. Na operação a termo, o prazo começa a fluir no momento em que transmitidos os comandos, pelo Selic, para a liquidação da correspondente compra e venda.

19 - Para fins de liquidação, dado o saldo de títulos na conta, têm prioridade as operações passíveis de serem liquidadas com esse saldo e, entre elas, a que se encontre pendente há mais tempo.

LIQUIDAÇÃO PELOS RESULTADOS COMPENSADOS

20 - Na liquidação pelos resultados compensados, o Selic:

a) apura as posições líquidas vendedoras e aparta essas quantidades das respectivas contas;

b) certifica-se da liquidação financeira, operação por operação, mas considerando o resultado financeiro compensado de cada participante; e

c) efetiva os lançamentos a débito e a crédito, conjuntamente e pelas quantidades brutas de títulos, nas contas dos participantes.

21 - São liquidados pelos resultados compensados:

a) o grupo de operações, de acordo com o disposto nos itens 22 a 25;

b) as operações conjugadas, nos termos dos itens 26 e 27;

c) as operações associadas, nos termos dos itens 28 a 32; e

d) as recompras/revendas de títulos a serem resgatados no dia e as operações de pagamento de juros, amortização e resgate que se vençam no dia, conforme previsto no item 33.

GRUPOS DE OPERAÇÕES

22 - O administrador do Selic, nas oportunidades em que julgar conveniente e até o horário-limite referido na alínea "a" do item 16, aciona mecanismo de otimização com o intuito de identificar operações que:

a) individualizadas, encontrem-se pendentes de liquidação por insuficiência de títulos; e

b) agrupadas, viabilizem a liquidação conjunta.

23 - Para a liquidação conjunta, faz-se necessário, preliminarmente, que pelo menos um dos participantes tenha tido disponível na conta de custódia de livre movimentação, em algum momento do dia, a quantidade de títulos por ele vendida no grupo de operações.

24 - Identificado um grupo de operações que satisfaça o pré-requisito mencionado no item 23, o Selic dá início ao processo de liquidação pelos resultados compensados.

25 - Não confirmada a liquidação financeira pelos resultados compensados, as operações voltam ao estado em que se encontravam anteriormente, isto é, pendentes de liquidação por insuficiência de títulos e, portanto, sujeitas ao disposto nos itens 15 a 19.

OPERAÇÕES CONJUGADAS

26 - São liquidadas pelos resultados compensados:

a) a operação compromissada de venda de títulos conjugada com a operação compromissada de compra de outros títulos, ambas contratadas pela mesma instituição com o Banco Central do Brasil; e

b) a recompra e a revenda relativas às operações compromissadas referidas na alínea anterior.

27 - As operações mencionadas na alínea "a" do item 26 não podem ter intermediários e o prazo dos compromissos delas decorrentes deve ser igual ou superior a um dia útil.

OPERAÇÕES ASSOCIADAS

28 - Para fins de liquidação pelos resultados compensados, são associáveis:

a) o financiamento obtido para a compra de títulos e a respectiva operação de compra; e

b) a operação de venda de títulos para o pagamento do financiamento obtido e o respectivo pagamento desse financiamento.

29 - A operação de compra e venda prevista no item anterior pode ser:

a) definitiva ou compromissada, sendo esta com prazo de um dia útil, pelo menos; e

b) contratada com ou sem a intermediação de terceiros.

30 - Para efeito do disposto neste capítulo, define-se financiamento como:

a) a operação compromissada, com recompra/revenda para o mesmo dia, contratada entre participante liquidante titular de conta Reservas Bancárias e participante liquidante titular de Conta de Liquidação ou participante não liquidante, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;

b) o desconto concedido pelo Banco Central do Brasil a participante liquidante titular de conta Reservas Bancárias, com pagamento no mesmo dia; ou

c) a operação compromissada e o desconto de que tratam as alíneas anteriores, associados.

31 - Relativamente à operação de desconto do Banco Central do Brasil, com pagamento em data posterior à data em que foi obtido, é possível associar:

a) sua obtenção com o pagamento de desconto já concedido; ou

b) seu pagamento com a venda, definitiva ou compromissada, para qualquer outro participante do Selic.

32 - São associáveis, ainda:

a) a operação definitiva, de compra ou de venda, contratada com o Banco Central do Brasil ou com o Tesouro Nacional e a operação definitiva, de venda ou de compra, contratada com outro participante do Selic;

b) a operação compromissada, de compra ou de venda, contratada com o Banco Central do Brasil e a operação compromissada, de venda ou de compra, contratada com outro participante; e

c) a revenda/recompra contratada com o Banco Central do Brasil e a recompra/revenda contratada com outro participante.

RECOMPRAS/REVENDAS E EVENTOS DO EMISSOR

33 - Todas as recompras e revendas de títulos a serem resgatados no dia e as operações de pagamento de juros, amortização e resgate que se vençam no dia são liquidadas, nos procedimentos de abertura do Selic, pelos resultados compensados.

34 - As recompras/revendas referidas no item anterior de participante não liquidante são liquidadas, obrigatoriamente, pelo respectivo liquidante-padrão.

TÍTULO 6: REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 8: Módulos Complementares do Selic

1 - Três são os módulos complementares do Selic:

a) Oferta Pública (Ofpub);

b) Oferta a Dealers (Ofdealers); e

c) Lastro de Operações Compromissadas (Lastro).

2 - Os módulos Ofpub e Ofdealers têm por finalidade acolher propostas e apurar resultados de ofertas:

a) de venda ou de compra de títulos;

b) de venda de títulos com compromisso de recompra ou de compra de títulos com compromisso de revenda; e

c) de outras operações, a critério do Administrador do Selic.

3 - São destinatários das ofertas referidas no item anterior:

a) no Ofpub: bancos; caixas econômicas; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários; sociedades de crédito, financiamento e investimento; e sociedades de crédito imobiliário; e

b) no Ofdealers: apenas as instituições credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) e com a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) da Secretaria do Tesouro Nacional.

4 - O módulo Lastro de Operações Compromissadas tem por finalidade auxiliar a especificação dos títulos - códigos, vencimentos e quantidades - objeto das operações compromissadas mencionadas na alínea "b" do item 2.

TÍTULO 6: REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 9: Câmaras

1 - As câmaras, como participantes do Selic, e as operações a serem registradas e liquidadas no Selic das quais participem, de forma direta ou indireta, são regidas pelo disposto nesta seção e, no que não contrariá-la, pelo disposto nas demais seções deste capítulo.

CONTAS NO SELIC

2 - Qualquer câmara pode ser titular de conta de custódia própria de livre movimentação, de contas de custódia de movimentação especial - entre elas a de patrimônio especial, prevista na Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001 - e de contas de garantia, estas últimas destinadas à custódia dos títulos oferecidos em garantia por titulares de conta de custódia própria, ou por clientes seus, participantes do sistema por ela administrado.

3 - Toda câmara responsável por sistema de compensação e de liquidação de operações com títulos custodiados no Selic dispõe, adicionalmente, de contas de:

a) depósito, que se destinam à guarda de títulos, de participante do sistema ou de cliente seu, para negociação em ambiente da câmara; e

b) liquidação, destinada à liquidação definitiva dos resultados apurados, com títulos, entre a câmara e o participante do referido sistema.

4 - A abertura das contas citadas nos itens 2 e 3 é processada mediante o envio dos seguintes modelos do Catálogo de Documentos do Banco Central do Brasil (Cadoc):

a) conta de custódia própria de livre movimentação e, quando pertinentes, conta de patrimônio especial e conta de liquidação: modelos 30006-5 e 30009-2;

b) outras contas de custódia de movimentação especial: modelo 30012-6; e

c) contas de garantia e, se for o caso, contas de depósito: modelo 30013-5.

5 - As contas de custódia própria de livre movimentação, de patrimônio especial e de liquidação são abertas no mesmo dia em que recebido o respectivo pedido e as contas de garantia e de depósito, no dia útil subsequente, ressalvado o disposto no item 6.

6 - A abertura de conta de custódia de livre movimentação para novo participante do Selic implica a abertura automática, desde que solicitada pela câmara, da correspondente conta de garantia e, se for o caso, da conta de depósito.

7 - O encerramento da conta de custódia própria de livre movimentação da câmara acarreta o encerramento de todas as demais contas de sua titularidade.

8 - Qualquer conta de depósito ou de garantia também pode ser encerrada a pedido da câmara, modelo 30015-3 do Cadoc, ou automaticamente, quando encerrada a conta de custódia própria de livre movimentação do depositante ou do prestador de garantia.

9 - Para fins de consulta e de extrato, têm acesso à conta de:

- depósito: o respectivo depositante e, se participante não liquidante subordinado, o seu liquidante-padrão;
- garantia: o respectivo prestador de garantia e, se participante não liquidante subordinado, o seu liquidante-padrão; e
- patrimônio especial: o Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban) do Banco Central do Brasil.

OPERAÇÕES NO SELIC

10 - Além das operações previstas no item 6-3-5-3, são admitidas as que acarretem transferências de títulos:

- decorrentes de constituição, liberação, substituição ou execução de garantia prestada a câmara;
- relacionadas a depósito em conta de câmara responsável por sistema de compensação e de liquidação de operações com títulos custodiados no Selic;
- relacionadas a empréstimos e trocas de títulos autorizados por resolução do Conselho Monetário Nacional;
- decorrentes de operações associadas ou conjugadas, tratadas em itens subsequentes desta seção; e
- resultantes da liquidação definitiva dos resultados compensados apurados, com títulos, nas operações cursadas em ambiente de câmara responsável por sistema de compensação e de liquidação de operações com títulos custodiados no Selic.

11 - Os comandos das operações das câmaras são transmitidos por elas próprias, pela Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN); tratando-se de vinculação ou desvinculação de títulos da conta de patrimônio especial, entretanto, um dos comandos é transmitido pelo Deban.

LIBERAÇÃO E CONSTITUIÇÃO CONDICIONADAS DE GARANTIA

12 - A critério da câmara, a garantia oferecida em títulos pode ser liberada, total ou parcialmente, em operação por meio da qual a câmara transfere os títulos para conta de custódia do prestador da garantia e este efetua depósito a favor da câmara, no valor por ela estabelecido.

13 - Também a critério da câmara, é admitida a operação inversa à mencionada no item 12, isto é, o interessado transfere títulos de sua conta de custódia para a correspondente conta de garantia da câmara e esta providencia depósito de recursos financeiros a favor do interessado, no valor por ela estabelecido.

14 - Para fins de liquidação pelos resultados compensados, podem ser associadas:

- a liberação de garantia em títulos mencionada no item 12 com a obtenção de financiamento previsto no item 6-3-7-30; e
- a constituição de garantia em títulos citada no item 13 e o pagamento do mencionado financiamento.

PAGAMENTO DE REDESCONTO ASSOCIADO A RESULTADOS NA CÂMARA

15 - O pagamento de redesconto com recursos financeiros provenientes do resultado credor do interessado no ambiente da câmara requer a associação das três seguintes operações:

- pagamento do redesconto com transferência dos títulos de conta do Redesconto para conta de custódia do interessado;
- depósito dos títulos mediante transferência da conta de custódia do interessado para a correspondente conta de depósito da câmara; e
- liquidação do dever de entrega no ambiente da câmara por meio de transferência dos títulos da conta de depósito para a conta de liquidação da câmara.

16 - Sempre que necessário, as operações referidas no item 15 podem ser associadas ao conjunto ou apenas às duas primeiras das seguintes operações:

- apropriação de títulos mediante transferência da conta de liquidação para a conta de custódia da câmara;
- venda compromissada ou, quando for o caso, revenda pela câmara e consequente transferência dos títulos da conta de custódia da câmara para conta de custódia da instituição financeira compradora; e
- concessão de redesconto com transferência dos títulos da conta de custódia da instituição financeira para conta do Redesconto.

OBTENÇÃO DE REDESCONTO ASSOCIADA A RESULTADOS NA CÂMARA

17 - A obtenção de redesconto de títulos a serem adquiridos pelo interessado no ambiente da câmara implica a associação das três seguintes operações:

- liquidação do direito de recebimento no ambiente da câmara por meio de transferência dos títulos da conta de liquidação da câmara para a sua respectiva conta de depósito;
- retirada do depósito mediante transferência dos títulos da conta de depósito da câmara para conta de custódia do interessado; e

c) obtenção de redesconto com transferência dos títulos da conta de custódia do interessado para conta do Redesconto.

18 - Sempre que necessário, as operações referidas no item 17 podem ser associadas ao conjunto ou apenas às duas primeiras das seguintes operações:

- transferência dos títulos adquiridos pela câmara de sua conta de custódia para sua conta de liquidação;
- compra definitiva, compra compromissada ou, quando for o caso, recompra pela câmara e consequente transferência dos títulos da conta de custódia da instituição vendedora para conta de custódia da câmara; e

c) pagamento de redesconto eventualmente concedido à instituição vendedora com transferência dos títulos de conta do Redesconto para a conta de custódia da instituição vendedora.

COMPRA EM OFERTA PÚBLICA ASSOCIADA A RESULTADOS NA CÂMARA

19 - A aquisição de títulos em oferta pública com recursos financeiros provenientes do resultado credor do interessado no ambiente da câmara requer a associação das três seguintes operações:

- compra no ambiente Selic com transferência dos títulos de conta do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil para conta de custódia do interessado;
- depósito dos títulos mediante transferência da conta de custódia do interessado para a correspondente conta de depósito da câmara; e
- liquidação do dever de entrega no ambiente da câmara por meio de transferência dos títulos da conta de depósito para a conta de liquidação da câmara.

20 - Sempre que necessário, as operações mencionadas no item 19 podem ser associadas ao conjunto ou apenas às duas primeiras das seguintes operações:

- apropriação de títulos mediante transferência da conta de liquidação para a conta de custódia da câmara;
- venda compromissada ou, quando for o caso, revenda pela câmara e consequente transferência dos títulos da conta de custódia da câmara para conta de custódia da instituição financeira compradora; e

c) concessão de redesconto com transferência dos títulos da conta de custódia da instituição financeira para conta do Redesconto.

DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS OPERAÇÕES ASSOCIADAS A RESULTADOS NA CÂMARA

21 - Relativamente à operação mencionada na alínea "b" do item 15, 17 ou 19, o comando da câmara somente será aceito pelo Selic uma vez acatado o correspondente comando da instituição financeira, observado que a transmissão desse último comando deverá ser precedida do registro da operação prevista na alínea "a" do item 15, alínea "c" do item 17 ou alínea "a" do item 19, respectivamente.

22 - O registro de qualquer operação citada nas alíneas dos itens 15 a 20 requer a transmissão de comandos instruídos com valor financeiro, valor esse que deve ser idêntico para as operações mencionadas nas alíneas do item 15, do item 17 ou do item 19.

23 - Os compromissos de revenda ou de recompra das operações de redesconto mencionadas nos itens 15 a 20 devem ser assumidos sempre para o mesmo dia.

LIQUIDAÇÃO DE RECOMPRA/REVENDA EM OUTRO SISTEMA

24 - Podem ser liquidadas em sistemas distintos, sendo um deles o Selic, a operação compromissada com acordo de livre movimentação, não conjugada e sem intermediação, e a respectiva recompra/revenda para o mesmo dia ou dia posterior, desde que isso seja acordado pelas partes e conte com a prévia anuência da câmara.

25 - Na hipótese de revenda/recompra a ser liquidada na câmara:

- os comandos da operação compromissada são acatados pelo Selic somente após a câmara ter enviado mensagem manifestando sua concordância em liquidar o respectivo compromisso; e
- o disposto na alínea "b" dos itens 6-3-5-9 e 6-3-5-11 não se aplica à respectiva operação compromissada a ser registrada no Selic.

26 - A concordância da câmara, no tocante à operação compromissada ainda não liquidada no Selic:

- pode ser revogada, mediante envio de mensagem ao Selic, desde que este ainda não tenha acatado comando algum da respectiva operação compromissada; e
- é considerada revogada pelo Selic no momento em que expirado o horário estabelecido em normativo expedido pelo Demab.

27 - A revogação na forma mencionada no item 26 implica o cancelamento do(s) comando(s) da respectiva operação compromissada no Selic.

28 - Liquidada a operação compromissada no Selic, este envia mensagem à câmara informando todos os dados do compromisso a ser honrado em seu sistema de compensação e liquidação.

29 - Relativamente à compra/venda na câmara com revenda/recompra no Selic:

- a data do compromisso não pode coincidir com a do resgate do título correspondente; e
- a câmara deve informar ao Selic, no próprio dia em que liquidada a operação compromissada, todos os dados relativos ao compromisso dela decorrente.

PATRIMÔNIO ESPECIAL DA CÂMARA

30 - Os títulos que constituem o patrimônio especial da câmara podem ser substituídos, total ou parcialmente, até o dia útil anterior ao do resgate, por meio de duas operações conjugadas de transferência de títulos associadas a duas outras operações de compra e venda, como se segue:

- compra dos títulos substituídos e consequente transferência de conta de custódia de livre movimentação do vendedor para a conta de custódia de livre movimentação da câmara;
- transferência dos títulos substituídos da conta de custódia de livre movimentação da câmara para a sua conta de patrimônio especial;

c) transferência dos títulos substituídos da conta de patrimônio especial para a conta de custódia de livre movimentação da câmara; e

d) venda dos títulos substituídos e consequente transferência da conta de custódia de livre movimentação da câmara para conta de custódia de livre movimentação do comprador.

31 - Para fins de liquidação pelos resultados compensados, as operações referidas no item 30:

- alíneas "a" e "b" são associadas;
- alíneas "b" e "c" são conjugadas; e
- alíneas "c" e "d" são associadas.

MOVIMENTAÇÃO DE TÍTULOS

32 - Tendo em vista o disposto no item 10, são admitidas as seguintes transferências de títulos entre contas de uma mesma câmara:

- de conta de depósito para conta de garantia, de liquidação ou de custódia de livre movimentação do participante ou da câmara;
- de conta de garantia para conta de depósito, de liquidação ou de custódia de livre movimentação do participante ou da câmara;
- da conta de liquidação para conta de depósito, de garantia ou de custódia de livre movimentação do participante ou da câmara;

d) de conta de custódia de livre movimentação do participante para conta de depósito, de garantia, de liquidação ou de custódia de livre movimentação da câmara;

e) da conta de custódia de livre movimentação da câmara para conta de depósito, de garantia, de liquidação, de custódia de livre movimentação do participante ou de patrimônio especial da câmara; e

f) da conta de patrimônio especial da câmara para a sua conta de custódia de livre movimentação.

33 - Entre contas de duas câmaras de uma mesma entidade podem ser transferidos títulos:

a) de conta de depósito, de garantia ou de liquidação da câmara responsável por sistema de compensação e de liquidação de operações com títulos custodiados no Selic para conta de garantia de outra câmara;

b) de conta de garantia de qualquer câmara para conta de depósito, de garantia ou de liquidação da câmara responsável por sistema mencionado na alínea anterior; e

c) de conta de garantia para conta de garantia de duas câmaras quaisquer.

34 - As transferências de títulos referidas nos itens 32 e 33 em que as contas cedente e cessionária sejam de depósito, de garantia ou de custódia de livre movimentação restringem-se àquelas que disserem respeito a um mesmo participante do Selic, depositante/prestador de garantia.

COMANDOS PARA REGISTRO E LIQUIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES

35 - As transferências de títulos entre contas de uma mesma câmara requerem a transmissão de um só comando, com exceção das seguintes, que requerem duplo comando:

- vinculações e desvinculações de títulos da conta de patrimônio especial; e
- transferências decorrentes de operações associadas ou conjugadas.

36 - Os comandos transmitidos pela câmara que não impliquem transferências de recursos financeiros e os comandos relativos a operações associadas a resultados na câmara de que tratam os itens 15, 17 e 19 e a alínea "a" dos itens 16, 18 e 20 não estão sujeitos ao disposto na alínea "b", número 1, do item 6-3-6-18.

37 - Os comandos de operações associadas a resultados na câmara não liquidadas até o encerramento do horário previsto no item 38 são cancelados pelo Selic.

LIQUIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES

38 - A liquidação, mencionada na alínea "d" do item 10, das operações contratadas no sistema administrado pela câmara ocorre no horário previsto em seu próprio regulamento e em seus eventuais anexos, previamente aprovados pelo Banco Central do Brasil.

39 - As operações cursadas no Selic têm liquidação financeira em uma das seguintes contas, de acordo com o tipo de custódia ou a natureza da operação:

a) Conta de Liquidação, no Banco Central do Brasil, de titularidade da câmara:

- pagamento de juros, amortização e resgate de títulos depositados ou mantidos em garantia;
- operações diretamente relacionadas aos mecanismos e salvaguardas adotados no sistema administrado pela câmara; e
- operações associadas a resultados na câmara;

b) conta administrada pelo Deban: pagamentos de juros, amortizações e resgates de títulos custodiados na conta de patrimônio especial da câmara; e

c) conta Reservas Bancárias do liquidante-padrão: demais operações da câmara.

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO DEMAB

40 - Os dados relativos às operações cursadas em sistema de compensação e de liquidação de operações com títulos custodiados no Selic devem ser informados ao Demab pela respectiva câmara, em conformidade com os padrões e os prazos por ele estabelecidos.

TÍTULO 6: REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)

SEÇÃO 10: Disposições Gerais

1 - Todo participante, liquidante ou não liquidante autônomo, deve manter em seus locais de trabalho pessoa habilitada à transmissão de comandos de operações:

- preferencialmente, durante todo o período de funcionamento do Selic; e
- obrigatoriamente, nos 60 (sessenta) minutos que antecedem o encerramento do Selic.



2 - Devem ser objeto de contrato a ser firmado entre as partes:

- a) a transmissão dos comandos de participante não liquidante subordinado pelo respectivo liquidante-padrão;
- b) a definição, pelo participante liquidante, do limite operacional aberto ao participante não liquidante; e
- c) a extinção da obrigação decorrente da liquidação de operações de participante não liquidante por participante liquidante.

3 - Os participantes do Selic estão sujeitos à cobrança de valor mensal com vistas a ressarcir as despesas de custeio e de investimento da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima) e do Banco Central do Brasil relativas ao funcionamento do Selic e de seus módulos complementares, bem como as despesas incorridas pela Andima em suas atividades de fomento ao mercado de títulos públicos federais.

- 4 - O valor a ser ressarcido pelo participante é:
- a) apurado segundo metodologia de cálculo divulgada por normativo expedido pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab);
 - b) devido no décimo dia útil do mês subsequente ao do mês relativo à utilização do Selic; e
 - c) acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração e de multa de 2% (dois por cento), calculados sobre o valor do débito vencido, quando pago após a data referida na alínea anterior.

5 - A metodologia de cálculo para fins de ressarcimento pode ser revista a qualquer tempo, entrando em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao de sua divulgação pelo Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen).

6 - O acesso inicial ao Selic e aos seus módulos complementares está condicionado ao pagamento, pelo participante, de importância definida pela Andima, a título de adesão.

7 - Ao participante liquidante-padrão é facultada a cobrança de tarifa mensal pelos serviços prestados ao participante não liquidante subordinado, relativos à transmissão dos comandos das operações deste.

8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Demab.

TÍTULO 6: REGULAMENTOS E DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

CAPÍTULO 3: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)
SEÇÃO 11: Disposições Transitórias

1 - As operações de cessão fiduciária poderão ser registradas no Selic somente a partir de data a ser oportunamente divulgada pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COLEGIADO

DECISÕES DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

PARTICIPANTES

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTA-NA	- PRESIDENTE
ELI LORIA	- DIRETOR
ELISEU MARTINS	- DIRETOR
MARCOS BARBOSA PINTO	- DIRETOR
OTAVIO YAZBEK	- DIRETOR

Objeto do processo: Apurar a responsabilidade de administradores da PETROBRAS por eventuais infrações (i) ao art. 157, §4º, da Lei Nº 6.404/76, c/c art 3º, p.u., da Instrução CVM Nº 358/02; (ii) ao art. 157, §4º, da Lei Nº 6.404/76, c/c art. 6º, p.u., da Instrução CVM Nº 358/02; (iii) ao art. 4º, p.u., da Instrução CVMº 358/02; (iv) ao art. 155, §1º, da Lei Nº 6.404/76, c/c art. 8º da Instrução CVM Nº 358/02; e (v) ao art. 8º da Instrução CVM Nº 358/02.

ACUSADOS	ADVOGADOS
ALMIR GUILHERME BARBASSA	Dra. MARIA ISABEL DO PRADO BOCATER e outros
PAULO ROBERTO COSTA	Dra. MARIA ISABEL DO PRADO BOCATER e outros
SANDRA LIMA DE OLIVEIRA	Dra. MARIA ISABEL DO PRADO BOCATER e outros

APRECIACÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2009/3049 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Reg. Nº 6815/09

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de termo de compromisso apresentadas por Almir Guilherme Barbassa, Paulo Roberto Costa e Sandra Lima de Oliveira no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2009/3049 instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP, referente à divulgação na mídia de informações relevantes da Petróleo Brasileiro S/A ("Petrobras" ou "Companhia") que não tinham sido, contudo, comunicadas ao mercado como fatos relevantes.

Almir Guilherme Barbassa foi acusado, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Petrobras, de não ter providenciado a divulgação de fatos relevantes acerca do possível aumento de capital da Companhia, dos valores dos investimentos em refinarias da Companhia e da construção de uma nova refinaria (infração ao § 4º do art. 157 da Lei Nº 6.404/76 combinado com o parágrafo único do art. 6º da Instrução Nº 358/02). Foi também acusado de não ter diligenciado junto às pessoas com acesso a fatos ou atos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas tinham

conhecimento de outras informações relativas à possibilidade de aumento de capital da Companhia que deveriam ser divulgadas ao mercado como fato relevante (infração ao parágrafo único do art. 4º da Instrução Nº 358/02). Além disso, foi acusado de não ter divulgado simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante contendo as informações prestadas em apresentação feita a um grupo de investidores e analistas de valores mobiliários (infração ao § 4º do art. 157 da Lei Nº 6.404/76 combinado com o § 3º do art. 3º da Instrução Nº 358/02).

Paulo Roberto da Costa foi acusado, na qualidade de Diretor de Abastecimento da Petrobras, de ter violado o seu dever de guardar sigilo acerca da informação da construção de uma nova refinaria da Companhia (infração ao art. 155, § 1º, da Lei Nº 6.404/76 combinado com o art; 8º da Instrução 358/02).

Sandra Lima de Oliveira foi acusada, na qualidade de Gerente de Desenvolvimento de Novos Projetos do Abastecimento Corporativo da Petrobras, de ter violado o seu dever de guardar sigilo acerca da informação sobre os valores a serem investidos em refinarias da Companhia (infração ao art. 155, § 1º, da Lei Nº 6.404/76 combinado com o art; 8º da Instrução 358/02).

Devidamente intimados, os proponentes manifestaram interesse em celebrar Termo de Compromisso. Após negociações levadas a efeito pelo Comitê, os proponentes Almir Guilherme Barbassa e Paulo Roberto Costa aditaram suas propostas, comprometendo-se a pagar à CVM os valores de R\$ 400.000,00 e R\$ 100.000,00, respectivamente. O Comitê entendeu que as propostas são adequadas para inibir a prática de condutas assemelhadas, em atendimento ao escopo preventivo do instituto do termo de compromisso.

Por sua vez, a proponente Sandra Lima de Oliveira aditou sua proposta, comprometendo-se a pagar à CVM o valor de R\$ 50.000,00. Segundo o Comitê, o valor ofertado não se afigura proporcional à reprovabilidade da conduta imputada à proponente, não atendendo à finalidade preventiva do instituto do termo de compromisso.

O Colegiado, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê, deliberou a aceitação das propostas de termo de compromisso apresentadas por Almir Guilherme Barbassa e Paulo Roberto Costa. Em relação à proposta apresentada por Sandra Lima de Oliveira, o Colegiado entendeu que o valor ofertado se mostra adequado para desestimular condutas assemelhadas, em atendimento à finalidade preventiva do instituto do Termo de Compromisso, tendo deliberado sua aceitação. Em sua decisão, o Colegiado ressaltou que a redação do Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelos proponentes.

PARTICIPANTES

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTA-NA	- PRESIDENTE
ELI LORIA	- DIRETOR
ELISEU MARTINS	- DIRETOR
MARCOS BARBOSA PINTO	- DIRETOR
OTAVIO YAZBEK	- DIRETOR

Objeto do processo: Apurar a responsabilidade de administradores da CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMP. E PART. por eventuais infrações (i) ao art. 157, §4º, da Lei º 6.404/76, c/c art. 3º da Instrução CVM Nº 358/02 e ao art. 5º da mesma Instrução; (ii) ao art. 13, caput, da mesma Instrução.

ACUSADOS	ADVOGADOS
ARIEL SHAMMAH	Dr. JOSÉ EDUARDO CARNEIRO QUEIROZ e outros
ELIE HORN	Dr. JOSÉ EDUARDO CARNEIRO QUEIROZ e outros
GEORGE ZAUSNER	Dr. JOSÉ EDUARDO CARNEIRO QUEIROZ e outros
LUIS LARGMAN	Dr. JOSÉ EDUARDO CARNEIRO QUEIROZ e outros

APRECIACÃO DE NOVA PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2008/9022 - CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDEIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Reg. Nº 6551/09

Relator: DEL (Pedido de vista DMP)

Trata-se de apreciação de novas propostas de Termo de Compromisso apresentadas pelos Srs. Luis Largman, Elie Horn, Ariel Shammah e George Zausner no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2008/9022, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP. Na qualidade de administradores da Cyrela Brazil Realty S.A. ("Cyrela" ou "Companhia"), os proponentes foram acusados de terem negociado ações da Cyrela de posse de informação relevante antes de sua divulgação ao mercado (infração ao art. 13, caput, da Instrução Nº 358/02). O Sr. Luis Largman foi ainda acusado, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores - DRI, de não divulgar imediatamente fato relevante após a informação ter saído do controle da Companhia (infração ao art. 3º da Instrução Nº 358/02) e de divulgar fato relevante antes do horário de encerramento das negociações envolvendo ações da Companhia (infração ao art. 5º da Instrução Nº 358/02).

Em reunião realizada em 02.06.09, o Colegiado rejeitou as propostas anteriormente apresentadas, acompanhando o parecer do Comitê de Termo de Compromisso.

Posteriormente, os proponentes apresentaram novas propostas em que se comprometem a pagar à CVM a quantia total de R\$ 1 milhão nos seguintes termos: (i) R\$ 500.000,00 pelo Sr. Luis Largman; (ii) R\$ 250.000 pelo Sr. Elie Horn; e (iii) R\$ 125.000,00, individualmente, pelos Srs. Ariel Shammah e George Zausner. Adicionalmente, o Sr. Luis Largman propôs encaminhar para aprovação do Conselho de Administração uma política de negociação com ações pela própria Companhia.

O Colegiado entendeu que a aceitação das propostas apresentadas não era conveniente nem oportuna. Por isso, deliberou a rejeição das propostas apresentadas pelos Srs. Luis Largman, Elie Horn, Ariel Shammah e George Zausner.

PARTICIPANTES

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTA-NA	- PRESIDENTE
ELI LORIA	- DIRETOR
ELISEU MARTINS	- DIRETOR
MARCOS BARBOSA PINTO	- DIRETOR
OTAVIO YAZBEK	- DIRETOR

Objeto do processo: Apurar a responsabilidade de GERAÇÃO FUTURO CV S.A. e GERAÇÃO ADM. DE REC. S/C LTDA., e seus diretores responsáveis, por eventual infração ao art. 76, III, IV e V; 77; e 79, II, todos da Instrução CVM Nº 409/04.

ACUSADOS	ADVOGADOS
EDMUNDO VALADÃO CARDOSO	Dr. ARTHUR FARACHE DE PAIVA
GERAÇÃO FUTURO ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S/S LTDA.	Dr. ARTHUR FARACHE DE PAIVA
GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.	Dr. ARTHUR FARACHE DE PAIVA
MILTON LUIZ MILIONI	Dr. ARI CORDEIRO FILHO e outro

APRECIACÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2009/2382 - GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A. E OUTROS

Reg. Nº 6814/09

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Geração Futuro Corretora de Valores S/A ("Geração Corretora"), Geração Administração de Recursos S/C Ltda. ("Geração Administração"), e de seus respectivos diretores responsáveis pela administração de carteiras de valores mobiliários Edmundo Valadão Cardoso e Milton Luiz Milioni, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2009/2382 instaurado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN. Os proponentes foram acusados de publicarem no site da Corretora informativo divulgando a rentabilidade de fundos sem a totalidade das informações complementares obrigatórias (infração ao art. 76, incisos III, IV e V, art. 77 e art. 79, inciso II, todos da Instrução 409/04).

Devidamente intimados, os proponentes manifestaram interesse em celebrar Termo de Compromisso. Após negociações levadas a efeito pelo Comitê, os proponentes Geração Futuro Corretora de Valores S.A, Geração Administração de Recursos S/C Ltda. e Edmundo Valadão Cardoso aditaram suas propostas, comprometendo-se a pagar, individualmente, a quantia de R\$ 75.000,00, totalizando R\$ 225.000,00.

O proponente Milton Luiz Milioni aditou sua proposta em que se compromete a pagar à CVM o montante de R\$50.000,00 e, alternativamente, na hipótese de não aceitação dessa proposta, manifestou intenção de aderir à contra-proposta do Comitê, no valor de R\$75.000,00.

O Colegiado deliberou a aceitação das propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Geração Futuro Corretora de Valores S.A., Geração Administração de Recursos S/C Ltda. e Edmundo Valadão Cardoso, e da proposta alternativa de R\$ 75.000,00 apresentada por Milton Luiz Milioni, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. Em sua decisão, o Colegiado ressaltou que a redação dos Termos de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura dos Termos, contado da comunicação da presente decisão aos proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos proponentes.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2010.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe da Coordenação de Controle de Processos Administrativos
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE REGISTRO E AUTORIZAÇÕES

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.820, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. HERCULANO ANIBAL ALVES, C.P.F. Nº 463.463.178-49, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em Exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.821, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. JACOPO VALENTINO, C.P.F. Nº 529.511.206-30, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.822, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RICARDO AUGUSTO LEÃO MARTINS, C.P.F. Nº 667.161.447-49, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em Exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.823, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a ATUAL GESTORA DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. Nº 11.170.712, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em Exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.824, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a GDX INVESTIMENTOS S.A., C.N.P.J. Nº 11.116.499, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.825, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a ITAU VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., C.N.P.J. Nº 92.661.388, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.826, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a OURANOS VENTURES GESTÃO DE RECURSOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, C.N.P.J. Nº 10.930.986, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.827, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a RIO DE JANEIRO INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. Nº 10.995.802, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.828, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a TITAN INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. Nº 11.162.455, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.829, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a Sra. ROSIANE MANCIA NUNES PECORA, C.P.F. Nº 082.220.908-01, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei Nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.830, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. EMANUEL PONTES PINTO JUNIOR, C.P.F. Nº 149.349.732-49, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei Nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.831, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a ROSENBERG INVESTIMENTOS - CONSULTORA E ADMINISTRADORA DE CARTEIRA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, C.N.P.J. Nº 10.927.936, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei Nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.832, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a IB CONSULTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., C.N.P.J. Nº 10.915.677, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei Nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.833, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RAFAEL LINS BEZZE, C.P.F. Nº 075.278.237-12, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei Nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.834, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA, C.P.F. Nº 057.733.387-93, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei Nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.835, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida ao Sr. LEONARDO RUSSO CALIXTO, C.P.F. Nº 003.214.737-60, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 23 da Lei Nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.836, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, cancela a pedido a autorização concedida a(s) pessoa(s) física(s) relacionada(s) abaixo a prestar o serviço de Analista de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM Nº 388, 30 de abril de 2003: VICTOR MARIZ TAVEIRA - C.P.F. Nº 086.984.937-93

CLAUDIO GONÇALVES MAES
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS
SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE
DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO DE CONTROLE
DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamentos, abertos ao público, de processos administrativos sancionadores - CVM

I - Marcação de novos julgamentos: comunicamos, nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM Nº 538, de 05/03/2008, que serão realizados julgamentos de Processos Administrativos Sancionadores, na data e local a seguir mencionados.

Ficam desde já convocados os indiciados e seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à sessão de julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventual alteração na presente pauta será objeto de publicação do Diário Oficial da União.

23/02/2010 - terça-feira

Horário: a partir das 15h.

PAS CVM Nº RJ2006/8572

Relator: Diretor Otavio Yazbek

Procurador: Danielle Oliveira Barbosa

Local: Rua Sete de Setembro, 111, 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Objeto do processo: Apurar a responsabilidade dos administradores da OLVEBRA SA, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM Nº 287/98, por haver estado a companhia inadimplente com o dever de prestar informações à CVM por mais de três anos.

ACUSADOS	ADVOGADO
Clécio Jacob Schonart	Não constituiu advogado.
João Carlos Silveiro	Não constituiu advogado
João Pacheco Lopes	Não constituiu advogado
Paulo Roberto Russomano Correia	Não constituiu advogado
Richard Tse	Não constituiu advogado
Suzy Tse Lee	Não constituiu advogado

23/02/2010 - terça-feira

PAS CVM Nº RJ2009/5286 -

Horário: a partir das 15h.

Relator: Diretor Otavio Yazbek

Procuradora: Milla de Aguiar Vasconcelos Ribeiro

Objeto do processo: Apurar responsabilidade relacionada à divulgação de informação sobre negociação de participação acionária relevante envolvendo a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

ACUSADOS	ADVOGADO
Citibank Distribuidora de Títulos	Pinheiro Guimarães Advogados

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2010.

NILZA PINTO NOGUEIRA

Chefe da Coordenação

de Controle de Processos Administrativos

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 3.376, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria Nº 151, de 23 de junho de 2004, considerando o disposto no artigo 4º do Decreto-Lei Nº 261, de 28 de fevereiro de 1967 c/c o artigo 77 do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.100905/2009-31, resolve:

Art. 1º Homologar as deliberações tomadas pelos acionistas de REAL CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 00.338.748/0001-07, e SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 03.209.092/0001-02, ambos com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de setembro de 2009, aprovaram, em especial, a incorporação por SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A. da totalidade do patrimônio de REAL CAPITALIZAÇÃO S.A., nos termos do Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação firmado em 29 de julho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO VERGILIO DOS SANTOS JÚNIOR



Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 07, de 17 de dezembro de 2009, que aprovou o Calendário de Desembolso relativo ao projeto da Transnordestina Logística S/A para implantação da malha ferroviária ligando o município de Eliseu Martins - PI aos portos de Pecém - CE e Suape - PE, bem como a recuperação da ferrovia entre os municípios de Cabo Santo Agostinho - PE e Porto Real do Colégio - AL, publicada no D.O.U. de 21 de dezembro de 2009, Seção 1, pág. 77,

Onde se lê: "(...) aprova o Calendário de Desembolso respaldado no Parecer Interno DGFI/GRR nº 003/2009, relativo ao (...)";
Leia-se: "(...) aprova o Calendário de Desembolso respaldado no Parecer Interno DGFI/GRR nº 007/2009, relativo ao (...)".

Onde se lê:

Trecho/Ano	2009	2010	2011	Total	%(*)
Pecém (CE) - Missão Velha (CE)	-----	28.663.905	226.307.24	254.971.029	15,56
Missão Velha (CE) - Salgueiro (PE)	-----	48.539.041	-----	48.539.041	6,89
Salgueiro (PE) - Eliseu Martins (PI)	-----	153.193.328	-----	153.193.328	12,06
Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE)	-----	254.443.602	-----	254.443.602	15,00
Cabo (PE) - Porto Real do Colégio (AL)	27.308.000	84.545.000	-----	111.853.000	100
Total	27.308.000	569.384.876	226.307.124	823.000.000	-----

Leia-se:

Trecho/Ano	2009	2010	2011	Total	%(*)
Pecém (CE) - Missão Velha (CE)	-----	28.663.905	226.307.124	254.971.029	15,67
Missão Velha (CE) - Salgueiro (PE)	-----	48.539.041	-----	48.539.041	20,68
Salgueiro (PE) - Eliseu Martins (PI)	-----	153.193.328	-----	153.193.328	9,56
Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE)	-----	254.443.602	-----	254.443.602	19,12
Cabo (PE) - Porto Real do Colégio (AL)	27.308.000	84.545.000	-----	111.853.000	100
Total	27.308.000	569.384.876	226.307.124	823.000.000	-----

* Percentual referente a estrutura viária que compreende Infraestrutura e Superestrutura.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

PORTARIA Nº 105/SIH/MI, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA, DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria 1.951, de 22 de dezembro de 2008 e Portaria nº 358 de 20 de agosto de 2009, e tendo em vista o disposto da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e, ainda, o que consta do Processo nº 59100.000091/2007-82, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, com a regulamentação dada pelo Decreto nº 6.276, de 28 de novembro de 2007, o Termo de Compromisso apresentado pelo Estado do Rio Grande do Sul, inserido no processo nº 59100.000091/2007-82, visando a execução das ações para Construção da Barragem Taquarembó, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Art. 2º Deverá a execução do objeto obedecer rigorosamente o Termo de Compromisso e o Plano de Trabalho que o integra.

Art. 3º Autorizar o repasse de recursos para cobertura das despesas de execução do objeto, num total de R\$ 6.041.484,00 (seis milhões, quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), na forma prevista no Termo de Compromisso.

Art. 4º Os recursos financeiros relativos ao presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 6.041.484,00 (seis milhões, quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), conforme Nota de Empenho nº 2009NE000001, de 23/10/2009, no Programa de Trabalho 18.544.0515.1160.0043, Fonte 0300, Natureza da Despesa 4430.42.

Art. 5º O prazo de execução do objeto será de 540, contados a partir da data da publicação no Diário Oficial da União, consoante o estabelecimento no respectivo Plano de Trabalho.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO CAMPOS DE ABREU

RETIFICAÇÕES

No Extrato de Portaria nº 137, de 31 de Dezembro de 2009, publicado no D.O.U de 18/01/2010, Seção 1, página 74, onde se lê: Estado do Ceará; leia-se: Estado da Bahia.

No Extrato de Portaria nº 138, de 31 de Dezembro de 2009, publicado no D.O.U de 18/01/2010, Seção 1, página 75, onde se lê: Estado do Ceará; leia-se: Estado da Bahia.

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 13, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Reconhece situação de emergência, em municípios do Estado do Paraná, afetados por Estiagem.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando os Decretos Municipais de Altônia, nº 148/2009, de 22 de maio de 2009, Homologação nº 4.960, de 24 de

junho de 2009; Bela Vista da Caroba, nº 955/2009, de 07 de julho de 2009, Homologação nº 5.234, de 17 de agosto de 2009; Chopinzinho, nº 276/2009, de 14 de julho de 2009, Homologação nº 5.173, de 30 de julho de 2009; Cruz Machado, nº 1.530/09, de 2 de junho de 2009, Homologação nº 4.958, de 24 de junho de 2009; Engenheiro Beltrão, nº 44/2009, de 10 de junho de 2009, Homologação nº 4.959, de 24 de junho de 2009; Francisco Alves, nº 88, de 09 de junho de 2009, Homologação nº 5.172, de 30 de julho de 2009; Iretama, nº 024/2009, de 15 de julho de 2009, Homologação nº 5.173, de 30 de julho de 2009; Lapa, nº 14744, de 20 de maio de 2009, Homologação nº 5.027, de 01 de julho de 2009; Mariluz, nº 613/2009, de 3 de agosto de 2009, Homologação nº 5.393, de 14 de setembro de 2009; Marmeleiro, nº 1.883, de 27 de agosto de 2009, Homologação nº 5.393, de 14 de setembro de 2009; Nova Esperança do Sudoeste, nº 026/2009, de 17 de julho de 2009, Homologação nº 5.234, de 17 de agosto de 2009; Palmeira, nº 6.499, de 20 de julho de 2009, Homologação nº 5.234, de 17 de agosto de 2009; Pérola D'Oeste, nº 091/2009, de 22 de junho de 2009, Homologação nº 5.234, de 17 de agosto de 2009; São Tomé, nº 058/2009, de 19 de fevereiro de 2009, Homologação nº 5.102, de 14 de julho de 2009 e Terra Roxa, nº 1244/2009, de 07 de julho de 2009, Homologação nº 5.174, de 30 de julho de 2009, do Estado do Paraná.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de enchentes, a situação de emergência nos municípios referentes ao processo a seguir: Altônia, nº 59050.002686/2009-77; Bela Vista da Caroba, nº 59050.002875/2009-40; Chopinzinho, nº 59050.002567/2009-14; Cruz Machado, nº 59050.002674/2009-42; Engenheiro Beltrão, nº 59050.002581/2009-18; Francisco Alves, nº 59050.002553/2009-09; Iretama, nº 59050.002690/2009-35; Lapa, nº 59050.002334/2009-11; Mariluz, nº 59050.003061/2009-22; Marmeleiro, nº 59050.003078/2009-80; Nova Esperança do Sudoeste, nº 59050.002865/2009-12; Palmeira, nº 59050.002869/2009-92; Pérola D'Oeste, nº 59050.002866/2009-59; São Tomé, nº 59050.002333/2009-77 e Terra Roxa, nº 59050.002671/2009-17, pelo prazo de noventa dias, contados a partir das datas de vigência dos Decretos Municipais, nas áreas afetadas, conforme respectivos Formulários de Avaliações de Danos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 14, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Reconhece situação de emergência, em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Estiagem.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando os Decretos Municipais nº 886, de 04 de maio de 2009, de Gramado Xavier, nº 555/OJC/2009, de 13 de maio de 2009, de Monte Alegre dos Campos; nº 1.154/2009, de 23 de abril de 2009, de Putinga, nº 4.477, de 25 de maio de 2009, de Venâncio Aires, devidamente homologados pelo Decreto nº 46.412 de 18 de junho de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de estiagem, a situação de emergência nos municípios referentes aos processos a seguir: Gra-

mado Xavier, nº 59050.002395/2009-89; Monte Alegre dos Campos, nº 59050.002324/2009-86; Putinga, nº 59050.002408/2009-10 e Venâncio Aires, nº 59050.002459/2009-41, pelo prazo de noventa dias, contados a partir das datas de vigência dos Decretos Municipais, nas áreas afetadas conforme respectivos Formulários de Avaliações de Danos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 15, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Reconhece situação de emergência, em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Estiagem.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando os Decretos Municipais nº 2030/2009, de 04 de maio de 2009, de Alto Alegre; nº 22, de 06 de maio de 2009, de Barros Cassal; nº 29, de 08 de maio de 2009, de Herval e nº 1.207, de 29 de abril de 2009, de Lagoão, devidamente homologados pelo Decreto nº 46.416, de 22 de junho de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul.

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil nos processos abaixo citados, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de enchentes, a situação de emergência nos municípios referentes aos processos a seguir: Alto Alegre, 59050.002343/2009-11; Barros Cassal, 59050.002340/2009-79; Herval, 59050.002392/2009-45 e Lagoão, 59050.002320/2009-06, pelo prazo de noventa dias, contados a partir das datas de vigência dos Decretos Municipais, nas áreas afetadas conforme respectivos Formulários de Avaliações de Danos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

PORTARIA Nº 16, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Reconhece situação de emergência no Município de Balneário Gaivota-SC.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 096, de 12 de setembro de 2009, do Município de Balneário Gaivota, devidamente homologado pelo Decreto nº 2.685, de 16 de outubro de 2009, do Estado de Santa Catarina, e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.003600/2009-23, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de enxurradas, a situação de emergência no Município de Balneário Gaivota, zona urbana, Loteamentos: Praia Santa Fé, Praia Village Dunas, Praia Turimar, Praia Gaivota, Jardim Ultramar e Praia Areias Claras; Avenida Beira Mar e Bairro Lagoa de Fora; zona rural: Localidades de Palmeira, Rio Novo, Rua Nova, Anita Garibaldi, Figueirinha e Estiva do Rodrigues, conforme o Formulário de Avaliação de Danos, constante do referido Processo, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 12 de setembro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE



Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 13, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, INTERINO, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso do pedido do título de Utilidade Pública Federal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA FÉ, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 71.729.628/0001-70 (Processo MJ nº 08071.003489/2009-96).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 5ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE TURMA
A SER REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 2010

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 21 de janeiro de 2010, à partir das 10 horas, na sala Cocar/ Biblioteca do Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2001.01.05098	A	JUBEL MARITINS DE ANDRADE	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	60
2.	2002.01.06623	A	BENJAMIM CAPISTRANO FILHO	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	68
3.	2002.01.06625	A	LUIZ ALBERTO KLEY	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	67
4.	2002.01.09152	A	GLOWER LEONIDAS COELHO DE SOUZA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	81
5.	2003.01.19194	A R	JOAQUIM CAMELO DE SANTANA OZANA CARLOS DE SANTANA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	83
6.	2003.01.19220	A	OZANA CARLOS DE SANTANA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	83
7.	2003.02.19240 2003.01.24438	A	CARLOS RIBEIRO	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	72
8.	2003.02.29205	A R	QUINTINO GONÇALVES SOBRINHO LOURDES GONÇALVES E OUTROS	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	72
9.	2004.01.39969	A R	ERMELINDO MAFFEI SONIA DOS SANTOS MAFFEI	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	NUMERAÇÃO	67
10.	2005.01.50992	A	ARNALDO JOSÉ BEZERRA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	72
11.	2007.01.57373	A	ANTÔNIO MARQUES BATISTA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	78
12.	2008.01.60981	A	HILDEU DE OLIVEIRA ANDRADE	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	71
13.	2008.01.61496	A	FRANCISCO RITTA BERNARDINO	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	76
14.	2008.01.61890	A	THEREZINHA LADEIRA PINHO RODRIGUES	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	70
15.	2008.01.63234	A	HÉLIO DIONÍSIO DE LIMA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	82
16.	2008.01.63244	A	IRIO SILVEIRA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	73
17.	2009.01.63386	A	FERNANDO RICHARD DE CARVALHO ROCHA	Conselheira Sueli Aparecida Bellato	IDADE	79
18.	2004.01.39476	A	MARIA ELODIA ALENCAR DE LIMA	Conselheiro Egmar José de Oliveira	NUMERAÇÃO	77
19.	2009.01.63631	A	MANOEL LOPES DA COSTA	Conselheiro Egmar José de Oliveira	IDADE	70
20.	2009.01.63675	A	OLIVEIRA FERREIRA PARAGUAI	Conselheiro Egmar José de Oliveira	IDADE	79
21.	2003.01.24797	A	MANOEL JOSÉ RODRIGUES	Conselheiro Juvelino José Strozake	NUMERAÇÃO	84
22.	2004.01.44464	A	TELINES BASILIO DO NASCIMENTO	Conselheiro Juvelino José Strozake	NUMERAÇÃO	83
23.	2005.01.50441	A	NELSON PILETTI	Conselheiro Juvelino José Strozake	IDADE	64
24.	2008.01.60943	A R	ALVIMAR FIGUEIRA DA FONSECA MARIA DO CARMO DE SOUZA FONSECA	Conselheiro Juvelino José Strozake	IDADE	78
25.	2009.01.63969	A	EDVALDO DE OLIVEIRA SANTOS	Conselheiro Juvelino José Strozake	IDADE	63
26.	2009.01.64228	A	AMADEU DE ARAUJO ARRAIS	Conselheiro Juvelino José Strozake	IDADE	83
27.	2009.01.64286	A R	EXPEDITO NOGUEIRA FRANCISCA NOGUEIRA E OUTROS	Conselheiro Juvelino José Strozake	IDADE	66
28.	2003.01.29393	A	MAURÍLIO JOSÉ GERMANIO	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	63
29.	2003.01.31830	A	MOISÉS MARGOLIS	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	79
30.	2004.01.38190	A	ALADIO COSTA SANTOS	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	67
31.	2003.04.18005	A	MILTON BARROSO COUTO	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	95
32.	2003.04.18607	A	ODIRCEO DA COSTA VIGAS	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	71
33.	2003.21.35770	A	GUILHERME FERNANDES	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	73
34.	2003.21.36014	A	VALDECI B DO NASCIMENTO	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	34
35.	2003.21.36298	A	MANOEL FRANCISCO DE SOUZA	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	NUMERAÇÃO	83
36.	2009.01.64247	A	IGNEZ VIEIRA DE CASTRO	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi Vistas Sueli Aparecida Bellato	IDADE	70

Legenda:

A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

PAUTA DA 6ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE TURMA A SER REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 2010

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem o presente EDITAL, ou dele conhecimento tiverem, que no dia 21 de janeiro de 2010, à partir das 10 horas, na sala 108 do Anexo I, Ed. Raymundo Faoro do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-à Sessão da Comissão de Anistia.

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2002.01.06031	A R	ANTONIO PEDROSO ALZIRA DOS SANTOS PEDROSO	Conselheiro Prudente José Silveira Mello	NUMERAÇÃO	89
2.	2003.01.32661	A	OLÍVIA FERREIRA DE ARAÚJO ALVES	Conselheiro Prudente José Silveira Mello	NUMERAÇÃO	59
3.	2003.21.36541	A	EDISON MOREIRA GITAI	Conselheiro Prudente José Silveira Mello	NUMERAÇÃO	80
4.	2001.02.00576	A	LEDA MARIA CAIRA GITAHY	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	NUMERAÇÃO	60
5.	2003.02.28194	A	PAULO AZEVEDO BEZERRA	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	NUMERAÇÃO	69
6.	2003.01.29351	A	LADISLAU ALBERTO DE LIMA	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho Vistas Vanda Davi Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	76
7.	2004.01.44504	A	MARGARIDA MARIA WEISHEIMER	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	NUMERAÇÃO	-
8.	2004.01.44505	A R	ÁLVARO EUGÊNIO CABRAL ÁDRIA MÁRCIA CABRAL GOUVEIA E OUTROS	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	NUMERAÇÃO	55
9.	2007.01.57674	A	JOSÉ NUNES DE SOUZA	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	IDADE	78
10.	2009.01.63599	A	JOSE RIBAMAR FERREIRA	Conselheiro José Carlos Moreira da Silva Filho	IDADE	75
11.	2001.01.01931	A	GISELDA BAPTISTA	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	63
12.	2002.01.07938	A R	SALOMÃO BRONSTEIN THEREZA MAITAN	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	78
13.	2002.01.09155	A	GILBERTO FREIRE DE MELO	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	75
14.	2002.01.09741	A	DULCE DOS SANTOS COSTALLAT	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	80
15.	2002.01.11684	A	ANTÔNIO CAMELATO VOLTAN	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	66
16.	2002.01.12366	A	MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO BARACHO	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos Vistas Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	56
17.	2002.01.12586	A	FRANCISCO AVELINO DE MEDEIROS	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	61
18.	2003.01.16569	A	ARCELINO ZENATTI	Conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	78



19.	2003.01.16981	A	OLGA DIMBROWSKI	Conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	77
20.	2004.15.42305	A	EXPEDITO MARTINS	Conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	48
21.	2009.01.63620	A	RAIMUNDO ATANÁZIO NUNES	Conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira	IDADE	77
22.	2003.01.37350	A	CELME DE ALMEIDA BRAGA NIGRO	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	54
23.	2003.01.37381	A	NELIO ARZUA DOS SANTOS	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	74
24.	2003.01.37383	A	PEDRO PAULO MACHADO	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	64
25.	2004.01.37903	A	LUCIANO DAVID PELUSIO MELGACO	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	49
26.	2004.01.39015	A	JACI MARIA FREITAS BUENO	Conselheiro Virginius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	62
27.	2003.01.16473	A	FLORÊNCIO BITENCOURT DA SILVA NETO	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes Vistas Vanda Davi Fernandes de Oliveira	NUMERAÇÃO	56
28.	2003.01.27028	A	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA VIEIRA	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO	63
29.	2003.01.27665	A	MAURO DAISON OTERO GOULART	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO	63
		R	DENISE FERNANDES GOULART			
30.	2004.01.41955	A	VALDEMAR CALESTINO CHAVES	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes Vistas Prudente José Silveira Mello	NUMERAÇÃO	75
31.	2006.01.53789	A	JULIO CICERO PRATES E SILVA	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes Vistas Prudente José Silveira Mello	IDADE	75

Legenda:
A - Anistiando
R - Requerente

PAULO ABRAO PIRES JUNIOR

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE
DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.824, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08389.020081/2009-13-DPF/FIG/PR, DECLARA revista a autorização para funcionamento de serviços especializados de VIGILÂNCIA, válida por 01(um) ano da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa ATAQUE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 07.201.112/0001-50, tendo como sócios EVANDRO RODRIGO NECKEL e WILSON SOARES DE OLIVEIRA, para efeito de exercer suas atividades no Estado do PARANÁ.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 5.158, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08270.013917/2009-42-SR/DPF/CE, DECLARA revista a autorização para funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA, válida por 01(um) ano da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO MARACANAÚ SHOPPING CENTER, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 05.825.973/0001-83, tendo como responsável pelo serviço orgânico de segurança: LUIZ MARCELO NORÕES DE CARVALHO, para efeito de exercer suas atividades no Estado do CEARÁ.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 17, DE 7 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08400.021900/2009-36-SR/DPF/PE; resolve:

Conceder autorização à empresa XERIFE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF Nº 09.543.683/0001-06, sediada no Estado de PERNAMBUCO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e natureza:

- 10 (DEZ) REVÓLVERES CALIBRE 38 E
- 120 (CENTO E VINTE) MUNIÇÕES PARA CALIBRE 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 19, DE 7 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei Nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08455.071270/2009-13-SR/DPF/RJ; resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA DE ESPECIALIZACAO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ/MF Nº 31.925.258/0001-22, sediada no Estado do RIO DE JANEIRO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, munições e petrechos nas seguintes quantidades e natureza:

- 850 (OITOCENTAS E CINQUENTA) MUNIÇÕES PARA CALIBRE .380,
- 7.000 (SETE MIL) ESPOLETAS PARA CALIBRE 38,
- 7.600 (SETE MIL E SEISCENTOS) PROJÉTEIS PARA CALIBRE 38 E
- 1.000 (MIL) GRAMAS DE PÓLVORA.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 45, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei Nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08110.000379/2009-69-DPF/SIC/MT; resolve:

Conceder autorização à empresa INVIOSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF Nº 06.145.774/0001-97, sediada no Estado do MATO GROSSO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e natureza:

- 17 (DEZESSETE) REVÓLVERES CALIBRE 38;
- 204 (DUZENTOS E QUATRO) CARTUCHOS CALIBRE 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 52, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei Nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08385.035635/2009-17-SR/DPF/PR; resolve:

Conceder autorização à empresa HUNTER'S ESCOLA DE SEGURANCA S/C LTDA, CNPJ/MF Nº 01.289.220/0001-40, sediada no Estado do PARANÁ para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, munições nas seguintes quantidades e natureza:

- 40.300 (QUARENTA MIL E TREZENTOS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38;
 - 3.000 (TRÊS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12;
 - 4.000 (QUATRO MIL) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 380.
- O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 53, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei Nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08793.005039/2009-92-DPF/GOY/RJ; resolve:

Conceder autorização à empresa AFORVIG - ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ/MF Nº 02.920.885/0001-72, sediada no Estado do RIO DE JANEIRO para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, munições e petrechos nas seguintes quantidades e natureza:

- 1.500 (MIL E QUINHENTAS) ESPOLETAS CALIBRE 38/380;
- 1.500 (MIL E QUINHENTOS) PROJÉTEIS CALIBRE 380;
- 800 (OITOCENTOS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12;
- 3.000 (TRÊS MIL) GRAMAS DE PÓLVORA.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 54, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei Nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08420.026343/2009-10-SR/DPF/RN; resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEG SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP, CNPJ/MF Nº 08.699.066/0001-23, sediada no Estado do RIO GRANDE DO NORTE para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e natureza:

- 05 (CINCO) REVÓLVERES CALIBRE 38;
- 90 (NOVENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 55, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº

08240.014705/2009-30-SR/DPF/AM, DECLARA revista a autorização para funcionamento de serviços especializados de VIGILÂNCIA e TRANSPORTE DE VALORES, válida por 01(um) ano da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa TRANSEXCEL - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.103.266/0001-95, tendo como sócios MARIA FERNANDA SOUZA FERNANDEZ, RAIMUNDO NONATO CALDEIRA DA SILVA, LUCIA REGINA DE VASCONCELOS DIAS ASSAYAG e MILCYETE BRAGA ASSAYAG, para efeito de exercer suas atividades no Estado do AMAPÁ.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 65, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei Nº 9.017 de 30 de março de 1.995 e pelo art. 45 do Decreto Nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo Nº 08430.065731/2009-99-SR/DPF/RS; resolve:

Conceder autorização à empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA GAÚCHA LTDA, CNPJ/MF Nº 08.476.480/0001-73, sediada no Estado do RIO GRANDE DO SUL para adquirir armas e munições nas seguintes quantidades e natureza:

-35 (TRINTA E CINCO) REVÓLVERES CALIBRE 38 pertencentes a empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA CNPJ/MF 50.087.022/0001-09 e

-630 (SEISSENTOS E TRINTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38 em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.038, DE 13 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº 2009/0002251/DPF/UDI/MG, resolve: CONCEDER autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., à empresa REZENDE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF: 10.688.221/0001-58, tendo como Sócio(s): LAZARO PEREIRA REZENDE, LUCIANA PEREIRA REZENDE, especializada na prestação de serviços de Vigilância Patrimonial, para exercer suas atividades em MINAS GERAIS, com Certificado de Segurança Nº 000018, expedido pelo DREX/SR/DPF/MG.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.039, DE 13 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº 2009/0003212/DPF/CGE/PB, resolve: CONCEDER autorização à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF: 10.446.347/0001-16, sediada na PARAÍBA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-10 (DEZ) Revólver(s) CALIBRE 38,
-120 (CENTO E VINTE) Cartuchos de Munição CALIBRE 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.041, DE 13 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº 2009/0002902/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa STAR SEC CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ/MF: 10.423.118/0001-86, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-12 (DOZE) Revólver(s) CALIBRE 38,
-3 (TRÊS) Pistola(s) CALIBRE .380,
-3 (TRÊS) Espingarda(s) CALIBRE 12,
-162.660 (CENTO E SESENTA E DUAS MIL SEISCENTOS E SESENTA) Espoletas para Munição CALIBRE 38/.380,
-15.660 (QUINZE MIL SEISCENTOS E SESENTA) Projéteis para Munição CALIBRE .380,
-15.660 (QUINZE MIL SEISCENTOS E SESENTA) Estojos para Munição CALIBRE .380,
-40.929 (QUARENTA MIL NOVECIENTOS E VINTE E NOVE) Gramas de Pólvora,
-147.000 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL) Projéteis para Munição CALIBRE 38,
-147.000 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL) Estojos para Munição CALIBRE 38,
-3.600 (TRÊS MIL E SEISCENTOS) Cartuchos de Munição CALIBRE 12,
-01 (UMA) MÁQUINA PARA RECARGA CALIBRE 38;
-01 (UM) KIT PARA RECARGA CALIBRE .380.
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.047, DE 13 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº 2009/0002313/DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: CONCEDER autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., à empresa ADLER-SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF: 10.583.517/0001-04, tendo como Sócio(s): BRUNO KEVIN DOMINGUES, GISIANE MOREIRA BORBA ALVES, MARIA HEDVIGES ALVES, TEREZA DE JESUS MAIDL, especializada na prestação de serviços de Vigilância Patrimonial, para exercer suas atividades no PARANÁ, com Certificado de Segurança Nº 000024, expedido pelo DREX/SR/DPF/PR.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.050, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei Nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, alterado pelo Decreto Nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo Nº 2009/0002888/DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa STARVIG VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ/MF: 05.654.919/0001-12, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

- 312 (TREZENTOS E DOZE) Cartuchos de Munição CALIBRE 38.

E da empresa cedente ASCOP VIGILÂNCIA ELETRÔNICA E PATRIMONIAL LTDA., 42.018.416/0001-87:

- 26 (VINTE E SEIS) Revólveres Calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

PORTARIA Nº 781, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 28, inciso IV, do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria Nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça - MJ, publicada na Seção 1 do DOU Nº 198, de 16 de outubro de 2006, e CONSIDERANDO:

o disposto na Lei Nº 7.102, de 20 de junho de 1983; no Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983; na Portaria MJ Nº 195, de 13 de fevereiro de 2009; na Portaria MJ Nº 196, de 13 de fevereiro de 2009; na Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; no Decreto Nº 5.123, de 1º de julho de 2004; e no inciso XII do art. 9º da Lei Nº 9.613, de 3 de março de 1998;

o disposto no art. 16 da Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, e na Portaria MJ Nº 196, de 13 de fevereiro de 2009, que atribuem ao Departamento de Polícia Federal a competência instituída no § 1º do art. 9º do Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, para estabelecer as especificações de segurança dos veículos especiais de transporte de valores de uso exclusivo, dotados de sistema de comunicação, identificados e padronizados, contendo nome e logotipo da empresa;

o disposto no inciso XII do art. 9º da Lei Nº 9.613, de 3 de março de 1998, resolve:

Art. 1º Os arts. 5º-B, 7º, 8º, 10, 11, 17, 20, 22, 25, 28, 31, 44, 47, 52, 57, 59, 62-A, 64-A, 64-C, 70, 71, 80, 83, 86, 93, 108, 112, 122, 124, 126, 127, 133, 144, 148, 154 e 156-B da Portaria Nº 387 - DG/DPF, de 28 de agosto de 2006, publicada no DOU, Nº 169, Seção 1, página Nº 80, de 1º de setembro de 2006, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art.

5º-

B.
§ 1º As outras instalações físicas, assim consideradas quaisquer dependências isoladas, com a finalidade de apoio às atividades da matriz ou filial, com CNPJ próprio ou utilizando CNPJ da matriz ou filial, e onde podem ser guardadas, no máximo 05 (cinco) armas, são incompatíveis com a expedição de certificado de segurança, devendo o local, no entanto, ser provido de cofre para a guarda do armamento mencionado neste parágrafo.

....." (NR)

"Art. 7º

§ 1º Proposta a aprovação das instalações físicas pela DELESP ou CV, o certificado de segurança será autorizado pelo DREX, tendo validade até a próxima revisão de autorização de funcionamento do estabelecimento.

§ 6º A reprovação definitiva ensejará a lavratura do auto de infração, correspondente à conduta descrita no inciso VIII do art. 127, caso o certificado anterior já esteja vencido, ressalvada a hipótese do § 8º, deste artigo.

§ 7º Na hipótese de reprovação definitiva, o interessado somente poderá solucionar a irregularidade por meio da apresentação de novo requerimento.

§ 8º Caso o motivo da reprovação somente possa ser regularizado através da realização de mudança física no imóvel, o interessado terá 30 (trinta) dias para ingressar com novo requerimento sem incidir na infração referida no § 6º, permanecendo suspenso o processo de revisão em andamento.

§ 9º Não será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para saneamento da irregularidade de que trata o § 8º deste artigo, caso o item reprovado já tiver sido discutido e resolvido em processo anterior." (NR)

"Art.

8º

VI - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro de frente do vigilante devidamente fardado;

VIII - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial da fachada, demonstrando o nome e a logomarca da empresa e o local de guarda de armas e munições;

(NR)

"Art.

10.

I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, autorizados pela Polícia Federal e registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

VI - balanço ou balancete, assinado por contador, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR;

VII - certidões negativas de registros criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual, Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes de onde mantenham domicílio e da sede da empresa na Unidade da Federação.

(NR)

"Art. 11. Os processos administrativos de primeira autorização de funcionamento em cada Unidade da Federação serão, depois de analisados e instruídos pela DELESP ou CV, encaminhados à CGCSP com parecer conclusivo.

§ 6º O requerimento de revisão da autorização de funcionamento deverá ser apresentado pelo menos 60 (sessenta) dias antes da data do vencimento da autorização que estiver em vigor.

(NR)

"Art.

17.

II - cópias dos certificados de conformidade;

§ 1º O veículo especial deverá ser dotado de sistema de comunicação que permita a comunicação ininterrupta com a central da empresa, identificado e padronizado, contendo nome e logotipo da empresa e atender às especificações técnicas de segurança contidas nesta Portaria.

(NR)

"Art.

20.

VI - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro de frente do vigilante devidamente fardado;



VIII - fotografias das instalações físicas da empresa, em especial da fachada demonstrando o nome e a logomarca da empresa e do local de guarda de armas e munições;

(NR) "Art. 22. I - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, autorizados pela Polícia Federal e registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica;

VI - balanço ou balancete, assinado por contador, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR;

VII - certidões negativas de registros criminais expedidas pelas Justiças Federal, Estadual, Militar dos Estados e da União, onde houver, e Eleitoral, relativamente aos sócios, administradores, diretores e gerentes de onde mantenham domicílio e da sede da empresa na Unidade da Federação. (NR)

"Art. 25. § 2º É vedada a contagem de numerário no local de acesso aos usuários por ocasião do abastecimento de caixas eletrônicos e outros terminais de auto-atendimento" (NR)

Parágrafo único. Os incidentes relevantes relativos aos veículos especiais, tais como ocorrências de furto e roubo também devem ser comunicados à DELESP ou CV no prazo de 5 (cinco) dias, para fins de atualização do sistema de controle." (NR)

III - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas de corpo inteiro de frente do vigilante devidamente fardado;

(NR) "Art. 44. I - os documentos previstos nos incisos V e VIII do art. 43;

V - balanço ou balancete, assinado por contador, que comprove a integralização do capital social em no mínimo 100.000 (cem mil) UFIR;

VI - cópia ou certidão dos atos constitutivos e alterações posteriores, autorizados pela Polícia Federal e registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoa Jurídica." (NR)

"Art. 47. Os instrutores das empresas de curso de formação deverão ser previamente credenciados pela DELESP ou CV, cujo indeferimento poderá ser objeto de recurso dirigido ao DREX, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º O credenciamento de que trata este artigo é válido por 4 (quatro) anos, ressalvadas as hipóteses de anulação ou revogação do ato pela DELESP ou CV." (NR)

"Art. 52. § 1º O disposto no caput não se aplica no caso de autorização do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada para realização de curso de formação ministrado para militares temporários, a pedido da autoridade militar competente, desde que o plano de curso e a grade horária atendam aos requisitos definidos nesta Portaria.

§ 2º O curso de formação ministrado para militares temporários será considerado equivalente ao curso de formação de vigilantes independentemente do cumprimento do disposto no art. 41 desta Portaria." (NR)

VI - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro de frente do vigilante devidamente fardado;

VIII - fotografias das instalações físicas da empresa que possuam certificado de segurança, em especial do local de guarda de armas e munições;

IX - fotografias coloridas dos veículos especiais, se houver, da frente, lateral, traseira e do sistema de comunicação veicular;

X - autorização para utilização de frequência concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço, se houver veículos especiais;

XI - comprovante de recolhimento da taxa de expedição de alvará de funcionamento de empresa de segurança." (NR)

I - os documentos previstos nos incisos I, IV e V mencionados no art. 57;

(NR) "Art. 62-A. I - a validade do dia da expedição da portaria de sua aprovação até o último dia do mesmo ano civil, caso a portaria seja expedida de janeiro a setembro;

b) validade do dia da expedição da portaria de sua aprovação até o último dia do ano civil seguinte, caso a portaria seja expedida de outubro a dezembro;

a) validade do primeiro ao último dia do ano civil posterior à data da expedição da portaria, caso esta seja expedida de novembro até o último dia de dezembro do ano em que o pedido deveria ter sido protocolado;

b) validade do dia da expedição da portaria até o último dia do mesmo ano, caso esta seja expedida após o último dia de dezembro do ano em que o pedido deveria ter sido protocolado." (NR)

"Art. 64-A. O requerimento de renovação do plano que não altere os termos do plano de segurança anteriormente aprovado ou que apenas aumente os seus elementos de segurança deverá ser apresentado até o último dia útil de outubro do ano anterior ao de sua vigência, devendo ser instruído com o documento previsto no inciso VI do art. 63, bem como a informação referente à não redução ou alteração de elementos já aprovados no plano em vigor ou aumento de elementos.

(NR) "Art. 64-C. § 2º A notificação do caput, para ter efeito já na análise do plano de segurança para o ano seguinte, deverá ser efetivada até o último dia de setembro.

§ 9º A instituição financeira fica obrigada a se adequar aos termos do novo plano de segurança a partir do seu primeiro dia de validade, ou no prazo de 30 dias a contar da data de recebimento da notificação da decisão final do presente procedimento, o que lhe for mais benéfico." (NR)

"Art. 70. § 13. As armas de fogo em utilização pelos vigilantes da empresa devem estar sempre acompanhadas de cópia autenticada do respectivo registro." (NR)

"Art. 71. As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança somente serão autorizadas a adquirir armas, munições, coletes à prova de bala e outros produtos controlados se estiverem com a autorização de funcionamento e o certificado de segurança válidos.

(NR) "Art. 80. As empresas de curso de formação poderão adquirir munição em quantidade máxima, de acordo com a quantidade e o tipo de calibre descrito no programa da matéria de Armamento e Tiro, constante de cada anexo desta Portaria, tomando-se por base o total de alunos formados nos últimos 06 (seis) meses, multiplicado por 1,5 (um inteiro e cinco décimos) - fator de crescimento médio semestral - correspondente à munição prevista para 06 (seis) meses de atividade, subtraído do total o estoque remanescente da requerente.

(NR) "Art. 83. IV - comprovante do recolhimento da taxa de autorização para compra de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga.

"Art. 86. Os processos administrativos de autorização de aquisição de armas, munições e demais produtos controlados, em todos os casos previstos nesta Portaria, serão encaminhados à CGCSP sem a necessidade de parecer conclusivo da unidade descentralizada de origem, exceto quando for necessária ou conveniente sua manifestação sobre situações de fato que poderão influenciar na análise do pedido.

(NR) "Art. 93. § 4º O prazo de 24 (vinte e quatro) horas de que trata o caput deste artigo não se suspende ou interrompe nos feriados e finais de semana." (NR)

I - memorial descritivo do uniforme dos vigilantes, mencionando apito com cordão, logotipo da empresa, plaqueta de identificação, acompanhado de fotografias coloridas, de corpo inteiro de frente do vigilante devidamente fardado;

(NR) "Art. 112. § 4º Após o requerimento da CNV, a empresa contratante ou entidade de classe deverá agendar o comparecimento do vigilante à DELESP ou CV a fim de ser submetido à identificação através da coleta biométrica das suas impressões decadastrares a ser realizada pelo setor responsável pelos procedimentos de identificação da Superintendência de Polícia Federal local ou da unidade descentralizada da circunscrição dos requerentes.

§ 5º Procedida a coleta biométrica, as impressões digitais do vigilante deverão ser inseridas e pesquisadas no Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS/DPF, cabendo ao setor responsável pelos procedimentos de identificação da Superintendência de Polícia Federal local ou da unidade descentralizada, informar os resultados da pesquisa à DELESP ou CV." (NR)

"Art. 122. VIII - possuir, em seu quadro, até 5 % (cinco por cento) de vigilantes sem CNV ou com a CNV vencida;

IX - deixar de providenciar em tempo hábil a revisão da autorização de funcionamento." (NR)

XXVIII - possuir, em seu quadro, entre 20 e 50 % (vinte e cinquenta por cento) de vigilantes sem CNV ou com a CNV vencida;

XXIX - empregar vigilante em atividade de segurança privada para a qual esse não possui habilitação." (NR)

§ 1º No caso de aplicação da pena de proibição temporária de funcionamento, as armas, munições, coletes à prova de balas que não estejam em utilização serão recolhidas, e os veículos especiais deverão ser lacrados pela DELESP ou CV, permanecendo, pelo período que durar a proibição, em poder da empresa, mediante lavratura de termo de fiel depositário.

(NR) "Art. 127. VIII - deixar de possuir quaisquer outros requisitos para o seu funcionamento;

IX - continuar funcionando fora dos limites da Unidade da Federação onde possui autorização após 30 (trinta) dias da lavratura do auto de infração pelo cometimento do fato.

§ 1º No caso de serem constatadas irregularidades quando da análise de processo de revisão de autorização de funcionamento, se, após a lavratura do auto de infração correspondente, a empresa autuada desejar solucionar a irregularidade, deverá fazê-lo por meio da apresentação de novo requerimento de revisão, conforme previsto no art. 11-A.

§ 2º Na hipótese de regularização após a lavratura do auto de infração, e antes do trânsito em julgado da decisão, a pena de cancelamento será convertida em multa prevista no art. 125, aplicando-se o disposto no art. 135.

(NR) "Art. 133. § 2º Na hipótese do § 1º, caso o novo plano apresentado seja aprovado antes do trânsito em julgado da decisão, a pena de interdição será convertida em multa prevista no art. 132, aplicando-se o disposto no artigo 135.

§ 3º Na hipótese do § 1º, caso o novo plano apresentado seja aprovado após o trânsito em julgado da decisão na seara administrativa, a pena de interdição será convertida em multa no valor máximo previsto no art. 132, de ofício ou a pedido da instituição financeira.

§ 4º No caso de ser aplicada, com trânsito em julgado, a pena de interdição, o estabelecimento financeiro será devidamente lacrado, notificando-se o responsável e cientificando-se o Banco Central do Brasil." (NR)

I - por meio da ciência, no próprio auto, de qualquer sócio ou empregado da administração da autuada;

(NR) "Art. 148. § 2º Findo o prazo previsto para a apresentação da defesa, a DELESP ou CV decidirá fundamentadamente no prazo de 30 (trinta) dias sobre o encerramento das atividades, notificando o autuado.

§ 6º A lavratura do Auto de Encerramento de Atividades Não Autorizada tem força de ordem legal e é auto-executável, devendo a empresa ou responsável pela atividade irregular cessar a prestação do serviço a partir do momento da lavratura do auto, não sendo considerado como autorização temporária para prestação de atividade de segurança privada o trâmite processual previsto neste artigo" (NR)

"Art. 154. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança deverão manter atualizados seus dados, apresentando no máximo a cada seis meses ao DPF;

(NR) "Art. 156-B. Às empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico que pretenderem, espontaneamente, encerrar suas atividades, aplicar-se-á o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 127, contando-se o prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da portaria de cancelamento de autorização.

Art. 2º A Portaria Nº 387 - DG/DPF, de 28 de agosto de 2006, publicada no DOU, Nº 169, Seção 1, página Nº 80, de 1º de setembro de 2006, passa a vigorar acrescida dos arts. 11-A, 11-B, 19-A, 19-B, 19-C, 19-D, 19-E, 19-F, 19-G, 19-H, 19-I, 19-J, 19-K, 19-L, 19-M, 19-N, 19-O, 19-P, 19-Q, 19-R, 19-S, 29-A, 29-B, 29-C, 29-D, 29-E, 29-F e 156-C;

"Art. 11-A. Os processos de autorização de nova atividade e de revisão da autorização de funcionamento serão encaminhados à CGCSP sem a necessidade de parecer conclusivo da DELESP ou CV, exceto quando for necessária ou conveniente sua manifestação sobre situações de fato que poderão influenciar na análise do pedido.

Parágrafo único. Aplicam-se a esse artigo as disposições dos parágrafos do art. 11." (NR)

"Art. 11-B. As empresas que protocolarem o pedido de revisão da autorização de funcionamento tempestivamente, no prazo dos arts. 11 e 11-A, presumem-se em funcionamento regular enquanto o processo estiver em trâmite, desde que não haja outra causa que impeça seu funcionamento.

§ 1º Os pedidos de revisão protocolados intempestivamente não acarretam a presunção de funcionamento regular da empresa durante o trâmite procedimental.

§ 2º Para a empresa que protocolar pedido de revisão de autorização de funcionamento fora do prazo do art. 11 - A, mas ainda antes do vencimento da autorização em vigor, não será lavrado Auto de Constatação de Infração pelo funcionamento sem autorização até a decisão final do processo protocolado.

§ 3º A decisão favorável no procedimento de que trata o § 2º impedirá a lavratura de Auto de Constatação de Infração pelo funcionamento da interessada sem autorização, aplicando-se, contudo, a penalidade referente à conduta descrita no inciso IX do art. 122." (NR)

"Especificações de segurança dos veículos especiais de transporte de valores

Art. 19-A. As blindagens utilizadas nos veículos especiais de transporte de valores são classificadas quanto ao nível de proteção, conforme a tabela disposta no art. 18 do Anexo do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 (R-105):

Nível	Munição	Energia Cinética (Joules)	Grau de Restrição
I	.22 LRHV Chumbo	133 (cento e trinta e três)	Uso permitido
	.38 Special RN Chumbo	342 (trezentos e quarenta e dois)	
II-A	9 FMJ	441 (quatrocentos e quarenta e um)	
	.357 Magnum JSP	740 (setecentos e quarenta)	
II	9 FMJ	513 (Quinhentos e treze)	
	.357 Magnum JSP	921 (novecentos e vinte e um)	
III-A	9 FMJ	726 (setecentos e vinte e seis)	
	.44 Magnum SWC Chumbo	1411 (um mil quatrocentos e onze)	
III	7.62 FMJ (.308 Winchester)	3406 (três mil quatrocentos e seis)	Uso restrito
IV	.30-06 AP	4068 (quatro mil e sessenta e oito)	

" (NR)

"Art. 19-B. Sem prejuízo do atendimento das normas emanadas do órgão de trânsito competente, os veículos especiais de transporte de valores deverão atender aos seguintes requisitos técnicos básicos:

I - cabine e compartimento da guarnição, dotados de blindagem opaca com blindagem nível III, mesmo que resultante da sobreposição de blindagens diversas, desde que comprovado o atingimento do nível adequado nos termos do disposto no artigo 19-F;

II - compartimento do cofre dotado de blindagem opaca, no mínimo nível II-A;

III - pára-brisa dotado de blindagem transparente nível III;

IV - visores dotados de blindagem transparente nível III em ambos os lados da cabine, que permitam à guarnição ver com segurança;

V - sistema de escotilha que permita o tiro do interior com as armas de uso fixado pela Polícia Federal, com um mínimo de quatro seteiras e com aberturas e que possibilitem ângulos de tiro mergulhantes de no máximo 45 (quarenta e cinco) graus;

VI - portas com o mesmo padrão de blindagem referido no inciso I, equipadas com fechaduras sem comando externo para os trincos;

VII - pára-choques que não contenham dispositivos externos que facilitem o atrelamento;

VIII - sistema de ar condicionado ou climatizador;

IX - sistema de comunicação em ligação permanente com a base da empresa; e

X - compartimento do cofre dotado de fechadura randômica, por acionamento remoto ou outra prevista nos termos do parágrafo único do art. 19-D.

Parágrafo único. Os veículos especiais de transporte de valores devem ser mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento." (NR)

"Art. 19-C. Poderão ser utilizados como veículos especiais de transporte de valores, depois de adaptados segundo as especificações desta Portaria, os seguintes tipos de veículos automotores previstos no Código de Trânsito Brasileiro, e em suas regulamentações:

I - caminhão;

II - camioneta; e

III - unidade tratora de veículo articulado (cavalo mecânico).

§ 1º No caso de utilização do veículo descrito no inciso III, destinado ao transporte de cargas valiosas que não possam ou não seja conveniente realizar o transporte pelos veículos descritos nos incisos I e II, não serão aplicáveis os requisitos técnicos básicos previstos nos incisos II e X do art. 19-B, os quais serão substituídos pelos seguintes:

I - monitoramento através de sistema de posicionamento que permita a localização e o controle do trajeto do veículo durante o transporte;

II - dispositivo de desatrelamento remoto do engate do semi-reboque (quinta roda), conectado ao dispositivo descrito no inciso I, de modo que não se permita o seu desatrelamento por comando manual direto ou fora da área de cobertura monitorada;

III - dispositivo de abertura das portas do semi-reboque dotado de fechadura randômica, por acionamento remoto ou outra prevista nos termos do art. 19-D, parágrafo único.

§ 2º As seteiras e os visores blindados do veículo descrito no inciso III devem alcançar também a região traseira do veículo, de modo a impedir o acesso ilícito ao dispositivo de engate do veículo trator (cavalo mecânico) ao semi-reboque (quinta roda).

§ 3º Nas regiões onde a malha viária não favoreça o trânsito de veículos de grande porte ou quando houver interesse no uso de veículos diferenciados, podem ser utilizados como veículos especiais de transportes de valores caminhões ou camionetas de proporções reduzidas, devidamente adaptados nos termos do artigo 19-B, a fim de propiciar a distribuição e o fornecimento adequado do meio circulante da forma mais ampla possível.

§ 4º O disposto nos incisos I e II não se aplica aos veículos de outros tipos utilizados como veículos especiais de transportes de valores, desde que autorizados pela Polícia Federal antes da publicação desta Portaria em conformidade com as normas vigentes à época da autorização." (NR)

"Art. 19-D. São considerados equipamentos opcionais nos veículos especiais de transporte de valores:

I - luzes intermitentes ou rotativas, de cor âmbar;

II - divisórias e portas internas, exceto a divisória que separa o compartimento da guarnição do cofre e a respectiva porta, quando o cofre não for dotado de blindagem opaca idêntica à do restante do veículo;

III - escudos para proteção individual, com a blindagem idêntica à mencionada no inciso I do artigo 19-B desta Portaria, que deverão medir, no mínimo, 0,60 x 0,90 metros, ter espessura máxima de 31 (trinta e um) milímetros, e peso máximo de 30 (trinta) quilogramas.

IV - capacetes balísticos; e

V - outros equipamentos de defesa, individual ou coletiva, da guarnição.

Parágrafo único. Outros equipamentos opcionais serão submetidos, preliminarmente, à consideração da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada - CCASP - e, se indicado para testes, terão seus requisitos técnicos básicos fixados pela Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada - CGCSP." (NR)

"Art. 19-E. A guarnição do veículo especial de transporte de valores será de quatro vigilantes, no mínimo, incluindo o condutor do veículo." (NR)

"Art. 19-F. Os materiais utilizados na montagem ou fabricação das blindagens serão classificados e autorizados conforme prescrito no artigo 19-A desta Portaria, depois de submetidos ao órgão competente do Ministério do Exército responsável pela emissão do respectivo relatório técnico experimental (ReTEX)." (NR)

"Art. 19-G. Os requisitos técnicos básicos das blindagens do veículo especial de transportes de valores serão comprovados por certificado de conformidade, expedido pelo montador, a quem compete a responsabilidade pelo serviço prestado e pelos materiais utilizados.

§ 1º O certificado de conformidade, fornecido com numeração própria do montador, conterá:

I - o número identificador do relatório técnico experimental (ReTEX) referente ao material de proteção balística utilizado na montagem do veículo especial de transporte de valores, expedido pelo Ministério do Exército;

II - a identificação do fabricante do material utilizado na montagem do veículo especial de transporte de valores, mediante fornecimento da razão social, CNPJ, endereço e número do respectivo título de registro;

III - completa identificação do montador do veículo especial de transporte de valores, mediante fornecimento da razão social, CNPJ, endereço e número do respectivo título de registro ou certificado de registro;

IV - a identificação do veículo em que serão montadas as peças de proteção balística, por intermédio do chassi, tipo, marca, ano e placa do veículo;

V - a identificação e a descrição das peças de proteção balística utilizadas, atestando o nível de blindagem nos termos da tabela do art. 19-A, as dimensões da peça e o local de instalação da proteção balística;

VI - a data de montagem e a data de expedição do certificado.

§ 2º O local de instalação da peça de proteção balística será descrito considerando, no mínimo, as seguintes partes do veículo especial de transporte de valores:

I - parede frontal da cabine;

II - teto da cabine e do compartimento da guarnição;

III - piso da cabine e do compartimento da guarnição;

IV - lateral direita da cabine e do compartimento da guarnição;

nição;

V - lateral esquerda da cabine e do compartimento da guarnição;

nição;

VI - divisória entre o cofre e o compartimento da guarnição;

nição;

VII - teto da área do cofre;

VIII - piso da área do cofre;

IX - lateral direita da área do cofre;

X - lateral esquerda da área do cofre;

XI - parede traseira do veículo;

XII - pára-brisa;

XIII - visores traseiros;

XIV - visores laterais direitos da cabine e do compartimento da guarnição;

da guarnição;

XV - visores laterais esquerdos da cabine e do compartimento de guarnição.

§ 3º O montador do veículo especial de transporte de valores que utilizar material balístico de dois ou mais fabricantes deverá especificar, no certificado de conformidade, a identificação completa de todos os fabricantes, assim como o local de utilização de cada peça de proteção balística, na forma do § 1º." (NR)

"Art. 19-H. Os veículos a serem adquiridos por prestadores de serviços de transporte de valores, a partir da data de publicação desta Portaria, deverão atender aos requisitos técnicos básicos por ela adotados e aos requisitos do certificado de conformidade por ela definidos." (NR)

"Art. 19-I. Para veículos montados em data anterior à data de início da vigência desta Portaria deverá ser expedido novo certificado de conformidade, nos termos das especificações elencadas no artigo 19-G, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Portaria.

§ 1º Durante o prazo especificado no caput serão aceitos os atuais certificados de qualidade e conformidade dos veículos especiais, exceto se, havendo validade lançada nos documentos, esta estiver expirada.

§ 2º O relatório técnico experimental (ReTEX) expedido antes da vigência do art. 19-A, elaborado segundo os parâmetros e critérios estabelecidos pela Portaria Nº 1.264/95 - MJ, poderá ser utilizado para a expedição do novo certificado de conformidade referido no caput." (NR)

"Art. 19-J. Para os veículos novos, assim considerados aqueles montados após a data de início da vigência desta Portaria, o certificado de conformidade deverá ter validade de pelo menos 10 (dez) anos quanto à proteção balística opaca e 5 (cinco) anos quanto à proteção balística transparente, a contar da data de expedição do certificado.

§ 1º Antes de expirado o prazo de validade do certificado de conformidade citado no caput, deverá o veículo ser submetido a reavaliação do material cuja validade se expirará, perante montador com título de registro ou certificado de registro, o qual expedirá novo certificado de conformidade quanto ao material vistoriado.

§ 2º O certificado de conformidade de revalidação poderá ser sucinto, devendo conter:

I - menção ao certificado de conformidade original do veículo;

II - indicação das partes e blindagens submetidas à reavaliação, nos termos do § 2º do art. 19-G;

III - eventual troca ou reposição de elementos de blindagem, indicando todos os itens constantes dos incisos I, II e V do § 1º do artigo 19-G desta Portaria;

IV - data da vistoria e validade do certificado de revalidação." (NR)

"Art. 19-K. O certificado de conformidade expedido na forma do § 2º do artigo 19-J desta Portaria deverá ter prazo de validade de, no mínimo, 2 (dois) anos para as blindagens transparentes e 5 (cinco) anos para as blindagens opacas, a contar da data de sua expedição e terá como apenso o certificado de conformidade original.

Parágrafo único. Quando empregados elementos de blindagem novos em toda a blindagem transparente ou em toda a blindagem opaca, o prazo do certificado será de, no mínimo, 5 (cinco) anos para as blindagens transparentes e 10 (dez) anos para as blindagens opacas, conforme o caso." (NR)

"Art. 19-L. O certificado de conformidade expedido após o prazo de validade definido nos arts. 19-I e 19-J expressamente atestará, além dos elementos citados no § 1º do artigo 19-G, a manutenção da eficiência da proteção balística existente, fazendo referência ao número do certificado de conformidade original, que acompanhará o novo documento." (NR)

"Art. 19-M. Quaisquer modificações e/ou substituições nas peças de proteção balística ou na forma de montagem do veículo especial de transporte de valores, efetuadas durante o período de validade do certificado de conformidade deverão ser atestadas por outro certificado de conformidade complementar, referente apenas às partes alteradas, o qual acompanhará o certificado de conformidade original do veículo, sempre fazendo referência à numeração deste." (NR)

"Art. 19-N. Todos os certificados de conformidade expedidos para cada veículo especial de transporte de valores permanecerão apensados ao primeiro e serão apresentados quando requeridos pela fiscalização." (NR)

"Art. 19-O. A execução das blindagens a que se refere esta Portaria será realizada por empresa especializada nessa modalidade de serviço, com registro no Ministério do Exército." (NR)



"Art. 19-P. O Departamento de Polícia Federal expedirá certificado de vistoria para os veículos especiais de transporte de valores mediante apresentação do veículo para vistoria e dos certificados de conformidade vigentes, juntamente com os certificados de conformidade anteriores, se houver, na forma do artigo 19-N desta Portaria." (NR)

"Art. 19-Q. Será permitida, em razão do desgaste pelo uso, a substituição da carroceria do veículo especial, sendo necessária a expedição de um novo certificado de conformidade para o veículo submetido a esta operação, nos termos do artigo 19-G.

Parágrafo único. O certificado de conformidade referido no caput receberá nova numeração e deverá possuir validade de pelo menos 10 (dez) anos quanto à proteção balística opaca e 5 (cinco) anos quanto à proteção balística transparente, a contar da data de sua expedição." (NR)

"Art. 19-R. A possibilidade de troca dos chassis dos veículos especiais de transportes de valores é regulada segundo as normas das autoridades de trânsito competentes e, quando permitida, sua realização ensejará a expedição de novo certificado de conformidade, que será apensado ao certificado original, fazendo menção à sua numeração e deverá possuir validade de pelo menos 3 (três) anos para as blindagens transparentes e 5 (cinco) anos para as blindagens opacas." (NR)

"Art. 19-S. Os prazos de validade dos documentos expressos neste regulamento não excluem a possibilidade do montador emitir documentos com prazos maiores, segundo suas normas técnicas de produção e controle de qualidade.

Parágrafo único. Certificados de conformidade expedidos com validade menor que as previstas nesta Portaria não serão aceitos pela Polícia Federal para expedição dos certificados de vistoria dos veículos especiais de transporte de valores." (NR)

"Comunicação de operações suspeitas

Art. 29-A. Com o objetivo de prevenir e combater os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, as empresas de transporte de valores, nos termos do disposto no inciso XII do parágrafo único do art. 9º da Lei Nº 9.613, de 3 de março de 1998, deverão identificar as pessoas contratantes e manter cadastro atualizado contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - se pessoa jurídica:
 - a) nome da empresa (razão social);
 - b) número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz;
 - c) endereço completo;
 - d) atividade principal desenvolvida; e
 - e) nome das pessoas autorizadas a representá-la e dos proprietários;
- II - se pessoa física:
 - a) nome;
 - b) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou, se estrangeiro, que não seja inscrita no CPF, passaporte ou outro documento oficial que o identifique;
 - c) endereço completo; e
 - d) quando se tratar de estrangeiro que não seja inscrito no CPF, além do nome e endereço completos, deverão ser informados a filiação, data de nascimento, país de origem e atividade desenvolvida.

§ 1º Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II deste artigo deverão ser conservados durante o período mínimo de cinco anos a partir da efetivação da operação, ou quando esta não for realizada, do encaminhamento da proposta.

§ 2º Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II deste artigo serão classificados como sigilosos nos termos do § 1º do art. 23, da Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e do Decreto Nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002." (NR)

"Art. 29-B. As empresas de transporte de valores deverão desenvolver e implementar procedimentos de controle interno, para detectar operações que possam conter indícios dos crimes de que trata a Lei Nº 9.613, de 1998, ou com eles relacionar-se" (NR)

"Art. 29-C. Deverão ser comunicados ao COAF, no prazo de vinte e quatro horas, abstendo-se de dar ciência do ato aos clientes, a proposta ou a realização de:

I - operações previstas no art. 29-B;
II - aumento substancial no volume de bens e valores transportados, sem causa aparente, em especial se houver instrução para entrega a terceiros;

III - transporte ou guarda de bens e valores contratados por pessoas físicas ou jurídicas cuja atividade declarada se mostre aparentemente incompatível com o valor transportado ou custodiado em razão do transporte;

IV - atuação no sentido de induzir empregado da empresa de transporte e guarda de bens e valores a não manter registros de operação realizada;

V - transporte ou guarda de bens e valores que por sua frequência, valor e forma configurem artifícios para burlar os mecanismos de registro e comunicação previstos nesta Portaria;

VI - proposta de transporte ou guarda de bens e valores, por intermédio de pessoas interpostas, que não sejam detentores de mandato, ou sem vínculo societário ou empregatício com a pessoa contratante, sem a revelação da verdadeira identidade do beneficiário;

VII - resistência em facilitar as informações necessárias para o registro da operação ou cadastro, ou ainda o oferecimento de informação falsa;

VIII - outras operações ou propostas que, por suas características, no que se refere a partes envolvidas, valores, forma de realização, local de recebimento e entrega de bens e valores, instrumentos utilizados ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar indícios de crimes previstos na Lei 9.613, de 1998, ou com eles relacionarem-se;

IX - contratação de transporte ou guarda de bens e valores em montante igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), cuja origem e destino sejam diferentes pessoas físicas ou jurídicas e não se trate de instituição financeira (bancos e caixas econômicas);

X - contratação de transporte ou guarda de bens e valores, em montante igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por pessoa jurídica não bancária ou pessoa física, cuja origem ou destino seja Município de fronteira;

XI - operações com valores inferiores aos estabelecidos nas alíneas anteriores mas que, por sua habitualidade, valor e forma, configuram tentativa de burla dos controles.

§ 1º As empresas de transporte de valores que, durante o semestre civil, não tiverem efetuado comunicações na forma do caput deste artigo, deverão declarar ao Departamento de Polícia Federal a inexistência de operações ou situações descritas neste artigo, em até 30 (trinta) dias após o fim do respectivo semestre.

§ 2º As comunicações de boa-fé, feitas na forma prevista neste artigo e no art. 11 da Lei Nº 9.613, de 1998, não acarretarão responsabilidade civil ou administrativa.

§ 3º As comunicações de que trata o caput deverão ser encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponível na página do COAF, sendo disponibilizado ao Departamento de Polícia Federal o acesso aos dados.

§ 4º Caso a Polícia Federal disponibilize meio eletrônico próprio para a realização da comunicação, deverá ser este utilizado em detrimento do previsto no § 3º." (NR)

"Art. 29-D. As empresas de transporte de valores deverão atender, a qualquer tempo, às requisições de informações provenientes do Departamento de Polícia Federal ou do COAF." (NR)

"Art. 29-E. As empresas de transporte de valores, bem como os seus administradores, que deixarem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 29-A a 29-D sujeitam-se à aplicação, cumulativamente ou não, pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, das sanções previstas no art. 12 da Lei Nº 9.613, de 1998.

§ 1º Na instrução e julgamento do processo punitivo instaurado com base no caput, será observado o procedimento previsto nos artigos 14 a 22 do Decreto Nº 2.799, de 08 de outubro de 1998.

§ 2º Poderá o acusado, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação da decisão, apresentar recurso ao Diretor-Executivo da Polícia Federal." (NR)

"Art. 29-F. O disposto nos arts. 29-A a 29-E não se aplica aos serviços orgânicos de transporte de valores, uma vez que a estes é vedada a prestação de serviços a terceiros." (NR)

"Art. 156-C. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico que estiverem com sua autorização de funcionamento vencida há mais de 1 (um) ano, poderão ter sua autorização cancelada, de ofício pela CGCSP, após informação conclusiva da DELESP ou CV de não funcionamento da empresa no endereço informado ao DPF e não atendimento de notificação publicada no D.O.U." (NR)

Art. 3º Revogar o inciso VI do art. 43, o inciso V do art. 63 e o § 1º do art. 71 da Portaria Nº 387 - DG/DPF, de 28 de agosto de 2006, publicada no DOU, Nº 169, Seção 1, página Nº 80, de 1º de setembro de 2006..

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CORRÊA

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA ECONÔMICA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE MERCADO

DESPACHOS DO COORDENADOR

Em 15 de janeiro de 2010

Nº 39 - Ato de Concentração Nº 08012.000280/2010-17. Requerentes: Petrobrás Biocombustíveis S/A, Turdus Participações S/A e Total Agroindústria Canavieira S/A. Advs: Aurélio Marchini Santos e Outros. Em conformidade com a Lei Nº 8.884/94 e o Capítulo VIII da Portaria/MJ Nº . 4, de 06 de janeiro de 2006, defiro, parcialmente, o pedido de tratamento confidencial solicitado. Intimem-se as Requerentes a cumprirem à diligência solicitada, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos da nota técnica de fls.

Nº 40 - Ato de Concentração Nº 08012.000182/2010-71. Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Iharabras S/A Indústrias Químicas. Advs: José Inácio Gonzaga Franceschini e Outros. Em conformidade com a Lei Nº 8.884/94 e o Capítulo VIII da Portaria/MJ Nº . 4, de 06 de janeiro de 2006, defiro o pedido de tratamento confidencial solicitado.

Nº 41 - Ato de Concentração Nº 08012.000185/2010-13. Requerentes: Brasilor Participações Ltda. e GBO - Comércio de Produtos Ópticos Ltda. Advs: Renato Pereira Stetner e Outros. Em conformidade com a Lei Nº 8.884/94 e o Capítulo VIII da Portaria/MJ Nº . 4, de 06 de janeiro de 2006, defiro o pedido de tratamento confidencial solicitado.

Em 18 de janeiro de 2010

Nº 42 - Ato de Concentração Nº 08012.010625/2009-07. Requerentes: VRG Linhas Aéreas S/A e American Airlines, Inc. Advs: Fernando de Oliveira Marques, Dílson Lyra Castello Branco Verçosa Jr. e Outros. Em conformidade com a Lei Nº 8.884/94 e o Capítulo VIII da Portaria/MJ Nº . 4, de 06 de janeiro de 2006, defiro o pedido de tratamento confidencial solicitado e reconsidero o despacho de fls., quanto ao item I.9, nos termos do despacho de fls.

RAVVI AUGUSTO DE ABREU COUTINHO
MADRUGA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o (a) estrangeiro (a) está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro (a), salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08081.000811/2009-14 - Melanie Jane Kruger Bevitorio

Processo Nº 08096.000713/2009-18 - Andres Rodrigo Castillo Vildosola

Processo Nº 08096.000997/2009-34 - Angelo Pisaniello

Processo Nº 08096.001734/2009-42 - Delfor Eduardo Carreal Miranda

Processo Nº 08096.001741/2009-44 - Medhat Mohamed Abdel Aziz Ahmed Tayel

Processo Nº 08096.009096/2008-27 - Adelaida Adorno Plack

Processo Nº 08102.000467/2009-60 - Mariska Vos

Processo Nº 08102.001853/2009-79 - Petra Rebekka

Processo Nº 08212.004550/2009-61 - Michael Bravet Oquendo

Processo Nº 08230.000236/2009-91 - Roberto Stanzani

Processo Nº 08230.012258/2008-12 - Michael Thomas Wardrop Livingston

Processo Nº 08230.012969/2008-97 - Jorge Barbal Camats

Processo Nº 08260.005923/2008-64 - Luciano Eretta

Processo Nº 08270.009059/2008-51 - Antonio Manuel Ramos do Sacramento

Processo Nº 08280.011049/2009-47 - Theo Van Dongen

Processo Nº 08286.000945/2009-21 - Daria Borisovna Korzhova

Processo Nº 08286.001878/2008-81 - Carlo Balestrieri

Processo Nº 08286.001950/2008-70 - Rudolf Johannes Schuld

Processo Nº 08335.016062/2009-18 - Myrian Mercedes Dominguez Arias

Processo Nº 08354.003383/2008-35 - Jorge Noriega Sotomayor

Processo Nº 08354.004448/2007-89 - Stephen Francis Gray

Processo Nº 08364.000653/2008-37 - Johannes Franz Hermann Gerkens

Processo Nº 08388.001481/2009-21 - Iain David Luxford

Processo Nº 08460.020963/2008-80 - Marzia Daniela Pasqualina Russo

Processo Nº 08460.021185/2008-46 - Andrew James Batt

Processo Nº 08460.021196/2008-26 - Nally Patricia Maia Neves

Processo Nº 08460.021226/2008-02 - Jesse Brandon White

Processo Nº 08460.023660/2007-38 - Danizza Ula Trasatti

Processo Nº 08460.024086/2007-35 - Jan Robert Werme

Processo Nº 08460.025978/2008-34 - Maria Virginia Somoza de Mc Lennan

Processo Nº 08460.026040/2008-31 - Luis Ivan Ortiz Valencia

Processo Nº 08492.002554/2009-13 - Acia Chaloian Perez

Processo Nº 08501.006564/2009-63 - George John Paszkowski

Processo Nº 08502.000118/2009-35 - Donald Adolfo Aquino Barrera

Processo Nº 08504.007554/2009-15 - Antonio Lore

Processo Nº 08505.018463/2009-03 - Analia Quevedo Piroyano

Processo Nº 08505.047293/2008-85 - Gustaf Becker Dieckmann

Processo Nº 08506.001084/2009-66 - Astrid Andrea Canas Finotti

Processo Nº 08514.003028/2009-67 - Manuel Arturo Rendon Maldonado

Processo Nº 08514.003671/2009-91 - Paula Gimena Viacava

Processo Nº 08701.000290/2008-61 - Saad Rasheed Ibrahim

Processo Nº 08711.001820/2008-70 - Mario Scavello

DEFIRO o presente pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul.

Gallo Processo Nº 08089.002032/2008-94 - Agustin Liber Corrales
 zoni Romero Processo Nº 08295.010459/2009-10 - Rolando Alfredo Ma-
 Alonso Processo Nº 08354.003438/2009-98 - Juan Pablo Culasso
 Spino Processo Nº 08354.003439/2009-32 - Juan Jose Culasso Sca-
 Rodriguez Processo Nº 08386.004659/2009-14 - Sônia Rosy Iguinis
 Gonzalez Processo Nº 08432.000553/2009-31 - Adriana Elizabeth
 Pimentel Processo Nº 08437.000017/2009-95 - Leonardo Nelson Gar-
 cana Silvera Processo Nº 08437.000133/2009-12 - Marlene Jeannette Al-
 Hontou Processo Nº 08437.000136/2009-48 - Javier Antonio Pena
 zalez Morales Processo Nº 08437.000138/2009-37 - Fernando Gabriel Gon-
 Martino Processo Nº 08437.000144/2009-94 - Carlos Cristian Urrutia
 zalez Morales Processo Nº 08437.000456/2009-06 - Nelson Ramon Gon-
 Fernandez Fuentez Processo Nº 08437.000478/2009-68 - Eugenio Nacianceno
 Olivera Processo Nº 08437.000486/2009-12 - Teddy Yeval Oxley
 man Processo Nº 08437.000489/2009-48 - David Margolis Cin-
 tana Prieto Processo Nº 08437.000499/2009-83 - Claudia Patricia Fon-
 bo Processo Nº 08437.000503/2009-11 - Gonzalo Ferreira Cor-
 Chevalier Processo Nº 08437.000531/2009-21 - Luis Roberto Berois
 rez Huelmo Processo Nº 08437.000543/2009-55 - Alejandro Marcelo Pe-
 res Blanco Processo Nº 08437.000558/2009-13 - Rocio Lima Correa
 Berneron Processo Nº 08437.000560/2009-92 - Ernesto Antonio Mie-
 Caraozo Processo Nº 08437.000694/2009-11 - Raul Gustavo Gimenez
 reto Processo Nº 08441.000002/2009-68 - Pablo Fernando Vega
 Alvarez Processo Nº 08441.001892/2008-44 - Daniel Cuello Bar-
 mez Sosa Processo Nº 08441.002964/2008-71 - Victor Mello Escobar
 ro Processo Nº 08441.003041/2008-36 - Gustavo Arturo Gaite
 veira Vera Processo Nº 08444.000114/2009-99 - Marcela Fabiana Go-
 tantun Garcia Processo Nº 08444.000124/2009-24 - Roberto Dutra Piñei-
 Escuder Bell Processo Nº 08444.000179/2009-34 - Hector Andres Oli-
 Blanco Ubal Processo Nº 08444.000531/2009-31 - Ramon Maria San-
 Pereira e Cristina Yenca Pereira Nunez Processo Nº 08444.001099/2009-04 - Diego Guillermo Es-
 ckstein Processo Nº 08444.001390/2009-74 - Maria Magdalena
 Fernandez Processo Nº 08444.002165/2009-55 - Paulo Andres Pereira
 Boulosa Processo Nº 08444.002741/2009-64 - Marcelo Felder Buc-
 ledo Processo Nº 08444.002750/2009-55 - Maria José Ferreira
 Padron Processo Nº 08444.003018/2009-01 - Gustavo Ruben Coelho
 Plavan Processo Nº 08444.003019/2009-47 - Nestor Luciano Pi-
 Meira Processo Nº 08444.003260/2009-76 - Celia Elena Henderson
 Semblat Processo Nº 08444.003547/2009-04 - Daniel Almeida Be-
 Lorenzo Processo Nº 08444.004647/2008-69 - Gloria Esther Artigas
 Batista Processo Nº 08444.004648/2008-11 - Heber Edgardo Acuña
 Mainetto Processo Nº 08444.004742/2009-43 - Marisa Volonterio
 reira Processo Nº 08451.002442/2008-50 - Juan Carlos Muñoz
 Tachera Processo Nº 08451.004052/2009-03 - Hugo Raul Augusto
 Alvez Processo Nº 08451.004230/2009-98 - Marta Laura Santos
 Bentacor Processo Nº 08451.004472/2009-81 - Julio Cesar Machado
 Rindzinski Processo Nº 08452.000100/2009-76 - Amparito Camejo Pe-
 goleta Techera Processo Nº 08460.003247/2009-19 - Mercedes Isabel Pa-
 Alvez Processo Nº 08460.003367/2009-16 - Pablo Claro Acosta
 Bentacor Processo Nº 08460.003460/2009-21 - Gonzalo José Bello
 Rindzinski Processo Nº 08460.023472/2008-91 - Anna Laura Beveder

cia Processo Nº 08492.000770/2009-16 - Daniel Rodriguez Cac-
 Corrales Processo Nº 08495.000237/2009-24 - Luis Ademar Corrales
 Fuentes Processo Nº 08495.001024/2009-10 - Nancy Anabella Grana
 Bondar Processo Nº 08495.001888/2009-31 - Sergio Daniel Dimi-
 funi da Cunha Processo Nº 08495.001901/2009-52 - Juan Enrique Scaraf-
 Velazquez Processo Nº 08495.001953/2009-29 - Maria Alejandra Lima
 Hernandez Processo Nº 08502.000776/2009-27 - Pedro Daniel Maldo-
 ke Processo Nº 08505.052900/2009-18 - Israel Kacowicz Chue-
 bendere Processo Nº 08506.005924/2009-60 - Jose Francisco Lapre-
 Sacchi Processo Nº 08792.005197/2009-52 - Jose Manuel Brignoni
 DEFIRO o presente pedido de transformação de residência
 temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Ar-
 gentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo
 sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul.
 diluce Processo Nº 08444.004875/2008-39 - Ignacio Nicola Nen-
 Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
 Federal, DEFIRO o presente processo de permanência nos termos
 solicitado, salientando, que o ato persistirá enquanto for detentor (a)
 da condição que lhe deu origem.
 reia Nunes Processo Nº 08375.001023/2009-31 - Manuel Augusto Cor-
 Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
 Federal, DEFIRO o presente processo de permanência, vez que restou
 provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua
 guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente.
 do Processo Nº 08389.018253/2008-08 - Reem Hassan
 Velazquez Processo Nº 08432.000399/2007-35 - Vilney Piedra Macha-
 Mohammed Processo Nº 08444.004942/2006-53 - Ramon Bienvenido
 Shuangjing Zhou Processo Nº 08457.010449/2006-23 - Simisola Bilikis
 Yépez Processo Nº 08505.073921/2007-05 - Fangshun Hu e
 fen Liu Processo Nº 08531.002170/2007-17 - José René Paniágua
 Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
 Federal, INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em
 vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, b, da
 Lei 6.815/80.
 Albanese Saffie Processo Nº 08460.012232/2006-07 - Cristhian Alexander
 Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
 Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou
 provado que o (a) estrangeiro (a) está casado de fato e de direito com
 cônjuge brasileiro (a), salientando, todavia, que o ato persistirá en-
 quanto for detentor da condição que lhe deu origem.
 Alencar Xavier Processo Nº 08270.008658/2008-57 - Wiebke Roben de
 Silva Santos Processo Nº 08377.000049/2008-61 - Antonio Manuel da
 son Processo Nº 08420.010505/2007-28 - Bengt Mattias Eriks-
 Garcia Processo Nº 08494.000253/2008-46 - Seiner Aleiza Lora
 À vista dos novos elementos constantes dos autos, em es-
 pecial o relatório da Polícia Federal fls.22 ,torno insubsistente o
 despacho concessório de permanência, publicado no Diário Oficial da
 União de 19/07/2007, Seção I, Pág. 31, por se encontrar o(a) es-
 trangeiro(a) separado(a) do(a) cônjuge brasileiro(a) de fato ..
 bosa Ribeiro Processo Nº 08390.001005/2007-08 - Paulo Fernando Bar-
 Determino o arquivamento do presente processo, diante da
 solicitação da parte interessada.
 bechi Okafor Processo Nº 08505.067395/2008-17 - Victory Enyinnaya Ne-
 INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o(s) es-
 trangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa
 Nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração.
 Tavares Anjos Martins Processo Nº 08200.022139/2008-25 - Olga Maria dos Santos
 Processo Nº 08260.003232/2008-26 - Serge Mario Fabre
 Dall'Onda, Alessandro Pasolini Dall'Onda, Edoardo Pasolini
 Dall'Onda e Violante Pasolini Dall'Onda Processo Nº 08260.006271/2005-32 - Guido Pasolini
 fano Processo Nº 08451.001088/2007-65 - Jamie Ann de Ste-
 Processo Nº 08495.001834/2007-12 - Juanito Felipe Mai-
 dana Sos Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
 Federal, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o es-
 trangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando
 prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.040082/2006-50 - Fortunata Yolanda Pe-
 ña Camargo
 Tendo em vista que já decorreu o prazo superior ao da estada
 solicitada, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de Prorrogação
 de prazo de estada no País. Processo Nº 08018.017097/2009-59 -
 Frank Siemhs
 Tendo em vista que já decorreu o prazo superior ao da estada
 solicitada, determino o ARQUIVAMENTO do pedido de Prorrogação
 de prazo de estada no País. Processo Nº 08018.017097/2009-59 -
 Rhodney Dela Pena Bison
 Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo repre-
 sentante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do Pedido
 de Prorrogação de Estada no País. Processo Nº 08018.012710/2009-
 41 - Joel Alberto Ferrer Cirac
 FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO
 Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
 Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou
 provado que o (a) estrangeiro (a) está casado de fato e de direito com
 cônjuge brasileiro (a), salientando, todavia, que o ato persistirá en-
 quanto for detentor da condição que lhe deu origem.
 Santos Cecilio Processo Nº 08091.000705/2009-11 - Paulo De Deus Dos
 Processo Nº 08102.004788/2008-52 - Herbert Strieder
 Alvarado Processo Nº 08212.002475/2009-01 - Jorge Luis Zambrano
 Echeverria Processo Nº 08212.003270/2009-35 - Abdel Ramon Gon-
 zalez Echeverria Processo Nº 08220.010560/2007-74 - Francisco Pariente Bo-
 lea Processo Nº 08240.005211/2009-64 - Sabrina Georgette Mo-
 nique Demange Costa Processo Nº 08240.005866/2009-32 - Jessica Lisette Toledo
 Echeverria Processo Nº 08240.022069/2008-39 - Simão Pedro Brito Je-
 ronimo Processo Nº 08270.008388/2008-84 - Maurizio Popoli
 Fagot Processo Nº 08270.009251/2008-47 - Alain Christian Fer-
 nand Fagot Processo Nº 08352.001930/2008-68 - Michele Latini
 sen Processo Nº 08354.000809/2009-80 - Lars Ingo William Jen-
 da Cruz Tenreiro Processo Nº 08354.001593/2009-70 - Maria Manuela Graça
 Dohrn Processo Nº 08354.003254/2009-28 - Stephan Wolfgang
 sen Processo Nº 08354.003255/2009-72 - Ernesto Horacio Mad-
 sen Processo Nº 08354.003872/2009-78 - Christian Zamaro
 quaire de Oliveira Barradas Processo Nº 08364.001046/2009-75 - Suzie Angele Mar-
 Van der Veer Processo Nº 08375.001027/2009-10 - Adrianus Johannes
 Batista Processo Nº 08377.000874/2008-66 - Carlos Manuel Pereira
 Escobar Processo Nº 08388.002264/2008-78 - Paulo Alexandre Mi-
 randa Lago Processo Nº 08388.002833/2009-66 - Celia Rocio Paredes
 Escobar Processo Nº 08389.001663/2009-92 - Blasía Serafina Es-
 tigarríbia Villalba dos Santos Processo Nº 08420.003141/2008-19 - Alexandre Gonzaga
 Almeida Gonçalves Processo Nº 08444.002023/2008-15 - Alvaro Mauricio Gon-
 zalez Rojas Processo Nº 08444.002174/2008-65 - Sepide Tajima Dienst-
 mann Processo Nº 08444.002234/2008-40 - Salvador José Varona
 Alcantara Processo Nº 08444.004898/2008-43 - Nicolas Javier Blanco
 Corbalan Processo Nº 08460.009774/2008-56 - Bruno Sagario
 linas Processo Nº 08460.010283/2009-39 - Jesus Jorge Claros Sa-
 cerra Processo Nº 08460.013052/2007-15 - Humberto Sivila Be-
 cerra Processo Nº 08460.020901/2008-78 - Miljenko Zurovac
 Vigo Processo Nº 08460.020903/2008-67 - José Misael Rabanal
 Ludeña Processo Nº 08494.000700/2009-48 - Yenny Yanina Vasquez
 da Silva Processo Nº 08495.001167/2008-41 - Anupam Thakur
 tegas Processo Nº 08495.002387/2007-19 - Pedro Chamorro Or-
 Processo Nº 08495.003685/2008-07 - José Antonio Rojas
 Sevilla Processo Nº 08504.000671/2009-58 - Raymond Harry
 Faust Processo Nº 08504.003935/2009-25 - Bettino Zamboni
 nal Processo Nº 08505.014950/2009-99 - Pascual Esquivel Ber-
 ford Processo Nº 08505.015004/2009-60 - Robert Graham Dun-
 meier Processo Nº 08505.015791/2009-40 - Eric Russell Birk-
 Georges Berthier Processo Nº 08505.017761/2009-78 - Alexandre Gabriel
 Berthier Processo Nº 08505.018488/2009-07 - Mitsumasa Kusuda
 zalez Processo Nº 08505.022746/2009-41 - Gabriel Rojas Gon-



Isaeva Fernandes
Processo Nº 08505.035450/2008-18 - Anna Nasukhalavovna
Processo Nº 08505.035463/2008-89 - Liane Labarbera
brelli Amaro
Processo Nº 08505.037318/2008-32 - Jennifer Lauren Ca-
Sejas
Processo Nº 08505.039345/2008-40 - Marian Lilian Vidal
denas Concha
Processo Nº 08505.066596/2008-05 - Yara Banout Touma
Processo Nº 08506.000055/2009-87 - John Leonard Glass
denas Concha
Processo Nº 08506.001103/2009-54 - Viktor Oswaldo Car-
denas Concha
Processo Nº 08506.001571/2009-29 - Trent Healey
Processo Nº 08702.000080/2009-44 - Carlos Galdo Fernan-
dez
Processo Nº 08707.001998/2009-61 - David Edward
Stewart
Processo Nº 08709.002085/2009-41 - Norman Matthew Dy-
son
Processo Nº 08709.004899/2009-11 - Carlos Alberto Caman
Torrejon
Processo Nº 08709.004919/2009-53 - Paulo Jorge Lopes
Moreira Savalllete
Processo Nº 08711.001793/2009-16 - Erika Introvaia
Processo Nº 08712.004902/2009-47 - Gabriela de Almeida
Neves Violante da Costa
Processo Nº 08096.002079/2009-40 - Blanca Susan Abasto
Suchenski
Processo Nº 08240.007169/2009-16 - Mark Douglas
Mckay
Processo Nº 08295.006737/2009-26 - Andrew Stephen Rob-
bins
Processo Nº 08295.006799/2009-38 - Ricardo Jorge Oliveira
Santos
Processo Nº 08296.002409/2009-41 - Joao Carlos Cardoso
Cruz
Processo Nº 08311.000691/2009-96 - Samuel Reinaldo Oliva
Borges
Processo Nº 08338.001103/2009-33 - Miguel Angel Tapia
Saavedra
Processo Nº 08364.000520/2008-61 - Marie Veronique Jean
Duquenne Cardoso
Processo Nº 08390.000701/2009-51 - Habeeb Ali Habeeb
Hijazi
Processo Nº 08390.002753/2009-61 - Joseph Adams Ken-
nedy
Processo Nº 08400.000704/2009-28 - Uwe Peter Daniel
Processo Nº 08420.001330/2008-49 - Manuel Simão Fer-
reira
Processo Nº 08420.003103/2008-58 - Michael Josef Sch-
mitt
Processo Nº 08444.004762/2008-33 - Avinash Santosh Bar-
se
Processo Nº 08457.006178/2008-73 - Sandra Claude Laudia
Telefunco
Processo Nº 08460.000537/2008-20 - Gisela Vanessa dos
Santos Fernandes
Processo Nº 08460.017305/2008-19 - Otto Wanner Ganvini
Asencios
Processo Nº 08504.007893/2009-00 - Miguel Angel Ace-
vedo
Processo Nº 08504.008783/2009-57 - Randa El Kadri
Processo Nº 08504.008983/2009-18 - Michael Kingsley
Clawson
Processo Nº 08505.006103/2009-51 - Diana Santamaria Gri-
maldos
Processo Nº 08505.006125/2009-11 - Yoshiaki Goya
Processo Nº 08505.009876/2009-99 - Yuka Agena
Processo Nº 08505.009952/2009-66 - Franz Wilhelm
Burkhard Hormann
Processo Nº 08505.015734/2009-61 - Atilio Martinez Cal-
lejas
Processo Nº 08505.054078/2008-31 - Marcos Eddy Ruescas
Ramirez
Processo Nº 08506.006146/2008-45 - Osvaldo Santos Flosa
Processo Nº 08507.001427/2009-82 - Pedro Alexandre Vi-
cente Lourenço
Processo Nº 08514.003662/2009-08 - Rina Valeria Moraga
De Sousa
Processo Nº 08532.000109/2009-97 - Alberto Rodrigues Go-
mes
Processo Nº 08796.000769/2009-77 - Ana Mireya Amores
Mariano
Processo Nº 08088.000720/2008-20 - Gerrit Van Der Most
Processo Nº 08230.011379/2008-47 - Klaus Peter Roland
Hans Fischer
Processo Nº 08270.009557/2008-01 - Johannes Lambertus
Smit
Processo Nº 08286.000758/2009-47 - Paulo Fernando de
Oliveira Serra
Processo Nº 08339.000901/2009-38 - Rocio Celeste Torres
De Cantarella
Processo Nº 08389.030837/2008-43 - Mercedes Chaves De
Petri
Processo Nº 08420.003250/2008-28 - Alexandre Jose de Al-
meida Pascoa
Processo Nº 08458.006438/2007-10 - Dflia Maria Gouveia
Pinto
Processo Nº 08460.020929/2008-13 - Vincent Andre Gerard
Pouget
Processo Nº 08460.021222/2008-16 - Ulises Emilio Fernan-
dez Diaz

Processo Nº 08475.015083/2009-11 - William Schulmeis-
trat
Processo Nº 08478.000702/2009-35 - Virginia Ortiz Cavinass
Ferreira
Processo Nº 08495.001788/2008-24 - Martin Gabriel Or-
denes Mizgier
Processo Nº 08495.002815/2008-86 - Mouncif El Magrouti
Processo Nº 08504.004066/2009-56 - Knut Andre Guldseth
Oien
Processo Nº 08505.018416/2009-51 - Marco René Zenhau-
sersn
Processo Nº 08706.005507/2009-61 - Dalva Carina Ellis Ru-
bi
Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou
provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua
guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente.
Processo Nº 08505.060115/2008-40 - Francesca Nilla Des-
tefani Resende de Almeida Silva
Processo Nº 08506.013267/2008-43 - Paul Errol Delorme,
John Paul Delorme e Kathleen Patricia Delorme
À vista dos novos elementos constantes dos autos, torno
insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União
em 20/04/2005, pág. 81, para dar prosseguimento do feito. Processo
Nº 08256.001079/2003-57 - Tão
Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência somente para
Tania Lisette Nuñez De La Paz, e INDEFIRO para Allan Gonzalez
Nuñez e Jisette Gonzalez Nuñez, por não se enquadrar nas condições
previstas no art. 75, II, da Lei 6.815/80. Processo Nº
08444.000558/2007-62 - Tania Lisette Nuñez De La Paz, Allan Gon-
zalez Nunez e Jisette Gonzalez Nunez
Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia
Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência somente para
Carlos Javier Zamudio Araujo, e INDEFIRO para Lizbeth Teresa
Zamudio Araujo, por não se enquadrar nas condições previstas no art.
75, II, da Lei 6.815/80. Processo Nº 08707.006826/2008-01 - Carlos
Javier Zamudio Araujo e Lizbeth Teresa Zamudio Araújo

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO,
TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 5, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o
disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da
Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990,
com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada
no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova
Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de
2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria Nº
1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de
2007, resolve classificar:
Trailer: FÚRIA DE TITÃS - TRAILER 2 (CLASH OF TI-
TANS, Estados Unidos da América - 2009)
Produtor(es):
Diretor(es): Louis Leterrier
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Filme
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez)
anos
Contém: Agressão Física
Processo: 08017.000035/2010-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
EPP
Filme: NÃO MINHA FILHA, VOCÊ NÃO IRÁ DANÇAR
(NON MA FILLE TU N'IRAS PAS DANSER, França - 2009)
Produtor(es): Le Pacte
Diretor(es): Christophe Honoré
Distribuidor(es): Imovision (Tag Cultural)
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Análise: Filme
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (qua-
torze) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Consumo de
Droga Lícita
Tema: Divórcio
Processo: 08017.000056/2010-77
Requerente: Imovision (Tag Cultural)
Trailer: PRECIOSA (PRECIOUS, Estados Unidos da Amé-
rica - 2009)
Produtor(es): Lee Daniels/Gary Magness/Sarah Siegel-Mag-
ness
Diretor(es): Lee Daniels
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze)
anos
Contém: Agressão Física e Verbal
Processo: 08017.000072/2010-60
Requerente: Playarte Pictures

Trailer: NINE (Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es):
Diretor(es): Rob Marshall
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Bra-
sil, Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze)
anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas e Linguagem de Con-
teúdo Sexual
Processo: 08017.000074/2010-59
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
EPP
Trailer: O LIVRO DE ELI (BOOK OF ELI, Estados Unidos
da América - 2010)
Produtor(es):
Diretor(es): Albert Hughes/Allen
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Bra-
sil, Ltda
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de
10 (dez) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (de-
zesseis) anos
Contém: Mutilação
Processo: 08017.000075/2010-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
EPP
Trailer: HOMEM DE FERRO 2 (IRON MAN 2, Estados
Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Kevin Feige
Diretor(es): Jon Favreau
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de
Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Filme
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez)
anos
Contém: Lesão corporal
Processo: 08017.000077/2010-92
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
EPP
Filme: HIGH SCHOOL MUSICAL - O DESAFIO (Brasil -
2009)
Produtor(es): Walkiria Barbosa/Iafa Britz
Diretor(es): Cesar Rodrigues
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Bra-
sil, Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Musical
Processo: 08017.000109/2010-50
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
EPP
Filme: BAR ESPERANÇA, O ÚLTIMO QUE FECHA (Bra-
sil - 1983)
Produtor(es): Carlos Alberto Diniz
Diretor(es): Hugo Caravana
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de
16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (de-
zesseis) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas , Nudez completa e
Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Crise Conjugal
Processo: 08017.007284/2009-34
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programa-
dora Brasil
Filme: O SACI (Brasil - 1953)
Produtor(es): Arthur Neves
Diretor(es): Rodolfo Nanni
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Aventuras no Sítio do Pica-Pau Amarelo
Processo: 08017.007323/2009-01
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programa-
dora Brasil
Série: SUNNY ENTRE ESTRELAS - A GRANDE CHAN-
CE - 1ª TEMPORADA - VOLUME 1 (SONNY WITH A CHANCE
- SEASON 1 VOL. 1, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 01 A 04
Produtor(es):
Diretor(es): David Trainer
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e
Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainmnt, Inc
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD

Classificação: Livre
Tema: Realizações
Processo: 08017.007326/2009-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

EPP

Musical: AVENIDA BRASIL (Brasil - 2009)
Produtor(es):
Diretor(es): André Wainer
Distribuidor(es): RWR Comunicações Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Musical
Processo: 08017.007327/2009-81
Requerente: Fernando Antonio Nogueira de Almeida
Musical: CELSO FONSECA - VOZ E VIOLÃO (Brasil - 2009)

2009)

Produtor(es):
Diretor(es): André Wainer
Distribuidor(es): RWR Comunicações Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Musical
Processo: 08017.007328/2009-26
Requerente: Fernando Antonio Nogueira de Almeida
Musical: O SAMBA ME CANTOU (Brasil - 2009)
Produtor(es):
Diretor(es): André Wainer
Distribuidor(es): RWR Comunicações Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Show Musical
Processo: 08017.007332/2009-94
Requerente: Fernando Antonio Nogueira de Almeida
Filme: CARMEM MIRANDA (Brasil - 1969)
Produtor(es): Instituto Nacional de Cinema
Diretor(es): Jorge Ileri
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Biografia
Processo: 08017.007334/2009-83
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil

Filme: CARMEM MIRANDA - BANANA IS MY BUSINESS (Brasil - 1994)
Produtor(es): Helena Solberg/David Meyer
Diretor(es): Helena Solberg
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Biografia
Processo: 08017.007335/2009-28
Requerente: Sociedade Amigos da Cinemateca / Programadora Brasil

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 6, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve classificar os jogos:

Título: SBK 09TM (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: CENTRAL DISTRIBUIDORA E EDITORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: COMPUTADOR PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004018/2010-93
Requerente: Central Distribuidora e Editora Ltda.
Título: ALIENS VS. PREDATOR PS3/X360/PC (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: SEGA CORPORATION
Distribuidor(es): Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Shooter

Plataforma: DISCO BLU-RAY/CONSOLE DVD
ROM/COMPUTADOR PC / MAC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Assassinato e Crueldade
Processo: 08017.004340/2009-89
Requerente: Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Título: VANCOUVER 2010 PS3/X360/PC (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: SEGA CORPORATION
Distribuidor(es): Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esportes
Plataforma: DISCO BLU-RAY/CONSOLE DVD
ROM/COMPUTADOR PC / MAC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004341/2009-23
Requerente: Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Título: FOOTBALL MANAGER 2010 PC/MAC/PSP (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: SEGA CORPORATION
Distribuidor(es): Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: DISCO UMD/COMPUTADOR PC / MAC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004342/2009-78
Requerente: Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Título: BAYONETTA PS3/X360 (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: SEGA CORPORATION
Distribuidor(es): Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação
Plataforma: DISCO BLU-RAY/CONSOLE DVD ROM
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Assassinato e Crueldade
Processo: 08017.004343/2009-12
Requerente: Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Título: SONIC AND SEGA ALL-STARS RACING PS3/X360/PC/WII/ND (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: SEGA CORPORATION
Distribuidor(es): Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esportes
Plataforma: CARTUCHO - CONSOLE/CARTUCHO - PORTÁTIL/DISCO BLU-RAY/DISCO ÓPTICO PARA WII/COMPUTADOR PC / MAC (Estados Unidos da América - 2009)
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004344/2009-67
Requerente: Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Título: EMPIRE: TOTAL WAR PC (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: SEGA CORPORATION
Distribuidor(es): Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: COMPUTADOR PC / MAC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Assassinato
Processo: 08017.004345/2009-10
Requerente: Synergex do Brasil Dist. e Log. Ltda.
Título: TOUCHMASTER 3 (Estados Unidos da América - 2009)
Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V (WBEN)
Distribuidor(es): Videolar S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: CARTUCHO - PORTÁTIL
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004346/2009-56
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

EPP

Título: LEGO ROCK BAND (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V (WBEN)
Distribuidor(es): Videolar S/A.

Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: CARTUCHO - CONSOLE/CARTUCHO - PORTÁTIL
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004347/2009-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

EPP

Título: FÓRMULA 1 (Estados Unidos da América - 2009)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: WARNER BROS ENTERTAINMENT NEDERLAND B.V (WBEN)
Distribuidor(es): Videolar S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: CARTUCHO - CONSOLE/CARTUCHO - PORTÁTIL
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.004348/2009-45
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 15 de janeiro de 2010

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006 e na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

Processo MJ Nº 08017.001937/2005-48
Filme: "O ESCORPIÃO REI"
Requerente: Rádio e Televisão Record S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Luta pelo poder.
Contém: Agressão física.
Indeferir o pedido de reconsideração de classificação do filme, classificado como "Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos", mantendo sua classificação.
Processo MJ Nº 08017.002943/2006-01
Filme: "DECK DOGZ - FERAS DO SKATE"
Requerente: Rádio e Televisão Record S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Realização de um sonho.
Contém: Linguagem obscena, Agressão física e Gestos obscenos.
Indeferir o pedido de reconsideração de classificação do filme, classificado como "Não recomendada para menores de 12 (doze) anos", mantendo sua classificação.
Processo MJ Nº 08017.002627/2007-11
Filme: "O MITO"
Requerente: Rádio e Televisão Record S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: Imortalidade.
Contém: Assassinato, Agressão física e Decapitação.
Indeferir o pedido de reconsideração de classificação do filme, classificado como "Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos", mantendo sua classificação.
Processo MJ Nº 08017.003188/2009-17
Título do Episódio: "HARPER'S ISLAND - O MISTÉRIO DA ILHA"
Título da Série: "HARPER'S ISLAND - O MISTÉRIO DA ILHA"
Nº Episódio: 02
Requerente: TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP)
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Tema: Investigação
Contém: Assassinato e Presença de Sangue.
Deferir o pedido de reclassificação, por adequação, do episódio da série, classificando-o como "Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos".
A TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio da série em qualquer horário na versão apresentada à este Departamento.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES



Ministério da Previdência Social

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DECISÕES-NOTIFICAÇÕES DE 14 DE JANEIRO DE 2010

O Secretário de Previdência Complementar - Substituto do Ministério da Previdência Social no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 74 da Lei Complementar nº 109, de 2001, e do art. 11 do Decreto nº 4.942, de 2003, decide:

Nº 2/10-16 - Processo Administrativo MPS: 44000.001921/2008-21
Auto de Infração: 37/08-78, de 16 de julho de 2008
Autuado(s): Guilherme Narciso de Lacerda e outros
EFPC: Fundação dos Economizários Federais - FUNCEF
a) julgar NULO o Auto de Infração nº 37/08-78, de 16/07/2008.

Nº 3/10-71, - Processo Administrativo MPS: 44000.001925/2008-17
Auto de Infração: 041/08-45, de 16 de julho de 2008
Autuado(s): Guilherme Narciso de Lacerda e outros
EFPC: Fundação dos Economizários Federais - FUNCEF
a) julgar NULO o Auto de Infração nº 041/08-45, de 16/07/2008.

CARLOS DE PAULA

DEPARTAMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 3.283, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art.74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e inciso I, do art. 12 do Anexo I ao Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 018261/80, às fls. sob o comando nº 334701840 e juntadas nºs 338065057 e 338787615, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Contribuição Definida, CNPB nº 19.990.040-19, administrado pela PREVUNIÃO - Sociedade de previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS RONALDO MARTINS ANGOTTI

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 136, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e do Município de Juiz de Fora.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria nº 1.020/GM, de 13 de maio de 2009, que estabelece as diretrizes para a implantação do componente pré-hospitalar fixo para a organização de redes loco regionais de atenção integral às urgências em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências; e

Considerando o Ofício Sec. nº 1001/2009, de 26 de agosto 2009, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Estabelecer recursos no montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e do Município de Juiz de Fora.

Parágrafo único. Os recursos serão destinados ao custeio e à manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte III no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automáticas, do valor mensal para o Fundo Municipal de Saúde de Juiz de Fora.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2010.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO NORMATIVA-RN Nº 212, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Acrescenta o artigo 2º-A e altera o artigo 3º da Resolução Normativa - RN nº. 173, de 10 de julho de 2008, que dispõe, em especial, sobre o envio do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS/ANS, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos XXIII, XXXI e XLII do artigo 4º e o inciso II do artigo 10 da Lei nº. 9.961, de 28 de janeiro de 2000, os artigos 20, 22 e o parágrafo único do artigo 35-A da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o disposto no inciso II, alínea "a" do artigo 86 da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, resolve adotar a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A RN nº 173, de 10 de julho de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 2º-A As Operadoras de Planos de Saúde ficam obrigadas a enviar eletronicamente, em conjunto com o DIOPS/ANS, Relatório de Revisão Limitada sobre as informações econômico-financeiras transmitidas, elaboradas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

§ 1º A obrigação prevista no caput refere-se às informações do segundo trimestre de 2010 e do primeiro, segundo e terceiros trimestres de cada exercício, a partir de 2011, inclusive.

§ 2º O Relatório de Revisão Limitada deve, também, ser arquivado em meio físico e mantido à disposição da ANS pelo prazo de cinco anos."

Art. 2º Os incisos do art.3º da RN nº. 173, de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - em 2010:

- a) primeiro trimestre até o dia 25 de maio de 2010;
- b) segundo trimestre até o dia 25 de agosto de 2010;
- c) terceiro trimestre até o dia 25 de novembro de 2010; e
- d) quarto trimestre até o dia 31 de março de 2011;

II - a partir de 2011:

- a) primeiro trimestre até o dia 15 de maio do mesmo exercício;
- b) segundo trimestre até o dia 15 de agosto do mesmo exercício;
- c) terceiro trimestre até o dia 15 de novembro do mesmo exercício; e
- d) quarto trimestre até o dia 31 de março do exercício subsequente." (NR)

Art. 3º O artigo 3º da RN nº. 173, de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 5º As Demonstrações Financeiras de que trata o artigo 22 da Lei nº. 9.656, de 1998, devem ser protocolizadas na ANS até o dia 31 de março do exercício subsequente."

Art. 4º Ficam revogados os incisos I, II, III e IV do artigo 3º e o artigo 6º da RN nº. 173, de 2008.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O Diretor-Presidente da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 10, VI, e 11, IV da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, julgou ad referendum da Diretoria Colegiada o seguinte processo administrativo:

Protocolo ANS nº: 33902.187103/2004-01

Operadora: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Registro ANS: 355879

Auto de Infração nº 15997 de 17/11/2004

Decisão: pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas a penalidade pecuniária para R\$ 132.522,83 (cento e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e três centavos) nos termos do inciso VII do artigo 5º c/c inciso III do artigo 15 c/c inciso III do artigo 15-A, todos da RDC 24/00.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

O Diretor-Presidente da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 10, VI, e 11, IV da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, julgou ad referendum da Diretoria Colegiada o seguinte processo administrativo:

Protocolo ANS nº: 33902.130052/2004-37

Operadora: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Registro ANS: 355879

Auto de Infração nº 15993 de 17/11/2004

Decisão: pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas a penalidade pecuniária para R\$ 156.751,00 (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e um reais) nos termos do inciso VII do artigo 5º c/c inciso III do artigo 15 c/c inciso III do artigo 15-A, todos da RDC 24/00.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

O Diretor-Presidente da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 10, VI, e 11, IV da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, julgou ad referendum da Diretoria Colegiada o seguinte processo administrativo:

Protocolo ANS nº: 33902.143550/2002-88

Operadora: COOPUS - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas

Registro ANS: 384356

Auto de Infração nº 8439 de 21/6/2002

Decisão: pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, mas revendo de ofício a multa aplicada para o montante de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), por infração ao artigo 13, parágrafo único, II, da Lei 9.656/98, nos termos do artigo 82 c/c artigo 10, inciso II, ambos da RN nº. 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 1453, de 17 de dezembro de 2008, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.100259/2002-15

Operadora: Unimed de Marília - Cooperativa de Trabalho Médico

Reg. ANS nº: 336106

Representação nº. 164/2002/DIOPE

Decisão: Aprovado por maioria o voto condutor da DIGES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, reformando apenas quanto à sanção aplicada para a pena de advertência nos termos do artigo 65 c/c inciso II do artigo 5º da RN nº. 124, de 2006.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS
Diretor-Presidente

NÚCLEO REGIONAL DE ATENDIMENTO E FISCALIZAÇÃO NA BAHIA

DECISÕES DE 7 DE JANEIRO DE 2010

O Chefe do Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 4, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 40, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 34 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

na ANS	Número do Processo	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
69	25772.007820/2009-	UNIMED DO OESTE DA BAHIA COOP DE TRABALHO MEDICO	325082.	34.063.123/0001-93	Não enviar no prazo legal as informações solicitadas, relativas a suas atividades, atrasando por prazo superior a 30 dias. Art. 20, caput, da Lei nº 9.656/98.	Anulação do AI nº 32810. Arquivamento.
19	25772.001506/2007-	UNIMED DE PAULO AFONSO COOP DE TRABALHO MEDICO	312509.	01.085.378/0001-06	Não solicitar autorização à ANS para aplicação dos reajustes no período de junho de 2004 a junho/2008. Art. 25, da Lei nº 9.656/98 c/c artigo 4º, inc. XVII, da Lei 9961/00.	151.872,00 (cento e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e dois reais)

OLAVO MONTEIRO GOMES

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE ATENDIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE SÃO PAULO

DECISÕES DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009

O Chefe de Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 50, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 35 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	25789.002778/2005-87	INSOLVÊNCIA CIVIL DE COOP DE CONSUMO GESTAO E SERV DE SAUDE - COOPESAU	413674.	03.850.743/0001-49	Reduzir capacidade da rede hosp., c/ descrid. do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer; Hosp. Nove de Julho S/A; Soc. Benef. Hosp. São Camilo; e CEMA Hosp. Especializado, s/ aut. da ANS. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 3 DE DEZEMBRO DE 2009

O Chefe de Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 50, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 35 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

so na ANS	Número do Proceso	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
08	25789.010087/2008-	ALLIANZ SAÚDE S/A	000515.	04.439.627/0001-02	Deixar de gar. cob. p/ Osteotomia Le Fort I e Osteoplastia de Mandíbula p/ Prognatismo, sob aleg. de DLP, s/ seguir o rito legal. Art. 11, § único, c/c art. 12, II, Alínea a da Lei 9.656/98, c/c art. 16, § 3º da RN 162/07.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
68	25789.004288/2008-	MEDIPLAN ASSISTENCIAL LTDA	368849.	49.364.193/0001-59	Aplicar reaj. por alt. de faixa etária em desacordo com a RN 63/03, visto que estab. em contrato var. acumulada entre a 7 e a 10 faixas sup. à vari. acum. entre a 1 e a 7 faixas. Art. 15 da Lei 9.656/98 c/c art. 2º e 3º, inciso II, da RN 63/03.	27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)
56	25789.000517/2009-	MEDIPLAN ASSISTENCIAL LTDA	368849.	49.364.193/0001-59	Comercializar prod. em cond. op. diversa da reg., ao estabelecer em contrato perc. de reaj. por mudança de faixa etária em desac. c/ informados na NTRP. Art. 9º, II da Lei 9.656/98 c/c art. 20 da RN 85/04 alt. pela RN 100/05.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009

O Chefe de Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 50, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 35 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

so na ANS	Número do Proceso	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
56	25789.002392/2006-	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR CRUZ AZUL SAÚDE	411752.	03.849.449/0001-17	Deixar de gar. cob. p/ atendimento de urgência result. de acidente pessoal ao negar cob. p/ cir. de osteossintese. Art. 35-C, II, da Lei 9.656/98.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
16	25789.038692/2009-	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Aplicar var. da contrapr. pec. por mud. de faixa etária, em desac. c/ a reg. da ANS, consid. que as evoluções por mud. de Faixa Etária não foram reg. na SUSEP. Art. 25 da Lei 9.656 c/c art. 4º, XVII da Lei 9.961/00 c/c SDC 3/01.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
90	25789.001394/2008-	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Descumprir contrato ao não gar. reembolso das despesas c/ consulta c/ cardiologista e c/ psicoterapia. Art.25, da Lei 9.656/98.	120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)
00	25789.024559/2008-	LIFE SYSTEM ASSISTENCIA MÉDICA LTDA.	307408.	52.808.300/0001-03	Redimensionar rede hosp., por redução, c/ a suspensão dos atend. do Hosp. e Mat. São Miguel p/ todos os produtos, s/ aut. da ANS. Art. 17, § 4º da Lei 9.656/98.	183.470,63 (CENTO E OITENTA E TRES MIL, QUATROCENTOS E SETENTA REAIS E SESENTA E TRES CENTAVOS)
45	25789.011854/2005-	PRO-SAUDE ASSISTENCIA MÉDICA S/C LTDA.	312029.	02.613.026/0001-30	Reduzir a capacidade da rede hosp. c/ a exclusão da Assoc. Congregação de Santa Catarina,s/ aut. da ANS. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
74	25789.010717/2006-	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Deixar de apresentar à ANS a composição da base de cálculo ref.aos itens p/ aumento de cob. p/ adaptação contratual. Art.35, §2º, da Lei 9.656/98.	Advertência.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS



DECISÕES DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009

O Chefe de Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 50, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 35 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Regis- tro ANS Provisório	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	25789.011978/2009-54	AMEPLAN ASSIST MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Deixar de gar. cob. p/ consulta médica na espec. de Ortopedia. Art. 12, I, alínea a, da Lei 9.656/98.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
	25789.011082/2009-75	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar. cob. p/ Processamento Auditivo Central. Art. 12, I, alínea b, da Lei 9.656/98.	79.200,00 (SETENTA E NOVE MIL, DUZENTOS REAIS)
	25789.012720/2009-75	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Restringir a participação do beneficiário, ao inf. sobre a impossibilidade de aproveitamento das carências já cumpridas. Art. 14 da Lei 9.656/98, c/c art. 1º da CONSU 19.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
	33902.003053/2004-18	FALENCIA DE CLIMOJ - ASSIST MEDICA DE JACAREPA-GUA LTDA		963.277.408-63	Deixar de enviar os reg. contábeis quando requisitados pela GEFIP. Art. 20 da Lei 9.656/98. Inexistencia de infração.	Anulação do auto nº13853. Arquivamen- to.
	25789.018770/2008-85	PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S/A	000582.	04.540.010/0001-70	Deixar de gar. cob. p/ Processamento Auditivo Central. Art. 12, I, alínea b, da Lei 9.656/98.	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
	25789.011411/2009-88	PRO-SAÚDE PLANOS DE SAU-DE LTDA.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. p/ Amigdalectomia, ao exigir real. de consulta médica c/ outro profissional p/a liberação do proced.. Art. 12, II, alínea a, da Lei 9.656/98. Inexistencia de in- fração.	Anulação do auto nº28916. Arquivamen- to.
	25789.000056/2009-11	UNIMED DE GUARULHOS CO-OPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	333051.	74.466.137/0001-72	Deixar de cumprir contr. ao não cobrir US obstétrica mor- fológica. Art. 25 da Lei 9.656/98.	36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009

O Chefe de Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 50, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 35 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Regis- tro ANS Provisório	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	25789.004781/2005-35	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Reduzir capac. da rede hosp. ao suspender, o PA no Samaritano, s/ prévia aut. da ANS. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98. Inex. de infração.	Anulação do auto nº21149. Arquivamen- to.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

O Chefe de Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 50, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 35 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	25789.002515/2008-11	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de gar., até a conc. de tutela pelo Poder Judiciário, cob. p/ redução incruenta de fratura nasal e contenção c/ gesso, sob anestesia geral, c/ urg., em dec. de acid. pessoal. Art. 35-C, II e art.12, II, alínea a, da Lei 9656/98, c/c art. 3º, §2º, da CONSU 13/98.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
	25789.017883/2009-44	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Rescindir contrato em prazo inf. a 10 dias da comunic. do ina- dimpl.. Art. 13, § único, II, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
	25789.049175/2009-72	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Aplicar var. da contrap. pec. por mudança de faixa et., em de- sacordo c/ regul. da ANS, considerando que evoluções não foram reg. na SUSEP. Art. 25 da Lei 9.656 c/c art. 4º, XVII da Lei 9.961/00 c/c SDC 3/01.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
	25789.019497/2009-97	LAM OP. DE PLANOS DE SAU-DE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Deixar de enviar doc. solíc. pela fiscalização. Art. 1º, §1º, e art. 20, caput, da Lei 9.656/98.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
	25789.009379/2009-71	SAMETRADE OP. DE SAÚDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Deixar de enviar inf. e doc. requeridos pela fiscalização. Art. 20, caput, da Lei 9.656/98.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009

O Chefe de Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 50, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 35 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Regis- tro ANS Provisório	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	25789.015069/2006-42	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE LTDA.	325074.	61.849.980/0001-96	1)Substituir rede hosp., s/ com. à ANS e aos cons., c/ 30 dias de anteced.; 2)deixar de com. à ANS o cred. de hosp.. Art.17, §1º, da Lei 9656/98 e art. 20, caput da Lei 9656/98, c/c art. 8º, anexo I-A, inciso X da RDC 4/00.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS) e Ad- vertência.

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

DECISÕES DE 14 DE JANEIRO DE 2010

O Chefe de Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13, de 04/07/2007, publicada no DOU de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e da portaria nº 50, de 9/8/2008, publicada no DOU de 11/9/2008, Seção 2, página 35 e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	25789.012738/2009-77	ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR CRUZ AZUL SAÚDE	411752.	03.849.449/0001-17	Deixar de gar., até def. de tutela antecip., cob. p/ cir. de correção de cistocele, sob aleg. de DLP, s/ cumprir rito legal. Art. 11, § único, e art. 12, II, alínea a, da Lei 9.656/98, c/c art. 16, §3º, da RN 162/07.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
	25789.001104/2009-99	SAMETRADE OPERADORA DE SAÚDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Deixar de gar. cob. p/ cir. artroplastia total de joelho, sob aleg. de DLP, s/ ter cumprido o rito legal. Art. 11, § único, e art. 12, II, alínea a, da Lei 9.656/98, c/c art. 15 da RN 162/07.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
	25789.012372/2009-36	UNIMED NOVA FRIBURGO - SOC. COOP. SERV. MED. HOSPLTDA.	335479.	29.135.795/0001-27	Deixar de gar. cob. p/ ecodopplercardiograma e holter de 24 horas. Art. 12, I, alínea b, da Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RDC Nº 47, DE 8 DE SETEMBRO DE 2009 (*)

Estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da Anvisa, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada 04 em agosto de 2009;

considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, nos termos do art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;

considerando a Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976, e o Decreto nº. 79.094, de 5 de janeiro de 1977, que dispõe sobre o sistema de vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos;

considerando a Lei nº. 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que altera a Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre o medicamento genérico e sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos;

considerando a Lei nº. 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e o Decreto nº. 74.170, de 10 de junho de 1974 que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;

considerando a Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, que dispõe sobre as infrações à legislação sanitária federal e estabelece as respectivas penalidades;

considerando o direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde conforme previsto nos termos do inciso V do art. 7º da Lei Orgânica da Saúde (LOS), Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990;

considerando o direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem, conforme o previsto pelo inciso III do art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº. 8078, de 11 de setembro de 1990;

considerando que compete à União cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, nos termos do inciso II do art. 23 da Constituição;

considerando as disposições previstas pela Lei nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;

considerando as disposições previstas pela Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

considerando as disposições previstas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que Regulamenta a Lei nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

considerando as diretrizes estabelecidas pela Comissão Brasileira de Braille - CBB, e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quanto a utilização do sistema Braille;

considerando a Lei nº. 8.926, de 9 de agosto de 1994, que torna obrigatória a inclusão, nas bulas de medicamentos, de advertências e recomendações sobre seu uso por pessoas de mais de 65 anos;

considerando o documento Standard Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities adotado pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas;

considerando as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades estabelecidas na Política Nacional de Medicamentos, instituída pela Portaria nº. 3.916/MS/GM, de 30 de outubro de 1998, e aprovada pelo CNS pela Resolução nº 338, de 20 maio de 2004, que busca garantir condições para segurança e qualidade dos medicamentos utilizados no país, promover o uso racional e o acesso da população a medicamentos essenciais;

considerando a importância do acesso à informação imparcial e de qualidade para orientar o autocuidado e a automedicação disposta no Report of the 4th WHO - Consultative Group on the Role of the Pharmacist;

considerando que as informações sobre medicamentos devem orientar pacientes e profissionais de saúde, favorecendo o uso racional de medicamentos, as bulas devem ser elaboradas com alto padrão de qualidade, com informações imparciais e fundamentadas cientificamente, mesmo quando estiverem dispostas em linguagem simplificada;

considerando que as bulas de medicamentos no mercado devem ser reavaliados e harmonizados em face da heterogeneidade e assimetria de informações;

considerando a necessidade de harmonizar a forma e o conteúdo das bulas de todos os medicamentos registrados e comercializados no Brasil e unificar a regulamentação sobre o assunto;

considerando a competência da Anvisa, no cumprimento de suas atribuições regulamentares, quanto à implementação de ações para agilizar a operacionalização de suas atividades administrativas quanto ao registro, atualização e reavaliação de produtos;

considerando a Medida Provisória nº. 2.190-34, de 23 de agosto de 2001 que instituiu a isenção do recolhimento de taxa para acréscimo ou alteração de registro, referente a texto de bula;

adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde.

CAPÍTULO IDAS DISPOSIÇÕES INICIAISSeção IObjetivo

Art. 2º Este Regulamento possui o objetivo de aprimorar a forma e o conteúdo das bulas de todos os medicamentos registrados e notificados, comercializados no Brasil, visando garantir o acesso à informação segura e adequada em prol do uso racional de medicamentos.

Seção IIAbrangência

Art. 3º Este Regulamento se aplica a todos os medicamentos registrados ou notificados na Anvisa.

Seção IIIDefinições

Art. 4º Para efeito deste Regulamento Técnico são adotadas as seguintes definições:

I - advertências e precauções: instruções sobre medidas antecipadas ou avisos que favorecem o uso correto, prudente e seguro do medicamento para prevenir agravos à saúde e que podem indicar a limitação do uso do medicamento, mas que não o contra-indique;

II - bula: documento legal sanitário que contém informações técnico-científicas e orientadoras sobre os medicamentos para o seu uso racional;

III - bula em formato especial: bula fornecida à pessoa portadora de deficiência visual em formato apropriado para atender suas necessidades. Pode ser disponibilizada: em áudio ou em texto com formato passível de conversão para áudio utilizando um meio magnético (ex: disquetes), meio óptico (ex: CDs, DVDs), meio eletrônico (ex: cartão de memória, pen drive) ou serviços e recursos da internet (ex: correio eletrônico, World Wide Web - www); impressas em Braille ou com fonte ampliada;

IV - bula para o paciente: bula destinada ao paciente, aprovada pela Anvisa, com conteúdo sumarizado, em linguagem apropriada e de fácil compreensão;

V - bula para o profissional de saúde: bula destinada ao profissional de saúde, aprovada pela Anvisa, com conteúdo detalhado tecnicamente;

VI - Bulário Eletrônico: base de dados disponibilizada no Portal da Anvisa que contém as últimas versões aprovadas dos textos de bulas de medicamentos ou outros documentos que possam substituí-las;

VII - Bula Padrão: bula definida como padrão de informação para harmonização das bulas de medicamentos específicos, fitoterápicos, genéricos e similares, cujos textos são publicados no Bulário Eletrônico. Para os medicamentos específicos e fitoterápicos, as Bulas Padrão são elaboradas pela Anvisa. Para os medicamentos genéricos e similares, as Bulas Padrão são as bulas dos medicamentos eleitos como medicamentos de referência;

VIII - contra-indicação: qualquer condição relativa a uma doença, ao doente ou a uma interação medicamentosa, que implique a não utilização do medicamento. Caso essa condição não seja observada, poderá acarretar efeitos nocivos graves à saúde do usuário do medicamento ou mesmo levá-lo a óbito;

IX - deficiência visual: caracterizada como cegueira, quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; ou como baixa visão, quando a acuidade visual está entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; ou nos casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou na ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

X - destinação comercial: venda permitida para farmácias e drogarias;

XI - destinação hospitalar: venda permitida para hospitais, clínicas e ambulatórios;

XII - destinação institucional: venda permitida para os programas governamentais com destino aos postos de dispensação de medicamentos vinculados ao Sistema Único de Saúde;

XIII - destinação profissional/ empresa especializada: venda permitida para profissionais ou empresa especializada;

XIV - embalagem: invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento removível, ou não, destinado a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter, especificamente ou não, medicamentos;

XV - embalagem hospitalar: embalagem secundária de medicamentos de venda com ou sem exigência de prescrição médica, utilizada para o acondicionamento de medicamentos com destinação hospitalar;

XVI - embalagem múltipla: embalagem secundária de medicamentos de venda sem exigência de prescrição médica dispensados exclusivamente nas embalagens primárias;

XVII - embalagem primária: embalagem que mantém contato direto com o medicamento;

XVIII - embalagem secundária: embalagem externa do produto, que está em contato com a embalagem primária ou envoltório intermediário, podendo conter uma ou mais embalagens primárias;

XIX - evento adverso: qualquer ocorrência médica desfavorável, que pode ocorrer durante o tratamento com um medicamento, mas que não possui, necessariamente, relação causal com esse tratamento;

XX - forma farmacêutica: estado final de apresentação que os princípios ativos farmacêuticos possuem após uma ou mais operações farmacêuticas executadas com a adição de excipientes apropriados ou sem a adição de excipientes, a fim de facilitar a sua utilização e obter o efeito terapêutico desejado, com características apropriadas a uma determinada via de administração;XXI - forma farmacêutica básica: tipo geral da forma farmacêutica (ex: cápsula, comprimido, suspensão, solução) que agrupa formas farmacêuticas específicas com características semelhantes;

XXII - forma farmacêutica específica: forma farmacêutica na maioria das vezes originária da forma farmacêutica básica, com a indicação da forma de apresentação e administração e de outras características da formulação (ex: aerossol, para diluição, para infusão). São agrupadas pela forma farmacêutica básica;

XXIII - frequência de reações adversas: proporção da ocorrência de experiência nociva entre os expostos a um dado medicamento que, para efeito de padronização, deve ser referenciada da seguinte forma: muito comum, comum (frequente), incomum (infrequente), rara e muito rara;



XXIV - gravidade de reações adversas: refere-se ao desfecho de uma reação após o uso do medicamento em um determinado paciente, classificada em graves e não graves. São consideradas graves as situações apresentadas a seguir: óbito; ameaça à vida, quando há risco de morte no momento do evento; hospitalização ou prolongamento de hospitalização já existente, caracterizada como um atendimento hospitalar com necessidade de internação ou um prolongamento da internação devido a um evento adverso; incapacidade significativa ou persistente, quando ocorre uma interrupção substancial da habilidade de uma pessoa conduzir as funções de sua vida normal; anomalia congênita; qualquer suspeita de transmissão de agente infeccioso por meio de um medicamento e evento clinicamente significativo, caracterizado como qualquer evento decorrente do uso de medicamentos que ocasione a necessidade de intervenção médica, a fim de se evitar óbito, risco à vida, incapacidade significativa ou hospitalização. Qualquer outro evento que não esteja incluído nos critérios de evento adverso grave é considerado não grave;

XXV - Guia de Redação de Bulas: documento publicado no Portal da Anvisa que apresenta alguns princípios de redação clara, concisa e acessível para o leitor de bulas;

XXVI - Guia de Submissão Eletrônica de Bulas: documento publicado no Portal da Anvisa que estabelece as orientações para a submissão dos arquivos eletrônicos das bulas dos medicamentos à Anvisa;

XXVII - incompatibilidade medicamentosa: interações do tipo físico-químicas que ocorrem fora do organismo durante o preparo e administração dos medicamentos de uso parenteral, inviabilizando a terapêutica clínica. Pode ocorrer entre medicamento-medicamento, medicamento-solução, medicamento-veículo, medicamento-material de embalagem, medicamento-recipiente, medicamento-impureza e freqüentemente resultam no aparecimento de coloração diferente, precipitação ou turvação de uma solução, liberação de gás, formação de espuma ou inativação do princípio ativo;

XXVIII - interação medicamentosa: é uma resposta farmacológica ou clínica causada pela interação de medicamento-medicamento, medicamento-alimento, medicamento-sustância química, medicamento-exame laboratorial e não laboratorial, medicamento-planta medicinal, medicamento-doença cujo resultado final pode ser a alteração dos efeitos desejados ou a ocorrência de eventos adversos;

XXIX - Memento Terapêutico: publicação de responsabilidade dos laboratórios oficiais destinada aos profissionais de saúde que contempla as informações técnico-científicas orientadoras sobre medicamentos disponibilizadas nas bulas dos profissionais de saúde, para a promoção do seu uso racional;

XXX - populações especiais: subgrupos de populações que apresentam características especiais, tais como: crianças, idosos, lactentes, gestantes, diabéticos, alérgicos a um ou mais componentes do medicamento, cardiopatas, hepatopatas, renais crônicos, celíacos, imunodeprimidos, atletas e outros que necessitam de atenção especial ao utilizar determinado medicamento;

XXXI - reação adversa a medicamentos: qualquer resposta a um medicamento que seja prejudicial, não-intencional, e que ocorra nas doses normalmente utilizadas, em seres humanos, para profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças ou para a modificação de uma função fisiológica;

XXXII - restrição de uso: limitação de uso de um medicamento quanto à população alvo, podendo ser para uso pediátrico, para uso adulto ou para uso adulto e pediátrico;

XXXIII - restrição de prescrição: limitação de prescrição de um medicamento de acordo com a sua categoria de venda, podendo ser de venda sem exigência de prescrição médica, venda sob prescrição médica, com ou sem retenção de receita, de acordo com norma específica;

XXXIV - restrição de destinação: limitação do estabelecimento alvo para a venda do medicamento, sendo que uma mesma apresentação pode ter mais de uma destinação, podendo ser comercial, hospitalar, institucional e profissional/ empresa especializada;

XXXV - Sistema Braille: processo de leitura e escrita em relevo, com base em 64 (sessenta e quatro) símbolos resultantes da combinação de 6 (seis) pontos, dispostos em duas colunas de 3 (três) pontos;

XXXVI - severidade da reação adversa: a intensidade da reação adversa que pode ser classificada como: leve, quando não afeta a atividade cotidiana habitual do paciente; moderada, quando perturba ou altera a atividade cotidiana habitual do paciente; e severa (intensa), quando impede a atividade cotidiana habitual do paciente;

XXXVII - Uso restrito a hospitais: medicamentos cuja administração é permitida apenas em ambiente hospitalar, independente da restrição de destinação, definidos em norma específica; e

XXXVIII - via de administração: local do organismo por meio do qual o medicamento é administrado.

CAPÍTULO IIDA FORMA E CONTEÚDO DAS BULAS

Art. 5º Quanto à forma, as bulas dos medicamentos devem:

I - apresentar fonte Times New Roman no corpo do texto com tamanho mínimo de 10 pt (dez pontos) nas bulas para o paciente e 8 pt (oito pontos) nas bulas para o profissional de saúde, com espaçamento simples entre letras;

II - quando houver necessidade, o limite de redução do espaçamento entre letras será de -10% (menos dez por cento);

III - apresentar texto com espaçamento entre linhas de no mínimo 11 pt (onze pontos) nas bulas para o paciente e 9 pt (nove pontos) nas bulas para o profissional de saúde;

IV - apresentar colunas de texto com no mínimo 50 mm (cinquenta milímetros) de largura;

V - ter o texto alinhado à esquerda ou justificado, hifenizado ou não;

VI - utilizar caixa alta e negrito para destacar as perguntas e os itens de bula;

VII - possuir texto sublinhado e itálico apenas para nomes científicos;

VIII - ser impressas na cor preta em papel branco de forma que, quando a bula estiver sobre uma superfície, a visualização da impressão na outra face não interfira na leitura.

§ 1º Para a impressão de bulas em formato especial, com fonte ampliada, deve ser utilizada a fonte Verdana com tamanho mínimo de 24 pt (vinte e quatro pontos), com o texto corrido e não apresentar colunas.

§ 2º Para a impressão de bulas em formato especial, em Braille, o arranjo dos pontos e o espaçamento entre as celas Braille devem atender às diretrizes da Comissão Brasileira de Braille - CBB e das Normas Brasileiras de Acessibilidade editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 3º Para a disponibilização da bula no Bulário Eletrônico e por meio de serviços e recursos de internet, o texto deve ser corrido e não apresentar colunas.

Art. 6º Quanto ao conteúdo, as bulas devem contemplar as informações preconizadas no Anexo I desta resolução, seguindo a ordem das partes e itens estabelecida.

§ 1º As bulas para o paciente devem conter os itens relativos às partes Identificação do Medicamento, Informações ao Paciente e Dizeres Legais e os seus textos devem:

I - ser organizados na forma de perguntas e respostas;

II - ser claros e objetivos sem a repetição de informações;

III - ser escritos em linguagem acessível, com redação clara e concisa, conforme proposto no Guia de Redação de Bulas, de forma a facilitar compreensão do conteúdo pelo paciente; e

IV - possuir termos explicativos após os termos técnicos, quando eles forem utilizados e se fizer necessária uma explicação para compreensão do conteúdo pelo paciente.

§ 2º As bulas para o profissional de saúde devem conter os itens relativos às partes Identificação do Medicamento, Informações Técnicas aos Profissionais de Saúde e Dizeres Legais e os seus textos devem:

I - ser organizados na forma de itens;

II - ser claros e sem a repetição de informações, de forma a facilitar compreensão do conteúdo; e

III - contemplar a referência a sinais, sintomas e doenças conforme a terminologia preconizada pela Classificação Internacional de Doenças, dispostas na publicação mais atualizada.

§ 3º É permitido suprimir itens de bula previstos no Anexo I ou partes deles, mediante justificativa técnica sobre sua não aplicabilidade para o medicamento, e realizar nova numeração dos itens, quando necessário.

§ 4º Pode ser exigida a inclusão de outras informações não previstas no caput deste artigo, conforme normas específicas de registro e de notificação de medicamentos.

§ 5º Todos os medicamentos devem possuir bulas para o paciente e bulas para o profissional de saúde, visando sua disponibilização no Bulário Eletrônico, por meio de serviços e recursos de internet e constituição do processo de registro do medicamento na Anvisa, independente do tipo de bula a ser disponibilizado na embalagem.

Art. 7º As bulas devem conter apenas as informações relativas às apresentações comercializadas dos medicamentos.

Art. 8º As bulas para o paciente devem contemplar informações sobre as apresentações comercializadas com a mesma forma farmacêutica básica e via de administração.

§ 1º Os medicamentos com formas farmacêuticas específicas de liberação modificada devem apresentar bulas distintas, de forma a conferir maior segurança na utilização dos medicamentos.

§ 2º Os medicamentos com formas farmacêuticas básicas e específicas que possuem concentrações com indicações terapêuticas diferentes, devem possuir bulas distintas, de forma a conferir maior segurança na utilização dos medicamentos.

§ 3º Os medicamentos com formas farmacêuticas injetáveis com mesma formulação e diferentes vias de administração podem possuir uma única bula.

Art. 9º As bulas para os profissionais de saúde podem contemplar as informações relativas a todas as apresentações comercializadas do medicamento, independente das formas farmacêuticas, vias de administração e concentrações.

Art. 10. As frases de advertências a serem inseridas nos textos das bulas devem seguir a redação definida em norma específica.

Seção IDos medicamentos que não possuem Bula Padrão

Art. 11. As bulas dos medicamentos que não possuem Bula Padrão devem ser elaboradas pelas empresas para cada produto obedecendo ao disposto nesta resolução, quanto à forma e conteúdo. Parágrafo único. Os medicamentos dinamizados de notificação simplificada devem conter Folheto de Orientação ao Consumidor em substituição à bula, o qual deve apresentar os itens relativos às partes Identificação do Medicamento, Informações ao Paciente e Dizeres Legais, previstos no Anexo I desta resolução, com exceção do item "1. Para quê este medicamento é indicado?", conforme disposto em norma específica.

Art. 12. Os medicamentos de notificação simplificada podem ser dispensados da apresentação de bula, sendo esta substituída por rótulo, conforme norma específica.

Parágrafo único. Os medicamentos dinamizados de notificação simplificada devem conter Folheto de Orientação ao Consumidor, conforme disposto nesta resolução e em norma específica.

Seção IDos medicamentos que possuem Bula Padrão

Art. 13. As bulas dos medicamentos específicos e fitoterápicos que possuem Bula Padrão publicada no Bulário Eletrônico devem ser harmonizadas com esta e os campos:

I - sinalizados com XXX na Bula Padrão e as informações relacionadas ao modo de usar devem ser preenchidos pela empresa de acordo com as características do produto aprovadas no registro;

II - sublinhados na Bula Padrão não devem constar das bulas finais disponibilizadas para os medicamentos.

Art. 14. As bulas dos medicamentos genéricos e similares devem ser harmonizadas com as suas respectivas Bulas Padrão no tocante à forma e ao conteúdo relativo às informações sobre a eficácia e segurança para uso do medicamento.

§ 1º As bulas dos medicamentos genéricos e similares podem diferir das suas respectivas Bulas Padrão apenas nas informações específicas para cada produto, que devem estar de acordo com as características farmacotécnicas aprovadas no registro, contidas nas partes:

I - Identificação do Medicamento, descrita no Anexo I desta resolução, com exceção da informação da via de administração e idade mínima para uso adulto e pediátrico;

II - Informações ao Paciente, descritas no Anexo I desta resolução, quanto às frases de advertências específicas relacionadas aos excipientes, aos cuidados de armazenamento, ao prazo de validade, às orientações de preparo e reações adversas que forem relacionadas à formulação do medicamento e não apenas ao princípio ativo;

III - Informações aos Profissionais de Saúde, descritas no Anexo I desta resolução, quanto às frases de advertências específicas relacionadas aos excipientes, aos cuidados de armazenamento, ao prazo de validade, às orientações de preparo e às incompatibilidades e reações adversas que forem relacionadas à formulação do medicamento e não apenas ao princípio ativo;

IV - Dizeres Legais, descritos no Anexo I desta resolução, com exceção dos dizeres relacionados à restrição de venda ou uso que devem ser os mesmos dispostos nas respectivas Bulas Padrão. § 2º As bulas dos medicamentos genéricos e similares devem contemplar apenas as informações das Bulas Padrão relativas às formas farmacêuticas e concentrações para as quais há registros relacionados para os genéricos e similares.

CAPÍTULO IIIDAS ALTERAÇÕES NOS TEXTOS DE BULAS

Art. 15. À Anvisa reserva-se o direito de exigir alterações nos textos de bulas, sempre que julgar necessário, por razões técnico-científicas ou por informações provenientes da farmacovigilância, visando o esclarecimento dos pacientes e profissionais de saúde e a segurança no uso dos medicamentos.

Parágrafo único. Poderá ser exigida a inclusão de alerta de segurança, após a parte Identificação do Medicamento, em formato retangular com fundo preto, com os dizeres determinados pelas áreas responsáveis da Anvisa, no prazo a ser estabelecido conforme o risco sanitário.

Art. 16. São passíveis de notificação de alteração de bula, com implementação imediata sem manifestação prévia da Anvisa, as atualizações de informações nas bulas a seguir relacionadas:

I - à Lista de Denominação Comum Brasileira (DCB);

II - ao Vocabulário Controlado;

III - ao novo enquadramento dos medicamentos quanto à restrição de uso e prescrição que venha a ser exigida em norma específica;

IV - à incorporação de frases de alerta que venha a ser exigida em norma específica;

V - aos Dizeres Legais, quanto ao Telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), e ao nome do responsável técnico, número de inscrição e sigla do Conselho Regional de Farmácia;

VI - aos Dizeres Legais, quanto à razão social das empresas internacionais; e

VII - aos Dizeres Legais, quanto à razão social das empresas nacionais, após aprovação da Anvisa da alteração de razão social.

Parágrafo único. Para as alterações nos textos de bulas relativas aos incisos deste artigo, as bulas devem ser notificadas, submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, e ser disponibilizadas em até 180 (cento e oitenta) dias após as atualizações, devendo ser implementadas independentemente de manifestação prévia da Anvisa.

Seção IDos medicamentos que não possuem Bula Padrão

Art. 17. Para alterações nos textos de bulas dos medicamentos que não possuem Bula Padrão, relativas às informações sobre a segurança para uso do medicamento, as bulas devem ser peticionadas ou notificadas, e se limitam aos seguintes itens de bulas:

I - "QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?";

II - "O QUE DEVO SABER ANTES DE USAR ESTE MEDICAMENTO?";

III - "QUAIS OS MALES QUE ESTE MEDICAMENTO PODE ME CAUSAR?";

IV - "O QUE FAZER SE ALGUÉM USAR UMA GRANDE QUANTIDADE DESTES MEDICAMENTO DE UMA SÓ VEZ?";

V - "CONTRA-INDICAÇÕES";

VI - "ADVERTÊNCIAS E PRECAUÇÕES";

VII - "INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS";

VIII - "REAÇÕES ADVERSAS"; e

IX - "SUPERDOSE".

§ 1º Para a inclusão de informações de segurança, as bulas devem ser notificadas, submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, e ser disponibilizadas em até 180 (cento e oitenta) dias após a notificação, independentemente de manifestação prévia da Anvisa.

§ 2º Para a exclusão ou alteração de informações de segurança, as bulas devem ser peticionadas na Anvisa e, posteriormente à análise, ser submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, e ser disponibilizadas em até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação da petição pela Anvisa.

§ 3º Alterações em outros itens de bula devem estar vinculadas a petições de pós-registro ou de renovação.

Art. 18. Para todas as alterações nos textos de bulas dos medicamentos que não possuem Bula Padrão, referentes informações sobre a segurança para uso do medicamento, provocadas pelas empresas matrizes ou autoridades sanitárias dos países que concederam o registro original aos medicamentos, as empresas titulares dos registros no Brasil devem peticionar ou notificar, conforme o caso, a alteração de textos de bulas em até 30 (trinta) dias após ciência.

Art. 19. Para as alterações nos textos de bulas dos medicamentos que não possuem Bula Padrão provenientes de petições de pós-registro ou renovação de registro, conforme normas específicas, as bulas devem ser submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, e ser disponibilizadas em até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação da petição pela Anvisa.

Parágrafo único. Para as alterações dos rótulos do medicamento de notificação simplificada que substituem as informações de bulas, de acordo com norma específica, seus textos devem ser submetidos eletronicamente à Anvisa, conforme instrução do caput deste artigo.

Seção IIDos medicamentos que possuem Bula Padrão

Art. 20. Para as alterações nos textos de bulas dos medicamentos que possuem Bula Padrão, vinculadas às alterações de suas respectivas Bulas Padrão, exceto para as informações específicas do produto, as bulas devem ser notificadas e disponibilizadas em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação das Bulas Padrão no Bulário Eletrônico, devendo ser implementadas, independentemente de manifestação prévia da Anvisa.

Art. 21. Para alterações nos textos de bulas dos medicamentos genéricos e similares, provenientes de petições de alterações de pós-registro ou renovação de registros, conforme norma específica, relacionadas às informações específicas para cada produto, as bulas devem ser disponibilizadas em até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação da petição pela Anvisa.

Art. 22. Para as alterações nos textos de bulas dos medicamentos específicos e fitoterápicos que possuem Bula Padrão, provenientes de petições de pós-registro ou renovação de registro, conforme norma específica, relacionadas às informações dos campos sinalizados com XXX na Bula Padrão e preenchidos pelas empresas, as bulas devem ser disponibilizadas em até 180 (cento e oitenta) dias após aprovação da petição pela Anvisa.

Parágrafo único. Novas informações podem ser incluídas na bula de um determinado medicamento fitoterápico em relação à Bula Padrão e ser inseridas apenas na bula do medicamento testado quando forem provenientes de petições de pós-registro aprovadas, conforme descrito em norma específica, referentes à:

I - inclusão de nova indicação terapêutica, com comprovação por meio de ensaios pré-clínicos, quando necessário, e clínicos, realizados com o produto, e;

II - ampliação de uso, com comprovação do aumento da população alvo do medicamento, advinda de estudos de Fase III e IV.

Art. 23. As empresas titulares do registro de medicamentos genéricos e similares que identificarem informações insuficientes sobre a segurança do medicamento em uma Bula Padrão, podem peticionar solicitação de sua revisão, desde que devidamente justificada, cabendo à Anvisa a análise quanto à pertinência da solicitação e verificação da necessidade de tais alterações.

§ 1º Não são passíveis de revisão, por meio da petição prevista no caput deste artigo, as informações específicas para cada produto, previstas nesta resolução, que podem diferir da Bula Padrão para as bulas dos medicamentos genéricos e similares.

§ 2º A deliberação sobre a necessidade de revisão da Bula Padrão será comunicada pela Anvisa à empresa solicitante e à empresa titular do registro do Medicamento de Referência que terá um prazo de até 90 (noventa) dias, conforme o risco sanitário, para peticionar ou notificar a alteração de texto de bula, com a possibilidade de recorrer da decisão em até 10 (dez) dias.

Art. 24. As Bulas Padrão de medicamentos fitoterápicos e específicos serão avaliadas e republicadas periodicamente pela Anvisa e as alterações nos textos de Bula Padrão deverão constar nas bulas de todos os medicamentos específicos e fitoterápicos relacionados.

Parágrafo único. No caso de surgirem novas informações que devam ser inseridas nas Bulas Padrão de medicamentos fitoterápicos e específicos, qualquer interessado pode enviar sugestões à Anvisa, por meio da Central de Atendimento ou carta à área técnica responsável, cabendo à Anvisa a análise e verificação da pertinência da solicitação e necessidade de implementar as alterações.

Art. 25. As alterações nos textos de Bulas Padrão que forem publicadas no Bulário Eletrônico serão divulgadas pela Anvisa por meio de publicação de alertas em seu portal.

CAPÍTULO IV DA DISPONIBILIZAÇÃO DAS BULAS- Seção IPor meio das embalagens dos medicamentos

Art. 26. As embalagens dos medicamentos devem conter bulas com conteúdo atualizado no mercado, conforme o Bulário Eletrônico, obedecendo ao estabelecido nesta Resolução, quanto à forma e ao conteúdo.

Parágrafo único. Na parte Dizeres Legais das bulas para o paciente e para o profissional de saúde deve constar a data de sua aprovação ou a data de aprovação da Bula Padrão com a qual a bula foi harmonizada e/ou atualizada.

Art. 27. As embalagens de medicamentos destinadas aos estabelecimentos que realizam atividade de dispensação de medicamentos para o paciente, prevista na legislação específica, devem conter bula para o paciente.

Parágrafo único. É facultativo disponibilizar a bula do paciente nas embalagens dos medicamentos de uso restrito a hospitais, com destinação profissional/empresa especializada ou para administração por profissional de saúde.

Art. 28. As embalagens dos medicamentos de uso restrito a hospitais, com destinação profissional/empresa especializada ou para administração por profissional de saúde devem conter bula para o profissional de saúde.

Art. 29. As embalagens múltiplas, embalagens com destinação hospitalar e embalagens com destinação institucional devem conter um número mínimo de bulas que atenda à quantidade relativa ao menor período de tratamento discriminado na indicação do medicamento.

§ 1º No caso de medicamentos para uso agudo que são dispensados para o paciente na embalagem primária, o número de bulas para o paciente deve ser equivalente ao número de embalagens primárias.

§ 2º No caso de medicamento de uso contínuo que são dispensados para o paciente na embalagem primária, deve-se utilizar como referência o período de 30 dias de tratamento para se calcular o número de bulas para o paciente a serem disponibilizadas na embalagem secundária.

§ 3º No caso de medicamentos uso restrito a hospitais, de uso profissional/empresa especializada ou para administração por profissional de saúde, deve-se dispor de, no mínimo, 1 (uma) bula para o profissional de saúde.

§ 4º As bulas podem ser acondicionadas fora da embalagem secundária.

Art. 30. As embalagens dos medicamentos fracionáveis devem conter o número de bulas preconizado em normas específicas.

Seção IIPor meio dos Mementos Terapêuticos

Art. 31. Os laboratórios oficiais podem disponibilizar as informações para os profissionais de saúde por meio dos Mementos Terapêuticos e sua distribuição deve garantir o acesso à informação para os profissionais de saúde do SUS.

Parágrafo único. Caso não haja publicação de Memento Terapêutico, os Laboratórios Oficiais devem disponibilizar bulas para os profissionais de saúde por meio das embalagens dos medicamentos, obedecendo ao disposto nesta resolução quanto à forma e conteúdo.

Art. 32. Os Mementos Terapêuticos devem contemplar as bulas para os profissionais de saúde dos medicamentos registrados pelos Laboratórios Oficiais, que devem obedecer ao disposto nesta resolução quanto à forma e conteúdo.

Parágrafo único. Em cada bula para o profissional de saúde que constitui o Memento Terapêutico deve constar a data de sua aprovação ou a data de aprovação da Bula Padrão com a qual a bula foi harmonizada e/ou atualizada.

Art. 33. A publicação de Memento Terapêutico não isenta os Laboratórios Oficiais da submissão eletrônica, da harmonização e da alteração de textos de bulas, conforme disposto nesta resolução.

Seção IIIPor meio do Bulário Eletrônico

Art. 34. Serão publicadas no Bulário Eletrônico, no Portal Anvisa, as últimas versões dos textos de bulas dos medicamentos para o paciente e para o profissional de saúde, regulamentadas por esta Resolução, e os textos do rótulo do medicamento de notificação simplificada que substituem informação de bula, conforme norma específica.

§ 1º Somente serão publicados no Bulário Eletrônico as bulas e os textos de rótulos, que substituem informação de bula, referentes aos medicamentos comercializados.

§ 2º A utilização do conteúdo do Bulário Eletrônico é permitida, desde que se façam constar a fonte de onde foram retiradas as informações, qual seja: a empresa titular do registro do medicamento, bem como a data da respectiva consulta, e sejam respeitados os direitos autorais, sem prejuízo de sanções cíveis e criminais em eventuais alterações, que são expressamente proibidas.

Seção IVPor meio de serviços e recursos de internet

Art. 35. As empresas podem disponibilizar por meio de serviços e recursos de internet as bulas para o paciente e para o profissional de saúde de todos os seus medicamentos registrados, sem acesso restrito, desde que reproduzam fielmente as últimas versões aprovadas pela Anvisa.

§ 1º Devem ser veiculados, nos serviços e recursos de internet que disponibilizam as bulas, alertas sobre o risco da automedicação ou do uso do medicamento em desacordo com o estabelecido pelo prescritor.

§ 2º Na parte Dizeres Legais das bulas para o paciente e para o profissional de saúde deve constar a data de sua aprovação ou a data de aprovação da Bula Padrão com a qual a bula foi harmonizada e/ou atualizada.

§ 3º As bulas disponibilizadas por meio de serviços e recursos de internet devem ter formato de arquivo passível de conversão em áudio e ampliação de fonte.

Seção VPara pessoas portadoras de deficiência visual

Art. 36. As bulas em formato especial devem ser disponibilizadas gratuitamente pelas empresas titulares do registro do medicamento, mediante solicitação da pessoa física portadora de deficiência visual.

§ 1º As empresas devem disponibilizar para escolha da pessoa portadora de deficiência visual bulas:

- I - em áudio ou em texto com formato passível de conversão para áudio utilizando meio magnético, meio óptico, meio eletrônico ou serviços e recursos da internet;
- II - impressas em Braille;
- III - impressas com fonte ampliada.

§ 2º Os textos dos rótulos de medicamentos de notificação simplificada, que substituem a bula, e dos Folhetos de Orientação ao Consumidor, no caso de medicamentos dinamizados, também devem ser disponibilizadas em formato especial, conforme definido neste artigo.

Art. 37. A empresa titular de registro do medicamento deve enviar a bula em formato especial solicitado pela pessoa física portadora de deficiência visual no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após recebimento do pedido.

Parágrafo único. A empresa titular de registro do medicamento deve disponibilizar a bula em áudio, por meio do seu Serviço Telefônico de Atendimento ao Consumidor (SAC) ou outro de sua responsabilidade, com a opção de leitura parcial ou total, para escolha da pessoa portadora de deficiência visual e acesso rápido às informações sobre o medicamento.

Art. 38. A empresa titular do registro do medicamento tem a responsabilidade de garantir e zelar pela veracidade e atualização das informações prestadas nas bulas em formato especial, objeto desta Resolução.

Parágrafo único. Na parte Dizeres Legais das bulas para o paciente e para o profissional de saúde deve constar a data de sua aprovação ou a data de aprovação da Bula Padrão com a qual a bula foi harmonizada.

Art. 39. A empresa titular de registro do medicamento tem a responsabilidade de arquivar, por 5 (cinco) anos, o registro das solicitações e do envio das bulas em formato especial para pessoas portadoras de deficiência visual, contendo no mínimo as seguintes informações:

- I - nome completo do requerente;
- II - endereço residencial completo para correspondência;
- III - formato de bula solicitada;
- IV - nome comercial do medicamento;
- V - a denominação genérica de cada princípio ativo ou insumos ativos, no caso de medicamentos dinamizados, ou nomenclatura botânica, no caso de medicamentos fitoterápicos;VI - concentração e forma farmacêutica;
- VII - data e comprovante de envio da bula; e
- VIII - data e comprovante de recebimento da bula.

Parágrafo único. As empresas deverão manter em sigilo os dados pessoais do requerente, devendo esses ser utilizados exclusivamente para os fins do atendimento.

CAPÍTULO VDAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40. As bulas que sofrerão adequação a esta resolução devem apresentar conteúdo de acordo com a última bula aprovada, sendo permitidas apenas:I - inclusões de informações que passaram a ser exigidas por esta resolução;

II - atualizações de informações relativas às alterações de texto de bulas que são passíveis de notificação e que podem ser implementadas independentemente da manifestação prévia da Anvisa, conforme disposto nesta resolução;

III - inclusões de informações de segurança;

IV - inclusões de informações relacionadas a alterações pós-registro deferidas pela Anvisa após a última bula aprovada.

Art. 41. Para os medicamentos já registrados que não possuem Bula Padrão, suas bulas devem ser adequadas quanto à forma e ao conteúdo, obedecendo ao disposto nesta resolução, e ser peticionadas e submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, no prazo de até:

I - 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação desta resolução, para todos os medicamentos registrados sob categorias relacionadas ao aparelho digestivo, metabolismo e nutrição; ao aparelho respiratório; ao aparelho cardiovascular; a parasitoses, neoplasias e infecções; à defesa, imunologia e alergia e aos produtos naturais e homeopáticos, conforme detalhado na Lista 1 no Portal da Anvisa;

II - 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir da publicação desta resolução, para os medicamentos registrados sob categorias relacionadas a sangue e órgãos hematopoiéticos; à pele, mucosas e aparelhos auditivo e visual; ao aparelho geniturinário e hormônios sexuais; ao sistema endócrino, exclusive metabolismo e aparelho genital; ao sistema nervoso; ao sistema musculoesquelético; ao diagnóstico e às situações não especificadas, conforme detalhado na Lista 2 no Portal da Anvisa.

§ 1º Os medicamentos que forem incluídos na Lista de Medicamento de Referência durante o período de adequação a esta resolução passam a ter suas bulas enquadradas como Bula Padrão que devem ser adequadas quanto à forma e ao conteúdo, obedecendo ao disposto nesta resolução, e serem peticionadas e submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme Guia de Submissão Eletrônica de Bulas nos prazos estabelecidos nos incisos deste artigo ou em até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da sua inclusão na Lista de Medicamento de Referência, valendo o maior prazo.

§ 2º Para os medicamentos que forem incluídos na Lista de Medicamento de Referência, as suas bulas já adequadas a esta resolução devem ser submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, em até 30 (trinta) dias a partir de sua inclusão na Lista de Medicamento de Referência, caso não estejam publicadas no Bulário Eletrônico.

§ 3º Os medicamentos específicos e fitoterápicos, que não possuem Bula Padrão elaborada e publicada pela Anvisa, devem seguir as instruções do caput deste artigo.

Art. 42. Para a solicitação de registro de medicamentos que não possuem Bula Padrão, suas bulas devem ser elaboradas pelas empresas, obedecendo ao disposto nesta resolução quanto à forma e conteúdo, e ser submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, em até 30 (trinta) dias após o início da comercialização.

Art. 43. Para os medicamentos já registrados que possuem Bula Padrão, suas bulas devem ser harmonizadas com a Bula Padrão, obedecendo ao disposto nesta resolução, e ser notificadas em até 90 (noventa) dias a partir da publicação das suas respectivas Bulas Padrão no Bulário Eletrônico da Anvisa.

Art. 44. Para a solicitação de registro de medicamentos que possuem Bula Padrão, suas bulas devem ser harmonizadas com a Bula Padrão, obedecendo ao disposto nesta resolução.

§ 1º Para os medicamentos genéricos e similares, cuja Bula Padrão não estiver adequada quanto à forma e ao conteúdo, obedecendo ao disposto nesta resolução, suas bulas devem seguir a última bula aprovada do medicamento de referência.



§ 2º Para os medicamentos específicos ou fitoterápicos, cuja Bula Padrão não estiver adequada quanto à forma e ao conteúdo, obedecendo ao disposto nesta resolução, suas bulas devem seguir a última bula elaborada e publicada pela Anvisa.

Art. 45. Para os medicamentos de notificação simplificada já aprovados, suas bulas ou Folhetos de Orientação ao Consumidor devem ser adequadas quanto à forma e ao conteúdo, obedecendo ao disposto nesta resolução, e ser notificadas e submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, em até 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta resolução.

Parágrafo único. Os textos dos rótulos dos medicamentos de notificação simplificada que substituem as informações de bulas, de acordo com norma específica, devem ser submetidos eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do caput deste artigo.

Art. 46. Para a solicitação de notificação simplificada de medicamentos, suas bulas ou Folhetos de Orientação ao Consumidor devem ser elaborados pelas empresas, obedecendo ao disposto nesta resolução, e ser submetidas eletronicamente à Anvisa, conforme instruções do Guia de Submissão Eletrônica de Bulas, em até 30 (trinta) dias após o início da comercialização.

Parágrafo único. Os textos dos rótulos dos medicamentos de notificação simplificada que substituem as informações de bulas, de acordo com norma específica, devem ser submetidos eletronicamente à Anvisa, conforme instrução do caput deste artigo.

Art. 47. As bulas adequadas a esta resolução, quanto à forma e conteúdo, devem ser disponibilizadas por meio das embalagens dos medicamentos, dos Mementos Terapêuticos, se for o caso, e para as pessoas portadoras de deficiência visual, conforme previsto nesta resolução, em até:

I - 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da bula no Bulário Eletrônico, para os medicamentos que não possuem Bula Padrão, sendo este o tempo previsto para o esgotamento do estoque; e,

II - 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação da Bula Padrão no Bulário Eletrônico, para os medicamentos que possuem Bula Padrão, independente da manifestação prévia da Anvisa quanto à notificação de alteração do texto de bula para adequação a esta resolução, sendo este o tempo previsto para o esgotamento do estoque.

Parágrafo único. A empresa titular do registro deve disponibilizar as últimas versões aprovadas pela Anvisa das bulas dos medicamentos, por meio do correio eletrônico ou da sua leitura, parcial ou total, pelo Serviço Telefônico de Atendimento ao Consumidor (SAC), conforme escolha e necessidade das pessoas portadoras de deficiência visual, em até 30 (trinta) dias após publicação desta resolução, mesmo que as bulas ainda não estejam adequadas a esta norma, de forma a garantir às pessoas portadoras de deficiência visual acesso às informações constantes nas bulas durante o prazo de adequação à norma.

Art. 48. Após as alterações de texto de bula, provenientes de petições ou notificações, as empresas devem disponibilizar as novas bulas, nos prazos previstos nesta resolução, por meio das embalagens dos medicamentos, dos Mementos Terapêuticos, se for o caso, dos serviços e recursos de internet, se utilizados pela empresa, e para as pessoas portadoras de deficiência visual, sendo estes prazos os previstos para esgotamento de estoque.

Art. 49. Compete à autoridade de vigilância sanitária estadual, municipal e federal proceder, nas inspeções rotineiras nas indústrias farmacêuticas ou importadoras de medicamentos, a verificação das alterações nos textos de bula, em consonância com as datas de fabricação dos lotes, datas de publicação da bula no Bulário Eletrônico da Anvisa e prazos para adequação estabelecidos nesta resolução.

Art. 50. O descumprimento das disposições contidas nesta resolução e no regulamento por ela aprovado constituem infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 51. Fica revogada a Portaria SVS/MS nº. 110, de 10 de março de 1997; as Resoluções da Diretoria Colegiada RDC nº. 140, de 29 de maio de 2003, RDC nº. 126, de 16 de maio de 2005, Resolução RDC nº. 94, de 11 de dezembro de 2008, e RDC nº. 95 de 11 de dezembro de 2008; o item 10.1 da parte III do anexo I da RDC nº. 16, de 02 de março de 2007; o item h.1 da parte II do anexo da RDC nº. 17, de 02 de março de 2007; e o anexo IV da RDC nº. 26, de 30 março de 2007.

Art. 52. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO.

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO DO MEDICAMENTO: Citar o nome comercial do medicamento.

Citar a denominação genérica do(s) princípio(s) ativo(s), utilizando a Denominação Comum Brasileira (DCB).

Para medicamentos fitoterápicos, informar espécie vegetal (Gênero + epíteto específico) para sua a denominação genérica, a família, a parte da planta utilizada e a nomenclatura popular.

No caso de medicamentos dinamizados, descrever os insumos utilizando a nomenclatura das farmacopeias e compêndios reconhecidos pela Anvisa para sua a denominação genérica.

Para medicamentos fitoterápicos, registrados com base na tradicionalidade de uso, inserir as frases: "Medicamento fitoterápico registrado com base no uso tradicional." (em negrito) "Não é recomendado o uso por período prolongado enquanto estudos clínicos amplos sobre sua segurança não forem realizados."

Para medicamentos dinamizados, incluir a frase, conforme a categoria do medicamento, em negrito: "Medicamento Homeopático", "Medicamento Antroposófico" ou "Medicamento Anti-homotóxico".

Para os medicamentos genéricos, incluir a frase "Medicamento Genérico, Lei nº. 9.787, de 1999".

APRESENTAÇÕES

Citar apresentações comercializadas, informando:- a forma farmacêutica;- a concentração do(s) princípio(s) ativo(s), por unidade de medida ou unidade farmacotécnica, conforme o caso;- a quantidade total de peso, volume líquido ou unidades farmacotécnicas, conforme o caso;- a quantidade total de acessórios dosadores que acompanha as apresentações, quando aplicável.

Citar via de administração, usando caixa alta e negrito.

Incluir a frase, em caixa alta e em negrito, "USO ADULTO", "USO ADULTO E PEDIÁTRICO ACIMA DE ____" ou "USO PEDIÁTRICO ACIMA DE ____", indicando a idade mínima, em meses ou anos, para qual foi aprovada no registro o uso do medicamento. No caso de medicamentos sem restrição de uso por idade, conforme aprovado no registro, incluir a frase "USO ADULTO E PEDIÁTRICO".

COMPOSIÇÃO

Para o(s) princípio(s) ativo(s), descrever a composição qualitativa, conforme DCB, e quantitativa e indicar equivalência sal-base, quando aplicável.

Para os excipientes, descrever a composição qualitativa, conforme DCB.

Para formas farmacêuticas líquidas, quando o solvente for alcoólico, mencionar a graduação alcoólica do produto final.

Para medicamentos com forma farmacêutica líquida e em gotas, informar a equivalência de gotas para cada mililitro (gotas/mL) e massa por gota (mg/gotas) .

Para os medicamentos para Terapia de Reidratação Oral (TRO), informar a quantidade dos princípios ativos em unidades de massa ou massa/volume, e na forma de mEq/L.

Para os medicamentos injetáveis classificados como soluções parenterais de grande volume (SPGV), informar a composição qualitativa e quantitativa, percentual, conteúdo eletrolítico em mEq/L ou mmol/L e osmolaridade.

Para medicamentos fitoterápicos, a composição do medicamento deve indicar a relação real, em peso ou volume, do derivado vegetal utilizado a correspondência em marcadores e a descrição do derivado.

Para medicamentos dinamizados, descrever a composição qualitativa e quantitativa para os insumos ativos, informando a potência e escala de cada insumo, e a composição qualitativa para os insumos inertes.

INFORMAÇÕES AO PACIENTE:

1. PARA QUE ESTE MEDICAMENTO É INDICADO?

Descrever as indicações de uso do medicamento devidamente registradas na Anvisa indicando o objetivo terapêutico, ou seja, se é destinado para o tratamento, diagnóstico, auxiliar no diagnóstico ou prevenção. Exemplos: Este medicamento é destinado ao tratamento de... Este medicamento é destinado ao tratamento e prevenção de ...

Para medicamentos dinamizados, descrever sucintamente em qual(is) situação(ões) clínica(s) o medicamento se propõe a agir. Destacar que: Este medicamento é um auxiliar no tratamento de...

Para medicamentos dinamizados, inserir a seguinte frase, em negrito: "A indicação deste medicamento somente poderá ser alterada a critério do prescritor."

2. COMO ESTE MEDICAMENTO FUNCIONA? Descrever

resumidamente as ações do medicamento em linguagem acessível à população em geral.

Informar o tempo médio estimado para início da ação terapêutica do medicamento, quando aplicável.

3. QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?

Descrever as contra-indicações para o uso do medicamento.

No caso de contra-indicação de uso do medicamento para populações especiais, incluir as seguintes frases, em negrito: "Este medicamento é contra-indicado para uso por ____" (informando a população especial). "Este medicamento é contra-indicado para menores de ____" (citando a idade em meses ou anos).

No caso de contra-indicação de uso do medicamento por homens ou mulheres, incluir uma das seguintes frases, em negrito: "Este medicamento é contra-indicado para uso por homens." ou "Este medicamento é contra-indicado para uso por mulheres."

No caso de contra-indicação do uso do medicamento por mulheres grávidas, incluir, em negrito, de acordo com o período gestacional, as frases de alerta associadas às categorias de risco de fármacos destinados às mulheres grávidas, conforme norma específica.

No caso de contra-indicação para o uso de princípios ativos, classe terapêutica e excipientes, incluir, em negrito, as frases de alerta previstas em norma específica.

Para medicamentos dinamizados, descrever, quando houver, as contra-indicações específicas ou fatores que limitem a utilização do medicamento, como hipersensibilidade aos insumos ativos (obrigatoriamente para dinamizações ICH, 2DH ou menor) e insumos inertes.

4. O QUE DEVO SABER ANTES DE USAR ESTE MEDICAMENTO?

Descrever as advertências e precauções para o uso adequado do medicamento, incluindo, quando aplicável, informações sobre: cuidados e advertências para populações especiais;- alterações de condições fisiológicas, incluindo aquelas que possam afetar a capacidade de dirigir veículos e operar máquinas; e- sensibilidade cruzada.

No caso de medicamentos destinados ao tratamento de doenças infecto-contagiosas, inserir orientações sobre as medidas de higiene recomendadas em cada caso.

Nos casos de advertências e precauções para uso do medicamento por mulheres grávidas, incluir, em negrito, de acordo com o período gestacional, as frases de alerta associadas às categorias de risco de fármacos destinados às mulheres grávidas, conforme norma específica.

No caso de advertências e precauções para o uso de princípios ativos, classe terapêutica e excipientes, incluir, em negrito, as frases de alerta previstas em norma específica.

Para medicamentos que podem causar doping, conforme especificação do Comitê Olímpico Internacional - COI, incluir a seguinte frase, em negrito: "Este medicamento pode causar doping."

Para medicamentos dinamizados, incluir, em negrito, as frases de advertências e precauções relativas aos insumos inertes, conforme o caso: "Este medicamento contém ALCOOL"; "Este medicamento contém LACTOSE"; "Atenção diabéticos: este medicamento contém SACAROSE."

Descrever as interações medicamentosas, por potencial de significância clínica, esclarecendo quanto às consequências e prejuízos para o paciente ou para o tratamento, agrupando os casos similares e dispondo informações, quando aplicável, sobre:- as interações medicamento-medicamento, inclusive com medicamentos fitoterápicos.

Caso a interação seja relacionada a uma classe terapêutica, exemplificar com os princípios ativos mais importantes;- as interações medicamento-planta medicinal;- as interações medicamento-substância química, com destaque para o álcool e nicotina;- as interações medicamento-exame laboratorial e não laboratorial;- as interações medicamentos-doenças, caso não estejam dispostas juntamente com contra-indicações, advertências e precauções; - as interações medicamento-alimento.

Incluir a frase, em negrito: "Informe ao seu médico ou cirurgião-dentista se você está fazendo uso de algum outro medicamento." Para os medicamentos vendidos sob prescrição médica, incluir a seguinte frase, em negrito: "Não use medicamento sem o conhecimento do seu médico. Pode ser perigoso para a sua saúde."

5. ONDE, COMO E POR QUANTO TEMPO POSSO GUARDAR ESTE MEDICAMENTO? Descrever os cuidados de conservação do medicamento.

Incluir as seguintes frases, em negrito:

"Número de lote e datas de fabricação e validade: vide embalagem."

"Não use medicamento com o prazo de validade vencido. Guarde-o em sua embalagem original."

Descrever os cuidados específicos de conservação para medicamentos que uma vez abertos ou preparados para o uso sofram redução do prazo de validade original ou alteração do cuidado de conservação original, incluindo uma das seguintes frases, em negrito: "Após aberto, válido por ____" (indicando o tempo de validade após aberto, conforme estudos de estabilidade do medicamento) "Após preparo, manter ____ por ____" (indicando o cuidado de conservação e o tempo de validade após preparo, conforme estudos de estabilidade do medicamento)

Descrever as características físicas e organolépticas do produto e outras características do medicamento, inclusive após a reconstituição e/ou diluição.

Incluir as seguintes frases, em negrito: "Antes de usar, observe o aspecto do medicamento. Caso ele esteja no prazo de validade e você observe alguma mudança no aspecto, consulte o farmacêutico para saber se poderá utilizá-lo."

Incluir a seguinte frase, em negrito: "Todo medicamento deve ser mantido fora do alcance das crianças."

Para medicamentos dinamizados, inserir a seguinte frase, em negrito: "Proteger da luz solar e de fontes de radiação eletromagnética, como por exemplo: forno de microondas, aparelho celular, televisão, etc."

6. COMO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?

Descrever as principais orientações sobre o modo correto de preparo, manuseio e aplicação do medicamento.

Incluir o risco de uso por via de administração não recomendada, quando aplicável.

Para soluções para diluição ou pós ou granulados para solução, suspensão ou emulsão de uso oral ou injetável, incluir:- o procedimento detalhado para reconstituição e/ou diluição antes da administração; - o(s) diluente(s) a ser(em) utilizado(s);- o volume final do medicamento preparado; e- concentração do medicamento preparado.

Descrever a posologia, incluindo as seguintes informações:- dose para forma farmacêutica e concentração, expresso, quando aplicável, em unidades de medida ou unidade farmacotécnica correspondente em função ao tempo, definindo o intervalo de administração em unidade de tempo;- a dose inicial e de manutenção, quando aplicável;- duração de tratamento; - vias de administração;- orientações para cada indicação terapêutica nos casos de posologias distintas; - orientações para uso adulto e/ou uso pediátrico, de acordo com o aprovado no registro; e- orientações sobre o monitoramento e ajuste de dose para populações especiais.

Para os medicamentos com apresentação líquida para uso sistêmico, expressar a dose do medicamento em unidade de medida, em massa ou Unidade Internacional (UI) do princípio ativo, por quilograma (kg) corpóreo ou superfície corporal.

Para as formas farmacêuticas de liberação modificada expressar a dose liberada por unidade de tempo e tempo total de liberação do princípio ativo.

Descrever o limite máximo diário de administração do medicamento expresso em unidades de medida ou unidade farmacotécnica correspondente.

Para medicamento dinamizado, citar a dose máxima diária quando o insumo ativo for considerado tóxico (tabela constante da Farmacopéia Homeopática dos Estados Unidos - HPUS) e a dinamização for tal que possa induzir efeitos tóxicos se utilizado além do limite estabelecido.

Para os medicamentos vendidos sob prescrição médica, incluir as seguintes frases, em negrito:

"Siga a orientação de seu médico, respeitando sempre os horários, as doses e a duração do tratamento. Não interrompa o tratamento sem o conhecimento do seu médico."

Para os medicamentos isentos de prescrição médica, incluir a seguinte frase, em negrito:

"Siga corretamente o modo de usar. Em caso de dúvidas sobre este medicamento, procure orientação do farmacêutico. Não desaparecendo os sintomas, procure orientação de seu médico ou cirurgião-dentista."

Conforme característica da forma farmacêutica, incluir a seguinte frase, em negrito:

"Este medicamento não deve ser partido, aberto ou mastigado." (para comprimidos revestidos, cápsulas e comprimidos de liberação modificada e outras que couber) ou "Este medicamento não deve ser cortado." (para adesivos e outras que couber)

Para medicamentos dinamizados, alertar para o aparecimento de sintomas novos ou agravamento de sintomas atuais, quando aplicável, e incluir as seguintes frases, em negrito: "Informe ao seu médico, cirurgião-dentista o aparecimento de sintomas novos, agravamento de sintomas atuais ou retorno de sintomas antigos." "O uso inadequado

do medicamento pode mascarar ou agravar sintomas." "Consulte um clínico regularmente. Ele avaliará corretamente a evolução do tratamento. Siga corretamente suas orientações."

7. O QUE DEVO FAZER QUANDO EU ME ESQUECER DE USAR ESTE MEDICAMENTO? Descrever a conduta necessária, caso haja esquecimento de administração (dose omitida), quando for o caso.

Orientar sobre a atitude adequada quando houver a possibilidade de síndrome de abstinência.

Incluir a seguinte frase, em negrito:

"Em caso de dúvidas, procure orientação do farmacêutico ou de seu médico, ou cirurgião-dentista."

Para os medicamentos dinamizados, inserir a seguinte frase, em negrito: "Caso você esqueça de usar o medicamento, não duplique a quantidade de medicamento na próxima tomada."

8. QUAIS OS MALES QUE ESTE MEDICAMENTO PODE ME CAUSAR?

Citar as reações adversas, ordenando-as e agrupando-as por frequência, das mais comuns para as muitas raras, explicitando os sinais e sintomas relacionados a cada uma.

Informar sobre a gravidade e severidade, quando aplicável.

Incluir, quando possível, os seguintes textos informativos e explicativos sobre a incidência de ocorrência das reações adversas, antes de citá-las: "Reação muito comum (ocorre em mais de 10% dos pacientes que utilizam este medicamento): _____. "Reação comum (ocorre entre 1% e 10% dos pacientes que utilizam este medicamento): _____. "Reação incomum (ocorre entre 0,1% e 1% dos pacientes que utilizam este medicamento): _____. "Reação rara (ocorre entre 0,01% e 0,1% dos pacientes que utilizam este medicamento): _____. "Reação muito rara (ocorre em menos de 0,01% dos pacientes que utilizam este medicamento): _____."

Ao classificar a frequência das reações, utilizar os seguintes parâmetros:

Frequência das Reações Adversas	Parâmetros
> 1/10 (> 10%)	muito comum
> 1/100 e ≤ 1/10 (> 1% e ≤ 10%)	comum (frequente)
> 1/1.000 e ≤ 1/100 (> 0,1% e ≤ 1%)	incomum (infrequente)
> 1/10.000 e ≤ 1/1.000 (> 0,01% e ≤ 0,1%)	rara
≤ 1/10.000 (≤ 0,01%)	muito rara

Incluir as seguintes frases, em negrito: "Informe ao seu médico, cirurgião-dentista ou farmacêutico o aparecimento de reações indesejáveis pelo uso do medicamento. Informe também à empresa através do seu serviço de atendimento."

Substituir a frase anterior pela seguinte, quando se tratar de um medicamento novo, referente à molécula nova isolada ou em associação, no Brasil, em condições normais de comercialização ou dispensação durante os cinco primeiros anos de comercialização:

"Atenção: este produto é um medicamento novo e, embora as pesquisas tenham indicado eficácia e segurança aceitáveis, mesmo que indicado e utilizado corretamente, podem ocorrer eventos adversos imprevisíveis ou desconhecidos. Nesse caso, informe seu médico ou cirurgião-dentista."

Substituir a frase anterior pela seguinte, quando já houver passado o prazo dos cinco primeiros anos para molécula nova isolada ou em associação, e incluí-la durante cinco anos de comercialização do medicamento com nova indicação terapêutica, nova via de administração, nova concentração, nova forma farmacêutica e/ou nova associação no país:

"Atenção: este produto é um medicamento que possui _____ no país e, embora as pesquisas tenham indicado eficácia e segurança aceitáveis, mesmo que indicado e utilizado corretamente, podem ocorrer eventos adversos imprevisíveis ou desconhecidos. Nesse caso, informe seu médico". (incluindo no espaço: nova indicação terapêutica, nova via de administração, nova concentração, nova forma farmacêutica e/ou nova associação, conforme o caso)

Para medicamentos dinamizados, quando couber, informar quais os tipos mais comuns e frequência das possíveis agravações do medicamento, obrigatoriamente somente para aqueles dentro da faixa de toxicidade (com tarja) nas dinâmizações 1CH, 2DH ou menor.

Para medicamentos dinamizados, inserir a frase: "Em caso de sintomas que causem mal estar durante o tratamento, procure seu médico ou farmacêutico."

9. O QUE FAZER SE ALGUÉM USAR UMA QUANTIDADE MAIOR DO QUE A INDICADA DESTE MEDICAMENTO?

Descrever os sintomas que caracterizam a superdose e orientar quanto a medidas preventivas que amenizem o dano até a obtenção do socorro médico.

Para medicamentos dinamizados, incluir a conduta adequada para atendimento emergencial, especialmente para medicamentos que contenham insumos ativos nas dinâmizações 1CH, 2DH ou menor, conforme o caso.

Inserir as seguintes frases, em negrito: "Em caso de uso de grande quantidade deste medicamento, procure rapidamente socorro médico e leve a embalagem ou bula do medicamento, se possível. Ligue para 0800 722 6001, se você precisar de mais orientações."

INFORMAÇÕES TÉCNICAS AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

1. INDICAÇÕES

Descrever as indicações de uso do medicamento devidamente registradas na Anvisa informando o objetivo terapêutico, ou seja, se é destinado para o tratamento, diagnóstico, auxiliar no diagnóstico ou profilaxia. Exemplos: Este medicamento é destinado ao tratamento de... Este medicamento é destinado ao tratamento e profilaxia de ... Para medicamentos dinamizados, descrever sucintamente em qual(is) situação(ões) clínica(s) o medicamento se propõe a agir. Destacar que: Este medicamento é um auxiliar no tratamento de...

2. RESULTADOS DE EFICÁCIA Apresentar o resultado de eficácia do grupo tratado com o medicamento em questão e o grupo controle, incluindo diferenças que permitam uma maior visualização da relevância do tratamento e citando as referências bibliográficas.

Para os medicamentos genéricos e similares, apresentar os resultados de eficácia do seu respectivo medicamento de referência, mencionando apenas o(s) nome(s) do(s) princípio(s) ativo(s). Para medicamentos específicos, fitoterápicos e dinamizados, apresentar os resultados de eficácia quando aplicável.

3. CARACTERÍSTICAS FARMACOLÓGICAS Descrever o medicamento com as suas propriedades farmacológicas, tanto as farmacodinâmicas quanto as farmacocinéticas, fundamentadas técnico-cientificamente.

Informar o tempo médio estimado para início da ação terapêutica do medicamento, quando aplicável

Para medicamentos específicos, fitoterápicos e dinamizados, apresentar as características farmacológicas quando aplicável.

Para medicamentos dinamizados, descrever o medicamento com as suas propriedades fundamentadas técnico-cientificamente no âmbito da terapêutica homeopática, antroposófica ou homotoxicológica, conforme o caso.

4. CONTRA-INDICAÇÕES Descrever as contra-indicações para o uso do medicamento.

No caso de contra-indicação de uso do medicamento para populações especiais, incluir as seguintes frases, em negrito: "Este medicamento é contra-indicado para uso por _____. " (informando a população especial). "Este medicamento é contra-indicado para menores de _____. " (citando a idade em meses ou anos).

No caso de contra-indicação de uso do medicamento por homens ou mulheres, incluir um das seguintes frases, em negrito: "Este medicamento é contra-indicado para uso por homens." ou "Este medicamento é contra-indicado para uso por mulheres."

No caso de contra-indicação do uso do medicamento por mulheres grávidas, indicar e descrever a categoria de risco na gravidez, de acordo com período gestacional, e incluir, em negrito, as frases de

alerta associadas às categorias de risco de fármacos destinados às mulheres grávidas, conforme norma específica.

No caso de contra-indicação para o uso de princípios ativos, classe terapêutica e excipientes, incluir, em negrito, as frases de alerta previstas em norma específica.

Para medicamentos dinamizados, descrever, quando houver, as contra-indicações específicas ou fatores que limitem a utilização do medicamento, como hipersensibilidade aos insumos ativos (obrigatoriamente para dinâmizações 1CH, 2DH ou menor) e insumos inertes.

5. ADVERTÊNCIAS E PRECAUÇÕES Descrever as advertências e precauções para o uso adequado do medicamento. Incluir, quando aplicável, informações sobre: cuidados e advertências para populações especiais; alterações de condições fisiológicas, incluindo aquelas que possam afetar a capacidade de dirigir veículos e operar máquinas; sensibilidade cruzada; e teratogenicidade, mutagenicidade e reprodução, quando houver, e outros cuidados necessários.

No caso de medicamentos destinados ao tratamento de doenças infecto-contagiosas, inserir orientações sobre as medidas de higiene recomendadas em cada caso.

Nos casos de advertências e precauções para uso do medicamento por mulheres grávidas, indicar e descrever a categoria de risco na gravidez, de acordo com período gestacional, e incluir, em negrito, as frases de alerta associadas às categorias de risco de fármacos destinados às mulheres grávidas, conforme norma específica.

No caso de advertências e precauções para o uso de princípios ativos, classe terapêutica e excipientes, incluir, em negrito, as frases de alerta previstas em norma específica.

Para medicamentos que podem causar doping, conforme especificação do Comitê Olímpico Internacional - COI, incluir a seguinte frase, em negrito: "Este medicamento pode causar doping." Para medicamentos dinamizados, incluir, em negrito, as frases de advertências e precauções relativas aos insumos inertes, conforme o caso: "Este medicamento contém ÁLCOOL."; "Este medicamento contém LACTOSE."; "Atenção diabéticos: este medicamento contém SACAROSE."

6. INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS

Descrever as interações medicamentosas, por potencial de significância clínica, esclarecendo quanto às consequências e prejuízos para o paciente ou para o tratamento, agrupando os casos similares e dispondo informações, quando aplicável, sobre: as interações medicamento-medicamento, inclusive com medicamentos fitoterápicos.

Caso a interação seja relacionada a uma classe terapêutica, exemplificar com os princípios ativos mais importantes. as interações medicamento-planta medicinal; as interações medicamento-substância química, com destaque para o álcool e nicotina; as interações medicamento-exame laboratorial e não laboratorial; as interações medicamentos-doenças, caso não estejam dispostas juntamente com contra-indicações, advertências e precauções; e as interações medicamento-alimento.

7. CUIDADOS DE ARMAZENAMENTO DO MEDICAMENTO- Descrever os cuidados específicos para o armazenamento do medicamento e informar o prazo de validade do medicamento a partir da data de fabricação, aprovado no registro, citando o número de meses.

Incluir as seguintes frases, em negrito:

"Número de lote e datas de fabricação e validade: vide embalagem."

"Não use medicamento com o prazo de validade vencido. Guarde-o em sua embalagem original." Descrever os cuidados específicos de conservação para medicamentos que uma vez abertos ou preparados para o uso sofram redução do prazo de validade original ou alteração do cuidado de conservação original, incluindo uma das seguintes frases, em negrito: "Após aberto, válido por ____ " (indicando o tempo de validade após aberto, conforme estudos de estabilidade do medicamento) "Após preparo, manter ____ por ____ " (indicando o cuidado de conservação e o tempo de validade após preparo, conforme estudos de estabilidade do medicamento)

Descrever as características físicas e organolépticas do produto e outras características do medicamento, inclusive após a reconstituição e/ou diluição.

Incluir as seguintes frases, em negrito: "Antes de usar, observe o aspecto do medicamento."

Incluir a seguinte expressão em negrito: "Todo medicamento deve ser mantido fora do alcance das crianças"

Para medicamentos dinamizados, inserir a seguinte frase, em negrito: "Proteger da luz solar e de fontes de radiação eletromagnética, como por exemplo: forno de microondas, aparelho celular, televisão, etc."



8. POSOLOGIA E MODO DE USAR

Descrever as principais orientações sobre o modo correto de preparo, manuseio e aplicação do medicamento.

Incluir o risco de uso por via de administração não recomendada, quando aplicável.

Para soluções para diluição ou pós ou granulados para solução, suspensão ou emulsão de uso oral ou injetável, incluir:- o procedimento detalhado para reconstituição e/ou diluição antes da administração; - o(s) diluente(s) a ser(em) utilizado(s);- o volume final do medicamento preparado;- concentração do medicamento preparado.

Para soluções de uso parenteral, incluir informações sobre incompatibilidade esclarecendo as consequências e possíveis prejuízos para o tratamento.

Descrever a posologia, incluindo as seguintes informações:- dose para forma farmacêutica e concentração, expresso, quando aplicável, em unidades de medida ou unidade farmacotécnica correspondente em função ao tempo, definindo o intervalo de administração em unidade de tempo;- a dose inicial e de manutenção, quando aplicável;- intervalos de administração (em minutos ou horas);- duração de tratamento;- vias de administração;- orientações para cada indicação terapêutica nos casos de posologias distintas;- orientações para uso adulto e/ou uso pediátrico, de acordo com o aprovado no registro;- orientações sobre o monitoramento e ajuste de dose para populações especiais.

Para os medicamentos com apresentação líquida para uso sistêmico, expressar a dose do medicamento em unidade de medida, em massa ou Unidade Internacional (UI) do princípio ativo, por quilograma (kg) corpóreo ou superfície corporal.

Para as formas farmacêuticas de liberação modificada expressar a dose liberada por unidade de tempo e tempo total de liberação do princípio ativo.

Descrever o limite máximo diário de administração do medicamento expresso em unidades de medida ou unidade farmacotécnica correspondente.

Para medicamento dinamizado, citar a dose máxima diária quando o insumo ativo for considerado tóxico (tabela constante da Farmacopéia Homeopática dos Estados Unidos - HPUS) e a dinamização for tal que possa induzir efeitos tóxicos se utilizado além do limite estabelecido.

Conforme característica da forma farmacêutica, incluir a seguinte frase, em negrito:

"Este medicamento não deve ser partido, aberto ou mastigado." (para comprimidos revestidos, cápsulas e comprimidos de liberação modificada e outras que couber)"Este medicamento não deve ser cortado." (para adesivos e outras que couber)

9. REAÇÕES ADVERSASCitar as reações adversas, ordenando-as e agrupando-as por frequência, das mais comuns para as muitas raras, explicitando os sinais e sintomas relacionados a cada uma. Informar sobre a gravidade e severidade, quando aplicável.

Incluir, quando possível, os seguintes textos informativos e explicativos sobre a incidência de ocorrência das reações adversas, antes de citá-las:"Reação muito comum (> 1/10):""Reação comum (> 1/100 e £ 1/10):""Reação incomum (> 1/1.000 e £ 1/100):""Reação rara (> 1/10.000 e £ 1.000):""Reação muito rara (£ 1/10.000):"

"Ao classificar a frequência das reações, utilizar os seguintes parâmetros:

Frequência das Reações Adversas	Parâmetros
> 1/10 (> 10%)	<u>muito comum</u>
> 1/100 e £ 1/10 (> 1% e £ 10%)	comum (frequente)
> 1/1.000 e £ 1/100 (> 0,1% e £ 1%)	incomum (infrequente)
> 1/10.000 e £ 1/1.000 (> 0,01% e £ 0,1%)	rara
£ 1/10.000 (£ 0,01%)	muito rara

Inserir a seguinte frase: "Em casos de eventos adversos, notifique ao Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária - NOTIVISA, disponível em www.anvisa.gov.br, ou para a Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal." (incluindo no espaço o endereço eletrônico atualizado do NOTIVISA)

Substituir a frase anterior pela seguinte, quando se tratar de um medicamento novo, referente à molécula nova isolada ou em associação, no Brasil, em condições normais de comercialização ou dispensação durante os cinco primeiros anos de comercialização:

"Atenção: este produto é um medicamento novo e, embora as pesquisas tenham indicado eficácia e segurança aceitáveis, mesmo que indicado e utilizado corretamente, podem ocorrer eventos adversos imprevisíveis ou desconhecidos. Nesse caso, notifique os eventos adversos pelo Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária - NO-

TIVISA, disponível em www.anvisa.gov.br, ou para a Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal." (incluindo no espaço o endereço eletrônico atualizado do NOTIVISA)

Substituir a frase anterior pela seguinte, quando já houver passado o prazo dos cinco primeiros anos para molécula nova, isolada ou em associação, e incluí-la durante cinco anos de comercialização do medicamento com nova indicação terapêutica, nova via de administração, nova concentração, nova forma farmacêutica e/ou nova associação no país:

"Atenção: este produto é um medicamento que possui no país e, embora as pesquisas tenham indicado eficácia e segurança aceitáveis, mesmo que indicado e utilizado corretamente, podem ocorrer eventos adversos imprevisíveis ou desconhecidos. Nesse caso, notifique os eventos adversos pelo Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária - NOTIVISA, disponível em www.anvisa.gov.br, ou para a Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal." (incluindo no primeiro espaço o termo: nova indicação terapêutica, nova via de administração, nova concentração, nova forma farmacêutica e/ou nova associação, conforme o caso; e no último espaço, o endereço eletrônico atualizado do NOTIVISA)

Para medicamentos dinamizados, quando aplicável, informar quais os tipos mais comuns e frequência das possíveis agravações do medicamento, obrigatoriamente somente para aqueles dentro da faixa de toxicidade (com tarja) nas dinamizações 1CH, 2DH ou menor.

10. SUPERDOSEDescrever os sintomas que caracterizam a superdose e orientar quanto a medidas preventivas que amenizem o dano até a obtenção do socorro médico.

Para medicamentos dinamizados, incluir a conduta adequada para atendimento emergencial, especialmente para medicamentos que contenham insumos ativos nas dinamizações 1CH, 2DH ou menor, conforme o caso.

Inserir a seguinte frase em negrito:"Em caso de intoxicação ligue para 0800 722 6001, se você precisar de mais orientações."

DIZERES LEGAISInformar a sigla "MS" mais o número de registro no Ministério da Saúde conforme publicado em Diário Oficial da União (D.O.U.), sendo necessários os 9 (nove) dígitos iniciais.

Informar o nome, número de inscrição e sigla do Conselho Regional de Farmácia do responsável técnico da empresa titular do registro.

Informar o nome e endereço da empresa titular do registro no Brasil.

Informar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do titular do registro.

Inserir a expressão "Indústria Brasileira", quando aplicável.

Informar o telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), de responsabilidade da empresa titular do registro.

Informar o nome e endereço da empresa fabricante, quando ela diferir da empresa titular do registro, citando a cidade e o estado precedidos

pela frase "Fabricado por:" e inserindo a frase "Registrado por:" antes dos dados da detentora do registro.

Informar o nome e endereço da empresa fabricante, quando o medicamento for importado, citando a cidade e o país precedidos pela frase "Fabricado por" e inserindo a frase "Importado por:" antes dos dados da empresa titular do registro.

Informar o nome e endereço da empresa responsável pela embalagem do medicamento, quando ela diferir da empresa titular do registro ou fabricante, citando a cidade e o estado ou, se estrangeira, a cidade e o país, precedidos pela frase "Embalado por:" e inserindo a frase "Registrado por:" ou "Importado por:", conforme o caso, antes dos dados da empresa titular do registro;

Informar, se descrito na embalagem do medicamento, o nome e endereço da empresa responsável pela comercialização do medicamento, citando a cidade e o estado precedidos pela frase "Comercializado por" e incluindo a frase "Registrado por:" antes dos dados da detentora do registro.

É facultativo incluir a logomarca da empresa farmacêutica titular do registro, bem como das empresas fabricantes e responsáveis pela embalagem e comercialização do medicamento, desde que não prejudiquem a presença das informações obrigatórias e estas empresas estejam devidamente identificadas nos dizeres legais.

Incluir as seguintes frases, quando for o caso:

"Uso restrito a hospitais" (para os medicamentos de uso restrito a hospitais);"Venda sob prescrição médica" (para os medicamentos de venda sob prescrição médica);

"Siga corretamente o modo de usar, não desaparecendo os sintomas procure orientação médica" (para os medicamentos vendidos sem exigência de prescrição médica);

"Uso sob prescrição médica." (para embalagens com destinação institucional);"Venda proibida ao comércio." (para os medicamentos com destinação institucional).

Incluir as frases de restrições de venda, uso e dispensação previstas na norma específica para produtos controlados.

Incluir, exceto nos textos de bula a serem submetidos eletronicamente à Anvisa, uma das seguintes frases, conforme o caso, em negrito:

"Esta bula foi aprovada pela Anvisa em (dia/mês/ano)" (informando a data de publicação da bula no Bulário Eletrônico) "Esta bula foi atualizada conforme Bula Padrão aprovada pela Anvisa em (dia/mês/ano)" (informando a data de publicação da respectiva Bula Padrão no Bulário Eletrônico com a qual a bula foi harmonizada e/ou atualizada)

Incluir símbolo da reciclagem de papel.

Replicada por ter saído publicado no DOU. Nº 172, de 9-9-2009, Seção 1, pág 31, com incorreção no original.

ARESTO Nº 13, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 11 de janeiro de 2010, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº. 25, de 4 de abril de 2008, decidiram por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso a seguir especificado, conforme anexo, determinando a extinção do recurso, com julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: MOASSEL AL CAYSAR LTDA.
CNPJ 10.559.273/0001-24

Marca	Processo	Petição	Assunto da Petição	Recurso Indeferido
TEQUILA LIMÃO	25351. 438480/2009-12	567873/09-1	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais	897027/09-1

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 18 de janeiro de 2010

Nº 12 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS nº 3.177, de 29 de dezembro de 2008, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e com fundamento nos art. 52 e 63 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, DECIDE os Recursos Administrativos conforme relação especificada no Anexo I deste despacho.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO I

Empresa: Bayer S/A.
Medicamento: Cipro IV Flexibag (ciprofloxacino)
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25001.005028/87
Expediente nº: 679761/09-0
Assunto: Medicamento Novo - Notificação de Inclusão de Local de Fabrico
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Brasmed Botânica e Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Alcachofra Brasmed (cynara scolymus L.)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25351.060898/2003-77
Expediente nº: 778310/09-8
Assunto: Fitoterápico - Caducidade de Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Brasmed Botânica e Farmacêutica Ltda.

Medicamento: Boldo Brasmed (peumus boldus)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25351.060859/2003-70
Expediente nº: 805110/09-1
Assunto: Fitoterápico - Caducidade de Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Brasmed Botânica e Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Ginkgo Brasmed (ginkgo biloba L.)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25351.060875/2003-62
Expediente nº: 817198/09-0
Assunto: Fitoterápico - Caducidade de Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Bunker Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Complevit (cloridrato de tiamina + associações)
Forma Farmacêutica: drágea simples e solução oral
Processo nº: 25351.106456/2009-91
Expediente nº: 702888/09-1
Assunto: Medicamento Novo - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Bunker Indústria Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Vitatonus Dexta (cianocobalamina, cloridrato de tiamina, cloridrato de piridoxina, dexametasona)
Forma Farmacêutica: solução injetável e drágeas
Processo nº: 25351.319685/2008-71
Expediente nº: 839356/09-7
Assunto: Específico - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Ems S/A.
Medicamento: pravastina sódica
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.488866/2008-47
Expediente nº: 789994/09-7
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Ems Sigma Pharma Ltda.
Medicamento: pravastina sódica
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.488274/2008-25
Expediente nº: 790015/09-5
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Ems Sigma Pharma Ltda.
Medicamento: Vastalia (pravastina sódica)
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.487041/2008-13
Expediente nº: 790073/09-2
Assunto: Similar - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Fresenius Kabi Brasil Ltda.
Medicamento: Peditrace (solução de oligoelementos para nutrição parental)
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25351.787202/2008-14
Expediente nº: 815999/09-8
Assunto: Específico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Germed Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Colevacol (pravastina sódica)
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.488996/2008-80
Expediente nº: 790032/09-5
Assunto: Similar - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Germed Farmacêutica Ltda.
Medicamento: pravastina sódica
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.486578/2008-58
Expediente nº: 791882/09-8
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Hipolabor Farmacêutica Ltda.
Medicamento: carbamazepina
Forma Farmacêutica: suspensão oral
Processo nº: 25351.545964/2008-99
Expediente nº: 774276/09-2
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Hipolabor Farmacêutica Ltda.
Medicamento: haloperidol
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25351.847103/2008-45
Expediente nº: 808390/09-8
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Laboratório Farmacêutico Caresse Ltda.
Medicamento: Expectomucil (acetilcisteína)
Forma Farmacêutica: solução oral
Processo nº: 25351.574628/2008-53
Expediente nº: 822928/09-7

Assunto: Similar - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Laboratório Industrial e Farmacêutico Bucar Ltda.
Medicamento: Dexametadron (acetato de dexametasona)
Forma Farmacêutica: creme dermatológico
Processo nº: 25351.182157/2002-65
Expediente nº: 460701/09-5
Assunto: Similar - Renovação de Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda.
Medicamento: Citoplax (cisplatina)
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25000.002096/97-31
Expediente nº: 807689/09-8
Assunto: Similar - Notificação de Alteração de Local de Fabricação
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda.
Medicamento: Nuovodox (cloridrato de epirubicina)
Forma Farmacêutica: pó líofilo injetável
Processo nº: 25000.025414/98-03
Expediente nº: 782433/09-5
Assunto: Similar - Notificação de Alteração de Local de Fabricação
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Laboratório Químico Farmacêutico Tiaraju Ltda.
Medicamento: Quimbel (extrato seco de senna alexandrina)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25351.001502/02-06
Expediente nº: 520451/09-8
Assunto: Fitoterápicos - Renovação de Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Medicamento: pravastina sódica
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.486302/2008-70
Expediente nº: 791900/09-0
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 33.060.740/0001-72
Medicamento: Polaramine Expectorante (maleato de dexclorfeniramina + guaifenesina)
Forma Farmacêutica: solução oral
Processo nº: 25992.136030/58
Expediente nº: 912361/09-0
Assunto: Medicamento Novo - Renovação de Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Natulab Laboratório S/A.
Medicamento: Comple B (cloridrato de tiamina + fosfato de sódico de riboflavina + cloridrato de piridoxina + nicotinamida)
Forma Farmacêutica: solução oral
Processo nº: 25351.064808/2009-62
Expediente nº: 774017/09-4
Assunto: Específico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Opem Representação, Importadora, Exportadora e Distribuidora Ltda.
Medicamento: IBP Poly (sulfato de polimixina B)
Forma Farmacêutica: pó líofilo injetável
Processo nº: 25351.103142/2009-49
Expediente nº: 793264/09-2
Assunto: Similar - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Orient Mix Fitoterápicos do Brasil Ltda.
Medicamento: Senuslax (senna alexandrina mill)
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura
Processo nº: 25351.315692/2008-02
Expediente nº: 821742/09-4
Assunto: Fitoterápico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Pharlab Indústria Farmacêutica S/A.
Medicamento: Izocorten (cetoconazol + dipropionato de betametasona)
Forma Farmacêutica: creme dermatológico e pomada dermatológica
Processo nº: 25351.756683/2008-42
Expediente nº: 790186/09-1
Assunto: Similar - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Pharlab Indústria Farmacêutica S/A.
Medicamento: norfloxacin
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.810103/2008-74
Expediente nº: 790220/09-4
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Prati, Donaduzzi & CIA Ltda.
Medicamento: Dexprotenol (dexpantenol)
Forma Farmacêutica: pomada dermatológica

Processo nº: 25351.072826/2009-33
Expediente nº: 789497/09-0
Assunto: Específico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Prati, Donaduzzi & CIA Ltda.
Medicamento: Floxan (ciprofloxacina)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido e solução injetável
Processo nº: 25000.027351/96-96
Expediente nº: 362301/09-7
Assunto: Similar - Renovação de Registro
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Prodotti Laboratório Farmacêutico Ltda.
CNPJ: 51.603.488/0001-82
Medicamento: Desmoprin (acetato de desmopressina)
Forma Farmacêutica: solução nasal
Processo nº: 25000.004294/99-38
Expediente nº: 599390/09-3
Assunto: Similar - Cancelamento de Registro de Medicamento
Decisão: NÃO CONHECER
Empresa: Química Farmacêutica Gaspar Viana S/A.
Medicamento: Solução Glicofisiológica (cloreto de sódio + glicose)
Forma Farmacêutica: solução injetável
Processo nº: 25351.177951/2009-97
Expediente nº: 799210/09-6
Assunto: Específico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Ranbaxy Farmacêutica Ltda.
Medicamento: meropenem
Forma Farmacêutica: pó injetável
Processo nº: 25351.040641/2009-48
Expediente nº: 796993/09-7
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda.
Medicamento: captopril
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.523549/2008-84
Expediente nº: 652333/09-1
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda.
Medicamento: omeprazol
Forma Farmacêutica: cápsula gelatinosa dura com microgrânulos
Processo nº: 25351.523392/2008-97
Expediente nº: 816819/09-9
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Sanval Comércio e Indústria Ltda.
Medicamento: sulfametoxazol + trimetoprima
Forma Farmacêutica: suspensão oral
Processo nº: 25351.686784/2009-66
Expediente nº: 720123/09-1
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Sun Farmacêutica Ltda.
Medicamento: Clopiset (clopidogrel)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.806850/2008-51
Expediente nº: 787494/09-4
Assunto: Similar - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Torrent do Brasil Ltda.
CNPJ: 33.078.528/0001-32
Medicamento: Atopan (topiramato)
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.754063/2008-57
Expediente nº: 796384/09-0
Assunto: Similar - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Torrent do Brasil Ltda.
CNPJ: 33.078.528/0001-32
Medicamento: topiramato
Forma Farmacêutica: comprimido revestido
Processo nº: 25351.767699/2008-16
Expediente nº: 796627/09-0
Assunto: Genérico - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Empresa: Weleda do Brasil Laboratório e Farmácia Ltda.
Medicamento: Ansiodoron (avena sativa + passiflora alata + valeriana officinalis)
Forma Farmacêutica: comprimido simples
Processo nº: 25351.585243/2008-11
Expediente nº: 774036/09-1
Assunto: Dinamizado - Registro de Medicamento
Decisão: CONHECER E NÃO CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO
Requerente: Bellus Health (International) Limited
Procurador: Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira
CNPJ (Procurador): 33.163.049/001-14
Expediente: 070461/09-0
Pedido de Invenção: PI 9607197-4
Decisão: CONHECER E CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO



DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO-RE Nº 137, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso III do art. 49 e o inciso I § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e o inciso III alínea "a" do art. 1º da Portaria n. 453 da ANVISA, de 9 de abril de 2009, publicada no DOU n. 69, de 13 de abril de 2009, Seção 2, pág. 29/30,

considerando os arts. 12, 15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976; o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
VERSÃO NUMERO DE PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
DESTINAÇÃO VENCIMENTO
APRESENTAÇÃO VALIDADE DO PRODUTO
GRUPO DO PRODUTO
ASSUNTO DA PETIÇÃO
ACTION S/A 3.01355-9
GLIFOTOP 480 SC NA
1 25351.533097/2009-60 000
DOMICILIAR
FRASCO DE PLASTICO OPACO COM VALVULA DOSADORA + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3222019 JARDINAGEM AMADORA
3769 Reconsideração de Indeferimento de Registro de Produto de Risco 2
Em desacordo com a Legislação vigente
AUDAX QUÍMICA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA 3.00828-7
GOLD DESINFETANTE
PINHO FRESH 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
FLORAL 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
SACHET + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
TALCO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
SACHET + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
LAVANDA 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
PINHO FRESH 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
SACHET + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
LAVANDA 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
EUCALIPTO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
TALCO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL

BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
LAVANDA 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
SACHET + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
FLORAL 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
PINHO FRESH 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
EUCALIPTO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
SACHET + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
FLORAL 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
EUCALIPTO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
TALCO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
LAVANDA 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
TALCO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
LAVANDA 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
EUCALIPTO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
Em desacordo com a Legislação vigente
GOLD DESINFETANTE
TALCO 25351.751178/2009-17 000
DOMICILIAR INDUSTRIAL INSTITUCIONAL

3765 Reconsideração de Indeferimento de Mudança de Categoria de Produto de Risco 2
Em desacordo com a Legislação vigente
DELEGOL
25351.460397/2007-11 3.3222.0028.004-6
INDUSTRIAL 07/2011
TAMBOR METALICO 12 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3765 Reconsideração de Indeferimento de Mudança de Categoria de Produto de Risco 2
Em desacordo com a Legislação vigente
CONDESP IND COM DE DETERG SANEANTES E PERF LTDA 3.01324-2
CONDESP SANICLEAN
1 25351.751170/2009-98 000
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA 6 Meses
3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
DETERGOL DETERGENTES GOÍAS LTDA 3.01961-1
SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% DETERGOL
SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% - DETERGOL25351.478141/2009-01 000
ASSISTENCIA A SAUDE
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO 6 Meses
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
Em desacordo com a Legislação vigente
SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% DETERGOL
SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 1% - DETERGOL25351.478141/2009-01 000
ASSISTENCIA A SAUDE
BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA 6 Meses
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
Em desacordo com a Legislação vigente
DIA A DIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME 3.03194-5
DESODORIZANTE SANITÁRIO DIA A DIA
CAT JASMIM 25351.000396/2010-66 000
DOMICILIAR
CARTELA DE CARTOLINA + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3103021 DESODORIZANTES PARA APARELHOS SANITARIOS
3895 Registro de Produto de Risco 2 - Desodorizantes para Aparelhos Sanitários
Em desacordo com a Legislação vigente
DESODORIZANTE SANITÁRIO DIA A DIA
CAT LAVANDA 25351.000396/2010-66 000
DOMICILIAR
CARTELA DE CARTOLINA + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3103021 DESODORIZANTES PARA APARELHOS SANITARIOS
3895 Registro de Produto de Risco 2 - Desodorizantes para Aparelhos Sanitários
Em desacordo com a Legislação vigente
DESODORIZANTE SANITÁRIO DIA A DIA
JASMIM 25351.000396/2010-66 000
DOMICILIAR
CARTELA DE CARTOLINA + CAIXA DE PLASTICO 24 Meses
3103021 DESODORIZANTES PARA APARELHOS SANITARIOS
3895 Registro de Produto de Risco 2 - Desodorizantes para Aparelhos Sanitários
Em desacordo com a Legislação vigente
DESODORIZANTE SANITÁRIO DIA A DIA
LAVANDA 25351.000396/2010-66 000
DOMICILIAR
CARTELA DE CARTOLINA + CAIXA DE PLASTICO 24 Meses
3103021 DESODORIZANTES PARA APARELHOS SANITARIOS
3895 Registro de Produto de Risco 2 - Desodorizantes para Aparelhos Sanitários
Em desacordo com a Legislação vigente
DESODORIZANTE SANITÁRIO DIA A DIA
TUTTI FRUTTI 25351.000396/2010-66 000
DOMICILIAR
CARTELA DE CARTOLINA + CAIXA DE PLASTICO 24 Meses
3103021 DESODORIZANTES PARA APARELHOS SANITARIOS
3895 Registro de Produto de Risco 2 - Desodorizantes para Aparelhos Sanitários
Em desacordo com a Legislação vigente
DESODORIZANTE SANITÁRIO DIA A DIA
LAVANDA 25351.000396/2010-66 000
DOMICILIAR
CAIXA DE CARTOLINA + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3103021 DESODORIZANTES PARA APARELHOS SANITARIOS
3895 Registro de Produto de Risco 2 - Desodorizantes para Aparelhos Sanitários
Em desacordo com a Legislação vigente
DESODORIZANTE SANITÁRIO DIA A DIA
TUTTI FRUTTI 25351.000396/2010-66 000



DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
EUCALIPTO 25351.744317/2009-08 000
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO 24 Me-
ses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
JASMIM 25351.744317/2009-08 000
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO 24 Me-
ses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
CITRUS 25351.744317/2009-08 000
DOMICILIAR INSTITUCIONAL
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
FLORAL 25351.744317/2009-08 000
DOMICILIAR INSTITUCIONAL
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
FLORAL 25351.744317/2009-08 000
DOMICILIAR
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPE-
LAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
JASMIM 25351.744317/2009-08 000
DOMICILIAR INSTITUCIONAL
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
FLORAL 25351.744317/2009-08 000
DOMICILIAR
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPE-
LAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
FLOR DO CAMPO 25351.744317/2009-08 000
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO 24 Me-
ses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
CITRUS 25351.744317/2009-08 000
DOMICILIAR
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPE-
LAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
FLOR DO CAMPO 25351.744317/2009-08 000
DOMICILIAR INSTITUCIONAL
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
EUCALIPTO 25351.744317/2009-08 000

DOMICILIAR INSTITUCIONAL
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
CITRUS 25351.744317/2009-08 000
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO 24 Me-
ses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
PINHO 25351.744317/2009-08 000
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO 24 Me-
ses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
PINHO 25351.744317/2009-08 000
DOMICILIAR INSTITUCIONAL
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DESINFETANTE CONCENTRADO QUASAR
FLORAL 25351.744317/2009-08 000
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO 24 Me-
ses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
DT FORTEX AC
1 25351.748317/2009-07 000
DOMICILIAR INSTITUCIONAL
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3222029 DESINCRUSTANTE ACIDO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
DT FORTEX AC
1 25351.748317/2009-07 000
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVIS-
TO NA TABELA 36 Meses
3222029 DESINCRUSTANTE ACIDO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
JOSÉ RICARDO DA SILVA JRS ME 3.03719-0
CLORO DENGÔ
1 25351.003576/2010-43 000
DOMICILIAR
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 6 Me-
ses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
Em desacordo com a Legislação vigente
LIMA & PERGHER INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTA-
ÇÕES LTDA 3.01282-6
PEDREX
INCOLOR 25351.751073/2009-61 000
INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVIS-
TO NA TABELA 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
PEDREX
PRETO 25351.751073/2009-61 000
INDUSTRIAL
SACO PLASTICO + TAMBOR METALICO 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
PEDREX
PRETO 25351.751073/2009-61 000
INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
PEDREX
PRETO 25351.751073/2009-61 000
INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVIS-
TO NA TABELA 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
FX 1100 ATIVADO
ROXO 25351.751080/2009-01 000

INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVIS-
TO NA TABELA 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
FX 1100 ATIVADO
ROXO 25351.751080/2009-01 000
INDUSTRIAL
SACO PLASTICO + TAMBOR METALICO 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
FX 1100 ATIVADO
INCOLOR 25351.751080/2009-01 000
INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVIS-
TO NA TABELA 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
FX 1100 ATIVADO
ROXO 25351.751080/2009-01 000
INSTITUCIONAL
FRASCO + CAIXA DE PAPELAO 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
FX 1100 ATIVADO
ROXO 25351.751080/2009-01 000
INSTITUCIONAL
BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
FX 1100 ATIVADO
INCOLOR 25351.751080/2009-01 000
INSTITUCIONAL
FRASCO + CAIXA DE PAPELAO 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente
FX 1100 ATIVADO
INCOLOR 25351.751080/2009-01 000
INDUSTRIAL
SACO PLASTICO + TAMBOR METALICO 36 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
Em desacordo com a Legislação vigente

RESOLUÇÃO-RE Nº 138, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso III do art. 49 e o inciso I § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e o inciso III alínea "a" do art. 1º da Portaria n. 453 da ANVISA, de 9 de abril de 2009, publicada no DOU n. 69, de 13 de abril de 2009, Seção 2, pág. 29/30,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
VERSÃO NUMERO DE PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
DESTINAÇÃO VENCIMENTO
APRESENTAÇÃO VALIDADE DO PRODUTO
GRUPO DO PRODUTO
ASSUNTO DA PETIÇÃO
ACUAPURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 3.01243-1
CLOR-IN 1
25351.047685/2006-01 3.1243.0009.002-1

DOMICILIAR 06/2011
BLISTER DE ALUMINIO/PVC 02 24 Meses
3211051 DESINFETANTES DE AGUA PARA CONSUMO HUMANOS
332 Nova Embalagem de Produto de Risco 2
AKTUELL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA ME 3.03630-1
ÁGUA SANITÁRIA AKMAIS
1 25351.685303/2009-58 3.3630.0001.001-8
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO 6 Meses
3103033 AGUA SANITÁRIA
3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária
ALLCHEM QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 3.03890-9
CUPINICIDA ALLCHEM
1 25351.665234/2009-48 3.3890.0005.001-3
DOMICILIAR INDUSTRIAL 01/2015
LATA DE FLANDRES + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3206017 INSETICIDAS PARA USO DOMESTICO
3881 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticidas para Uso Doméstico
AMAURY CRIVELA COSTA E CIA LTDA 3.03658-9
HIPUS CLORO
1 25351.560767/2009-44 3.3658.0009.001-2
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO PLASTICO 6 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
ANTARES QUÍMICA LTDA 3.02471-5
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE EUCALIPTO - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.001-8
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE EUCALIPTO - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.002-6
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE PINHO - ANTARES 25351.588212/2009-55 3.2471.0004.003-4
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE PINHO - ANTARES 25351.588212/2009-55 3.2471.0004.004-2
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE FLORAL - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.005-0
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE FLORAL - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.006-9
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE TALCO - ANTARES 25351.588212/2009-55 3.2471.0004.007-7
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE TALCO - ANTARES 25351.588212/2009-55 3.2471.0004.008-5

DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE LAVANDA - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.009-3
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE LAVANDA - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.010-7
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE JASMIM - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.011-5
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE JASMIM - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.012-3
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE SILVESTRE - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.013-1
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE - ANTARES
DESINFETANTE SILVESTRE - ANTARES25351.588212/2009-55 3.2471.0004.014-1
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
ASFER INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA 3.03204-0
GERMICIDAL
1 25351.697135/2009-37 3.3204.0001.001-1
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMICIDAL
1 25351.697135/2009-37 3.3204.0001.002-1
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
ASSUNCAO INDUSTRIA E COMERCIO SA 3.00015-8
ÁGUA SANITÁRIA VENEZA
1 25351.665543/2009-64 3.0015.0001.001-8
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 6 Meses
3103033 AGUA SANITÁRIA
3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária
DESINFETANTE VENEZA
LIMÃO 25351.665566/2009-85 3.0015.0002.001-3
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE VENEZA
EUCALIPTO 25351.665566/2009-85 3.0015.0002.002-1

DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE VENEZA
PINHO 25351.665566/2009-85 3.0015.0002.003-1
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE VENEZA
JASMIN 25351.665566/2009-85 3.0015.0002.004-8
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE VENEZA
FLORAL 25351.665566/2009-85 3.0015.0002.005-6
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE VENEZA
LAVANDA 25351.665566/2009-85 3.0015.0002.006-4
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE VENEZA
DAMA DA NOITE 25351.665566/2009-85 3.0015.0002.007-2
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
DESINFETANTE VENEZA
MARINER 25351.665566/2009-85 3.0015.0002.008-0
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
BRAZIL QUÍMICA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA 3.02856-6
LESMICIDA BRAZIL
25351.682218/2009-05 3.2856.0023.001-3
DOMICILIAR 01/2015
SACO PLASTICO 2 Ano(s)
3209016 MOLUSCICIDAS
3897 Registro de Produto de Risco 2 - Moluscicidas
BRIOSOL IND. E COM. DE MATERIAL DE LIMPEZA LTDA 3.00413-2
BRIOSOLVE 500
1 25351.003922/2010-86 3.0413.0120.001-0
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO 24 Meses
3202038 REMOVEDORES
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
BRIOSOLVE 500
1 25351.003922/2010-86 3.0413.0120.002-9
INSTITUCIONAL 01/2015
TAMBOR METALICO 24 Meses
3202038 REMOVEDORES
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
CHEMONE INDUSTRIAL QUÍMICA DO NORDESTE LTDA 3.02398-4
KAPOT GRANULADO BR
25351.637467/2009-24 3.2398.0038.001-5
INDUSTRIAL 01/2015
SACHET + SACO PLASTICO 2 Ano(s)
3207021 RATICIDAS PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
3893 Registro de Produto de Risco 2 - Raticidas para Empresa Especializada
COMERCIAL 3 ALBE LTDA 3.02821-4
ANIOSURF NPC
25351.736498/2009-94 3.2821.0004.001-6
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
ANIOSURF NPC
25351.736498/2009-94 3.2821.0004.002-4
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas



COMOLIMPA INDUSTRIA QUIMICA LTDA 3.02091-2
DESINFETANTE ZAB
HERBAL CITRUS 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.001-8
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPE-
LAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
HERBAL CITRUS 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.002-6
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
TALCO 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.003-4
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPE-
LAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
TALCO 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.004-2
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
EUCALIPTO 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.005-0
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPE-
LAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
EUCALIPTO 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.006-9
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
PINHO SILVESTRE 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.007-7
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPE-
LAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
PINHO SILVESTRE 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.008-5
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
FLORAL 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.009-3
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPE-
LAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
FLORAL 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.010-7
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
LAVANDA 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.011-5
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPE-
LAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
LAVANDA 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.012-3
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
MARINE 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.013-1

DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPE-
LAO 2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE ZAB
MARINE 25351.756067/2009-51 3.2091.0010.014-1
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + CAIXA DE PAPELAO
2 Ano(s)
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DE SANGOSSE AGROQUÍMICA LTDA 3.02233-3
DDVP 250 NITROSIN/PIRAGI INSETICIDA LIQUIDO
25351.000360/00-16 3.2233.0014.001-9
INSTITUCIONAL 04/2010
FRASCO PLASTICO OPACO 2 Ano(s)
3206025 INSETICIDAS PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido
MATA BARATAS BARATOKS NITROSIN/PIRAGI
25351.001952/01-73 3.2233.0025.001-9
INSTITUCIONAL 04/2011
FRASCO PLASTICO OPACO 2 Ano(s)
3206025 INSETICIDAS PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido
SULFLUREX-S ISCA GRANULADA NITROSIN/PIRAGI
25351.008379/00-20 3.2233.0015.001-4
DOMICILIAR 07/2010
SACO PLASTICO 2 Ano(s)
3222019 JARDINAGEM AMADORA
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido
DEXTER LATINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
QUÍMICOS LTDA 3.02340-2
STRAIK ISCA MATA RATOS
25351.108695/2005-31 3.2340.0006.001-5
DOMICILIAR 07/2015
SACHET 2 Ano(s)
3207013 RATICIDAS PARA USO DOMESTICO
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
DOUGLAS DE ABREU - EPP 3.01346-8
ÁGUA SANITÁRIA LIMPINHA
25351.113346/2005-31 3.1346.0008.001-0
DOMICILIAR 08/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO 6 Meses
3103033 AGUA SANITÁRIA
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
ÁGUA SANITÁRIA LIMPINHA
25351.113346/2005-31 3.1346.0008.002-9
DOMICILIAR 08/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA 6 Meses
3103033 AGUA SANITÁRIA
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
CLORO LIMPINHA
1 25351.705485/2009-18 3.1346.0010.001-1
DOMICILIAR 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 5 Me-
ses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
CLORO LIMPINHA
1 25351.705485/2009-18 3.1346.0010.002-1
DOMICILIAR 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA 5 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
ÉSTER QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
QUÍMICOS LTDA 3.03296-8
DESINFETANTE DONA ESTER
FLORAL 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.001-1
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
TALCO 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.002-8
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
JASMIM 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.003-6
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
CAMPESTRE 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.004-4

INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
EUCALIPTO 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.005-2
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
PINHO 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.006-0
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
LAVANDA 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.007-9
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
FLORES DO CAMPO 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.008-7
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
BRISA DO MAR 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.009-5
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
DESINFETANTE DONA ESTER
AROMA DA SERRA 25351.329405/2009-21 3.3296.0003.010-9
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO + FRASCO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Ge-
ral
FORT QUIMICA LTDA 3.02757-4
SODA CAUSTICA PERFEITO
1 25351.757453/2009-69 3.2757.0008.001-6
INSTITUCIONAL 01/2015
POTE DE PLASTICO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO
NA TABELA 24 Meses
3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
GENCO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA 3.00190-1
LINHA ECONÔMICA CLORO ESTABILIZADO GENCO GRA-
NULADO
25351.203615/2004-79 3.0190.0036.001-2
DOMICILIAR 02/2015
SACO PLASTICO 12 Meses
3205045 DESINFETANTES PARA PISCINAS
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
LINHA ECONÔMICA CLORO ESTABILIZADO GENCO GRA-
NULADO
25351.203615/2004-79 3.0190.0036.002-0
DOMICILIAR 02/2015
BALDE PLASTICO 12 Meses
3205045 DESINFETANTES PARA PISCINAS
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
HOUGHTON BRASIL LTDA 3.02350-7
HOUGHTO OXY AWAY
25351.034166/2005-93 3.2350.0024.001-1
INDUSTRIAL 06/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA 12 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA D SUPER LTDA
3.03581-1
ESPUMA ALCALINA SUPER 3000
ESPUMA ALCALINA SUPER 3000 25351.541687/2009-91
3.3581.0005.001-5
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO 12 Me-
ses
3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
ESPUMA ALCALINA SUPER 3000
ESPUMA ALCALINA SUPER 3000 25351.541687/2009-91
3.3581.0005.002-3
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO
PREVISTO NA TABELA 12 Meses
3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
ESPUMA ALCALINA SUPER 3000
ESPUMA ALCALINA SUPER 3000 25351.541687/2009-91
3.3581.0005.003-1
INSTITUCIONAL 01/2015
TAMBOR PLASTICO OPACO + ACONDICIONAMENTO NAO
PREVISTO NA TABELA 12 Meses

3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DESEN XL 5000 SUPER
DESEN XL 5000 SUPER 25351.541690/2009-19 3.3581.0006.001-0
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELÃO 12 Meses
3211042 DETERGENTES DESENGORDURANTES
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DESEN XL 5000 SUPER
DESEN XL 5000 SUPER 25351.541690/2009-19 3.3581.0006.002-9
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA 12 Meses
3211042 DETERGENTES DESENGORDURANTES
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DESEN XL 5000 SUPER
DESEN XL 5000 SUPER 25351.541690/2009-19 3.3581.0006.003-7
INSTITUCIONAL 01/2015
TAMBOR PLASTICO OPACO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA 12 Meses
3211042 DETERGENTES DESENGORDURANTES
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
INDÚSTRIA E COMÉRCIO MEDEIROS FARIAS LTDA 3.02590-6
DAIRY BOTCLEANER
25351.154623/2005-65 3.2590.0069.001-4
INDUSTRIAL 06/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
INQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA SANTO ANTONIO SA 3.00074-1
DESINFETANTE DESODOR
CITRUS 25351.242418/2004-75 3.0074.0026.001-1
DOMICILIAR 05/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE- 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
DESINFETANTE DESODOR
PINHO AMADEIRADO 25351.242418/2004-75 3.0074.0026.002-1
DOMICILIAR 05/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
DESINFETANTE DESODOR
MARINE 25351.242418/2004-75 3.0074.0026.003-8
DOMICILIAR 05/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
DESINFETANTE DESODOR
LAVANDA BOUQUET 25351.242418/2004-75 3.0074.0026.004-6
DOMICILIAR 05/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
DESINFETANTE DESODOR
FLORAL 25351.242418/2004-75 3.0074.0026.005-4
DOMICILIAR 05/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
DESINFETANTE DESODOR
LAVANDA 25351.242418/2004-75 3.0074.0026.006-2
DOMICILIAR 05/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
DESINFETANTE DESODOR
EUCALIPTO 25351.242418/2004-75 3.0074.0026.007-0
DOMICILIAR 05/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
INSERT QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA 3.02186-1
HIPOCLORIN DESINFETANTE DE USO GERAL
25351.011359/2005-76 3.2186.0008.001-5
INSTITUCIONAL 03/2015
BOMBONA PLASTICA 6 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
CLORIN P DESINFETANTE DE USO GERAL
25351.195694/2004-37 3.2186.0007.001-1
INSTITUCIONAL RESTRITO A HOSPITAIS 01/2015
BALDE PLASTICO 6 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
INSPIRE AIR
B 25351.745279/2009-53 3.2186.0016.001-9

INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
INSPIRE AIR
C 25351.745279/2009-53 3.2186.0016.002-7
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
INSPIRE AIR
F 25351.745279/2009-53 3.2186.0016.003-5
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
INSPIRE AIR
L 25351.745279/2009-53 3.2186.0016.004-3
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
INSPIRE AIR
N 25351.745279/2009-53 3.2186.0016.005-1
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
INSPIRE AIR
P 25351.745279/2009-53 3.2186.0016.006-1
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
ITW CHEMICAL PRODUCTS LTDA 3.02908-6
LUPACID-5
25351.145987/2005-54 3.2908.0001.001-3
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 05/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
LUPACID-5
25351.145987/2005-54 3.2908.0001.002-1
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 05/2015
TAMBOR PLASTICO 2 Ano(s)
3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
JOHNSON DIVERSEY BRASIL LTDA 3.02661-1
DIVO AI
25351.148479/2005-28 3.2661.0185.001-1
INDUSTRIAL 06/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3222037 NEUTRALIZADOR DE RESIDUO ALCALINO
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
KARCHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 3.03920-2
DETERGENTE CUDASUPER CLEAN KARCHER
1 25351.697292/2009-75 3.3920.0001.001-1
INDUSTRIAL 01/2015
BALDE PLASTICO 24 Meses
3201015 DETERGENTES DE USO PROFISSIONAL
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
KTH INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME 3.03787-4
SOLUÇÃO ÁCIDA NEW KIM
1 25351.633093/2009-36 3.3787.0004.001-5
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
SOLUÇÃO ÁCIDA NEW KIM
1 25351.633093/2009-36 3.3787.0004.002-3
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA 24 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
SOLUÇÃO ÁCIDA NEW KIM
1 25351.633093/2009-36 3.3787.0004.003-1
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
GALÃO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
SOLUÇÃO ÁCIDA NEW KIM
1 25351.633093/2009-36 3.3787.0004.004-1
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO 24 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
SOLUÇÃO ÁCIDA NEW KIM
1 25351.633093/2009-36 3.3787.0004.005-8
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
TAMBOR METALICO 24 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS

387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.3.02211-7
STERILIFE - LIFEMED
25351.043423/2004-05 3.2211.0002.001-3
RESTRITO A HOSPITAIS 12/2014
BOMBONA PLASTICA OPACA 12 Meses
3204014 ESTERILIZANTES
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
LIMA & PERGHER INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA 3.01282-6
VOREL
LILAR EUCALIPTO 25351.697674/2008-20 3.1282.0317.006-1
DOMICILIAR 10/2013
FRASCO PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
331 Nova versão de Produto de Risco 2
MARA CRISTINA SANTOS A. DE SOUSA - ME 3.02891-6
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
AZUL 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.001-8
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
AZUL 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.002-6
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALÃO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
AZUL 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.003-4
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
LARANJA 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.004-2
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
LARANJA 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.005-0
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALÃO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
LARANJA 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.006-9
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
WHITE 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.007-7
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
WHITE 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.008-5
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALÃO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
WHITE 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.009-3
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
VERDE 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.010-7
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFÍCIES FIXAS



3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
VERDE 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.011-5
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
VERDE 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.012-3
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
VIOLETA 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.013-1
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
VIOLETA 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.014-1
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
VIOLETA 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.015-8
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
CLEAN 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.016-6
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
CLEAN 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.017-4
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM MAX - HOSPITALAR
CLEAN 25351.705548/2009-32 3.2891.0003.018-2
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
AZUL 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.001-3
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
AZUL 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.002-1
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
AZUL 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.003-1
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
LARANJA 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.004-8
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS

3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
LARANJA 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.005-6
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
LARANJA 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.006-4
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
WHITE 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.007-2
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
WHITE 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.008-0
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
WHITE 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.009-9
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
VERDE 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.010-2
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
VERDE 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.011-0
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
VERDE 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.012-9
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
VIOLETA 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.013-7
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
VIOLETA 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.014-5
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
VIOLETA 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.015-3
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
CLEAN 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.016-1
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS

3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
CLEAN 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.017-1
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
GERMKLIM - HOSPITALAR
CLEAN 25351.705560/2009-53 3.2891.0004.018-8
ASSISTENCIA A SAUDE 01/2015
BOMBONA PLASTICA 2 Ano(s)
3205029 DESINFETANTES HOSPITALARES PARA SUPERFICIES FIXAS
3886 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes Hospitalares para Superfícies Fixas
MARQUEZANI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 3.02948-4
ÁGUA SANITÁRIA CLASSIC
25351.018680/2005-81 3.2948.0002.001-1
DOMICILIAR 05/2010
FRASCO DE PLASTICO OPACO 6 Meses
3103033 AGUA SANITÁRIA
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido DESINFETANTE CLASSIC
PINHO 25351.019636/2005-99 3.2948.0001.001-6
DOMICILIAR 04/2010
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 36 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido DESINFETANTE CLASSIC
EUCALIPTO 25351.019636/2005-99 3.2948.0001.002-4
DOMICILIAR 04/2010
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 36 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido DESINFETANTE CLASSIC
FLORAL 25351.019636/2005-99 3.2948.0001.003-2
DOMICILIAR 04/2010
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 36 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido DESINFETANTE CLASSIC
JASMIM 25351.019636/2005-99 3.2948.0001.004-0
DOMICILIAR 04/2010
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 36 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido DESINFETANTE CLASSIC
LAVANDA 25351.019636/2005-99 3.2948.0001.005-9
DOMICILIAR 04/2010
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 36 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido DESINFETANTE CLASSIC
SILVESTRE 25351.019636/2005-99 3.2948.0001.006-7
DOMICILIAR 04/2010
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 36 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido CLORO CLASSIC
25351.502118/2008-84 3.2948.0003.001-7
DOMICILIAR 01/2014
FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO 6 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
335 Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 a Pedido MERCOCUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 3.02747-0
LIMPA FACIL LIMPA PEDRAS
25351.680021/2009-10 3.2747.0040.001-2
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3222033 LIMPA PISOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
MERCOTECH DESINFETANTE BIG
25351.680033/2009-83 3.2747.0041.001-8
INDUSTRIAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3205053 DESINFETANTES PARA INDUSTRIAS ALIMENTICIAS
3769 Reconsideração de Indeferimento de Registro de Produto de Risco 2
MERCOTECH DESINFETANTE BIG
25351.680033/2009-83 3.2747.0041.002-6
INDUSTRIAL 01/2015
FRASCO DE PLASTICO OPACO 24 Meses
3205053 DESINFETANTES PARA INDUSTRIAS ALIMENTICIAS
3769 Reconsideração de Indeferimento de Registro de Produto de Risco 2
MULTQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA 3.02599-9
MULT AC - 20
25351.660395/2009-96 3.2599.0126.001-1
INDUSTRIAL 01/2015
FRASCO 24 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
376 Reconsideração de Indeferimento
MULT AC - 20
25351.660395/2009-96 3.2599.0126.002-8

INDUSTRIAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA 24 Meses
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
376 Reconsideração de Indeferimento
LAUNDRY 1000
25351.660414/2009-27 3.2599.0125.001-4
ASSISTENCIA A SAUDE INSTITUCIONAL 01/2015
SACO PLASTICO 24 Meses
3103071 DETERGENTES PARA LAVAR ROUPAS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA 3.00546-2
PLURON 911 LLX
1 25351.669935/2009-38 3.0546.3091.001-1
ASSISTENCIA A SAUDE INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO PLASTICO 18 Meses
3222039 LAVA ROUPAS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
PLURON 911 LLX
1 25351.669935/2009-38 3.0546.3091.002-8
ASSISTENCIA A SAUDE INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA 18 Meses
3222039 LAVA ROUPAS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
PLURON 7756
25351.712395/2009-13 3.0546.3092.001-5
ASSISTENCIA A SAUDE INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 6 Meses
3222035 LAVA-LOUÇAS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
PLURON 7756
25351.712395/2009-13 3.0546.3092.002-3
ASSISTENCIA A SAUDE INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO PLASTICO 6 Meses
3222035 LAVA-LOUÇAS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOVAQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA 3.03827-2
DETERGENTE AC NQ NOVAQUÍMICA
25351.700355/2009-51 3.3827.0002.001-2
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DETERGENTE AC NQ NOVAQUÍMICA
25351.700355/2009-51 3.3827.0002.002-0
INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA 2 Ano(s)
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DETERGENTE AC NQ NOVAQUÍMICA
25351.700355/2009-51 3.3827.0002.003-9
INDUSTRIAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3202011 DETERGENTES DESINCRUSTANTES ACIDOS
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DETERGENTE AC10 NQ NOVAQUÍMICA
25351.700374/2009-66 3.3827.0003.001-8
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3203018 DETERGENTES PROFISSIONAIS DESINCRUSTANTES ACIDO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DETERGENTE AC10 NQ NOVAQUÍMICA
25351.700374/2009-66 3.3827.0003.002-6
INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3203018 DETERGENTES PROFISSIONAIS DESINCRUSTANTES ACIDO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DETERGENTE ACIDO NQ10 NOVAQUÍMICA
25351.700381/2009-07 3.3827.0004.001-3
INDUSTRIAL 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3203018 DETERGENTES PROFISSIONAIS DESINCRUSTANTES ACIDO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DETERGENTE ACIDO NQ10 NOVAQUÍMICA
25351.700381/2009-07 3.3827.0004.002-1
INDUSTRIAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELÃO 2 Ano(s)
3203018 DETERGENTES PROFISSIONAIS DESINCRUSTANTES ACIDO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DESINCRUSTANTE ALCALINO NQ40 NOVAQUÍMICA‏
25351.700385/2009-13 3.3827.0005.001-9
INSTITUCIONAL 01/2015
GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELÃO 24 Ano(s)
3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
DESINCRUSTANTE ALCALINO NQ40 NOVAQUÍMICA‏
25351.700385/2009-13 3.3827.0005.002-7

INDUSTRIAL INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELÃO 24 Ano(s)
3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOW QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. 3.02770-8
NQ IODO
NQ IODO 25351.682255/2009-99 3.2770.0030.001-1
INDUSTRIAL 01/2015
FRASCO + CAIXA DE PAPELÃO 12 Meses
3205053 DESINFETANTES PARA INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS
3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Indústria Alimentícia
NQ IODO
NQ IODO 25351.682255/2009-99 3.2770.0030.002-8
INDUSTRIAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELÃO 12 Meses
3205053 DESINFETANTES PARA INDUSTRIAS ALIMENTÍCIAS
3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Indústria Alimentícia
PEROL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA - ME 3.02286-7
S'TRONG - DETERGENTE ÁCIDO
25351.107105/2005-52 3.2286.0003.001-5
DOMICILIAR 05/2015
FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE 36 Meses
3103092 DETERGENTES AUTOMOTIVOS
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
S'TRONG - DETERGENTE ÁCIDO
25351.107105/2005-52 3.2286.0003.002-3
INDUSTRIAL 05/2015
BOMBONA PLASTICA 36 Meses
3103092 DETERGENTES AUTOMOTIVOS
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
PIRISA PIRETRO INDUSTRIAL LTDA 3.00262-0
MATA BARATAS PIRINSET
1 25351.704859/2009-84 3.0262.0048.001-4
DOMICILIAR 01/2015
SERINGA PLASTICA + CAIXA DE CARTOLINA 2 Ano(s)
3206017 INSETICIDAS PARA USO DOMESTICO
3881 Registro de Produto de Risco 2 - Inseticidas para Uso Doméstico
PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA 3.01999-4
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
LAVANDA 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.001-4
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
SACHET + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
LAVANDA 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.002-2
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
FLORAL 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.003-0
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
SACHET + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
SUAVE 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.005-7
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
SACHET + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
SUAVE 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.006-5
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
EUCALIPTO 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.007-3

DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
SACHET + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
EUCALIPTO 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.008-1
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
PINHO 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.009-1
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
SACHET + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
CITRUS 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.011-1
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
SACHET + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
SAUBA PROFESSIONAL CLEAN LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO CONCENTRADO
CITRUS 25351.710822/2009-51 3.1999.0005.012-1
DOMICILIAR INSTITUCIONAL 01/2015
BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetantes para Uso Geral
PRODUTOS QUÍMICOS SAO VICENTE LTDA 3.00543-1
BRUMOLINE
25351.124559/2005-98 3.0543.0064.001-9
DOMICILIAR 07/2015
SACO PLASTICO 2 Ano(s)
3207013 RATICIDAS PARA USO DOMESTICO
334 Revalidação de Registro de Produto de Risco 2
PROLIM QUÍMICA AVANÇADA LTDA 3.02780-2
DESINFETANTE E LIMPADOR PROLIM
INODORO 25351.043593/2005-62 3.2780.0013.015-5
INSTITUCIONAL 05/2015
BOMBONA PLÁSTICA + CAIXA DE PAPELÃO 24 Meses
3205061 DESINFETANTES PARA USO GERAL
331 Nova versão de Produto de Risco 2
DESINFETANTE E LIMPADOR PROLIM
FRESH 25351.043593/2005-62 3.2780.0013.016-3

RESOLUÇÃO-RE Nº 144, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 29 de maio de 2007 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do Art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 453 da ANVISA, de 09 de abril de 2009,

considerando a necessidade de adequação da "Relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira", resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de arroz, milho e soja, com Limite Máximo de Resíduos (LMR) de 0,05 mg/kg e trigo com Limite Máximo de Resíduos (LMR) de 1,0 mg/kg. Intervalo de Segurança (IS) '(1) não determinado devido a modalidade de emprego' para o tratamento de sementes, na monografia do Ingrediente Ativo A29 - ACETAMIPRIDO, na relação de monografias dos ingredientes ativos de agrotóxicos, domissanitários e preservantes de madeira, publicada por meio da Resolução - RE Nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 02 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia, por meio do Anexo II do Art. 2º da mencionada Resolução, no endereço eletrônico: <http://www.anvisa.gov.br/toxicologia/index.htm>.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA



SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA Nº 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a importância do papel que desempenham os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para a melhoria da qualidade da atenção à saúde, para a prescrição segura e eficaz, para a atualização e democratização do conhecimento, para a melhoria da qualidade da informação prestada aos doentes e para a melhoria dos processos gerenciais dos programas assistenciais;

Considerando a necessidade de se estabelecer critérios de diagnóstico e tratamento de enfermidades e, observando ética e tecnicamente a prescrição médica, promover o uso racional dos medicamentos para o tratamento de doenças por meio de regulamentação de indicações e esquemas terapêuticos;

Considerando que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade, precisão de indicação e posologia;

Considerando a necessidade de estabelecer mecanismos de acompanhamento de uso e de avaliação de resultados, garantindo assim a prescrição segura e eficaz;

Considerando a necessidade de se promover ampla discussão desses Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, possibilitando a participação efetiva, na sua formulação, da comunidade técnico-científica, associações médicas, profissionais da saúde, associações de pacientes, usuários e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e da população em geral;

Considerando a necessidade de atualizar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Doença de Parkinson, estabelecido pela Portaria SAS/MS nº 1.016, de 23 de dezembro de 2002; e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 375, de 10 de novembro de 2009, que aprova o roteiro a ser utilizado na elaboração de PCDT, no âmbito da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS, resolve:

Art. 1º - Submeter à Consulta Pública o PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS - DOENÇA DE PARKINSON, constante do Anexo deste Ato e o Termo de Esclarecimento e Responsabilidade dele integrante.

Parágrafo único. O Protocolo Clínico e o Termo de Esclarecimento e Responsabilidade, de que trata este Artigo, encontram-se disponíveis, também, no sítio: www.saude.gov.br/sas - legislação.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas sugestões, devidamente fundamentadas, relativas ao Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de que trata o Artigo 1º desta Consulta Pública.

§ 1º - As sugestões devem ser encaminhadas, exclusivamente, para o seguinte endereço eletrônico: pcdt.consulta2010@saude.gov.br, especificando o número da Consulta Pública e o nome do Protocolo no título da mensagem; e

§ 2º - As sugestões enviadas deverão, obrigatoriamente, estar fundamentadas em:

I. Estudos Clínicos de fase III - realizados no Brasil ou exterior; e

II. Meta-análises de Ensaios Clínicos.

Art. 3º - Determinar que o Departamento de Atenção Especializada - DAE/SAS/MS coordene a avaliação das proposições apresentadas, elaborando a versão final consolidada do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas ora submetido à Consulta Pública, para que, findo o prazo estabelecido no Artigo 2º deste Ato, seja aprovado e publicado, passando a vigorar em todo o território nacional.

Parágrafo único. O novo Protocolo passará a vigorar em todo o território nacional após a devida aprovação e publicação por meio de Portaria específica.

Art. 4º - Esta Consulta Pública entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME
SECRETÁRIO

ANEXO
PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS

DOENÇA DE PARKINSON

1. METODOLOGIA DE BUSCA DA LITERATURA

Para a análise de eficácia dos tratamentos específicos para Doença de Parkinson foram realizadas as buscas nas bases descritas abaixo. Foram avaliados todos os estudos disponíveis nas bases descritas e selecionadas para avaliação: metanálises e ensaios clínicos randomizados, controlados e duplo-cegos, publicados até a data limite de 31/07/2009.

Na base Medline/Pubmed and Ovid Medline:

"treatment" AND "Parkinson's disease" ; "drug therapy" and "Parkinson's disease"

Na base Cochrane:

"levodopa"; "dopamine agonist"; "pramipexol"; "bromocriptine"; "cabergolina"; "catechol-O-methyltransferase inhibitors"; "amantadine"; "selegiline"; "anticholinergics"

2. INTRODUÇÃO

A doença de Parkinson (DP), descrita por James Parkinson em 1817, é uma das doenças neurológicas mais comuns e intrigantes dos dias de hoje. É uma doença de distribuição universal e atinge todos os grupos étnicos e classes sócio-econômicas. Estima-se uma prevalência de 100 a 200 casos por 100.000 habitantes. Sua incidência e prevalência aumentam com a idade. [1]

Do ponto de vista patológico, a DP é uma doença degenerativa cujas alterações motoras decorrem principalmente da morte de neurônios dopaminérgicos da substância nigra que apresentam inclusões intracitoplasmáticas conhecidas como corpúsculos de Lewy.

As principais manifestações motoras da DP incluem tremor de repouso, bradicinesia, rigidez, roda dentada e anormalidades posturais.[2] No entanto, as alterações não são restritas a substância nigra e podem estar presentes em outros núcleos do tronco cerebral (por exemplo, núcleo motor dorsal do vago), córtex cerebral e mesmo neurônios periféricos, como do plexo mioentérico.[3] A presença de processo degenerativo além do sistema nigroestriatal, pode explicar uma série de sintomas e sinais não motores presentes na DP, tais como alterações do olfato, distúrbios do sono, hipotensão postural, constipação, mudanças emocionais, depressão, ansiedade, sintomas psicóticos, prejuízos cognitivos, demência, etc.[4]

Como é uma doença progressiva, que usualmente acarreta incapacidade grave após 10 a 15 anos, o impacto social e financeiro é elevado, particularmente na população mais idosa. É estimado que o custo anual mundial com medicamentos antiparkinsonianos esteja em torno de 11 bilhões de dólares, sendo cerca de 3 a 4 vezes mais caro para os pacientes na fase avançada da doença.[5-6]

Foi somente na década de 60, após a identificação das alterações patológicas e bioquímicas no cérebro de pacientes com DP, que surgiu o primeiro tratamento com sucesso, abrindo caminho para o desenvolvimento de novas terapias efetivas. A introdução da levodopa representou o maior avanço terapêutico na DP, produzindo benefícios clínicos para praticamente todos os pacientes e reduzindo a mortalidade por esta doença. No entanto, logo após a introdução da mesma, se tornou evidente que o tratamento por longo prazo era complicado pelo desenvolvimento de efeitos adversos que incluem flutuações motoras, discinesias e complicações neuropsiquiátricas [7-8]. Além disso, com a progressão da doença, os pacientes passam a apresentar manifestações que não respondem adequadamente à terapia com levodopa, tais como episódios de congelamento, instabilidade postural, disfunções autonômicas e demência.

As manifestações motoras da DP podem ser explicadas de uma maneira simplificada pelo modelo no qual o estriado possui um papel chave dentro das vias motoras cerebrais. O processo de degeneração de neurônios dopaminérgicos nigroestriatais leva a uma redução da modulação da dopamina estriatal e consequentemente, a alterações motoras. Esse modelo prediz que, aumentando-se a estimulação dopaminérgica ou reduzindo-se a estimulação colinérgica ou glutamatérgica, os sintomas melhoram. Deste modo, existem atualmente vários modos de intervenção farmacológica sintomática[4, 7-9]:

- Levodopa standard ou com formulações de liberação controlada, associados com inibidor da levodopa decarboxilase;
- Agonistas dopaminérgicos;
- Inibidores da monoamino oxidase B (MAO-B);
- Inibidores da catecol-O-metiltransferase (COMT);
- Anticolinérgicos;
- Antiglutamatérgicos.

O objetivo inicial do tratamento da DP deveria ser reduzir a progressão dos sintomas. Uma vez que o tratamento sintomático seja requerido, os medicamentos devem produzir melhora funcional com um mínimo de efeitos adversos e sem induzirem o aparecimento de complicações futuras. Este protocolo não pretende propor uma maneira única de tratamento dos pacientes com a DP, mas, sim, servir de diretriz apontando para vantagens e desvantagens de diferentes opções terapêuticas disponíveis especialmente quanto à eficácia e segurança.

3. CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE - CID 10

G 20 Doença de Parkinson

4. DIAGNÓSTICO

A evolução da doença, a gravidade e a progressão dos sintomas variam enormemente de um paciente para outro.[4] Não existe até o momento nenhum teste diagnóstico para esta doença. Embora neurologistas geralmente concordem que o diagnóstico da DP requer a identificação de alguma combinação dos sinais motores cardinais (tremor de repouso, bradicinesia, rigidez roda dentada, anormalidades posturais), uma classificação clínica padrão ainda não foi obtida.

Estudos têm demonstrado as dificuldades em diferenciar, clinicamente, DP de outras síndromes parkinsonianas. Avaliando-se na necropsia 100 cérebros de pacientes diagnosticados clinicamente por neurologistas britânicos como sendo portadores de DP, observou-se confirmação anatomopatológica em somente 75% dos casos.[10] No entanto, quando revisado os diagnósticos patológicos e clínicos de 143 casos vistos por neurologistas especializados em distúrbios de movimento do National Hospital for Neurology and Neurosurgery de Londres, o valor preditivo positivo do diagnóstico clínico de DP aumentou para 98,6%.[11] Atualmente os critérios do Banco de cérebros da sociedade de Parkinson do Reino Unido são os mais utilizados para o diagnóstico, conforme critérios abaixo [12].

Baseado nestes, o paciente terá diagnóstico da DP se tiver lentidão dos movimentos (bradicinesia), um dos critérios do item I e pelo menos três critérios do item III.

Critérios para o diagnóstico clínico da DP segundo o Banco de cérebros da sociedade de Parkinson do Reino Unido[12]:

I. Critérios necessários para diagnóstico de doença de Parkinson:

Bradicinesia e pelo menos um dos seguintes sintomas:

- a. Rigidez muscular
- b. Tremor de repouso 4-6 Hz: avaliado clinicamente
- c. Instabilidade postural não causada por distúrbios visuais, vestibulares, cerebelares ou proprioceptivos.

II. Critérios negativos (excluentes) para doença de Parkinson:

- a. História de AVC de repetição
- b. História de trauma craniano grave
- c. História definida de encefalite
- d. Crises oculogíricas

- e. Tratamento prévio com neurolépticos
- f. Remissão espontânea dos sintomas
- g. Quadro clínico estritamente unilateral após três anos
- h. Paralisia supranuclear do olhar
- i. Sinais cerebelares
- j. Sinais autonômicos precoces
- k. Demência precoce
- l. Liberação piramidal com sinal de Babinski
- m. Presença de tumor cerebral ou hidrocefalia comunicante
- n. Resposta negativa a altas doses de L-dopa
- o. Exposição a metilfeniltetrapiridinium.

III. Critérios de suporte positivo para o diagnóstico de doença de Parkinson

(três ou mais são necessários para o diagnóstico):

- a. Início unilateral
- b. Presença do tremor de repouso
- c. Doença progressiva
- d. Persistência da assimetria dos sintomas
- e. Boa resposta a L-dopa
- f. Presença de discinesias induzida pela L-dopa
- g. Resposta a L-dopa por 05 anos ou mais
- h. Evolução clínica de 10 anos ou mais

5. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Deverão ser incluídos os pacientes de acordo com os critérios para o diagnóstico clínico da DP segundo o Banco de cérebros da sociedade de Parkinson do Reino Unido[12].

6. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Deverão ser excluídos os pacientes de acordo com os critérios para o diagnóstico clínico da DP segundo o Banco de cérebros da sociedade de Parkinson do Reino Unido[12] e aqueles com contra-indicação ou intolerância a medicamento especificado neste Protocolo.

7. CASOS ESPECIAIS

Pacientes com Parkinson-plus (formas de parkinsonismo atípico com outros acometimentos associados, tais como a paralisia supranuclear progressiva e a atrofia de múltiplos sistemas) poderão receber levodopa/carbidopa ou levodopa/benserazida quando responsivos a tais medicamentos. O tratamento será mantido somente durante a fase em que resposta clínica for observada.

8. TRATAMENTO

A natureza progressiva da DP e suas manifestações clínicas (motoras e não motoras), associadas aos efeitos colaterais precoces e tardios da intervenção terapêutica, tornam o tratamento da DP bastante complexo.

É estimada que a taxa de morte dos neurônios dopaminérgicos da substância nigra situa-se ao redor de 10% ao ano.[13] Consequentemente, com o tempo, a sintomatologia parkinsoniana piora e a necessidade de medicamentos sintomáticos aumenta. O grau de resposta aos medicamentos vai decrescendo com a progressão da doença e novos sintomas vão surgindo. Um objetivo desejado seria reduzir ou interromper esta progressão.

Prevenção primária, antes que a DP tenha surgido, não é possível devido à ausência de marcadores biológicos ou fatores de risco identificáveis, a parte do envelhecimento ou transmissão genética em raras famílias. Prevenção secundária, uma vez a DP tenha sido diagnosticada, busca reduzir a progressão, parar ou mesmo reverter à morte neuronal.

Em resumo, o tratamento da DP deve visar à redução da progressão da doença (neuroproteção) e o controle dos sintomas (tratamento sintomático). Os critérios de inclusão para estas circunstâncias e a orientação de qual o medicamento antiparkinsoniano a ser utilizado são discutidos a seguir.

- PREVENÇÃO DA PROGRESSÃO DA DOENÇA

Com base em várias vias bioquímicas que poderiam ter participação na morte neuronal, vários fármacos são potenciais candidatos ao papel de neuroprotetor. No entanto, ensaios clínicos controlados e randomizados para mostrar neuroproteção na DP são controversos.[9] Não existem maneiras de medir diretamente a perda neuronal in vivo, e não se tem claro como a sintomatologia se correlaciona com a morte neuronal. Além disso, é difícil separar clinicamente efeito sintomático de efeito protetor. Um desfecho clínico comumente utilizado, por exemplo, é o momento em que o paciente virgem de tratamento apresenta piora funcional e necessita da introdução de levodopa.

Selegilina e vitamina E foram estudadas com este desfecho e observou-se que a selegilina retardava a necessidade de levodopa quando comparada com o placebo, resultado inicialmente interpretado como neuroproteção.[14] Entretanto, foi subsequentemente observado que quando o tratamento com selegilina era interrompido esta diferença desaparecia, indicando que o fármaco tinha um efeito leve e não sustentado, que era, porém, grande o suficiente para retardar o início da levodopa.[15] Porém, nos estudos randomizados controlados, realizados para testar a neuroproteção na DP com medicamentos tais como vitamina E, selegilina, ou bromocriptina, observou-se que nenhum deles produziu evidências definitivas para neuroproteção.[16-17]

Mais recentemente inibidores da MAO-B têm sido estudados com este objetivo tendo sido melhor do que placebo na fase inicial da doença.[18] Sua introdução na fase mais tardia melhorou o desempenho motor, o que poderia sugerir um efeito neuroprotetor.[19] Entretanto, comparados com o entacapona não houve diferença significativa quanto à melhora dos sintomas.[20]

Em resumo, neuroproteção na DP é uma meta ainda não atingida até o momento e nenhum medicamento pode ter recomendação na prática clínica com este propósito.

TRATAMENTO SINTOMÁTICO

É recomendável instituir o tratamento sintomático no momento do diagnóstico e para pacientes com incapacidade funcional causada pelos sintomas parkinsonianos. A definição de incapacidade funcional deve ser considerada com bases individuais, pois existirão distintas implicações funcionais para diferentes indivíduos.

A escolha do medicamento mais adequado deverá levar em consideração fatores tais como o estágio da doença, a sintomatologia presente, a ocorrência de efeitos colaterais, a idade do paciente, os medicamentos em uso e o custo dos mesmos.

A) Para pacientes com doença de Parkinson sem tratamento prévio

Sintomas leves sem prejuízo funcional

A decisão de utilizar ou não algum medicamento nesta situação depende mais do próprio paciente. Não há evidências clínicas de efeito neuroprotetor com a selegilina. O tratamento inicial com este fármaco visa obter benefícios sintomáticos em pacientes com sintomas leves (sem prejuízo para atividades de vida diária). [14-16] Da mesma forma, a amantadina tem efeito sintomático modesto e é bem tolerada, podendo ser utilizada nesta situação.

Os anticolinérgicos são utilizados como terapia inicial, especialmente nos casos em que o tremor é a manifestação predominante em pacientes mais jovens e sem disfunção cognitiva, pois possuem vários efeitos colaterais especialmente nos indivíduos mais velhos.(21)

Tendo em vista a maior ocorrência de efeitos adversos com estes medicamentos, a levodopa é considerada como fármaco inicial especialmente nos indivíduos idosos e/ou com algum grau de comprometimento cognitivo nos quais deve-se tentar evitar os anticolinérgicos.

Sintomas com prejuízo funcional

Uma vez que os sintomas produzam graus de incapacidade e o tratamento dopaminérgico seja necessário, tanto levodopa ou agonistas dopaminérgicos podem ser utilizados.(21-22) Levodopa é o medicamento mais efetivo no controle dos sintomas da DP, especialmente rigidez e bradicinesia. Sua consistência de efeito nos mais de 30 anos de experiência valida sua utilização clínica. Levodopa mostrou ser mais eficaz, em estudos controlados randomizados, no controle dos sintomas motores que os agonistas dopaminérgicos.(17,23) Tem sido sugerido que levodopa poderia ser tóxica para neurônios da substância nigra e, portanto, aumentar a progressão da doença(24), porém, não existem evidências convincentes de estudos em animais ou em humanos para apoiar esta hipótese(25). Pelo contrário o estudo ELLDOPA(26) (Earlier versus Later Levodopa Therapy in Parkinson's Disease) demonstra a segurança da levodopa e desfaz as hipóteses de neurotoxicidade pela mesma. Este estudo foi composto por quatro braços (um com placebo e três com doses diferentes de levodopa - 150, 300 e 600mg). Depois de 40 semanas de tratamento e uma interrupção de duas semanas, mostrou-se uma diferença na avaliação motora favorável a qualquer das três doses de levodopa em relação ao placebo. A partir dos resultados observados, concluiu-se que se é para garantir um bom controle funcional do indivíduo não se deve retardar o início da levodopa. No entanto, o maior problema com o uso de levodopa é o aparecimento das flutuações motoras e discinesias associadas com o tratamento prolongado. A ocorrência das discinesias está associada principalmente com doses altas de levodopa, por isto, o ideal seria utilizar doses mais baixas.

Flutuações motoras se referem a respostas motoras flutuantes à administração da levodopa, com encurtamento da duração de seu efeito (fenômeno do wearing off) e interrupção súbita de sua ação, levando a uma situação "resposta-falta de resposta" (fenômeno on-off) ao medicamento. Pacientes mais jovens são particularmente mais vulneráveis ao aparecimento destes sintomas.(22) As complicações motoras podem atingir cerca de 80% dos pacientes jovens e 44% dos mais velhos após 5 anos de tratamento.(27)

Prevenção das flutuações motoras de discinesias

Um dos benefícios teóricos dos agonistas dopaminérgicos sobre a dopamina é uma meia-vida longa, resultado em menor estimulação pulsátil dos receptores de dopamina, o que poderia reduzir o risco do desenvolvimento de discinesias e flutuações motoras. De fato, pacientes tratados com levodopa apresentam maior número de flutuações motoras e discinesias do que os tratados com pramipexol e cabergolina. (28-29), No entanto, estas diferenças entre esses agonistas e levodopa parecem desaparecer ao longo prazo, pois estudos com mais de uma década de seguimento sugerem que os pacientes acabam tendo mesma frequência de complicações motoras independente do tratamento que receberam nos primeiros anos de doenças. (30-31) Com base nestes dados, tem sido recomendado que indivíduos mais jovens se inicie o tratamento sintomático com os agonistas da dopamina, pois estes apresentam um maior risco das complicações motoras com levodopa. (21-22,32) Porém, se os sintomas motores não forem adequadamente controlados com doses adequadas de agonistas dopaminérgicos, a levodopa deve ser logo adicionada aos mesmos.

Vários agonistas dopaminérgicos foram estudados no tratamento da DP (33/37,41). Pramipexol mostrou-se superior ao placebo em estudos de nível I.

Há circunstâncias nas quais é preferível iniciar-se o tratamento sintomático com levodopa ao invés dos agonistas dopaminérgicos(21-22):

- Idade é um fator que deve ser considerado quando o tratamento com antiparkinsonianos for iniciado. Se por um lado pacientes mais jovens apresentam risco elevado de flutuações induzidas pela levodopa, pacientes acima de 70 anos possuem poucas chances de desenvolver complicações motoras pela levodopa;

- A presença de comorbidades pode também determinar a escolha do medicamento a ser adotado inicialmente. O tratamento com agonistas dopaminérgicos está associado com maior número de efeitos adversos, incluindo alucinações, sonolência e hipotensão postural;

- A presença de prejuízo cognitivo torna a levodopa o medicamento de escolha.

O emprego de levodopa de liberação controlada, visando a obtenção de uma estimulação de receptores da dopamina de forma mais continuada, não reduz a taxa de complicações motoras futuras após cinco anos em relação ao tratamento com levodopa de apresentação padrão.(34-35)

B) Tratamento de pacientes com doença de Parkinson já em uso de levodopa

No tratamento de pacientes em fase avançada da doença, os quais já se encontram em tratamento com levodopa, vários medicamentos mostraram-se eficazes em estudos randomizados controlados com placebo. Estes incluem bromocriptina(36), cabergolina(37), pramipexol (36,38), o entacapona e tolcapona.(39-41) Devido ao risco de hepatotoxicidade, monitorização da função hepática é obrigatória nos usuários de tolcapona. O tratamento com este inibidor da COMT somente deve ser uma opção terapêutica caso não haja controle com outros medicamentos.(9)

Apesar dos agonistas dopaminérgicos apresentarem diferenças farmacocinéticas e diferentes sítios de ligação, os agonistas oralmente ativos são muito similares.(9)

Tratamento das complicações motoras

Alguns anos após o tratamento com levodopa, as complicações motoras tornam-se frequentes e acarretam piores funcionais aos pacientes. Elas compreendem as flutuações motoras, conhecidas como fenômenos de wearing-off e on-off, e as discinesias ou movimentos involuntários.

Vários estudos mostraram que os agonistas dopaminérgicos são capazes de reduzir as flutuações motoras. Estudo randomizado controlado com placebo sugere que o pramipexol (36) é eficaz em reduzir o tempo do dia em que o paciente permanece no período off. Outros agonistas (bromocriptina e cabergolina) são considerados de baixa eficácia.(9) Os inibidores da COMT, tolcapona e entacapona, são outra categoria de medicamentos eficazes na redução das flutuações motoras.(42-43)

Para controle das discinesias induzidas pela levodopa o objetivo é reduzir a mesma sem piora do quadro motor. Para isso, a alternativa é associar-se um agonista dopaminérgico e reduzir-se a dose de levodopa. A amantadina é outra opção por ser um medicamento comprovadamente eficaz em controlar discinesias.(44-45)

Na tabela abaixo são apresentados o resumo dos medicamentos utilizados na doença de Parkinson e seus respectivos efeitos esperados.

Medicamento	Controle sintomático do parkinsonismo	Prevenção das complicações motoras	Controle das complicações motoras
Levodopa/ carbidopa Levodopa/ benserazida	Levodopa com eficácia claramente estabelecida no controle sintomático da DP(26)	Sem evidência	A levodopa padrão é igualmente eficaz à levodopa de liberação lenta na melhora dos sintomas motores. (34,46)
Bromocriptina	Em monoterapia na fase inicial da doença é considerada possivelmente eficaz no controle sintomático da DP, porém é menos eficaz que a levodopa.(17,48) Não existem evidências suficientes para comparar sua eficácia em relação aos outros agonistas dopaminérgicos. Não há evidência também para o uso combinado com levodopa em pacientes com DP estáveis iniciais sem flutuações motoras(47).	Possivelmente eficaz na redução dos riscos de ocorrência de complicações motoras precoces(47)	Possivelmente eficaz no controle das flutuações motoras nos pacientes com DP em levodopoterapia.(47)
Pramipexol	Eficaz quando usada em pacientes com DP avançada em levodopoterapia com flutuações motoras(9). Em monoterapia nos pacientes sem tratamento prévio é eficaz no controle dos sintomas motores nos primeiros dois anos da doença(23,49) Nos pacientes com doença avançada em uso de levodopa, mostrou-se eficaz no controle das complicações motoras on-off e reduzindo a dose diária de levodopa necessária.(38,50) Não deve ser utilizado como primeira escolha em indivíduos idosos ou com prejuízo funcional grave ou com prejuízo cognitivo: a levodopa deve ser o medicamento de primeira linha. Pode ser utilizado como monoterapia em pacientes jovens que possuem risco maior do aparecimento de discinesias ou como medicamento associado a levodopa em pacientes com flutuações motoras, especialmente se associadas com discinesias.	Possivelmente eficaz na redução dos riscos de ocorrência de complicações motoras precoces (23)	Eficaz no manejo das complicações motoras nos pacientes com DP avançada. Diminui o período off em 1 a 2 h/dia.(38,50) Pacientes com insuficiência renal optar por agonistas com metabolismo hepático.
Selegilina	Eficaz no controle sintomático da doença quando usada em monoterapia.(14) Quando associada a levodopa não há dados suficientes para demonstrar sua eficácia.	Sem evidência	Não há evidência suficiente de que previna ou controle as complicações motoras da DP(47)
Amantadina	Possivelmente eficaz no controle sintomático da doença tanto em monoterapia quanto associada a anticolinérgicos ou levodopa. Os estudos, entretanto, apresentam qualidade metodológica moderada e não avaliam a dimensão dos efeitos nem a duração dos benefícios.(47)	Sem evidência	Eficaz na redução das discinesias a curto prazo, sendo os dados inadequados para avaliação desse benefício a longo prazo. (44-45) Em relação à diminuição das flutuações motoras, não há evidências suficientes para seu uso.
Entacapona/Tolcapona	Eficazes no controle sintomático da doença quando usados em associação com levodopa nos pacientes sem ou com mínimas complicações motoras.(47)	Sem evidência	Quando administradas concomitantemente com levodopa, são eficazes no manejo das flutuações motoras. Aumentam o período on e diminui o tempo off.(46)

9.1. FÁRMACOS

Levodopa/carbidopa:comprimidos de 200/50mg e 250/25mgLevodopa/benserazida: comprimidos ou cápsulas 100/25mg e comprimidos de 200/50mg

Bromocriptina: comprimidos ou cápsulas de liberação retardada de 2,5 e 5mg

Pramipexol: comprimidos de 0,125; 0,25 e 1mg

Amantadina: comprimidos de 100mg

Biperideno: comprimidos de 2mg e comprimidos de liberação controlada de 4mg

Triexifenidil: comprimidos de 5mg

Selegilina: comprimidos de 5 e 10mg

Tolcapona: comprimidos de 100mg

Entacapona: comprimidos de 200mg

9.2. ESQUEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

Levodopa: a dose recomendada inicial de levodopa é de 250/25mg/dia (levodopa/carbidopa) ou 200/50mg/dia (levodopa/benserazida) divididas em pelo menos duas administrações. As doses vão

sendo ajustadas subsequentemente de acordo com a resposta clínica. A dose média eficaz para a maioria dos pacientes é de 600-750mg/dia de levodopa.

Bromocriptina: a dose recomendada é de 7,5 a 70mg/dia e deve ser aumentada conforme resposta clínica e tolerabilidade.[47]

Pramipexol: a dose recomendada é 2-4,5mg/dia divididos em três administrações diárias. Recomenda-se o aumento gradual da dose. Iniciar com 0,125mg 3 vezes ao dia e aumentar a cada 5-7 dias sucessivamente para 0,75mg/dia; 1,5mg/ dia; 2,25 mg/dia; 3mg/dia; 3,75mg/dia; 4,5mg/dia.

Amantadina: iniciar com 100mg/2x/dia; aumentar, se necessário, até 400mg/dia. Não descontinuar abruptamente, retirar gradualmente em 1-2 semanas.

Biperideno e triexifenidila: triexifenidila iniciar com doses de 0,5 a 1mg/dia podendo ser aumentada até 15mg/dia. A dose terapêutica do biperideno situa-se entre 2 e 8mg/dia. O tratamento com anticolinérgico não deve ser interrompido abruptamente devido ao risco de efeito rebote e piora do parkinsonismo.

Selegilina: a dose recomendada é de 5 a 10mg/dia.

Tolcapona e entacapona: a dose de tolcapona recomendada é de 100mg 3 vezes ao dia, sendo a dose máxima recomendada de 600mg. A dose de entacapona recomendada é de 200mg, 4 a 10 vezes ao dia.

Combinação de Fármacos:

Na doença de Parkinson frequentemente é necessário a utilização de combinação de fármacos de diferentes classes para o melhor controle dos sintomas. As combinações mais frequentemente utilizadas são as seguintes: [8, 51-52]

- associação de anticolinérgicos: presença de tremor refratário a levodopa e/ou agonistas dopaminérgicos em indivíduos sem contra-indicações para o uso dos mesmos.

- associação de agonistas dopaminérgicos à levodopa: no momento que começam a ocorrer as flutuações motoras, a associação de uma agonista dopaminérgico (medicamentos com meia vida superior a levodopa) podem auxiliar no controle das flutuações.



- associação de inibidores da COMT à levodopa: os inibidores da COMT sempre devem ser utilizados associados a levodopa. Os mesmo não possuem efeito antiparkinsoniano se utilizados sem levodopa.

- associação de agonistas dopaminérgicos à levodopa com inibidores da COMT: pacientes com flutuações motoras graves não controladas com nenhum dos regimes acima.

- associação de amantadina a levodopa: a amantadina, além da possibilidade de seu uso em monoterapia na fase inicial da doença, é utilizada em pacientes com flutuações motoras e discinesias pelo seu efeito de melhora das discinesias.

- associação de inibidores da MAO (selegilina) à levodopa: também utilizado para aumentar a biodisponibilidade da levodopa na presença de flutuações motoras.

9.3 TEMPO DE TRATAMENTO - CRITÉRIOS DE INTERRUPÇÃO

Doença de Parkinson é uma doença de caráter progressivo e irreversível e, portanto, necessitando tratamento continuado. A medida que a doença avança aumenta o risco de aparecimento de demência e psicose associada ao tratamento. Nessa situação deve-se manter as menores doses possíveis de levodopa capazes de controlar sintomas motores. Medicamentos como anticolinérgicos, inibidores da MAO, amantadina, agonistas dopaminérgicos e inibidores da COMT devem ser retirados nesta sequência na tentativa de melhorar o estado mental.

10. BENEFÍCIOS ESPERADOS

- Melhora dos sintomas motores e da qualidade de vida.

11. MONITORIZAÇÃO

A monitorização dos efeitos adversos deve ser feita com questionamento clínico. Em caso de aparecimentos de efeitos adversos significativos que comprometam a qualidade de vida do paciente deve ser feito ajuste de dose, interrupção do tratamento ou troca de medicamento.

Os efeitos colaterais mais comuns para levodopa em curto prazo são náuseas, vômitos, anorexia, sonolência, hipotensão postural, insônia, agitação. Em longo prazo ocorrem as flutuações motoras e discinesias.

Para bromocriptina mais comumente (>1%) pode ocorrer cefaléia, tontura, náusea, vômitos, hipotensão ortostática, fadiga, anorexia, constipação, congestão nasal. Menos comum (<1%) é arritmias, alopecia, insônia, paranóia, depressão, convulsões, sonolência diurna incontrolável, psicoses e alucinações. Agonistas dopaminérgicos ergolínicos também podem associar-se a fibrose válvulas cardíacas, pleuropulmonar e peritoneal. É necessária monitorização para estes efeitos adversos, especialmente o cardíaco com ecocardiograma pelo menos anual.

Para o pramipexol, os efeitos colaterais gerais são náuseas, vômitos, anorexia, hipotensão postural, edema, tontura, alucinações, delírios, sonolência excessiva diurna, e transtornos do impulso (jogo patológico, hipersexualidade e outras formas de compulsões). Na presença de alucinações, sonolência excessiva diurna e transtornos do impulso recomendam-se reduzir as doses ou até retirar o medicamento em casos mais sérios.

Para amantadina, os efeitos colaterais mais frequentes são alucinações visuais, confusão mental, insônia, alterações do sono como pesadelos, lívido reticular e edema dos membros inferiores. Deve-se ter cuidado na administração da amantadina em pacientes que apresentam função renal alterada, pois 90% da sua excreção é pela urina.

Para biperideno e triexifenidila os efeitos colaterais podem ser divididos em periféricos como segura da boca, turvação visual e retenção urinária. Os efeitos colaterais centrais são a alteração de memória, confusão mental e alucinações. Portanto o uso em pacientes idosos deve ser evitado.

Para selegilina os efeitos adversos (>1%) incluem fraqueza, náuseas, dor abdominal, boca seca, hipotensão ortostática e insônia. Menos comumente (<1%) pode ocorrer hipertensão, palpitação, arritmias, angina, edema periférico, síncope, alucinações, tontura, confusão, cefaléia, ansiedade, depressão, rash, fotossensibilidade, constipação, perda de peso, anorexia, diarreia, noctúria, hiperplasia prostática, retenção urinária, disfunção sexual, tremor, coréia, discinesias, visão borrada.

12. REGULAÇÃO/CONTROLE/AVALIAÇÃO PELO GESTOR

Os pacientes devem ser diagnosticados em serviços especializados em neurologia e geriatria. Há de se observar os critérios de inclusão e exclusão de doentes neste Protocolo, a duração e a monitorização do tratamento, bem como para a verificação periódica das doses de medicamento(s) prescritas e dispensadas e da adequação de uso.

13. TERMO DE ESCLARECIMENTO E RESPONSABILIDADE

É obrigatória a cientificação do paciente ou de seu responsável legal dos potenciais riscos, benefícios e efeitos colaterais ao uso dos medicamentos preconizados neste protocolo. O TER é obrigatório ao se prescrever medicamento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.Tanner, C., J. Hubble, and P. Chan, Epidemiology and genetics of Parkinson's disease, in Movement Disorders: Neurologic principles and Practice, K.W. Watts RL, Editor. 1996, McGraw-Hill: New York p. 137-152.

2.Paulson, H. and M. Stern, Clinical manifestations of Parkinson's disease, in Movement Disorders: Neurologic principles and Practice, K.W. Watts RL, Editor. 1996, McGraw-Hill: New York p. 183-200.

3.Braak, H., et al., Staging of brain pathology related to sporadic Parkinson's disease. *Neurobiol Aging*, 2003. 24(2): p. 197-211.

4.Lees, A.J., J. Hardy, and T. Revesz, Parkinson's disease. *Lancet*, 2009. 373(9680): p. 2055-66.

5.Dodel, R.C., et al., Costs of drug treatment in Parkinson's disease. *Mov Disord*, 1998. 13(2): p. 249-54.

6.Siderowf, A.D., R.G. Holloway, and M.B. Stern, Cost-effectiveness analysis in Parkinson's disease: determining the value of interventions. *Mov Disord*, 2000. 15(3): p. 439-45.

7.Lang, A.E., When and how should treatment be started in Parkinson disease? *Neurology*, 2009. 72(7 Suppl): p. S39-43.

8.Olanow, C.W., M.B. Stern, and K. Sethi, The scientific and clinical basis for the treatment of Parkinson disease (2009). *Neurology*, 2009. 72(21 Suppl 4): p. S1-136.

9.Rascol, O., et al., Treatment interventions for Parkinson's disease: an evidence based assessment. *Lancet*, 2002. 359(9317): p. 1589-98.

10.Hughes, A.J., et al., What features improve the accuracy of clinical diagnosis in Parkinson's disease: a clinicopathologic study. *Neurology*, 1992. 42(6): p. 1142-6.

11.Hughes, A.J., et al., The accuracy of diagnosis of parkinsonian syndromes in a specialist movement disorder service. *Brain*, 2002. 125(Pt 4): p. 861-70.

12.Hughes, A.J., et al., Accuracy of clinical diagnosis of idiopathic Parkinson's disease: a clinico-pathological study of 100 cases. *J Neurol Neurosurg Psychiatry*, 1992. 55(3): p. 181-4.

13.Morris, P.K., et al., Measuring the rate of progression and estimating the preclinical period of Parkinson's disease with [18F]dopa PET. *J Neurol Neurosurg Psychiatry*, 1998. 64(3): p. 314-9.

14.The Parkinson Study Group, Effect of deprenyl on the progression of disability in early Parkinson's disease. *N Engl J Med*, 1989. 321(20): p. 1364-71.

15.The Parkinson Study Group, Effects of tocopherol and deprenyl on the progression of disability in early Parkinson's disease. *The Parkinson Study Group. N Engl J Med*, 1993. 328(3): p. 176-83.

16.Olanow, C.W., et al., The effect of deprenyl and levodopa on the progression of Parkinson's disease. *Ann Neurol*, 1995. 38(5): p. 771-7.

17.Parkinson's Disease Research Group in the United Kingdom, Comparisons of therapeutic effects of levodopa, levodopa and selegiline, and bromocriptine in patients with early, mild Parkinson's disease: three year interim report. *Parkinson's Disease Research Group in the United Kingdom. BMJ*, 1993. 307(6902): p. 469-72.

18.The Parkinson Study Group, A controlled trial of rasagiline in early Parkinson disease: the TEMPO Study. *Arch Neurol*, 2002. 59(12): p. 1937-43.

19.Olanow, C.W., et al., A double-blind, delayed-start trial of rasagiline in Parkinson's disease. *N Engl J Med*, 2009. 361(13): p. 1268-78.

20.Rascol, O., et al., Rasagiline as an adjunct to levodopa in patients with Parkinson's disease and motor fluctuations (LARGO, Lasting effect in Adjunct therapy with Rasagiline Given Once daily, study): a randomised, double-blind, parallel-group trial. *Lancet*, 2005. 365(9463): p. 947-54.

21.Miyasaki, J.M., et al., Practice parameter: initiation of treatment for Parkinson's disease: an evidence-based review: report of the Quality Standards Subcommittee of the American Academy of Neurology. *Neurology*, 2002. 58(1): p. 11-7.

22.Koller, W.C., Treatment of early Parkinson's disease. *Neurology*, 2002. 58(4 Suppl 1): p. S79-86.

23.Parkinson Study Group, Pramipexole vs levodopa as initial treatment for Parkinson disease: A randomized controlled trial. *Parkinson Study Group. JAMA*, 2000. 284(15): p. 1931-8.

24.Fahn, S., Is levodopa toxic? *Neurology*, 1996. 47(6 Suppl 3): p. S184-95.

25.Agid, Y., et al., Levodopa in the treatment of Parkinson's disease: a consensus meeting. *Mov Disord*, 1999. 14(6): p. 911-3.

26.Fahn, S., et al., Levodopa and the progression of Parkinson's disease. *N Engl J Med*, 2004. 351(24): p. 2498-508.

27.Kostic, V., et al., Early development of levodopa-induced dyskinesias and response fluctuations in young-onset Parkinson's disease. *Neurology*, 1991. 41(2 (Pt 1)): p. 202-5.

28.Rascol, O., et al., A five-year study of the incidence of dyskinesia in patients with early Parkinson's disease who were treated with ropinirole or levodopa. 056 Study Group. *N Engl J Med*, 2000. 342(20): p. 1484-91.

29.Rinne, U.K., et al., Early treatment of Parkinson's disease with cabergoline delays the onset of motor complications. Results of a double-blind levodopa controlled trial. The PKDS009 Study Group. *Drugs*, 1998. 55 Suppl 1: p. 23-30.

30.Hauser, R.A., et al., Ten-year follow-up of Parkinson's disease patients randomized to initial therapy with ropinirole or levodopa. *Mov Disord*, 2007. 22(16): p. 2409-17.

31.Katzschlager, R., et al., Fourteen-year final report of the randomized PDRC-UK trial comparing three initial treatments in PD. *Neurology*, 2008. 71(7): p. 474-80.

32.Silver, D.E. and S. Ruggieri, Initiating therapy for Parkinson's disease. *Neurology*, 1998. 50(6 Suppl 6): p. S18-22; discussion S44-8.

33.Barone, P., et al., Pergolide monotherapy in the treatment of early PD: a randomized, controlled study. *Pergolide Monotherapy Study Group. Neurology*, 1999. 53(3): p. 573-9.

34.Block, G., et al., Comparison of immediate-release and controlled release carbidopa/levodopa in Parkinson's disease. A multicenter 5-year study. The CR First Study Group. *Eur Neurol*, 1997. 37(1): p. 23-7.

35.Koller, W.C., et al., Immediate-release and controlled-release carbidopa/levodopa in PD: a 5-year randomized multicenter study. *Carbidopa/Levodopa Study Group. Neurology*, 1999. 53(5): p. 1012-9.

36.Guttman, M., Double-blind comparison of pramipexole and bromocriptine treatment with placebo in advanced Parkinson's disease. *International Pramipexole-Bromocriptine Study Group. Neurology*, 1997. 49(4): p. 1060-5.

37.Hutton, J.T., et al., Multicenter, placebo-controlled trial of cabergoline taken once daily in the treatment of Parkinson's disease. *Neurology*, 1996. 46(4): p. 1062-5.

38.Pinter, M.M., O. Pogarell, and W.H. Oertel, Efficacy, safety, and tolerance of the non-ergoline dopamine agonist pramipexole in the treatment of advanced Parkinson's disease: a double blind, placebo controlled, randomised, multicentre study. *J Neurol Neurosurg Psychiatry*, 1999. 66(4): p. 436-41.

39.Adler, C.H., et al., Randomized, placebo-controlled study of tolcapone in patients with fluctuating Parkinson disease treated with levodopa-carbidopa. *Tolcapone Fluctuator Study Group III. Arch Neurol*, 1998. 55(8): p. 1089-95.

40.Rinne, U.K., et al., Entacapone enhances the response to levodopa in parkinsonian patients with motor fluctuations. *Nomecomt Study Group. Neurology*, 1998. 51(5): p. 1309-14.

41.Waters, C.H., et al., Tolcapone in stable Parkinson's disease: efficacy and safety of long-term treatment. *The Tolcapone Stable Study Group. Neurology*, 1997. 49(3): p. 665-71.

42.Kurth, M.C., et al., Tolcapone improves motor function and reduces levodopa requirement in patients with Parkinson's disease experiencing motor fluctuations: a multicenter, double-blind, randomized, placebo-controlled trial. *Tolcapone Fluctuator Study Group I. Neurology*, 1997. 48(1): p. 81-7.

43.Ruottinen, H.M. and U.K. Rinne, Entacapone prolongs levodopa response in a one month double blind study in parkinsonian patients with levodopa related fluctuations. *J Neurol Neurosurg Psychiatry*, 1996. 60(1): p. 36-40.

44.Snow, B.J., et al., The effect of amantadine on levodopa-induced dyskinesias in Parkinson's disease: a double-blind, placebo-controlled study. *Clin Neuropharmacol*, 2000. 23(2): p. 82-5.

45.Verhagen Metman, L., et al., Amantadine as treatment for dyskinesias and motor fluctuations in Parkinson's disease. *Neurology*, 1998. 50(5): p. 1323-6.

46.Dupont, E., et al., Sustained-release Madopar HBS compared with standard Madopar in the long-term treatment of de novo parkinsonian patients. *Acta Neurol Scand*, 1996. 93(1): p. 14-20.

47.Movement Disorders Society (Task Force Commission), Management of Parkinson's disease: an evidence-based review. *Mov Disord*, 2002. 17 Suppl 4: p. S1-166.

48.Staal-Schreinemachers, A.L., et al., Low-dose bromocriptine therapy in Parkinson's disease: double-blind, placebo-controlled study. *Neurology*, 1986. 36(2): p. 291-3.

49.Shannon, K.M., J.P. Bennett, Jr., and J.H. Friedman, Efficacy of pramipexole, a novel dopamine agonist, as monotherapy in mild to moderate Parkinson's disease. *The Pramipexole Study Group. Neurology*, 1997. 49(3): p. 724-8.

50.Lieberman, A., et al., A multicenter trial of ropinirole as adjunct treatment for Parkinson's disease. *Ropinirole Study Group. Neurology*, 1998. 51(4): p. 1057-62.

51.Pahwa, R., et al., Practice Parameter: treatment of Parkinson disease with motor fluctuations and dyskinesia (an evidence-based review): report of the Quality Standards Subcommittee of the American Academy of Neurology. *Neurology*, 2006. 66(7): p. 983-95.

52.Goetz, C.G., et al., Evidence-based medical review update: pharmacological and surgical treatments of Parkinson's disease: 2001 to 2004. *Mov Disord*, 2005. 20(5): p. 523-39.

TERMO DE ESCLARECIMENTO E RESPONSABILIDADE

Amantadina, Bromocriptina, Entacapona, Pramipexol, Tolcapona, Triexifenidila, Selegilina

Eu, (nome do(a) paciente), declaro ter sido informado(a) claramente sobre os benefícios, riscos, contra-indicações e principais efeitos adversos relacionados ao uso dos medicamentos, bromocriptina, pramipexol, amantadina, triexifenidil, selegilina, entacapona e tolcapona, indicados para o tratamento da doença de Parkinson.

Os termos médicos me foram explicados e todas as minhas dúvidas foram resolvidas pelo médico (nome do médico que prescreve).

Assim declaro que: Fui claramente informado(a), de que o medicamento que passo a receber pode trazer as seguintes melhorias:

- melhorias dos sintomas motores da doença;

- diminuição do risco de ocorrência de complicações motoras;

- diminuição do tremor, da lentidão dos movimentos, da rigidez e da produção excessiva de saliva, além da melhora da marcha e da fala.

Fui também claramente informado a respeito das seguintes contra-indicações, potenciais efeitos adversos e riscos:

- não se sabe ao certo os riscos do uso destes medicamentos na gravidez, portanto, caso engravide, não interrompa o tratamento e avise imediatamente o médico;

- medicamentos contra-indicados em casos de hipersensibilidade (alergia) aos fármacos ou componentes da formulação;

- efeitos adversos que podem ocorrer com medicamentos:

Amantadina: náuseas, perda de apetite, tontura, insônia, nervosismo, agitação, dificuldade de concentração, dores de cabeça, perda de memória, alteração da concentração, depressão, pesadelos, risco de suicídio, constipação, boca seca, diarreia, fadiga, sonolência, irritação nos olhos, aumento dos movimentos do corpo, respiração curta, aumento da pressão arterial, palpitação, retenção urinária, alergias de pele, diminuição das células brancas e vermelhas no sangue, febre, inchaço de tornozelos, problemas no coração tontura ao levantar. Efeitos adversos mais raros incluem euforia, diminuição do apetite sexual, vômitos e cansaço;

Triexifenidil: reações alérgicas na pele, confusão, problemas na visão, prisão de ventre, dificuldade ou dor para urinar, boca seca, sensibilidade aumentada dos olhos à luz, náuseas, vômitos. Reações menos frequentes ou raras incluem dor de cabeça, perda de memória, nervosismo, cansaço, tonturas ao levantar, dor de estômago, inflamação da boca ou língua, dificuldade para dormir;

Bromocriptina: náuseas, vômitos, dor de cabeça, tontura, cansaço, alterações digestivas, secura da boca, perda de apetite, nariz entupido, tonturas ao levantar, alterações dos batimentos do coração, inchaço de pés, perda de cabelo, psicose, alucinação, insônia, pesadelos, aumento dos movimentos do corpo, problemas nos pulmões;

Entacapon: alucinações, aumento dos movimentos do corpo, infecções, febre, tosse, dor ou dificuldade para urinar, cansaço, dor abdominal, diarreia, prisão de ventre, náusea, agitação, nervosismo, ansiedade, respiração curta, boca seca, azia, gases, vômito, sonolência, descoloração da urina. Efeitos adversos mais raros incluem confusão mental, problemas nos pulmões e nos músculos (rabdomiólise);

Pramipexol: cansaço, fraqueza, movimentos do corpo não usuais, alucinações, insônia, náusea, vômito, esquecimento, confusão, tonturas ao levantar, visão dupla, dificuldade para engolir, febre, aumento da frequência urinária, dor muscular ou nas juntas, reações paranoídes como medo e desconfiança, constipação, secura na boca, sonhos anormais, perda de apetite, perda de peso, diminuição do apetite sexual, rinite, reações alérgicas de pele. Efeitos adversos menos frequentes incluem dificuldade para respirar, inchaço nas pernas e braços e perda de controle para urinar;

Selegilina: aumento dos movimentos não usuais do corpo, dor no peito, alterações nos batimentos do coração, dificuldade para respirar, inchaço, alucinações, desorientação, agitação, nervosismo, ansiedade, dores de cabeça, aumento da pressão arterial, tonturas ao levantar, prisão de ventre, diarreia, dificuldade ou dor para urinar, sangramento gastrointestinal, fezes escurecidas, dor intensa no estômago, alteração de comportamento, irritabilidade, perda de apetite, perda de peso, reações alérgicas de pele, cansaço, fraqueza bruxismo (ranger dos dentes), dor abdominal, secura na boca, náuseas, vômitos. Efeitos mais raros incluem ansiedade, nervosismo, contração involuntária na face, problemas de visão, calafrios, câibras, formigamentos, aumento da sensibilidade à luz.

Tolcapona: dor abdominal, perda de apetite, diarreia, alucinações, dor de cabeça, insônia, náuseas, vômitos, infecções do trato respiratório, confusão, dor no peito, fadiga, hiperatividade, perda do equilíbrio, sintomas gripais, prisão de ventre, aumento do suor, secura da boca, azia, gases, descoloração da urina, febre. Efeitos mais raros incluem agitação, dor nas juntas, diminuição da pressão arterial, irritabilidade, problemas no fígado, olhos e peles amarelados, dificuldade de pensamento ou concentração, câibras, formigamentos, coceiras, infecções do trato urinário, síndrome neuro-léptica maligna (dificuldade para respirar, taquicardia, febre alta, pressão arterial irregular, perda do controle de urinar);

- risco da ocorrência de efeitos adversos aumenta com a superdosagem e com o uso concomitante dos medicamentos.

Estou ciente de que pode haver necessidade de mudança das doses.

Estou da mesma forma ciente de que este medicamento somente pode ser utilizado por mim, comprometendo-me a devolvê-lo caso não queira ou não possa utilizá-lo ou se o tratamento for interrompido. Sei também que continuarei sendo assistido, inclusive em caso de eu desistir de usar o medicamento.

Autorizo o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde a fazer uso de informações relativas ao meu tratamento, desde que assegurado o anonimato.

O tratamento constará de um ou mais dos seguintes medicamentos:

Amantadina
Bromocriptina
Entacapon
Pramipexol
Selegilina
Tolcapona
Triexifenidil

Local: Data:		
Nome do paciente:		
Cartão Nacional de Saúde:		
Nome do responsável legal:		
Documento de identificação do responsável legal:		
Assinatura do paciente ou do responsável legal		
Médico Responsável:	CRM:	UF:
Assinatura e carimbo do médico		
Data:		

Observação: Este Termo é obrigatório ao se solicitar o fornecimento de medicamento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e deverá ser preenchido em duas vias, ficando uma arquivada na farmácia e a outra entregue ao usuário ou seu responsável legal.

PORTARIA Nº 17, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

A Secretária de Atenção à Saúde Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o Decreto nº 6.828, de 27 de abril de 2009, que aprova que as certidões decorrentes dos registros previstos no Art. 29, incisos I, II e III, da Lei nº 6.015, de 1973, observarão, respectivamente, os modelos constantes dos Anexos I, II e III deste Decreto e que isto altera o modelo da certidão de nascimento a partir de 01 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de efetuar adequações no Sistema de Informações Hospitalares SIH/SUS de forma a possibilitar a informação do número de matrícula constante da certidão de nascimento;

Considerando o contínuo processo de qualificação dos sistemas de informação em saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, que envolve a necessidade de adequações dos layouts dos sistemas desenvolvidos pelo Departamento de Informática do SUS - DATA-SUS, resolve:

Art. 1º - Atualizar, a partir da competência janeiro de 2010, com apresentação em fevereiro de 2010 o layout dos sistemas SIH/SUS adequando os campos existentes e permitindo assim o registro do número de matrícula da nova certidão de nascimento, quando da informação do procedimento 08.01.01.004-7 - Incentivo ao registro civil nascimento.

Parágrafo único. O Departamento de Informática do SUS - DATASUS disponibilizará o layout definido no caput deste artigo, no sítio <http://sihd.datasus.gov.br>, a partir da publicação desta Portaria.

Art. 2º - Definir que, durante o período compreendido pelas competências de janeiro a junho de 2010, permanecerá no SIH/SUS tanto o layout para o registro civil de nascimento existente até janeiro de 2010 quanto o novo layout definido no Art.1º.

Parágrafo único. A partir da competência julho de 2010 somente estará disponível o layout incluído por esta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a contar da competência janeiro de 2010.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 1, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Revogam-se os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - Hipoparatiroidismo e Ictioses.

O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, no uso de suas atribuições e,

Considerando o processo de revisão e elaboração dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas pelo Ministério da Saúde,

Considerando a publicação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Ictioses Hereditárias aprovado pela Portaria SAS nº 13 de 15 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 11, de 18 de janeiro de 2010, Seção I, página 104;

Considerando a publicação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Hipoparatiroidismo aprovado pela Portaria SAS nº 14 de 15 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 11, de 18 de janeiro de 2010, Seção I, página 105, resolve:

Art. 1º Revogar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Hipoparatiroidismo, aprovado pela Portaria nº 71/SCTIE de 1º de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 212, de 6 de novembro de 2006, Seção I, página 43.

Art. 2º Revogar o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Ictioses, aprovado pela Portaria nº 73/SCTIE de 1º de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 212, de 6 de novembro de 2006, Seção I, página 45.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REINALDO GUIMARÃES

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 13, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.042026/2009-19, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica PETERSON PACANHELLE BISPO E CIA LTDA - ME, CNPJ - 11.316.581/0001-91, situada no Município de Maceió - AL, na Av. Menino Marcelo, 2004 - Serraria, CEP 57.046-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Maceió, Matriz de Camaragibe, Penedo, União dos Palmares, Santana do Ipanema, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia, São Miguel dos Campos, Viçosa, Atalaia, Girau do Ponciano e Coruripe no Estado de Alagoas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 14, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.035749/2009-53, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica PHD SÃO PAULO - VISTORIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA - EPP, CNPJ - 11.102.939/0001-83, situada no Município de São Paulo - SP, na Avenida Guapira, 608, Sala 08 - Tucuruvi, CEP 02.265-001, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de São Paulo, Diadema, Cubatão, Cananéia, Ilha Comprida, Peruíbe e São Sebastião no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 15, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.027865/2009-07, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica VITRANS VISTORIAS LTDA - ME, CNPJ - 11.038.997/0001-95, situada no Município de São José do Rio Preto - SP, na Av. Doutor Solon da Silva Varginha, 1601 - Jardim Nazareth, CEP 15.054-200, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de São José do Rio Preto, Adolfo, Bady Bassit, Balsamo, Cedral, Guapiçu, Ibirá, Icem, Ipiçua, Jaci, Mendonça, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoá, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindúva, Poloni, Palestina, Potirendaba, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Zacarias, Planalto e Paulo de Faria no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 16, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.034240/2009-93, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica ECV - EMPRESA CAPIXABA DE VISTORIAS LTDA, CNPJ - 10.912.720/0006-91, situada no Município de Vitória - ES, na Rua Pedro Carlos de Souza, 84, Sala 201 - Ilha de Santa Maria, CEP 29.051-050, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Vitória, Viana e Linares no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 17, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.016006/2009-84, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica GOVERNADOR VALADARES VISTORIAS EM VEÍCULOS LTDA, CNPJ - 10.650.979/0001-05, situada no Município de Governador Valadares - MG, na Rua Moreira Sales, 1020 - Vila Bretas, CEP 35.030-390, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Governador Valadares, Alpercatá, Frei Inocêncio, Mathias Lobato, Marilac, Periquito, Conselheiro Pena, Alvarenga, Cuparaque, Goiabeiras, Tumiritinga, Aimorés, Galiléia, Divino das Laranjeiras, São Geraldo do Baixo, Itanhomi, Capitão Andrade, Mantena, Central de Minas, Mendes Pimentel, Nova Belém, São Félix De Minas, São João do Manteninha, Itabirinha de Mantena, Engenheiro Caldas, Tarumirim, Fernandes Tourinho, Sobralia, Resplendor, Itueta, Santa Rita do Itueto, Guanhanes, Santa Maria do Suaçuí, José Raydan, São José da Safira, São Sebastião do Maranhão, Peçanha, Cantagalo, Frei La-



gonegro, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, Coroaci, Virgolândia, Nacip Raydan, Virgíópolis, Divinolândia de Minas, Gonzaga, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, Sardoá, São João Evangelista, Coluna, Rio Vermelho, Sabinópolis, Materlândia, Paulista, Senhora do Porto, Dolores de Guanhães, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 18, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.027089/2009-37, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica EMBUARTE VISTORIAS E PE- RÍCIAS AUTOMOTIVAS LTDA ME, CNPJ - 10.889.159/0001-62, situada no Município de Embu - SP, na Av. Elias Yazbek, 2680, Loja 7 - Embu Mirim, CEP 06.804-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Embu, Itapeverica da Serra, Taboão da Serra, Juquitiba e São Lourenço da Serra no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 19, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.027906/2009-57, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica MAXIMUS VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA ME, CNPJ - 10.674.583/0007-85, situada no Município de Pedreira - SP, na Av. João XXIII, 1031 C - Cascavel, CEP 13.920-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Pedreira, Mogi Mirim, Santo Antonio Posse, Holambra e Engenheiro Coelho no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 20, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.039918/2009-24, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica MARIN & BARBOSA LTDA - ME, CNPJ - 11.240.341/0001-50, situada no Município de Lençóis Paulista - SP, na Rua Líbero Badaró, 523 - Centro, CEP 18.683-090, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Lençóis Paulista, Agudos, Areiópolis, Macatuba, Dois Córregos, Barra Bonita, Borebi, Mineiros do Tietê, Piratininga, Pratania, Bariri, Boracéia, Dourado, Itapuá, Avaí, Presidente Alves, Cabralia Paulista, Itatinga, Anhembi, São Pedro e Itirapina no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 21, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.034473/2009-96, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica EVIDÊNCIA VISTORIA

AUTOMOTIVA LTDA, CNPJ - 09.092.462/0006-65, situada no Município de Indaiatuba - SP, na Av. Francisco de Paula Leite, 130 - Centro, CEP 13.330-145, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV nos Municípios de Indaiatuba, Agudos, Cruzeiro, Caieiras, Cubatão, Francisco Morato, Jandira, Lorena, Mogi - Mirim, São Sebastião, Várzea Paulista e Votorantim no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 22, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.025619/2009-11, resolve:

Art. 1º Credenciar, em caráter excepcional e precário, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 23 da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica Guadanhini e Guadanhini Ltda - ME, CNPJ - 09.620.234/0003-78, situada no Município de Araras - SP, na Rua Francisco Leite, 259 - Centro, CEP 13.600-050, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Araras no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 23, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.022582/2009-61, resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, II da Resolução Nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de advertência e suspensão de 30 (trinta) dias, a pessoa jurídica INSPESSEG - INSPEÇÕES DE SEGURANÇA VEICULAR LTDA - EPP, CNPJ Nº 08.618.471/0001-70, situada no Município de Porto Alegre - RS, Avenida Sertório 5460 - Jardim Lindóia, CEP 91.050-370, em razão das irregularidades prevista nos itens 05, 09 e 19 do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 54, de 25 de março de 2009, publicada no DOU de 26 de março de 2009, Seção 1, Página 43, onde se lê: 'na Rua Duque de Caxias, 181 - Senador Salgado Filho, CEP 17.502-580' Leia-se: 'na Rua Inconfidência, 72 - Marília, CEP 17.509-100'.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.056, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.058124/2006, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 2 (dois), no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancorar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 31 (trinta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 1.057, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.006171/1999, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 5- (cinco decalado para menos), no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancorar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Janaúba, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 9- (nove decalado para menos), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

HÉLIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 16 de dezembro de 2009

Processo nº 53528.002002/2005

Nº 8.834 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Desistência apresentado pela BRASIL TELECOM CELULAR S/A - Filial RS, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, Autorizada do Serviço Móvel Pessoal (SMP), face a decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 296/2009-CD, de 14 de janeiro de 2009, em sede do Pedido de Reconsideração, referente a infração ao art. 6º, incisos III e V, do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, do anexo da Resolução nº 316/2002; à Cláusula 8.1 do Termo de Autorização nº 0027/2002/PVCP/SPV; e artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, decidiu, em sua Reunião nº 547, realizada em 9 de dezembro de 2009: (i) não conhecer do Pedido de Reconsideração em razão do Pedido de Desistência a ele incidente; (ii) conceder o Pedido de Desistência requerido, com fundamento no art. 51, caput, da Lei nº 9.784/1999, desde que a Brasil Telecom Celular S/A quite previamente a multa que lhe foi imputada, mantendo-se o Despacho ora combatido até a sua total quitação, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 704/2009-GCAB, de 2 de dezembro de 2009.

Em 14 de janeiro de 2009

Ref.: Processo nº 53528.002002/2005.

Nº 296 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A. em face de decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados, por meio do Ato nº 64.816, de 4 de maio de 2007, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração de suposto descumprimento de obrigações pela operadora, decidiu, em sua Reunião nº 500, realizada em 30 de outubro de 2008, conhecer do Recurso Administrativo e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reformando-se a decisão contida no citado Ato, no sentido de reduzir a penalidade de multa relativa à conduta de impor indevidamente limite de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao bônus da Promoção Pula-Pula para R\$ 19.487,72 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos); reclassificar a conduta de cadastrar o usuário na Promoção Pula-Pula apenas a partir primeira chamada tarifada como infração ao artigo 6º, incisos III e V, do Regulamento do SMP; reduzir a penalidade de multa relativa à conduta de prestar informações inverídicas para R\$ 217.878,53 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e três centavos), mantendo-se as demais disposições do retromencionado Ato, pelas razões e justificativas constantes da Análise nº 026/2008/GCER, de 22 de outubro de 2008 e do Informe nº 484/2008/PVCPA/PVCP/SPV, de 3 de setembro de 2008.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 336, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Autorizar RADICAL PRODUCOES E CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 02.180.530/0001-94 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Teresina/PI, no período de 20/01/2010 a 05/02/2010.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 164, DE 8 DE JANEIRO DE 2010

Processo nº 53500.014086/2009 - Expediente autorização à SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.112.879/0001-51, para exploração do Serviço Limitado Especializado para fins de rastreamento de veículos automotores, de interesse restrito, em âmbito interior e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação o território nacional.

DIRECU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 304, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

Expediente autorização à BJ SERVICES DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 15.680.333/0001-86 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRECU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 351, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à HUGO KAUFMANN JUNIOR, CPF nº 008.516.207-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 352, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CONDOMINIO PARQUE ENCONTRO DAS AGUAS, CNPJ nº 13.549.365/0001-11 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 353, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à TOP ENGEnharia LTDA, CNPJ nº 14.448.260/0001-39 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 354, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à MILLENNIUM INORGANIC CHEMICALS DO BRASIL S/A, CNPJ nº 15.115.504/0001-24 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 355, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à FABIO ROBERTO LAUCK, CPF nº 732.170.345-20 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 356, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à BUNGE ALIMENTOS S/A, CNPJ nº 84.046.101/0228-39 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 357, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à JUAGRO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ nº 96.832.076/0001-52 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 358, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à FLEXIBRAS TUBOS FLEXIVEIS LTDA, CNPJ nº 28.910.529/0001-61 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 359, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6A. REGIAO, CNPJ nº 02.566.224/0001-90 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 360, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à SIMEX-MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 00.827.383/0002-57 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 361, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à RADIOS-CAN TELECOM COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 01.560.301/0001-32 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 362, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à IG TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE LTDA, CNPJ nº 04.636.029/0001-15 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 363, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à JOSE CARLOS CUNHA, CPF nº 108.075.869-00 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 364, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, CNPJ nº 34.028.316/0020-76 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 365, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à SEMENTES MAUA LTDA, CNPJ nº 76.123.934/0003-44 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 366, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à PAULO SERGIO RICKLI, CPF nº 844.433.679-34 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 367, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/1049-00 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 368, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à AGROPECUARIA CHAPADA DOS GUIMARAES S/A, CNPJ nº 03.472.750/0001-54 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 369, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à SUB-CONDOMINIO EDIFICIO SAO LUIS DE GONZAGA, CNPJ nº 05.141.327/0001-05 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 370, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à JOSE OSWALDO RIBEIRO DE MENDONCA, CPF nº 076.180.808-60 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 371, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à BRASCAN AGRI S.A., CNPJ nº 20.090.981/0002-01 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 372, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Outorga autorização para uso de radiofrequência à VERA DE ANDRADE REIS KAPPAZ, CPF nº 580.512.108-59 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 373, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à MARCELO OLMEDO CONSUL, CPF nº 091.180.228-20 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 374, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à KIEPPE SERVICOS LTDA, CNPJ nº 13.868.823/0001-85 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 375, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à G10 - TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 07.569.161/0004-92 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 376, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à VANDA ALVES DA SILVA, CPF nº 528.884.441-00 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 377, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à RECLIMATEC - REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA, CNPJ nº 04.449.537/0001-94 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto



ATO Nº 378, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à ZELIA FORTUNATO SCHON, CPF nº 022.329.039-40 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 379, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à ARMANDO DE PAULA CARVALHO FILHO, CPF nº 024.688.709-56 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 380, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à RONALDO JOAQUIM TELLES & CIA. LTDA., CNPJ nº 03.565.749/0001-74 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 381, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à DUBENA & CIA LTDA, CNPJ nº 04.192.700/0001-86 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 382, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à DUBENA & DUBENA LTDA, CNPJ nº 04.192.731/0001-37 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 383, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à MARCO AURELIO CAYRES NOGUEIRA FILHO, CPF nº 044.491.089-14 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 384, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à POLICE ALARMES MONITORA-DOS LTDA, CNPJ nº 08.872.502/0001-14 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 385, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à EUGENIO UHREN, CPF nº 128.437.929-91 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 386, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à FRANCISCO DE FREITAS, CPF nº 278.587.409-97 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 387, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à EIDES GUEDES, CPF nº 413.665.069-87 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 388, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à JOSE OSMAR GOBBI, CPF nº 505.287.189-91 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 389, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à AGROPECUARIA IPE LTDA, CNPJ nº 77.567.899/0001-53 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 390, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à AMAURI NEVES DOS SANTOS, CPF nº 818.399.019-34 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 391, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à 100 POR CENTO MOTO EXPRESS LTDA-ME., CNPJ nº 10.395.117/0001-75 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 392, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à GILBERTO DANIEL JUNIOR GAS, CNPJ nº 05.468.373/0003-77 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 393, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Expede autorização à ASSOCIACAO DOS MORADORES E PROPRIETARIOS DO PARQUE ALTO TAQUARAL, CNPJ nº 67.996.082/0001-47 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 394, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à SALVADOR PILOTS - SERVICOS DE PRATICAGEM DOS PORTOS DA BAIJA DE TODOS OS SANTOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 02.108.965/0001-28 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 395, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à COMERCIAL IRMAOS CAMANDAROBA LTDA, CNPJ nº 02.561.111/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 396, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à LMC DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA, CNPJ nº 03.008.027/0001-19 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 397, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à FIESTA BAHIA HOTEL LTDA, CNPJ nº 07.823.239/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 398, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CONDOMINIO CASABLANCA VILLAGE, CNPJ nº 13.714.183/0001-59 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 399, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CETREL S/A, CNPJ nº 14.414.973/0001-81 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 400, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à CONDOMINIO EDIFICIO CENTRO MEDICO DO VALE, CNPJ nº 40.480.634/0001-03 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 401, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE TELEMACO BORBA, CNPJ nº 76.170.240/0001-04 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 402, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE, CNPJ nº 33.352.394/0001-04 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 403, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à ALARM SYSTEM COMPANY COMERCIO E INSTALACAO DE ALARMES LTDA, CNPJ nº 01.073.158/0001-54 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 404, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Prorroga autorização para uso de radiofrequência à AUTO VIACAO URUBUPUNGA LTDA, CNPJ nº 61.487.799/0001-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 385, de 29 de julho de 2009, publicada no DOU de 23 subsequente, Seção 1, pág. 666, referente a FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT, Proc. 53000.024636/2009, onde se lê: " Processo nº 53000.024636/2009", leia-se: " Processo nº 53000.025158/2009 ".

ZILDA BEATRIZ DE S. DE CAMPOS ABREU

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso III, da Portaria nº 438, de 3 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Nº 82 - Processo nº 53000.037856/2006. Aplica à O Camisão - Associação Brasileira de Prevenção à Doença Infecto-Contagiosa e Cidadania, executante do serviço de radiodifusão Comunitária, na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, a pena de multa no valor de R\$ 2.181,51, por contrariar o disposto no art. 38 inciso II e art. 40 incisos XXII e XXV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, e itens 14.2, 17.2, 18.1.3, 18.1.4 e 18.3.2.2 da Norma complementar nº 01/2004.

Nº 83 - Processo nº 53000.032469/2008. Aplica à O Camisão - Associação Brasileira de Prevenção à Doença Infecto-Contagiosa e Cidadania, executante do serviço de radiodifusão Comunitária, na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, a pena de multa no valor de R\$ 1.315,57, por contrariar o disposto no art. 40 incisos XXII e XXV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, e itens 14.2, 17.2 e 18.1.3 da Norma complementar nº 01/2004.

Nº 84 - Processo nº 53000.080517/2006. Aplica à O Camisão - Associação Brasileira de Prevenção à Doença Infecto-Contagiosa e Cidadania, executante do serviço de radiodifusão Comunitária, na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, a pena de multa no valor de R\$ 2.366,44, por contrariar o disposto no art. 40 incisos XVIII, XIX e XXII do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, e itens 14.2, 17.2, 19.3, e 19.3.1 da Norma complementar nº 01/2004.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

PORTARIA Nº 120, DE 15 DE JULHO DE 2008

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.007939/2008. Aplicar à Associação Comunitária e Cultural Cidade Doçura, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Américo Brasileiro/SP, a pena de multa no valor de R\$ 402,30, por contrariar o disposto no artigo 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária c/c art. 21, inciso IV da lei 9.612/98.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES
TEIXEIRA

PORTARIAS DE 28 DE SETEMBRO DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso III, da Portaria nº 438, de 3 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2006, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Nº 459 - Processo nº 53000.015608/2008. Aplica à Rádio Visão Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ponte Nova/MG, a pena de multa no valor de R\$ 876,46, por contrariar o disposto no art. 38, alínea "c" do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Nº 460 - Processo nº 53000.049213/2007. Aplica à Rádio Difusora do Paraná Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Marechal Cândido Rondon/PR, a pena de multa no valor de R\$ 1.752,93, por contrariar o disposto no art. 38, alínea "c" do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Nº 462 - Processo nº 53000.056092/2005. Aplica à Rádio Clube de Marília Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda tropical - OT, na cidade de Marília/SP, a pena de multa no valor de R\$ 2.576,78, por contrariar o disposto nos itens 3.2.3 e 4.1 do Regulamento Técnico para emissoras de Radiodifusão Sonora em onda média e em onda tropical, art. 5º e 6º da Portaria MC nº 26/96, art. 46 e 122, item 34 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão e art. 18 do anexo da Resolução da Anatel nº 303/2002.

Nº 463 - Processo nº 53000.076129/2006. Aplica à Prefeitura Municipal de Três Lagoas, executante do serviço de Retransmissão de Televisão, na cidade de Três Lagoas/MS, a pena de multa no valor de R\$ 473,28, por contrariar o disposto no art. 27 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

Nº 464 - Processo nº 53000.074053/2006. Aplica à Prefeitura Municipal de Cambará, executante do serviço de Retransmissão de Televisão, na cidade de Cambará/PR, a pena de multa no valor de R\$ 473,29, por contrariar o disposto no art. 27 caput do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES
TEIXEIRA

DESPACHOS DA DIRETORA

Em 10 de julho de 2008

Nº 98 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.007939/2008. Advertir à Associação Comunitária e Cultural Cidade Doçura, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Américo Brasileiro/SP, por contrariar o disposto nos itens 17.2, 18.3.2.2 e 19.6 da Norma Complementar nº 01/2004 e art. 32 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; c/c art. 21 inciso IV da lei 9.612/98, com base no § 1º do artigo 38 do Decreto nº 2.615/98

Em 23 de setembro de 2008

Nº 737 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.021301/2007. Advertir à Associação Comunitária Renascer de Guaimbé, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Guaimbé/SP, por contrariar o disposto no art. 40, inciso XII do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com base no § 1º do artigo 38 do Decreto nº 2.615/98

Em 2 de outubro de 2009

Nº 761 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.072792/2006. Advertir à Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Campo Grande/MS, por contrariar o disposto no item 14.2 da Norma Complementar nº 01/2004, com base no § 1º do artigo 38 do Decreto nº 2.615/98

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES
E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO
E DISTRIBUIÇÃODESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de janeiro de 2010

Nº 95 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria Nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 2008, art. 1º, inciso II, e considerando os documentos constantes no Processo Nº 48500.001496/2007-74, resolve: I - Revogar o Despacho do Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição Nº 1.326, de 02 de maio de 2007, publicado no Diário Oficial de 3 de maio de 2007, que autorizou a Empresa CCM Comercialização de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob Nº 08.471.448/0001-03, com sede na Rua Capitão Alfredo Cardoso Nº 260, Jardim Santa Lucinda, na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE pelo não atendimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Resolução ANEEL Nº 265, de 13 de agosto de 1998.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADEDESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de janeiro de 2010

Nº 94 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa no 63, de 12 de maio de 2004, tendo em vista o que consta no Processo Nº 48500.003350/2009-60, considerando a intempestividade do recurso interposto pela empresa Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, resolve: - manter a decisão constante no Auto de Infração nº 098/2009-SFE, qual seja, a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$ 363.884,10 (trezentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e dez centavos), com fulcro no disposto no art. 34 da Resolução Normativa Nº 63/2004. Para efeitos de recolhimento da multa devem ser observadas as disposições do art. 24, parágrafo único, e art. 25 da Resolução Normativa Nº 63/2004.

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃODESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de janeiro de 2010

Nº 102 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL Nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo Nº 48500.002360/2002-11, resolve: I - Liberar a unidade geradora UG2, de 91.170 kW, da UHE Salto Pilão, localizada no rio Itajaí, Municípios de Lontras, Apüna e Ibirama, Estado de Santa Catarina, concedida ao Consórcio Empresarial Salto Pilão, sob a liderança da Companhia Brasileira de Alumínio, por meio do Contrato de Concessão Nº 15/2002, de 23 de abril de 2002, que teve os prazos de implantação prorrogados nos termos do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 20 de agosto de 2007, para início da operação comercial a partir do dia 19 de janeiro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponibilizada ao sistema.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
ECONÔMICA E FINANCEIRADESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de janeiro de 2010

Nº 96 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.047, de 9 de setembro de 2008, considerando o disposto no inciso XIII, do art. 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, no Despacho nº 3.010, de 19 de dezembro de 2006, no Contrato de Concessão de Distribuição nº 001/96 e o que consta do documento nº 48513.000284/2010-00, resolve: I - anuir ao adiantamento da Nota com Taxa Fixa (Fixed Rate Note), antecipando para 29 de janeiro de 2010 a data do pagamento dos juros e do principal



devidos pela Light Serviços de Eletricidade S.A. à LIR Energy Ltd.; II - ressaltar que permanecem vigentes as obrigações assumidas pela concessionária com respeito à extinção da LIR Energy Ltda. até 31 de dezembro de 2010, consoante estabelece o Despacho nº 3.010/2006; III - registrar que a presente anuência em momento algum servirá de alegação para qualquer pleito visando à reposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária; e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GANIM

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS
HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de janeiro de 2010

Nº 97 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 963, de 24 de junho de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, tendo em vista o que consta do Processo Nº 48500.006997/2007-81, resolve: I - Aceitar os estudos de inventário hidrelétrico do rio Jatobá, localizado na sub-bacia 42, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, para fins de análise, desenvolvidos e apresentados pela empresa Poente Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 09.479.979/0001-05. II - Ficam insubsistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo curso d'água que forem protocolados a partir da data de publicação deste ato.

Nº 98 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 963, de 24 de junho de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, tendo em vista o que consta do Processo Nº 48500.003811/2008-13, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Bico de Pato, com potência estimada nos estudos de inventário de 4,6 MW, às coordenadas 27º33'22" de Latitude Sul e 53º34'28" de Longitude Oeste, situada no rio Guarita, sub-bacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, apresentado pela empresa Ervateira Moura Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 06.073.561/0001-05, e desenvolvidos pela empresa Energyx Projetos para a Criação de Usinas Hidrelétricas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 08.019.039/0001-62. II - Os titulares de registro ativo para elaboração de projeto básico sobre o mesmo aproveitamento terão o prazo de 90 (noventa) dias para entregar o projeto em questão,

a contar da data da publicação deste ato. Caso o prazo estipulado no cronograma entregue pelos titulares de registro ativo seja inferior aos 90 dias, prevalecerá a data do cronograma, nos termos do artigo 17 da Resolução Nº 395/98. III - Ficam insubsistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo aproveitamento que forem protocolados a partir da data de publicação deste ato.

Nº 99 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 963, de 24 de junho de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL Nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo Nº 48500.004398/2009-95, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Ribeirão das Perdizes, localizado na sub-bacia 24, bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, no Estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 01/07/2009 pela empresa Hidrelétrica Vale do Perdizes Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 09.663.363/0001-81, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL Nº 393/98. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 14/01/2011, conforme cronograma apresentado pelo interessado. III - Informar que o registro ativo não gera direito de exclusividade para o desenvolvimento dos referidos estudos.

Nº 100 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 963, de 24 de junho de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, tendo em vista o que consta do Processo Nº 48500.002469/2007-53, resolve: I - Aceitar os estudos de inventário hidrelétrico do Arroio Passo da Divisa, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, para fins de análise, desenvolvidos e apresentados pela empresa Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., inscrita no CNPJ sob o Nº 06.329.975/0001-44. II - Ficam insubsistentes os requerimentos para elaboração de estudos sobre o mesmo curso d'água que forem protocolados a partir da data de publicação deste ato.

Nº 101 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 963, de 26 de junho de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de

07 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004876/2008-86, referente a elaboração do projeto básico da PCH Engenho Velho, situada no rio Iratim, Estado Paraná, resolve: I - considerar o recurso apresentado pela Empresa Paranaense de Participações S.A. - EPP intempestivo; II - ratificar os procedimentos adotados pela SGH quando da concessão de registros ativos com protocolo anterior à data do aceite e as decisões proferidas pelos Despachos Nº 2.180, Nº 2.181, Nº 2.182, Nº 2.183, de 12 de junho de 2009; III - encaminhar os autos do processo à Secretaria-Geral da ANEEL, para sorteio e distribuição ao competente Diretor-relator.

JAMIL ABID

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS
NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS
E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE ADJUNTA
Em 18 de janeiro de 2010

Nº 36 - A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria Nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto na Resolução ANP Nº 31, de 21 de outubro de 2008, publicada em 22 de outubro de 2008, concede o cadastro dos ensaios descritos abaixo, ao LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS VERDES - GREENTEC, localizado no Rio de Janeiro - CNPJ 33.663.683/0008-92.
Processo ANP: 48600.002326/2009-85
Cadastro: 029
Ensaios cadastrados:
-Aspecto
-Massa específica a 20°C - ASTM D4052
-Viscosidade cinemática a 40°C - ASTM D445
-Teor de água - EN 12937
-Contaminação total - EN 12662
-Ponto de fulgor ASTM D93
-Teor de éster - EN 14103
-Resíduo de carbono - ASTM D4530
-Cinzas sulfatadas - ASTM D874
-Enxofre total - EN 20884
-Sódio + potássio - EN 14108 e EN14109
-Cálcio + magnésio - ABNT NBR 15556
-Corrosividade ao cobre, 3h a 50°C - ASTM D130
-Ponto de entupimento de filtro a frio - ASTM D6371
-Índice de acidez ASTM D664
-Glicerol livre ASTM D6584
-Glicerol total ASTM D6584
-Mono, di, triacilglicerol ASTM D6584
-Metanol ou etanol - EN 14110
-Índice de iodo - EN 14111
-Estabilidade à oxidação a 110°C - EN 14112

CRISTINA ALMEIDA REGO NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 31, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e Nº 112, de 17 de junho de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 29, de 09 de fevereiro de 1999, e o que consta do processo n.º 48610.004293/2007-27, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a ALCOOLPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ n.º 08.569.652/0001-53, autorizada a construir instalações de tancagem para armazenamento de combustíveis, a serem localizadas na Rodovia SP-253, km 161,5 - Anexo A - Município de Luiz Antônio - SP - CEP 14210-000.

O parque de tancagem de produtos será constituído dos tanques verticais listados a seguir, perfazendo capacidade total de armazenamento de 24.862,43 m³:

TANQUE N.º	DIÂMETRO (m)	ALTURA (m)	CAPACIDADE NOMINAL (m³)	PRODUTO
01	3,82	10,50	120,32	EAC
02	7,63	10,50	481,28	GASOLINA
03	7,63	10,50	481,28	DIESEL
04	13,36	10,50	1.473,93	DIESEL
05	42,00	16,10	22.305,62	EHC

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.
Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE ADJUNTO
Em 18 de janeiro de 2010

Nº 33 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e Nº 112, de 17 de junho de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0079711	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS ROMADER LTDA	09.475.059/0001-00	PORTO ALEGRE	RS	48610.000423/2010-58
PR/PB0079688	ABRAÃO FABIO NEVES DE ALMEIDA	10.479.898/0001-86	SERRA REDONDA	PB	48610.000399/2010-57
PR/PR0079710	ANTONIO DE ANDRADE ALCANTARA NETTO	10.885.089/0001-74	CURITIBA	PR	48610.000410/2010-89
PR/SP0079709	AUTO POSTO BRANDÃO LTDA.	11.352.843/0001-73	SANTO ANDRE	SP	48610.000433/2010-93
PR/SC0079686	AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS MVX LTDA	10.824.677/0001-06	LAGES	SC	48610.000406/2010-11
PR/RJ0079646	AUTO POSTO DO TRABALHO LTDA.	03.139.910/0023-53	ITAGUAI	RJ	48610.000197/2010-13
PR/SP0079697	AUTO POSTO DONATO FILHAS LTDA.	11.119.836/0001-26	GABRIEL MONTEIRO	SP	48610.000415/2010-10
PR/SE0079669	AUTO POSTO J L. IRMÃOS LTDA.	07.087.568/0001-30	PROPRIA	SE	48610.000414/2010-67
PR/BA0079663	AUTO POSTO MELHOR PREÇO LTDA.	11.128.224/0001-08	TREMEDAL	BA	48610.000417/2010-09
PR/MG0079674	AUTO POSTO MENDES E FREIRE LTDA.	07.276.156/0001-49	ALPINOPOLIS	MG	48610.000424/2010-01
PR/GO0079684	AUTO POSTO PONTEJO LTDA ME	11.030.816/0001-84	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO	48610.000436/2010-27
RJ0182538	AUTO POSTO PS GUERRA LTDA.	05.261.756/0001-08	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.000707/2005-87



PR/SP0079691	AUTO POSTO TREVO VANGLORIA LTDA.	10.946.458/0001-91	PEDERNEIRAS	SP	48610.000428/2010-81
PR/PR0079644	AUTO POSTO TROVÃO AZUL LTDA.	09.627.146/0001-36	MARECHAL CANDIDO RONDON	PR	48610.000190/2010-93
PR/MG0079695	AUTO POSTO 9 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	10.893.077/0001-91	UBERLANDIA	MG	48610.000432/2010-49
PR/PB0079672	BARROS E OLIVEIRA LTDA.	10.569.000/0001-60	RIACHO DOS CAVALOS	PB	48610.000403/2010-87
PR/PR0079671	C. A. SOTTI	07.069.207/0001-61	CAMBIRA	PR	48610.000402/2010-32
PR/SP0079696	CENTRO AUTOMOTIVO SETE ESTRELAS LTDA.	55.278.543/0002-48	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	48610.000425/2010-47
PR/RS0079667	COMERCIAL BUFFON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.	93.489.243/0046-18	PORTO ALEGRE	RS	48610.000416/2010-56
PR/SC0079690	COOPERATIVA DE TRANSP. DE CARGAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	81.800.849/0043-09	ITAJAI	SC	48610.000427/2010-36
PR/AL0079712	DIESEL DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA.	11.908.167/0005-03	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	AL	48610.000422/2010-11
PR/MA0079692	F R DE MELO COMBUSTÍVEIS	11.239.606/0001-09	BARREIRINHAS	MA	48610.000430/2010-50
PR/CE0079685	F. C. DOS SANTOS COMBUSTIVEIS	10.508.890/0001-09	MUCAMBO	CE	48610.000407/2010-65
PR/CE0079662	FRANCISCO & WALDEMAR PETRÓLEO LTDA.	05.305.690/0002-91	REDENCAO	CE	48610.000419/2010-90
PR/GO0079643	HTC COMBUSTÍVEIS LTDA.	10.820.087/0001-05	GOANIA	GO	48610.000186/2010-25
PR/MG0079666	HURTADO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.131.460/0001-75	CALDAS	MG	48610.000421/2010-69
PR/SP0079708	IMPERIAL - COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	10.549.630/0001-73	SAO PAULO	SP	48610.000404/2010-21
PR/PR0079703	IVAN P. PARDINHO E PARDINHO LTDA	10.728.480/0001-65	BARBOSA FERRAZ	PR	48610.000434/2010-38
PR/PR0079687	JAUMIR MUCHELIM CALEGARINE	05.439.155/0001-42	CIANORTE	PR	48610.000429/2010-25
PR/SP0079642	MARIANO & CINTRA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	11.245.759/0001-50	FRANCA	SP	48610.000184/2010-36
PR/GO0079694	MASA AUTO POSTO LTDA.	10.883.169/0001-90	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.000412/2010-78
PR/RS0079664	MOISES FOLHA	10.649.140/0001-49	CRISTAL	RS	48610.000418/2010-45
PR/CE0079699	MOREIRA E VIEIRA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	11.166.377/0001-31	NOVO ORIENTE	CE	48610.000426/2010-91
PR/GO0079693	PARANÁ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	11.216.796/0001-30	FORMOSA	GO	48610.000431/2010-02
PR/MG0079670	POMPÉU AUTO POSTO LTDA.	09.111.440/0001-90	POMPEU	MG	48610.000401/2010-98
PR/RS0079683	POSTO DE COMBUSTÍVEIS DA ROTULA LTDA	11.360.004/0001-05	PORTO ALEGRE	RS	48610.000409/2010-54
PR/PB0079698	POSTO DE COMBUSTÍVEL MUNIZ LTDA.	07.384.493/0002-30	PRINCESA ISABEL	PB	48610.000435/2010-82
PR/MG0079689	POSTO DE SERVIÇO 3 D DE LEOPOLDINA LTDA.	11.353.189/0001-12	LEOPOLDINA	MG	48610.000441/2010-30
PR/MG0079645	POSTO EXPOPEC LTDA.	11.211.101/0001-28	ITUUITABA	MG	48610.000192/2010-82
PR/MT0079702	REDE DE POSTOS 3R LTDA	04.111.378/0004-66	CUIABA	MT	48610.000405/2010-76
PR/AL0079673	SANTOS & CORDEIRO LTDA.	11.064.275/0001-05	MARAVILHA	AL	48610.000400/2010-43
PR/BA0079668	SANTOS ROCHA COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.349.911/0001-45	BOQUIRA	BA	48610.000413/2010-12
PR/BA0079705	SOBRAL & FILHOS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.322.064/0001-25	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.000408/2010-18
PR/BA0079704	SOBRAL & FILHOS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.322.064/0002-06	ANTONIO CARDOSO	BA	48610.000411/2010-23
PR/MA0079665	SOLANGE S B TEIXEIRA	01.708.025/0001-07	CARUTAPERA	MA	48610.000420/2010-14
PR/RS0079682	WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA	93.209.765/0342-83	GRAVATAI	RS	48610.000470/2010-00

Nº 34 - O Superintendente Adjunto de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e Nº 112, de 17 de junho de 2004, com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna público a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo aos requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, constantes dos certificados expedidos pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos contidos no certificado de que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP Nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0182649	ADIMILSON PEREIRA DIAS	04.831.593/0001-99	PATOS DE MINAS	MG	48610.000243/2010-76
GLP/MS0182650	AFONSO MARIN	02.823.892/0001-56	BELA VISTA	MS	48610.000246/2010-18
GLP/MG0182651	ANA MARIA DE SOUZA SILVA	04.803.522/0001-82	CONTAGEM	MG	48610.000163/2010-11
GLP/MG0182652	AROSSA PIOLI & CIA LTDA	05.220.607/0001-09	POCOS DE CALDAS	MG	48610.000229/2010-72
GLP/SP0182653	CAZEGAS COMERCIO LTDA.	01.155.995/0001-22	SAO PAULO	SP	48610.000220/2010-61
GLP/SP0182654	CHE GAS COMERCIO LTDA ME	05.331.777/0001-52	SAO PAULO	SP	48610.000242/2010-21
GLP/MG0182655	COMERCIAL E ORGANIZAÇÃO NOVA ERA LTDA ME	86.464.500/0001-08	OLIVEIRA	MG	48610.000293/2010-53
GLP/MG0182656	COMERCIAL POSTO MIL LTDA	01.945.104/0001-31	CAMPO GRANDE	MS	48610.000227/2010-83
GLP/SP0182657	COMERCIO DE GAS CIDADE A E CARVALHO LTDA. ME.	01.640.148/0001-53	SAO PAULO	SP	48610.000299/2010-21
GLP/MG0182658	CRISTIANE LUCIA BONIFACIO ME	05.208.586/0001-06	CAXAMBU	MG	48610.000076/2010-63
GLP/MG0182659	DEPÓSITO DE GÁS REAL LTDA	04.902.501/0001-14	BETIM	MG	48610.000162/2010-76
GLP/MG0182660	DISK GAS LTDA	66.366.188/0001-02	UBERLANDIA	MG	48610.000239/2010-16
GLP/MG0182661	DOM GAS LTDA.	04.743.995/0001-31	VICOSA	MG	48610.000068/2010-17
GLP/SP0182662	FABGAS COMERCIO DE GAS LTDA ME	05.604.476/0001-55	SAO PAULO	SP	48610.000072/2010-85
GLP/MG0182663	FERNANDO ALVES PACHECO - ME	01.397.366/0001-09	BELO HORIZONTE	MG	48610.000305/2010-40
GLP/MG0182664	FLAMAGAS LTDA	00.414.683/0001-23	UBERABA	MG	48610.000224/2010-40
GLP/MG0182665	GEUBER GERVÁSIO DE PINHO TAVARES	65.327.660/0001-27	SABINOPOLIS	MG	48610.000225/2010-94
GLP/MS0182666	GOMES & BAZZO LTDA	05.036.273/0001-00	CAMPO GRANDE	MS	48610.000306/2010-94
GLP/MS0182667	JOSE EDUARDO LEONARDI - ME	33.743.436/0001-20	ELDORADO	MS	48610.000161/2010-21
GLP/SP0182668	LAECIO DE MELO - ME.	02.892.205/0001-54	SAO PAULO	SP	48610.000222/2010-51
GLP/PE0182669	MARIA BARBOSA CARVALHO - ME	01.902.361/0001-96	MORENO	PE	48610.000291/2010-64
GLP/MG0182670	POSTO VISTA ALEGRE LTDA	64.355.167/0001-58	BELO HORIZONTE	MG	48610.000292/2010-17
GLP/MG0182671	SÔNIA REGINA MAIA ME	04.150.081/0001-67	IBIRITE	MG	48610.000223/2010-03
GLP/MG0182672	SUPERMERCADO WILSON LTDA ME	64.283.039/0001-46	UBERLANDIA	MG	48610.000307/2010-39

Nº 35 - O Superintendente Adjunto de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e Nº 112, de 17 de junho de 2004, com base na Portaria ANP Nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna público a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo aos requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, constantes dos certificados expedidos pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos contidos no certificado de que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP Nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0182673	A. R. DE ARRUDA GAS - ME.	03.561.888/0001-20	SAO PAULO	SP	48610.000221/2010-14
GLP/RS0182674	AIRTON PACHECO DE OLIVEIRA	10.782.541/0001-72	SAPUCAIA DO SUL	RS	48610.000301/2010-61
GLP/SP0182675	ALEX FÉLIX DA SILVA GÁS - ME	10.609.772/0001-89	VERA CRUZ	SP	48610.000286/2010-51
GLP/BA0182676	ÁUREA MEDEIROS CIMA	02.123.053/0001-25	MUNDO NOVO	BA	48610.000235/2010-20
GLP/ES0182677	AUTO POSTO SANTIAGO - LTDA.	09.351.504/0001-20	CONCEICAO DO CASTELO	ES	48610.000309/2010-28
GLP/GO0182678	BARCELOS FLORES GÁS LTDA	08.084.379/0001-77	GOIANIA	GO	48610.000283/2010-18
GLP/AL0182679	BARTIRA DOS S. OLIVEIRA - ME	10.753.782/0001-93	MACEIO	AL	48610.000274/2010-27
GLP/SP0182680	CANDINHO & STOCK COM. DE PROD. ALIM. LTDA.	09.658.237/0002-10	UBATUBA	SP	48610.000253/2010-10
GLP/CE0182681	CENTRO SUL GÁS LTDA	63.495.543/0004-90	VARZEA ALEGRE	CE	48610.000236/2010-74
GLP/CE0182682	CENTRO SUL GÁS LTDA	63.495.543/0005-70	CARIUS	CE	48610.000252/2010-67
GLP/CE0182683	CEZAR CACAU COMÉRCIO DE GLP LTDA.	72.332.505/0008-30	CAUCAIA	CE	48610.000276/2010-16
GLP/RO0182684	CHAMA AZUL COMERCIAL DE GAS LTDA	05.583.518/0001-19	ROLIM DE MOURA	RO	48610.000275/2010-71
GLP/PE0182685	CINTRA COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA.	11.169.749/0001-83	SAO LOURENCO DA MATA	PE	48610.000302/2010-14
GLP/SP0182686	CLARES & PINHEIRO COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	10.961.593/0001-06	SANTO ANDRE	SP	48610.000237/2010-19
GLP/BA0182687	COMERCIAL DE GÁS VALE DO SOL LTDA	05.850.690/0002-72	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.000267/2010-25
GLP/BA0182688	DAMIAO SANTIAGO COMÉRCIO DE GÁS LIQUEFEITO LTDA - ME	11.254.482/0001-22	SALVADOR	BA	48610.000316/2010-20
GLP/BA0182689	DENILSON CORREIA DA SILVA	10.625.377/0001-90	CRUZ DAS ALMAS	BA	48610.000245/2010-65
GLP/RO0182690	DISTRIBUIDORA CRISTALINA LTDA	05.255.390/0001-64	PORTO VELHO	RO	48610.000290/2010-10
GLP/MG0182691	DISTRIBUIDORA DE GÁS GALILEIA LTDA.	08.583.313/0001-21	BELO HORIZONTE	MG	48610.000244/2010-11
GLP/MG0182692	DISTRIBUIDORA G3 DE GÁS LTDA.	10.582.918/0001-40	GUANHAES	MG	48610.000298/2010-86
GLP/MG0182693	DNJ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME	11.027.678/0001-84	MARIANA	MG	48610.000287/2010-04
GLP/BA0182694	ELIZABETE NARCISA DE OLIVEIRA CAMELO	10.999.140/0001-79	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.000269/2010-14
GLP/MS0182695	EUCILAINE KELLY DA SILVA LAMEU - ME	07.672.209/0001-40	CAMPO GRANDE	MS	48610.000234/2010-85
GLP/RS0182696	E.W. ARAÚJO	11.201.445/0001-56	FREDERICO WESTPHALEN	RS	48610.000289/2010-95
GLP/PR0182697	FERNANDA LACORDAIRE DE OLIVEIRA GARDIN	02.886.374/0001-81	LONDRINA	PR	48610.000285/2010-15
GLP/AM0182698	FRANCISCO C. DE PAULA	05.396.671/0002-18	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	48610.000312/2010-41
GLP/SP0182699	FRANCISCO NELSON - ME	10.396.295/0001-10	LIMEIRA	SP	48610.000256/2010-45
GLP/RJ0182700	FREE GÁS COM. DE GÁS LIQUEFEITO LTDA.	10.901.311/0001-85	NILOPOLIS	RJ	48610.000314/2010-31
GLP/BA0182701	GEORGIO DOS SANTOS SILVEIRA	09.122.026/0001-87	CRUZ DAS ALMAS	BA	48610.000311/2010-05



GLP/PB0182702	GLAUCIA DE ANDRADE RIBEIRO ALBUQUERQUE	11.306.538/0001-45	JOAO PESSOA	PB	48610.000296/2010-97
GLP/PE0182703	HENRIQUE SOARES DA SILVA	04.977.234/0002-25	TORITAMA	PE	48610.000271/2010-93
GLP/MT0182704	HILDEBRANDT & GADOTTI LTDA ME	08.783.103/0001-87	CAMPO NOVO DO PARECIS	MT	48610.000248/2010-07
GLP/RJ0182705	INOVAGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA.	04.561.580/0001-47	CACHOEIRAS DE MACACU	RJ	48610.000273/2010-82
GLP/GO0182706	J J BENTO ME	10.808.667/0001-79	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.000232/2010-96
GLP/PE0182707	JENIVALDO COELHO GOMES ME	07.519.298/0001-90	PETROLINA	PE	48610.000249/2010-43
GLP/ES0182708	JOSE DA SILVA BARBOSA ME	27.758.036/0001-95	VILA VELHA	ES	48610.000308/2010-83
GLP/BA0182709	JOSEILMA JACINTO CAVALCANTI VITORIO - ME.	04.580.651/0001-59	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.000216/2010-01
GLP/PE0182710	JOSENILDO JOAQUIM DE ARRUDA - ME.	06.211.275/0002-31	RECIFE	PE	48610.000281/2010-29
GLP/PA0182711	K. R. V. LOPES - ME.	11.235.606/0002-03	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	PA	48610.000251/2010-12
GLP/MS0182712	KELLEN CRISTINA DA SILVA	11.004.254/0001-02	AQUIDAUANA	MS	48610.000303/2010-51
GLP/MG0182713	KILOGÁS LTDA.	10.745.439/0001-05	MANGA	MG	48610.000295/2010-42
GLP/SP0182714	L. R. DE A. BOTELHO ME	11.073.966/0001-75	FRANCA	SP	48610.000297/2010-31
GLP/SP0182715	LIMA GAS LTDA. - ME.	11.186.383/0001-50	ENGENHEIRO COELHO	SP	48610.000217/2010-48
GLP/AL0182716	LUCENA & SANTOS DEPÓSITO LTDA	10.815.275/0001-37	CORURIBE	AL	48610.000233/2010-31
GLP/RS0182717	LUCIANE BELLAYER SCHMITZ ME	07.255.850/0001-80	MAQUINE	RS	48610.000294/2010-06
GLP/PE0182718	LUIS ALVES DA SILVA GÁS	07.112.385/0001-28	SAO JOAQUIM DO MONTE	PE	48610.000282/2010-73
GLP/SP0182719	LUIS ANTONIO GONÇALVES VALLIM - ME	11.221.324/0001-76	LEME	SP	48610.000288/2010-41
GLP/CE0182720	MARIA ALDENIA DE OLIVEIRA SALES - ME.	09.375.345/0001-02	ACARAPE	CE	48610.000300/2010-17
GLP/PB0182721	MARIA JOSÉ DAS CHAGAS CRUZ	11.207.986/0001-91	JOAO PESSOA	PB	48610.000247/2010-54
GLP/PE0182722	MERCIA GOMES DA SILVA	04.976.005/0001-05	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	48610.000280/2010-84
GLP/SP0182723	MICHELE FELICIANO BERARDINELLI GARCIA - ME	10.338.263/0001-69	SAO PAULO	SP	48610.000304/2010-03
GLP/RN0182724	NARCISO DE FIGUEIREDO FILHO	70.165.360/0003-90	PARNAMIRIM	RN	48610.000310/2010-52
GLP/BA0182725	NOVA EDAG COMÉRCIO LTDA.	11.156.028/0001-39	SALVADOR	BA	48610.000214/2010-12
GLP/BA0182726	N.S. MEDINA & CIA LTDA	09.604.766/0001-50	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.000315/2010-85
GLP/PE0182727	P A LINS LIRA	08.954.011/0001-12	CHA GRANDE	PE	48610.000284/2010-62
GLP/PR0182728	PAULO MARCOS CALEGARI	76.801.786/0001-08	CAMBARA	PR	48610.000219/2010-37
GLP/PE0182729	ROD MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS	11.072.166/0001-30	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	48610.000313/2010-96
GLP/SP0182730	ROSENEIDE OLIVEIRA SANTOS GÁS	10.903.419/0001-07	LUPERCIO	SP	48610.000240/2010-32
GLP/PR0182731	SIDERLEI JOSÉ DOS SANTOS	10.595.164/0001-62	RIO BRANCO DO SUL	PR	48610.000231/2010-41
GLP/BA0182732	VALDINEZ TEIXEIRA BRAGA	08.858.000/0001-39	VITORIA DA CONQUISTA	BA	48610.000238/2010-63
GLP/PI0182733	VALÉRIA RODRIGUES E RODRIGUES COM. VAR. DE GLP LTDA- ME	10.538.434/0001-01	ITAUEIRA	PI	48610.000277/2010-61

Nº 37 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e Nº 112, de 17 de junho de 2004, e com base na Portaria ANP Nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0079788	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LEÃO LTDA.	09.273.885/0003-39	CAPAO DO LEAO	RS	48610.000527/2010-62
PR/SP0079883	ADALFREDO FERRISI & CIA LTDA	05.264.140/0002-71	CATANDUVA	SP	48610.000528/2010-15
PR/RJ0079868	AMSTERDAM COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.	10.639.974/0001-73	ARRAIAL DO CABO	RJ	48610.000526/2010-18
PR/SP0079867	ANDRADE & ANDRADE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP	11.396.382/0001-30	PITANGUEIRAS	SP	48610.000503/2010-11
PR/PR0079872	AUTO POSTO A & D LTDA	11.164.817/0001-11	CIDADE GAUCHA	PR	48610.000545/2010-44
PR/GO0079806	AUTO POSTO AGUIA DOURADA LTDA.	07.098.743/0001-95	GOIANIA	GO	48610.000525/2010-73
PR/BA0079726	AUTO POSTO AVENIDA DE ITAPETINGA LTDA.	10.808.265/0001-74	ITAPETINGA	BA	48610.000516/2010-82
PR/ES0079722	AUTO POSTO BR 101 LTDA	10.919.569/0001-09	SERRA	ES	48610.000507/2010-91
PR/SP0079793	AUTO POSTO CALABRIA LTDA	11.360.399/0001-38	SAO PAULO	SP	48610.000521/2010-95
PR/SP0079873	AUTO POSTO G. P. B. LTDA	11.222.689/0001-15	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.000541/2010-66
PR/SP0079782	AUTO POSTO MAIORAL LTDA.	01.215.172/0003-07	PAULINIA	SP	48610.000524/2010-29
PR/MS0079767	AUTO POSTO MATRIX LTDA.	07.642.385/0001-30	CAMPO GRANDE	MS	48610.000571/2010-72
PR/SP0079796	AUTO POSTO MONTANA LTDA	43.513.001/0001-42	SAO PAULO	SP	48610.000573/2010-61
PR/SP0079800	AUTO POSTO MULTIPOWER LTDA.	11.355.095/0001-82	SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	48610.000575/2010-51
PR/PA0079842	AUTO POSTO NILTON CEZAR LTDA	08.528.519/0001-59	BELEM	PA	48610.000574/2010-14
PR/SP0079864	AUTO POSTO PORTAL DAS ÁGUAS LTDA.	08.772.232/0002-50	AMPARO	SP	48610.000537/2010-06
PR/SP0079729	AUTO POSTO RODOCAP LTDA	11.215.542/0001-06	PROMISSAO	SP	48610.000502/2010-69
PR/SP0079724	AUTO POSTO SAMAUMA DE INDAIATUBA LTDA.	11.366.973/0001-65	INDAIATUBA	SP	48610.000519/2010-16
PR/MG0079871	AUTO POSTO SERRA DE MINAS LTDA.	10.983.676/0001-04	PAULA CANDIDO	MG	48610.000531/2010-21
PR/SP0079875	AUTO POSTO TEMPLO DA CIÊNCIA LTDA.	06.316.033/0002-02	ARARAS	SP	48610.000508/2010-36
PR/SP0079768	AUTO POSTO VILA SETE ARARAQUARA LTDA.	11.100.654/0001-03	ARARAQUARA	SP	48610.000572/2010-17
PR/MS0079798	CAFURE & GONÇALVES LTDA	10.983.785/0001-13	NIOAQUE	MS	48610.000538/2010-42
PR/MG0079843	DÉCIO AUTO POSTO JARDIM PATRÍCIA LTDA.	11.280.634/0001-61	UBERLANDIA	MG	48610.000546/2010-99
PR/BA0079882	FLAMMA ENERGIA VEICULAR LTDA.	13.192.885/0001-10	ALAGOINHAS	BA	48610.000544/2010-08
PR/MT0079822	G. J. G. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	08.667.423/0003-33	CUIABA	MT	48610.000569/2010-01
PR/PB0079727	GIO PETRO COMBUSTÍVEIS LTDA	09.385.007/0001-43	JOAO PESSOA	PB	48610.000513/2010-38
PR/SC0079799	IDEAL GIUPO LTDA.	03.626.094/0007-92	CANOINHAS	SC	48610.000536/2010-53
PR/BA0079884	J. J. L. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	10.886.523/0001-30	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.000529/2010-51
PR/BA0079794	JMF COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	04.524.416/0003-21	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.000576/2010-03
PR/PI0079742	JOAQUIM HOLANDA BARROSO DE CARVALHO	10.978.869/0001-69	SANTA CRUZ DO PIAUI	PI	48610.000512/2010-02
PR/MA0079865	JP COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	07.549.461/0002-48	IMPERATRIZ	MA	48610.000533/2010-10
PR/MA0079866	LUZENIRA V. DOS SANTOS	06.228.950/0002-35	PRESIDENTE DUTRA	MA	48610.000522/2010-30
PR/PR0079801	PALMARES COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	10.973.696/0001-96	MARINGA	PR	48610.000535/2010-17
PR/MG0079863	PAULO RICARDO OLIVEIRA DA ROSA	05.673.057/0001-75	UBERABA	MG	48610.000539/2010-97
PR/RS0079869	PAULO ROGERIO LEMOS PEREIRA - ME	02.989.317/0001-28	ESMERALDA	RS	48610.000530/2010-86
PR/MA0079803	POSTO BRISA RIOS LTDA	11.256.651/0001-63	ARAIOSES	MA	48610.000534/2010-64
PR/SP0079763	POSTO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS TOURIGA LTDA.	10.445.677/0001-97	SAO PAULO	SP	48610.000517/2010-27
PR/SP0079723	POSTO DE SERVICOS 577 LTDA.	11.388.732/0001-17	SAO PAULO	SP	48610.000518/2010-71
PR/PR0079870	POSTO FERA - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	11.160.560/0001-20	BANDEIRANTES	PR	48610.000505/2010-01
PR/RJ0079797	POSTO GARAGEM NOVO MODELO LTDA	10.458.649/0001-04	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.000542/2010-19
PR/SP0079762	POSTO MARTINELLI - COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.352.722/0001-21	SAO PAULO	SP	48610.000513/2010-49
PR/RS0079765	POSTO NOVO HORIZONTE LTDA.	11.297.204/0001-52	PORTO ALEGRE	RS	48610.000511/2010-50
PR/PA0079725	POSTO PINHEIRO LTDA	15.741.754/0003-31	BELEM	PA	48610.000509/2010-81
PR/SP0079792	POSTO QUALITY MARGINAL DO UNA LTDA.	10.689.178/0001-45	SUZANO	SP	48610.000568/2010-59
PR/RS0079764	POSTO SRJ LTDA.	11.297.126/0001-96	PORTO ALEGRE	RS	48610.000514/2010-93
PR/MG0079874	POSTO TREVO ESMERALDAS LTDA	11.230.664/0001-63	ESMERALDAS	MG	48610.000540/2010-11
PR/TO0079805	PREMIUM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	09.217.206/0001-42	ARAGUAINA	TO	48610.000523/2010-84
PR/BA0079802	SL COMERCIO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES LTDA.	11.238.646/0001-28	JAGUAQUARA	BA	48610.000520/2010-41
PR/GO0079862	SUPER POSTO BRASIL II LTDA	10.831.831/0001-69	RIO VERDE	GO	48610.000510/2010-13
PR/BA0079795	VISÃO PERSPICAZ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E INDUSTRIA LTDA - ME	09.064.592/0001-80	ITAGIMIRIM	BA	48610.000543/2010-55
PR/RS0079804	ZERONI CHRUSCIEL	10.641.293/0001-40	CHUVISCA	RS	48610.000532/2010-75

Nº 38 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV, art. 1º, da Portaria ANP Nº . 92, de 26 de maio de 2004, e da Portaria ANP Nº 112, de 17 de junho de 2004, com base no disposto na alínea d, do inciso II, art. 25, da Resolução ANP n.º 08, de 08 de março de 2007, torna público o cancelamento do Registro n.º 226025, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR), da CODAPE Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 06.006.035/0001-14, outorgado através do processo Nº . 48300.014445/1995-17, pelas razões de fato e de direito constantes do Processo Administrativo n.º 48610.005958/2008-09, regularmente desenvolvido com base na Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Ficam revogadas as Autorizações ANP Nº 152 e 153, publicadas no Diário Oficial da União em 12 de maio de 2005.

Nº 39 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP Nº 92, de 26 de maio de 2004, e Nº 112, de 17 de junho de 2004, e com base na Resolução ANP Nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/SP0079728	PETRO SAPPER PLUS - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES LTDA.	10.224.974/0001-02	BAURUR	SP	48610.000506/2010-47

Nº 40 - O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso IV, art. 1º, da Portaria ANP Nº . 92, de 26 de maio de 2004, e da Portaria ANP Nº 112, de 17 de junho de 2004, com base no disposto na alínea d, do inciso II, art. 25, da Resolução ANP n.º 08, de 08 de março de 2007, torna público o cancelamento do Registro n.º 220345, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR), da Pan Comércio de Combustíveis e Transportes Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 85.482.610/0001-21, outorgado através do processo Nº . 48300.005490/1996-53, pelas razões de fato e de direito constantes do Processo Administrativo n.º 48610.008965/2006-92, regularmente desenvolvido com base na Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E
MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS
DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 27, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.014033/2009-21, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transportes S.A. - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0049-01, autorizada a construir um Oleoduto entre o Terminal de Suape e a Petroquímica Suape e um tanque, denominado TQ-631309, conforme características descritas a seguir, e executar as adequações necessárias nos TQ-631303/04/07 e TQ-636106 para operar com paraxileno, no seu Terminal, situado no Município de Suape, Estado de Pernambuco.

- Características do Oleoduto entre o Terminal de Suape e a Petroquímica Suape:

Comprimento: 6,3 km;

Diâmetro nominal: 8 pol;

Vazão nominal: 180 m³/h;

Classe de pressão: B 16,5; 300 #;

Material utilizado: API 5L Gr B.

- Características do Tanque TQ-631309:

Tipo: Cilíndrico Vertical de Teto Fixo com Selo Interno Flutuante;

Capacidade Nominal: 24.157 m³;

Altura Nominal: 14,64 m;

Diâmetro nominal: 45,83 m;

Norma de Projeto: API 650.

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização é válida até 28 de setembro de 2010, conforme prazo de validade estabelecido pela Licença de Instalação LI Nº 01.09.09.011573-8, expedida pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH, do Estado de Pernambuco em 28/09/2009.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 28, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.012993/2008-76, nos termos do art. 56, da Lei Nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP Nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Terminal Químico de Aratu S/A - TEQUIMAR, CNPJ: 14.688.220/0001-64, autorizada a operar as seguintes instalações para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis das Classes I a III, Biodiesel e Mistura Óleo Diesel/Biodiesel e Álcool Combustível em seu Terminal Marítimo localizado no Porto de Aratu, Município de Candeias, Estado da Bahia.

a) 18 (dezoito) dutos portuários, sendo 13 (treze) construídos em aço carbono e 5 (cinco) em aço inox, interligando os pontos de atracação à estação de bombeamento, com 8 polegadas de diâmetro e 500 metros de extensão cada;

b) 23 (vinte e três) plataformas rodoviárias para carregamento e descarregamento de caminhões-tanque;

c) 78 (setenta e oito) tanques, com as características listadas abaixo:

Tanques (TAG)	Diâmetro (m)	Altura Útil (m)	Capacidade tabelada (m³)
2001	12,805	12,120	1.563,654
2002	9,153	12,180	802,427
2003	12,800	12,200	1.572,337
2004	9,153	12,180	802,048
2005	12,800	12,180	1.570,005
2006	9,155	12,140	799,804
2007	9,152	12,200	803,750
2008	12,803	12,220	1.547,170
2009	12,802	12,220	1.574,736
2010	9,162	12,140	800,654
2011	9,150	12,150	799,793
2012	12,805	12,110	1.564,030
2013	9,149	12,120	797,219
2014	12,802	12,100	1.559,903
2015	12,798	13,800	1.778,130
2016	9,151	12,120	798,354
2017	9,148	12,120	797,419
2018	12,082	12,120	1.563,338
2019	9,142	12,120	799,046
2020	12,801	12,100	1.557,480
2021	9,140	12,110	796,995
2022	12,801	12,100	1.562,156
2023	9,148	12,120	796,631

2024	12,793	11,980	1.545,656
2025	16,697	14,470	3.174,876
2026	16,669	14,550	3.191,548
2027	16,693	14,530	3.205,948
2028	16,693	14,540	3.205,929
2029	16,700	14,470	3.175,365
2030	16,700	14,480	3.189,576
2031	16,693	14,500	3.183,414
2032	16,691	14,500	3.183,616
2033	11,792	14,550	1.593,055
2034	11,793	14,550	1.593,460
2035	9,794	14,550	1.099,976
2036	9,788	14,610	1.101,577
2040	6,997	7,910	305,092
2041	6,990	7,910	304,145
2042	7,001	13,470	519,583
2043	7,001	13,450	519,258
2044	6,998	13,470	518,904
2045	7,000	13,470	519,411
2046	24,743	16,450	7.941,865
2047	24,741	17,750	8.493,822
2048	10,697	14,540	1.311,074
2049	10,697	14,530	1.311,168
2050	10,697	14,550	1.311,770
2051	10,698	14,550	1.310,240
2052	13,498	14,560	2.089,900
2053	13,497	14,550	2.087,774
2060	16,696	14,550	3.176,787
2061	16,694	14,540	3.193,814
2062	16,698	14,520	3.184,904
2063	16,695	14,540	3.192,747
2064	15,290	14,540	2.672,110
2065	15,300	14,570	2.684,427
2066	15,302	14,540	2.678,203
2067	15,302	14,550	2.683,478
2068	8,489	9,690	548,586
2069	8,496	9,680	549,383
2070	8,491	9,650	548,057
2071	8,496	9,640	547,161
2072	8,500	9,720	552,854
2074	8,498	9,710	551,619
2075	8,497	9,700	550,852
2076	8,498	9,710	552,647
2077	22,997	15,450	6.448,360
2078	22,995	15,470	6.447,504
2079	21,404	14,500	5.255,888
2080	21,406	14,540	5.255,626
2081	27,193	17,580	10.264,821
2082	19,197	17,580	5.109,452
2083	19,197	17,580	5.109,791
2084	19,189	17,970	5.221,447
2089	13,360	19,465	2.740,789
2093	15,262	19,420	3.570,111
2094	15,262	19,410	3.568,530
2095	13,357	19,420	2.734,359

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 20 de abril de 2010, conforme o prazo estabelecido pela Portaria CRA Nº 5460, do Centro de Recursos Ambientais - CRA, do Governo do Estado da Bahia, publicada no D.O.E. em 20/04/2005, concedendo ao Terminal Licença de Operação.

Art. 4º Ficam revogadas as Autorizações ANP Nº 44, de 6/3/2002, Nº 127, de 13/6/2003, Nº 145, de 6/5/2005 e Nº 254, de 16/05/2009.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 29, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.009306/2008-35, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ: 33.000.167/0001-01, autorizada a construir:

a-Adaptações para que o oleoduto OSDUC II, que opera com LGN, passe a operar com GLP, incluindo uma nova área de lançamento e recebimento de "PIG";

b-Um novo trecho do OSDUC II com extensão aproximada de 0,6 km, no bairro de Campos Elíseos, no município de Duque de Caxias;

c-Adaptações para que o gasoduto GASDUC I, que opera com Gás Natural, seja convertido em oleoduto denominado OSDUC IV e passe a operar com LGN, incluindo uma nova área de lançamento e recebimento de "PIG" na Estação de Cabiúnas e uma na Estação de Campos Elíseos;

d-Um novo trecho do OSDUC IV, com extensão aproximada de 170 metros, que interligará o trecho existente com a estação de Cabiúnas; e

e-Um novo trecho do OSDUC IV, com extensão aproximada de 1870 metros, que interligará o trecho existente com a estação de Campos Elíseos.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º Esta Autorização é válida até 10 de janeiro de 2012, conforme data de validade das Licenças de Instalação Nº FE015415 e Nº FE015413, concedidas pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA do Estado do Rio de Janeiro em 10 de janeiro de 2009.

Art. 4º Fica a outorga da Autorização de Operação dos referidos dutos condicionada à apresentação (i) dos atestados de comissionamento, emitidos por entidade técnica societariamente independente da empresa solicitante, acompanhados de laudo de inspeção com "pig" instrumentado e geométrico e laudo de teste hidrostático e (ii) relatório detalhado com a descrição e documentação fotográfica de todos os trechos que por ventura tiverem que ser substituídos nos trechos dos oleodutos existentes.

Art. 5º Fica revogada a Autorização ANP Nº 82 de 10 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Nº 29, de 11 de fevereiro de 2009.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 30, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.015211/2009-31, nos termos do art. 56, da Lei Nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP Nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa TERCOM - Terminal de Armazenagem de Combustíveis Ltda., CNPJ: 09.361.622/0001-10, autorizada a operar um Terminal Terrestre com 06 (seis) tanques para armazenamento de produtos granéis líquidos inflamáveis e combustíveis, inclusive derivados de petróleo, das classes I a III, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel e álcool combustível, cujas características estão descritas na tabela abaixo, e duas plataformas rodoviárias, uma para carregamento e uma para descarregamento, no Município de Paulínia, Estado de São Paulo.

Tanque Tag.	Diâmetro (m)	Altura útil (m)	Volume nominal (m³)
TQ-01	11,437	14,860	1.541,303
TQ-02	11,434	14,870	1.541,629
TQ-03	11,437	14,860	1.542,640
TQ-04	11,439	14,880	1.542,452
TQ-05	11,437	14,840	1.540,960
TQ-06	11,439	14,860	1.543,730

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 30 de julho de 2013, conforme o prazo estabelecido pela Licença de Operação Nº 37000807, emitida em 30/07/2009 pela CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL
DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 11/2010

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

890.505/2006-MINERAÇÃO VALE DO PARAIBUNA LTDA-ALVARÁ Nº 11.271 Publicado DOU de 05/12/2006- Onde se lê:"...numa área de 1.768,61 ha...", Leia-se:"...numa área 1.539,16 ha..."

830.312/2004-DIOVANI NORONHA DE FARIA-ALVARÁ Nº 3.949 Publicado DOU de 05/05/2004- Onde se lê:"...numa área de 485,59 ha...", Leia-se:"...numa área 297,58ha..."

831.980/2008-MINERAÇÃO MARMORE BRANCO MAR DE ESPANHA-ALVARÁ Nº 9.379 Publicado DOU de 22/09/2008- Onde se lê:"...numa área de 944,68ha...", Leia-se:"...numa área 924,85ha..."

830.685/2006-VICENTE BRETZ DA SILVA-ALVARÁ Nº 12.833 Publicado DOU de 29/12/2006- Onde se lê:"...numa área de 223,32 ha...", Leia-se:"...numa área 136,67ha..."

890.491/2007-M BERBERT CONSULTORIA GEOAMBIENTAL LTDA-ALVARÁ Nº 4.043 Publicado DOU de 13/05/2008- Onde se lê:"...numa área de 251,27 ha...", Leia-se:"...numa área 235,69ha..."

890.583/2007-R. S. NUNES EXTRAÇÃO DE MINERAIS ME-ALVARÁ Nº 2.337 Publicado DOU de 04/04/2008- Onde se lê:"...numa área de 163,31 ha...", Leia-se:"...numa área 56,69ha..."

880.067/2009-JOSÉ PETRONIO BARBOSA SOBRINHO-ALVARÁ Nº 7.092 Publicado DOU de 25/06/2009- Onde se lê:"...numa área de 31,99 ha...", Leia-se:"...numa área 30,14ha..."

890.252/2008-M BERBERT CONSULTORIA GEOAMBIENTAL LTDA-ALVARÁ Nº 16.646 Publicado DOU de 27/11/2008- Onde se lê:"...numa área de 28,37 ha...", Leia-se:"...numa área 19,66 ha..."



RELAÇÃO Nº 15/2010

Fase de Requerimento de Lavra
Determina arquivamento definitivo do processo(1039)
896.586/2007-MINERAÇÃO PANCIERI LTDA

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

2º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 1/2010

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

820.177/2009-CANHÃO PINDAMONHANGABA EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.

820.221/2009-ADEMIR MATHEUS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.425/2007-JOÃO PEREIRA MARTINS-OF. Nº024/09-2ºDS

820.999/2008-NOVA GNAISSE BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. Nº025/09-2ºDS

820.176/2009-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA-OF. Nº026/09-2ºDS

820.175/2009-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA-OF. Nº029/10-2ºDS

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)

820.832/2007-SÉRGIO PEREZ PAZ-OF. Nº001/10-2ºDS

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

820.582/2007-MARTA LÚCIA DE CAMPOS PAGNI CORREA

820.583/2007-MARTA LÚCIA DE CAMPOS PAGNI CORREA

820.877/2006-ROGÉRIO ANTÔNIO
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

820.114/2005-JOÃO BAPTISTA MATTOS PACHECO NETO- Alvará nº570/2007 - Cessionario:820.494/09-Padova Administração e Participação Ltda- CPF ou CNPJ 56.651.144/0001-62

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.235/2003-CERÂMICA PORTO FERREIRA S.A.-OF. Nº034/09-2ºDS

820.604/1988-WAGNER WANDERLEI CAETANO DE ABREU-OF. Nº027/09-2ºDS

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

820.188/2006-LUIZ ANTONIO LONGUINI- Cessionário:Joelson Galdino Vieira Júnior - EPP- CPF ou CNPJ 05.672.196/0001-84- Alvará nº2.912/2008

820.673/2007-GILMAR GONDIM MOSCOSO- Cessionário:LBL Terraplenagem Ltda- CPF ou CNPJ 10.777.304/0001-13- Alvará nº11.824/2009

820.410/2008-MARCELO PINTO- Cessionário:São Lourenço Produtos Cerâmicos Ltda - ME- CPF ou CNPJ 10.758.887/0001-35- Alvará nº6.386/2008

820.184/2007-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A- Cessionário:LLX Brasil Operações Portuárias Ltda- CPF ou CNPJ 10.312.803/0001-35- Alvará nº8.169/2007

820.379/2007-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A- Cessionário:LLX Brasil Operações Portuárias Ltda- CPF ou CNPJ 10.312.803/0001-35- Alvará nº8.173/2007

820.378/2007-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A- Cessionário:LLX Brasil Operações Portuárias Ltda- CPF ou CNPJ 10.312.803/0001-35- Alvará nº14.740/2007

820.186/2007-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A- Cessionário:LLX Brasil Operações Portuárias Ltda- CPF ou CNPJ 10.312.803/0001-35- Alvará nº8.170/2007

820.550/2007-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A- Cessionário:LLX Brasil Operações Portuárias Ltda- CPF ou CNPJ 10.312.803/0001-35- Alvará nº14.744/2007

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)

820.757/1998-SERGIO DE JESUS GODINHO- Alvará nº7.529/1998 - Cessionário: Porto de Areia Monte Alegre Ltda- CNPJ 00.022.318/0001-73

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
820.224/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP-OF. Nº003/10-2ºDS

820.258/1989-PORTO DE AREIA JOMANE LTDA-OF. Nº006/10-2ºDS

820.583/1989-JOMANE PORTO DE AREIA LTDA. - EPP-OF. Nº005/10-2ºDS

820.582/1989-JOMANE PORTO DE AREIA LTDA. - EPP-OF. Nº004/10-2ºDS

820.585/1989-JOMANE PORTO DE AREIA LTDA. - EPP-OF. Nº015/10-2ºDS

820.225/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP-OF. Nº002/10-2ºDS

820.601/1989-JOMANE PORTO DE AREIA LTDA. - EPP-OF. Nº007/10-2ºDS

821.474/1999-CONTER CONSTRUÇÕES E COMERCIO S A-OF. Nº014/10-2ºDS

821.526/1987-PEDREIRA REMANSO LTDA-OF. Nº036/09-2ºDS

820.594/1989-MINERADORA MARTINS LTDA.-OF. Nº017/10-2ºDS

820.593/1989-JOMANE PORTO DE AREIA LTDA. - EPP-OF. Nº016/10-2ºDS

821.064/2001-EXTRATORA E COMERCIAL DE AREIA SALTO LTDA-OF. Nº013/10-2ºDS

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)

821.653/1999-FERRES & CIA LTDA-OF. Nº008/10-2ºDS

821.161/2002-IRMÃOS ROSADA LTDA - ME-OF. Nº018/10-2ºDS

Indefere o Licenciamento(740)

820.190/2004-MINERAÇÃO SÃO CARLOS LTDA

821.633/1998-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.

821.635/1998-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.

821.636/1998-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.

821.637/1998-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.

821.638/1998-MARIMBONDO MINERAÇÃO LTDA.

Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)

820.132/1992-MINERAÇÃO ÁGUA AMARELA LTDA.- Registro de Licença No.:2.095/1998 - Vencimento em 7/7/2013

820.881/1997-SERGIO RICARDO MENDONÇA DE ALMEIDA - ME- Registro de Licença No.:2.833/2004 - Vencimento em 23/10/2014

820.880/1997-SERGIO RICARDO MENDONÇA DE ALMEIDA - ME- Registro de Licença No.:2.862/2005 - Vencimento em 23/10/2014

820.039/2004-MD MINERAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença No.:3.051/2008 - Vencimento em 12/2/2012

820.742/2001-IRMAOS MORETTO OLARIA LTDA ME- Registro de Licença No.:2915/2005 - Vencimento em 11/3/2012

820.606/2003-LG BRUNO E CIA LTDA - ME- Registro de Licença No.:3.018/2007 - Vencimento em 18/5/2012

820.944/1993-ROCHAFÉRTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA. EPP- Registro de Licença No.:1.801/1994 - Vencimento em 4/11/2012

820.823/2002-CERÂMICA NOVA CONQUISTA DE TATUI LTDA EPP- Registro de Licença No.:2.984/2006 - Vencimento em 18/11/2014

821.865/1998-AGROPECUARIA A. M. S. LTDA- Registro de Licença No.:2.600/1998 - Vencimento em 11/8/2010

820.444/2004-BIAZOTO & GIACOMAZI LTDA ME- Registro de Licença No.:2.939/2006 - Vencimento em 30/6/2016

Indefere pedido de renovação do Registro de Licença(744)

820.706/2006-LUIS CARLOS FERNANDES

Torna sem efeito o cancelamento do Registro de Licença(796)

820.229/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- DOU de 30/12/2005

Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

820.748/2008-MINERMIX MINERAÇÃO LTDA.- Alvará nº6.529/2009 - Cessionário: Extrabase Extração, Comércio e Transportes Ltda- CNPJ 04.298.888/0001-41

821.511/1999-CONCREMAX CONCRETO DE OURINHOS LTDA. EPP- Alvará nº16.642/2000 - Cessionário: Cleudinez Aparecido Cruz - EPP- CNPJ 82.053.448/0001-38

Retificação de despacho(1388)

821.433/2000-INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE ÁGUA MILLENAR LTDA. - Publicado DOU de 27/03/2006, Relação nº 87/2006, Seção I, pág. 57- Onde se lê "Agropecuária Nova Europa S.A. - CNPJ: 07.488.080/0001-15", leia-se "Agropecuária Nova Europa S.A. - CNPJ: 55.925.275/0001-28"

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.483/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. Nº031/10-2ºDS

820.468/1994-RANCHO ALEGRE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. Nº023/10-2ºDS

Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)

820.321/2007-MARTINS-IND E COM PROD CERAMICOS LTDA EPP

ENZO LUÍS NICO JÚNIOR"

6º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 4/2010

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

861.555/2008-VANDERALDO CORDEIRO TOLÊDO-GOÍÁS/GO - Guia nº 003/2010-39000t-areia- Validade:02/12/2010

860.309/2004-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-ARAGUARI/MG, CUMARI/GO - Guia nº 005/2010 e 006/2010-50000/8500t-areia/cascalho- Validade:04/11/2010

860.308/2004-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-ARAGUARI/MG, CUMARI/GO - Guia nº 007/2010 e 008/2010-8500/50000t-cascalho/areia- Validade:04/11/2010

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

860.455/2008-IDEVALDO RODRIGUES SILVA FI- Área de 37,60 para 21,99-areia

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

860.753/2009-CONSTRUFORTE CONSTRUÇÕES FERREIRA MAIA LTDA-areia

860.752/2009-CONSTRUFORTE CONSTRUÇÕES FERREIRA MAIA LTDA-areia

861.036/2006-ALESSANDRO WATANABE-areia

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

861.051/2006-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A-ALVARÁ Nº11300/2006

861.288/2006-ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA-ALVARÁ Nº11327/2006

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

861.035/2003-MIBASA - MIINERADORA BARRO ALTO LTDA-OF. Nº4/10-180 dias

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

861.158/2004-CONCREMAX ENGENHARIA, CONCRETO E MATERIAIS LTDA-MINEIROS/GO, PORTELÂNDIA/GO - Guia nº 001/2010 e 002/2010-45000 e 7500t-areia e cascalho- Validade:20/11/2010

860.782/1999-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-CUMARI/GO - Guia nº 004/2010-50000t-areia- Validade:19/11/2010

860.676/1999-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-CUMARI/GO - Guia nº 009/2010-3000t-areia- Validade:23/11/2010

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

860.072/1990-CALCÁRIO OURO BRANCO LTDA-OF. Nº2/10

860.404/2004-LMF IRMÃOS EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA-OF. Nº1/10

860.260/2004-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA-OF. Nº3/10

RELAÇÃO Nº 5/2010

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

860.584/2006-EDUARDO FERNANDES-CRISTALINA/GO - Guia nº 043/2009-45000t-areia- Validade:28/04/2010

861.040/2008-IRMÃOS CUNHA AREIA E CASCALHO LTDA-SILVÂNIA/GO - Guia nº 048/2009-39000t-areia- Validade:09/02/2010

861.092/2007-CERÂMICA SAN GENARO LTDA-SILVÂNIA/GO - Guia nº 049/2009-39000t-areia- Validade:27/04/2010

862.227/2008-LUIZ ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA-GAMELEIRA DE GOIÁS/GO, SILVÂNIA/GO - Guia nº 052-39000t-areia- Validade:15/06/2010

860.017/2007-J.L. AREIA E CASCALHO LTDA-SILVÂNIA/GO - Guia nº 053/2009-39000t-areia- Validade:01/04/2010

860.236/2008-OZONES RIBEIRO DE PAIVA-RIO VERDE/GO - Guia nº 054/2009-20000t-areia- Validade:14/07/2010

862.236/2008-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-CAVALCANTE/GO - Guia nº 056/2009-6000t-manganês- Validade:30/04/2010

861.470/2007-TASSO MENDONÇA JUNIOR-APARECIDA DE GOIÂNIA/GO, BELA VISTA DE GOIÁS/GO, HIDROLÂNDIA/GO - Guia nº 057/2009-42000t-areia- Validade:02/10/2010

860.984/2007-CONSÓRCIO MARINS PAVOTEC-URUAÇU/GO - Guia nº 058/2009-45000t-gnaisse- Validade:11/08/2010

861.785/2007-ELIZABETE DE MORAIS & CIA LTDA-GOÍÁS/GO - Guia nº 059/2009-42000t-areia- Validade:13/07/2010

860.235/2008-OZONES RIBEIRO DE PAIVA-RIO VERDE/GO - Guia nº 060/2009-20000t-areia- Validade:29/07/2010

861.654/2007-CARMÉLIA LÚCIA NORONHA-GOÍÁS/GO - Guia nº 061/2009-29040t-areia- Validade:07/07/2010

860.323/2007-FORNECEDORA SILVÂNIA DE AREIA LTDA ME-SILVÂNIA/GO - Guia nº 063/2009-39000t-areia- Validade:28/04/2010

860.404/2007-AMIN SALOMÃO-SILVÂNIA/GO - Guia nº 065/2009-15000t-areia- Validade:15/06/2010

860.697/2008-JUNIOR DA SILVA RIBEIRO-URUAÇU/GO - Guia nº 066/2009-39000t-areia- Validade:28/07/2010

860.002/2008-DELIO NUNES DE JESUS-HEITORAI/GO, ITAPURANGA/GO, URUANA/GO - Guia nº 070/2009-12000t-argila- Validade:14/09/2010

860.367/2005-ALMEIDA E BARBOSA DE OLIVEIRA-GOIANDIRA/GO - Guia nº 071/2009-30000t-areia- Validade:04/08/2010

862.825/2008-PORTO BELO AREIA E CASCALHO LTDA-CIDADE OCIDENTAL/GO, CRISTALINA/GO - Guia nº 072/2009-49800t-areia- Validade:31/07/2010

860.939/2008-NIVALDO JAIME PEIXOTO-GOIANÊSIA/GO, JARAGUÁ/GO - Guia nº 074/2009-8400t-areia- Validade:15/09/2010

861.282/2008-VASCONCELOS PAES BALDUINO-AMORINÓPOLIS/GO, IPORÁ/GO - Guia nº 075/2009-10000t-areia feldspática para uso industrial- Validade:22/02/2010

860.421/2007-CLEUZA MARIA BARBOSA-HIDROLÂNDIA/GO - Guia nº 076/2009-27000t-areia- Validade:09/05/2010

861.108/2007-MINERAÇÃO FELIX LTDA-SILVÂNIA/GO - Guia nº 079/2009-39000t-areia- Validade:07/05/2010

860.032/2008-EURIPEDES RODRIGUES DA SILVA-NIQUELÂNDIA/GO - Guia nº 080/2009-12000t-filito- Validade:24/04/2010

861.390/2006-PZ. AREIA E TRANSPORTE LTDA-SILVÂNIA/GO - Guia nº 081/2009-39000t-areia- Validade:18/05/2010

861.777/2007-PORTOGEN MINERAÇÃO LTDA-MIMOSO DE GOIÁS/GO - Guia nº 082/2009-50000t-areia- Validade:16/10/2010

861.852/2008-JINCOLN BARBOSA JUNIOR-CAMPO ALEGRE DE GOIÁS/GO - Guia nº 083/2009 e 084/2009-20000/2000t-areia/cascalho- Validade:22/10/2010
862.732/2008-GILDOMAR GONÇALVES RIBEIRO-CRIS-TALINA/GO - Guia nº 085/2009 e 086/2009-50000/4000t-areia/quartzo- Validade:11/11/2010
861.302/2008-ROSA E CAVALCANTE LTDA. ME-MARA ROSA/GO - Guia nº 087/2009-12000t-argila- Validade:18/03/2010
860.934/2006-MINERAÇÃO SANTA LUZIA LTDA-SIL-VÂNIA/GO - Guia nº 088/2009-30000t-areia- Validade:14/07/2010
861.373/2006-GEMMA MINERAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA-BELA VISTA DE GOIÁS/GO, SENADOR CANEDO/GO - Guia nº 089/2009-50000t-areia- Validade:26/03/2010
860.033/2008-CLÊNIO JOSÉ PEREIRA-NIQUELÂN-DIA/GO - Guia nº 091/2009-49800t-areia- Validade:18/08/2010
861.255/2006-FLAVIO CESAR POSTAL-NIQUELÂN-DIA/GO - Guia nº 092/2009-6000t-manganês- Validade:26/10/2010
860.881/2008-JOSÉ MENDES RIBEIRO-HIDROLINA/GO, SANTA RITA DO NOVO DESTINO/GO, SÃO LUIZ DO NORTE/GO - Guia nº 093/2009-39000t-areia- Validade:06/07/2010
860.358/2008-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-ARAGUARI/MG, CUMARI/GO - Guia nº 094/2009 e 095/2009-5000/8500t-areia/cascalho- Validade:04/06/2010

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
860.202/2004-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCÁRIO BRASILIA LTDA-DIVINÓPOLIS DE GOIÁS/GO, SÃO DOMINGOS/GO - Guia nº 040/2009-19000t-calcário- Validade:25/03/2010
860.935/2006-AREIAL ELDORADO LTDA-HIDROLÂN-DIA/GO, PIRACANJUBA/GO - Guia nº 044/2009-39000t-areia- Validade:26/06/2010
860.253/2004-LUIZ AILTON NUNES-JATAÍ/GO - Guia nº 045/046-7000/30000t-cascalho/areia- Validade:01/06/2011
860.712/2005-CERAMIKALYS INDÚSTRIA CERAMICA E COMERCIO LTDA-COCALZINHO DE GOIÁS/GO - Guia nº 050/2009-50000t-areia de quartzo- Validade:09/06/2010
860.312/1994-MB CAPITAL TRANSPORTE DE AREIA LTDA-SANTA RITA DO NOVO DESTINO/GO, HIDROLINA/GO - Guia nº 055/2009-10000t-areia- Validade:05/06/2010
860.015/2006-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-SANTA VITÓRIA/MG, CAÇU/GO, SÃO SIMÃO/GO - Guia nº 062/2009-30000t-areia- Validade:07/04/2011
860.598/1986-CABECAL- CALCÁRIO DE CABECEIRAS MINERAÇÃO LTDA.-CABECEIRAS/GO - Guia nº 064/2009-20000t-calcário dolomítico- Validade:19/12/2010
860.607/2003-EXTRAÇÃO GOIANA DE AREIA OURO BRANCO LTDA.-ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO - Guia nº 067/2009-8000t-areia- Validade:10/09/2010
860.370/2005-OSMAR RODOVALHO-FI-CATALÃO/GO, CUMARI/GO - Guia nº 068/069-30000/5000t-areia/cascalho- Validade:
861.701/2005-MINERAÇÃO E AGROPECUÁRIA SILVÂNIA-SILVÂNIA/GO - Guia nº 073/2009-3000t-caulim- Validade:06/02/2010
860.519/2002-AREIALTO EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA-ORIZONA/GO, PIRES DO RIO/GO - Guia nº 090/2009-50000t-areia- Validade:17/11/2010
860.047/2005-MINERAÇÃO BATALHA E PARTICIPAÇÕES LTDA.-CRISTALINA/GO, IPAMERI/GO - Guia nº 096/2009 e 097/2009-20000/30000t-calcário corretivo de solo/30000- Validade:05/10/2010

WASHINGTON RIBEIRO DOS SANTOS

20º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 161/2009

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

896.603/2009-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.
896.606/2009-PEDRA FORTE GRANITOS LTDA.
896.625/2009-MINERAÇÃO MACHADO LTDA
896.626/2009-MINERAÇÃO MACHADO LTDA

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

23º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 3/2010

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.319/2009-XINGU CONSTRUTORA LTDA-OF.
Nº16/2010
868.316/2009-PAULO CESAR MARTINASSO-OF.
Nº17/2010
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.052/2006-CERÂMICA FORNARI LTDA-OF.
Nº38/2010
868.251/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010

868.252/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
868.253/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
868.254/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
868.255/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
868.256/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
868.258/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
868.257/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
868.259/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
868.260/2007-MINERAL VENTURES PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. Nº36/2010
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
868.698/2008-REICHERT AGROPECUÁRIA LTDA
868.699/2008-REICHERT AGROPECUÁRIA LTDA
868.597/2008-PROGEMIX PROGRAMAS GERAIS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
868.182/2005-AGROMINERAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA ME
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
868.220/2008-STRIQUER E STRIQUER LTDA.
868.211/2008-VANER ROBERTO DOS SANTOS ME
868.389/2007-HILDA PANHOTI RIBEIRO
868.071/2007-ELIANE MARQUES DA SILVA LOPES
868.070/2006-PORTO DE AREIA PALMITO LTDA EPP
868.176/2004-ROBERTO SOARES CHAMMA
868.203/2001-EZEQUIEL DA SILVA REIS
868.157/2006-TATIANE LORENA BÉRGAMO SANTIN
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
968.225/2007-PEDREIRA SANTO ONOFRE LTDA-OF.
Nº29/2010
809.556/1972-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-OF.
Nº34/2010
Determina cumprimento Auto de Infração Advertência/ prazo 30 dias(1077)
814.160/1974-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA S.A.- AI Nº 3/2010
814.161/1974-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA S.A.- AI Nº 4/2010
Auto de infração lavrado - prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(1078)
868.336/1996-MINERAÇÃO CAMPO GRANDE LTDA-AI Nº1/2010
868.028/2003-MINERAÇÃO CAMPO GRANDE LTDA-AI Nº2/2010
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.233/1997-SAMPAIO & CASTRO LTDA ME-OF.
Nº28/2010
868.234/1997-SAMPAIO & CASTRO LTDA ME-OF.
Nº28/2010
868.261/2007-JOSÉ ROBERTO BOLACH - ME-OF.
Nº35/2010
Auto de infração lavrado - prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(1180)
868.233/1997-SAMPAIO & CASTRO LTDA ME- AI Nº5/2010
868.234/1997-SAMPAIO & CASTRO LTDA ME- AI Nº6/2010

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2010

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CDS/ES, em cumprimento ao inciso I, do artigo 13, da estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, por seu coordenador substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso I, do art. 11, da Estrutura Regimental, bem como pelas disposições contidas na PORTARIA/INCRA/P/Nº 123-II, de 23 de março de 2009, publicada no dia 24 do mesmo e ano, e tendo em vista a decisão adotada em sua Primeira Reunião Extraordinária, realizada no dia 05 de janeiro de 2010 e; considerando que a Fazenda Cachoeira Bonita, com área identificada em campo de 562, 3363ha e registrada de 408,5200ha, localizada nos municípios de Afonso Claudio e Brejetuba/ES não cumpre com o item II do art. 9º da Lei nº 8.629/93; e

Considerando que não há nos autos do processo administrativo nº 54340.000508/2009-22, nenhuma restrição agrônômica, jurídica ou social que impeça o andamento do processo expropriatório;

Considerando, que por não existir as restrições supramencionadas, o processo encontra-se apto para a elaboração do "Kit" de desapropriação;

Considerando que a desapropriação do imóvel contribuirá para o assentamento de 19 famílias de trabalhadores rurais, sendo uma área livre de 10,0000 ha por família, resolve:

Art. 1º Autorizar a elaboração do "Kit" de desapropriação.

Art. 2º Autorizar o envio do "Kit" à DT, para que sejam adotadas as demais medidas providências cabíveis, visando a devida decretação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO COSTA REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

PORTARIA Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR(28)DFE, SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria/INCRA/P/Nº 12, de 10 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, nº 08 de 11 de janeiro de 2008, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132 do regimento interno desta Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União nº 68, de 09 de abril de 2009, e considerando a legislação que disciplina o programa nacional de reforma agrária e os pronunciamentos técnicos inseridos no processo administrativo/INCRA/Nº 54700.004181/2009-21, resolve:

Nos termos do art. 132, do Regimento Interno desta Autarquia e com supedâneo nas Leis 4.504/64 e 8.629/93 HOMOLOGAR os direitos possessórios da senhor(a) MARIANE PEREIRA DOS SANTOS, CPF 102.147.066-05, referente a parcela nº40, situado no Projeto de Assentamento RENASCER, no município de UNAI-MG.

JOAQUIM FERREIRA DA SILVA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRASR-17/Nº 108, de 18 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a criação do PROJETO DE ASSENTAMENTO RIO SANTA BÁRBARA - Código SIPRA nº RO0188000, publicada no Diário Oficial da União nº 244, Seção 1, Página 115, de 22 de Dezembro de 2009, localizado no Município de Alta Floresta do Oeste, no Estado de Rondônia, leia-se nome correto do Projeto: PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA BÁRBARA, que prevê a criação de 18 (dezoito) Unidades Agrícolas Familiares.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 5, DE 13 DE JANEIRO DE 2010

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência autorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de esfigmomanômetros eletrônicos digitais de medição não-invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro nº 096/2008, resolve:

Aprovar o modelo AC229 de esfigmomanômetro eletrônico digital destinado à medição não-invasiva da pressão arterial humana, marca COLOR CHECK, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

MAURÍCIO MARTINELLI RÉCHE
Substituto



Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 73, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados em reunião ordinária realizada em 07/07/2009 e reuniões extraordinárias realizadas em 11/12/2009 e 22/12/2009.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009 e Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos ocorrida em reunião ordinária realizada em 07/07/2009 e reuniões extraordinárias realizadas em 11/12/2009 e 22/12/2009.

b) a comprovação, pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

- 1 - Processo: 58701.001342/2009-76
Proponente: Agência do Instituto Mundial para as Relações Internacionais
Título: VII Floripa Cup de Futebol Society
Registro/ ME: 02SC002012007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.327.578/0001-04
Cidade: Florianópolis - UF: SC
Valor aprovado para captação: R\$ 128.723,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3616 DV: 1
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17392-4
Período de Captação: 18/01/2010 até 31/12/2010
2 - Processo: 58701.001343/2009-11
Proponente: Agência do Instituto Mundial para as Relações Internacionais
Título: 4ª Copa Avaí de Futebol Sub-15, Sub-12 e Feminino
Registro/ ME: 02SC002012007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.327.578/0001-04
Cidade: Florianópolis - UF: SC
Valor aprovado para captação: R\$ 193.272,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 3616 DV: 1
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17393-2
Período de Captação: 18/01/2010 até 01/07/2010
3 - Processo: 58000.000048/2008-63
Proponente: Instituto Mara Gabrilli
Título: Atletismo para pessoas com Deficiência Física e Visual
Registro/ ME: 02SP003782007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.423.800/0001-76
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R\$ 392.806,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2962 DV: 9
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16324-4
Período de Captação: 18/01/2010 até 31/12/2010
4 - Processo: 58000.000049/2008-16
Proponente: Instituto Mara Gabrilli
Título: Natação para Deficientes
Registro/ ME: 02SP003782007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.423.800/0001-76
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R\$ 318.132,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2962 DV: 9
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16323-6
Período de Captação: 18/01/2010 até 31/12/2010

Ministério do Meio Ambiente

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MOÇÃO Nº 50, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009

Recomenda a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009-B, de 1997, com a redação proposta no Anexo a esta Moção.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH compete analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos do inciso V, do art. 35, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

Considerando o substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009-B, de 1997, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática dos cursos d'água, quando da construção de barragens;

Considerando a conclusão da análise do substitutivo no âmbito da Câmara Técnica de Análise de Projeto-CTAP, e as justificativas apresentadas, as quais constam na Nota Técnica nº 01/2009 da CTAP;

Considerando que a otimização do uso do sistema hidroviário brasileiro é fundamental para o desenvolvimento sustentável de nosso País;

Considerando que o transporte hidroviário, além de menor custo, proporciona notável economia de combustíveis automotivos com benefícios ambientais relevantes, ressaltando-se a menor emissão de gases que poluem a atmosfera e contribuem para o aquecimento global; e

Considerando que o uso múltiplo dos recursos hídricos é um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, resolve:

Aprovar Moção, dirigida ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; ao Presidente da Comissão de Minas e Energia-CME; ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-CMADS; ao Presidente da Comissão de Viação e Transportes-CVT; ao Deputado Federal Arnaldo Jardim, relator do Projeto de Lei nº CMADS; ao Deputado Federal Eliseu Padilha, relator do Projeto de Lei nº CVT, recomendando, como resultado da análise no âmbito do CNRH, a aprovação da proposta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009-B, de 1997, com a redação proposta no Anexo a esta Moção.

CARLOS MINC
Presidente

VICENTE ANDREU
Secretário Executivo

ANEXO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

Dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis.

Art. 2º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I - cursos de água navegáveis como os rios, lagos e canais constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea; e

II - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

Art. 3º O planejamento de barragens em cursos de água far-se-á de forma integrada com o planejamento da infraestrutura da navegação interior, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. A União e os Estados articular-se-ão para o planejamento nacional integrado de hidrovias, incluindo a localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.

Art. 4º Deverá ser garantida a distinção dos componentes do empreendimento para cada finalidade setorial associada ao desenvolvimento dos recursos hídricos no que se refere aos custos de estudos, investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

Parágrafo único. A União e os Estados poderão arcar com os custos de estudos, implantação, manutenção e operação das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

Art. 5º O serviço público de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, precedido ou não de obra pública, pode ser prestado diretamente pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que for implantado, ou sob regime de concessão ou permissão, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

Art. 6º O projeto e a implantação da barragem deverão prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, de forma a respeitar a manutenção das condições adequadas ao transporte hidroviário, quando for o caso, conforme o art. 13 da Lei nº 9.433, de 1997.

Art. 7º Os órgãos e entidades gestores de recursos hídricos deverão observar a obrigatoriedade ou não da construção de eclusas ou outro dispositivo de transposição de nível, com base no planejamento previsto no art. 3º desta Lei.

Art. 8º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subsequentes:

"Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União";

" (NR)

Art. 9º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

IV - administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V - gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;"

" (NR)

Art. 10. A implantação de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração deverá ser compatibilizada com a construção de barragens em cursos de águas navegáveis ou potencialmente navegáveis, destinadas a qualquer finalidade, desde que exigida pelo respectivo licenciamento ambiental e não deverá no período de sua execução criar obstáculos a dinâmica de movimentação das espécies migratórias.

Art. 11. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação específica referente a crimes ambientais, licitações e contratos da administração pública, sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e demais normas legais aplicáveis.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 2, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

A PRESIDENTA, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, e pela Portaria nº 153 de 06 de junho de 2008, ambos publicados no Diário Oficial da União,

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e, Considerando as proposições apresentadas no Processo nº 02059.000020/2007-15, resolve:

Art.1º Criar a RPPN Cahy, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 497,53 ha (quatrocentos e noventa e sete hectares e cinquenta e três ares), localizada no Município de Prado, Estado da Bahia, de propriedade da empresa FIBRA INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Fazenda Scandian, registrado sob a matrícula nº 6.515, registro nº 4, livro nº 02, de 05 de dezembro de 1986, no Registro de Imóveis da Comarca de Prado/BA.

Art. 2º A RPPN Cahy tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado pelo técnico Aloísio Oliveira Almeida Filho, CREA nº 17.816/TD-BA.

Art 3º A RPPN Cahy inicia-se no vértice MP1, de coordenadas N 8.119.687,5755m e E 473.401,6903m; deste segue até o vértice MP2, de coordenadas N 8.120.092,9625m e E 473.702,2072m; deste segue até o vértice MP3, de coordenadas N 8.119.906,8709m e E 474.065,2966m; deste segue até o vértice MP4, de coordenadas N 8.120.167,8129m e E 474.669,3440m; deste segue até o vértice MP5, de coordenadas N 8.120.638,7654m e E 474.489,8453m; deste segue até o vértice MP6, de coordenadas N 8.120.724,2410m e E 474.714,1084m; deste segue até o vértice MP7, de coordenadas N 8.120.213,3025m e E 474.903,7576m; deste segue

até o vértice MP8, de coordenadas N 8.120.889,6803m e E 475.505,0380m; deste segue até o vértice MP9, de coordenadas N 8.120.958,1678m e E 475.671,4996m; deste segue até o vértice MP10, de coordenadas N 8.121.059,5278m e E 475.607,2643m; deste segue até o vértice MP11, de coordenadas N 8.121.246,8349m e E 475.722,6595m; deste, segue até o vértice MP12, de coordenadas N 8.121.251,2798m e E 476.422,6454m; deste segue até o vértice MP13, de coordenadas N 8.121.004,5117m e E 476.218,2385m; deste segue até o vértice MP14, de coordenadas N 8.120.765,0809m e E 475.825,4305m; deste segue até o vértice MP15, de coordenadas N 8.119.570,4906m e E 475.749,5161m; deste, segue até o vértice MP16, de coordenadas N 8.118.197,0033m e E 474.886,7203m; deste, segue até o vértice MP17, de coordenadas N 8.118.980,7549m e E 474.595,8088m; deste segue até o vértice MP18, de coordenadas N 8.119.097,3738m e E 473.511,0595m; deste segue até o vértice MP19, de coordenadas N 8.118.402,5310m e E 472.812,9059m; deste segue até o vértice MP20, de coordenadas N 8.118.649,7763m e E 472.378,3145m; deste segue até o vértice MP21, de coordenadas N 8.118.728,6236m e E 472.339,2364m; deste segue até o vértice MP22, de coordenadas N 8.118.713,8670m e E 471.719,4120m; deste segue até o vértice MP23, de coordenadas N 8.119.287,9709m e E 472.444,6910m; deste segue até o vértice MP24, de coordenadas N 8.119.998,0895m e E 472.061,3105m; deste, segue até o vértice MP1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 4º A RPPN será administrada pela empresa proprietária do imóvel, ou representante legal, que serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 5º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criadas sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILVANA CANUTO MEDEIROS

PORTARIA Nº 3, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

A PRESIDENTA, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, e pela Portaria nº 153 de 06 de junho de 2008, ambos publicados no Diário Oficial da União, Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN e, Considerando as proposições apresentadas no Processo nº 02059.000153/2008-72, resolve:

Art.1º Criar a RPPN FLOR DO NORTE I, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 304,1809 ha (trezentos e quatro hectares, dezoito ares e nove centiares) localizada no Município de Prado, Estado da Bahia, de propriedade Paulo Marianelli, Isaura Damiani Marianelli, Dionísio Marianelli e Maria Bayer Marianelli, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Fazenda Flor do Norte, registrado sob a matrícula nº 6.321, registro nº 1, livro nº 02, de 20 de março de 1984, no Registro de Imóveis da Comarca de Prado/BA.

Art. 2º A RPPN Flor do Norte I tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado pelo técnico Benevaldo Guilherme Nunes, CREA nº 17.812/D-BA.

Art. 3º A RPPN Flor do Norte I possui a seguinte delimitação: Começa no marco M 01, descrito em planta anexa na escala 1/35000, com coordenadas UTM/SAD69 norte de 8117220.15

e este de 474892.70, de onde segue em direção ao marco M 02, no azimute 14º50'16", em uma distância de 425.47 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 03, no azimute 35º43'30", em uma distância de 2093.94 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 04, no azimute 50º32'27", em uma distância de 1399.33 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 05, no azimute 96º22'54", em uma distância de 448.76 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 14B, no azimute 246º38'54", em uma distância de 68.57 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 15, no azimute 176º07'08", em uma distância de 280.91 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 16, no azimute 191º14'26", em uma distância de 117.15 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 17, no azimute 138º31'11", em uma distância de 52.22 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 18, no azimute 178º34'07", em uma distância de 50.28 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 19, no azimute 231º00'08", em uma distância de 105.47 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 20, no azimute 190º19'32", em uma distância de 172.53 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 21, no azimute 229º15'07", em uma distância de 37.51 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 22, no azimute 275º15'46", em uma distância de 52.26 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 10, no azimute 158º39'14", em uma distância de 19.40 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 11, no azimute 187º07'21", em uma distância de 38.59 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 12, no azimute 271º20'52", em uma distância de 637.56 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 13, no azimute 185º55'48", em uma distância de 1119.61 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 14, no azimute 185º23'35", em uma distância de 495.27 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 01, no azimute 253º45'21", em uma distância de 1912.74 m, confrontando do marco M 01 ao marco M 01 com quem de direito. Fechando assim um perímetro de 9527.56 metros, e perfazendo uma área de 3041809,34 metros quadrados ou 304,1809 hectares.

Art. 4º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel, que serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 5º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criadas sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

PORTARIA Nº 4, DE 15 DE JANEIRO DE 2010

A PRESIDENTA, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, e pela Portaria nº 153 de 06 de junho de 2008, ambos publicados no Diário Oficial da União, Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - e, Considerando as proposições apresentadas no Processo nº 02059.000047/2009-70, resolve:

Art.1º Criar a RPPN FLOR DO NORTE II, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 170,6012 ha (cento e setenta hectares, sessenta ares e doze centiares) localizada no Município de Prado, Estado da Bahia, de propriedade da Zilmar

Marianelli e sua esposa Edda Maria Margotto Marianelli, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Fazenda Flor do Norte, registrado sob a matrícula nº 7.657, registro nº 1, livro nº 02, de 20 de março de 1986, no Registro de Imóveis da Comarca de Prado/BA.

Art. 2º A RPPN Flor do Norte II tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado pelo técnico Benevaldo Guilherme Nunes, CREA nº 17.812/D-BA.

Art. 3º A RPPN Flor do Norte II possui a seguinte delimitação: Começa no marco M 01, descrito em planta anexa na escala 1/40000, com coordenadas UTM/SAD69 norte de 8117220.15 e este de 474892.70, de onde segue em direção ao marco M 02, no azimute 14º50'16", em uma distância de 425.47 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 03, no azimute 35º43'30", em uma distância de 2093.94 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 04, no azimute 50º32'27", em uma distância de 1399.33 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 05, no azimute 96º22'54", em uma distância de 448.76 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M47, no azimute 16º22'26", em uma distância de 321.72 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 46, no azimute 69º02'14", em uma distância de 242.59 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M45, no azimute 55º47'00", em uma distância de 134.08 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 44, no azimute 24º43'08", em uma distância de 213.04 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 43, no azimute 12º39'36", em uma distância de 93.65 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 42, no azimute 230º51'49", em uma distância de 206.17 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 41, no azimute 315º26'07", em uma distância de 102.51 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 40, no azimute 322º04'13", em uma distância de 42.75 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 39, no azimute 245º50'03", em uma distância de 473.45 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 38, no azimute 233º37'14", em uma distância de 250.76 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 37, no azimute 308º58'31", em uma distância de 73.83 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 36, no azimute 265º11'36", em uma distância de 161.10 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 35, no azimute 206º35'25", em uma distância de 254.54 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 34, no azimute 226º40'42", em uma distância de 346.56 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 33, no azimute 214º07'51", em uma distância de 343.53 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 32, no azimute 198º50'39", em uma distância de 272.70 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 31, no azimute 256º26'25", em uma distância de 530.27 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 30, no azimute 222º25'10", em uma distância de 55.77 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 25, no azimute 275º54'23", em uma distância de 228.50 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 26, no azimute 214º27'10", em uma distância de 1523.23 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 27, no azimute 161º25'17", em uma distância de 196.00 m, defletindo à direita, segue em direção ao marco M 28, no azimute 230º58'22", em uma distância de 389.42 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M29, no azimute 192º12'22", em uma distância de 707.56 m, defletindo à esquerda, segue em direção ao marco M 01, no azimute 68º27'57", em uma distância de 422.39 m, confrontando do marco M 01 ao marco M 01 com quem de direito. Fechando assim um perímetro de 11953,62 metros, e perfazendo uma área de 1706012.62 metros quadrados ou 170,6012 hectares.

Art. 4º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel, que serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 5º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criadas sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 190, DE 18 DE JANEIRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 3.529, de 30 de junho de 2000, resolve, na forma do anexo a essa portaria.

Art. 1º Divulgar o demonstrativo das remunerações dos cargos e empregos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, por órgão ou entidade, sem a incidência de descontos, tributos ou contribuição social, de que trata o art. 1º do referido Decreto nº 3.529, de 2000.

Art. 2º Os dados constantes nesta Portaria referem-se ao mês de agosto de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DUVANIER PAIVA FERREIRA

ANEXO

Órgão	Remunerações - R\$ ¹					Posição: Agosto de 2009	
	Remun (-) Sent Jud	Sentenças Judi- ciais	Maior ²			Menor	Média
			Total	Abate teto	Bruto Consignável		Mediana
AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA	20.517,95	-	20.517,95	-	20.517,95	1.611,47	6.709,98
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA	8.988,00	-	8.988,00	-	8.988,00	1.616,82	2.959,09
ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	21.547,12	-	21.547,12	-	21.547,12	846,35	5.861,43
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	17.094,73	3.670,24	20.764,97	-	20.764,97	1.121,33	10.744,44
AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	18.560,40	-	18.560,40	-	18.560,40	846,35	7.356,24
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	17.974,28	-	17.974,28	-	17.974,28	848,48	8.091,02
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	16.176,86	-	16.176,86	-	16.176,86	1.597,88	8.503,46



AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETERICA	18.275,43	-	18.275,43	-	18.275,43	962,48	9.243,52	10.350,73
AGENCIA NAC PETROLEO GAS NAT BIOCOMBUSTI	18.130,65	-	18.130,65	-	18.130,65	962,48	9.096,90	9.808,40
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	16.531,36	606,14	17.137,50	-	17.137,50	1.552,61	9.565,28	10.620,06
AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	16.531,36	-	16.531,36	-	16.531,36	848,48	8.134,30	8.625,61
AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES	16.745,77	614,01	17.359,78	-	17.359,78	848,48	5.945,96	5.449,79
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	26.148,38	-	26.148,38	1.648,38	24.500,00	1.121,33	8.914,91	8.636,72
COMANDO DA AERONAUTICA	20.774,86	-	20.774,86	-	20.774,86	844,00	3.635,83	2.810,69
COMANDO DO EXERCITO	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	823,14	2.824,77	2.519,45
COLEGIO PEDRO II	13.121,30	5.383,02	18.504,32	-	18.504,32	973,46	4.092,72	3.710,42
CONSELHO ADMINIST.DE DEFESA ECONOMICA	11.179,36	-	11.179,36	-	11.179,36	1.269,43	4.086,99	2.522,96
FUND COORD APERF PESSOAL NIVEL SUPERIOR	22.030,01	-	22.030,01	-	22.030,01	1.753,26	6.572,66	6.150,63
CENTRO FED DE EDUC TECNOL DE ALAGOAS	5.942,51	11.699,83	17.642,34	-	17.642,34	995,23	4.538,94	4.007,42
CENTRO FED.EDUC. TECNOLÓGICA DO AMAZONAS	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	901,03	4.148,41	3.547,47
CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DA BAHIA	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	1.040,87	3.876,56	3.416,62
CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DE BAMBUI	6.007,65	9.610,99	15.618,64	-	15.618,64	991,20	3.679,53	3.214,49
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DE CAMPOS	25.202,53	-	25.202,53	702,53	24.500,00	910,04	4.317,92	3.760,78
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DE CEARA	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	956,13	4.067,21	3.676,56
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.ESPIRITO SANTO	15.216,66	-	15.216,66	-	15.216,66	860,56	3.972,57	3.227,75
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DE GOIAS	8.438,42	11.283,46	19.721,88	-	19.721,88	1.429,72	4.410,12	3.909,78
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOL. DE JANUARIA	12.175,98	-	12.175,98	-	12.175,98	1.079,00	3.872,43	2.990,75
CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. DO MARANHAO	14.447,14	2.256,50	16.703,64	-	16.703,64	997,28	4.380,70	3.612,62
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.MINAS GERAIS	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	862,53	4.151,44	3.682,97
CENTRO FEDERAL DE EDUC.TECNOL. DE CUIABA	10.989,03	-	10.989,03	-	10.989,03	1.053,22	3.566,57	2.893,69
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DO PARA	12.455,06	9.533,13	21.988,19	-	21.988,19	961,16	4.044,01	3.475,15
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DA PARAIBA	6.090,39	27.142,00	33.232,39	-	33.232,39	899,16	5.093,56	4.632,17
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DE PERNAMBUCO	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	921,27	4.252,06	3.790,23
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DO PIAUI	13.913,26	-	13.913,26	-	13.913,26	976,79	3.923,69	3.372,60
UNIVERS. TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	9.857,32	9.658,00	19.515,32	-	19.515,32	844,30	4.620,24	4.117,35
CENTRO FED.EDUC.TECNOL.CELSO S. FONSECA	16.694,85	-	16.694,85	-	16.694,85	1.264,99	4.445,95	4.018,71
CENTRO FED.EDUC.TECNOL.DO R. G. DO NORTE	12.309,07	2.457,37	14.766,44	-	14.766,44	1.187,06	4.369,55	3.752,60
CENTRO FED. DEEDUC.TECNOL.DE RIO POMBA	13.790,29	2.596,75	16.387,04	-	16.387,04	1.391,48	3.743,28	2.930,96
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DE RORAIMA	13.490,86	1.052,92	14.543,78	-	14.543,78	1.029,60	3.950,38	3.311,53
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DE PELOTAS	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	864,14	4.316,85	3.817,42
CENTRO FED EDUC TEC DE SANTA CATARINA	15.354,95	130,32	15.485,27	-	15.485,27	870,63	4.326,87	3.696,06
CENTRO FEDERAL DE EDUC TEC DE SERGIPE	13.851,86	-	13.851,86	-	13.851,86	1.188,30	4.070,32	3.504,74
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DE SAO PAULO	11.956,80	1.718,14	13.674,94	-	13.674,94	900,57	3.816,28	3.276,39
CENTRO FEDERAL EDUC.TECNOL.DE UBERABA	15.437,28	149,01	15.586,29	-	15.586,29	1.034,76	4.375,39	3.504,74
CENTRO FEDERAL DE EDUC.TECNOL.DE URUTAI	12.764,93	4.679,21	17.444,14	-	17.444,14	1.264,99	3.914,59	3.249,03
CENTRO FED EDUC TEC.DE BENTO GONCALVES	11.720,70	-	11.720,70	-	11.720,70	879,53	4.089,77	3.659,76
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DE OURO PRETO	14.115,77	379,92	14.495,69	-	14.495,69	826,15	3.982,77	3.516,61
CEFET DE QUIMICA DE NILOPOLIS-RJ	7.371,00	12.083,46	19.454,46	-	19.454,46	1.209,00	3.930,88	3.223,96
CENTRO FEDERAL DE EDUC TECNOL RIO VERDE	12.940,68	5.128,54	18.069,22	-	18.069,22	1.040,48	4.117,61	3.077,28
CENTRO FED. EDUC.TEC. S VICENTE DO SUL	8.528,10	7.237,69	15.765,79	-	15.765,79	1.264,99	3.991,75	3.077,28
CENTRO FED. DE ED. TEC. DE PETROLINA	13.940,84	-	13.940,84	-	13.940,84	1.004,12	3.643,32	2.819,33
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOB.AERONAUTICA	11.179,36	-	11.179,36	-	11.179,36	2.518,62	6.845,85	6.843,76
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO	17.836,05	-	17.836,05	-	17.836,05	829,18	3.853,03	1.009,75
COMANDO DA MARINHA	15.117,20	11.341,61	26.458,81	1.958,81	24.500,00	823,60	3.138,88	2.751,42
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	23.409,14	-	23.409,14	-	23.409,14	1.021,46	9.277,58	6.979,84
CONSELHO NAC.DE DESEN.CIEN.E TECNOLÓGICO	21.044,82	-	21.044,82	-	21.044,82	1.380,26	8.392,55	7.741,62
COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	17.469,33	-	17.469,33	-	17.469,33	954,08	6.754,54	4.989,74
DEPARTAMENTO NAC.DE INFRAEST. DE TRANSP.	18.540,61	-	18.540,61	-	18.540,61	1.578,85	4.828,68	4.042,06
DEPTO. NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	19.644,42	-	19.644,42	-	19.644,42	1.281,63	3.378,22	3.309,57
DEPARTAMENTO NAC. DE PRODUCAO MINERAL	17.738,28	-	17.738,28	-	17.738,28	1.167,27	6.242,06	5.087,86
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	19.795,15	-	19.795,15	-	19.795,15	833,46	7.616,62	3.871,72
DEPTO. DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	18.430,44	-	18.430,44	-	18.430,44	856,12	7.960,92	9.661,12
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	1.703,23	8.237,58	3.369,93
ESCOLA AGROTEC.FED.ANTONIO JOSE TEIXEIRA	10.065,40	-	10.065,40	-	10.065,40	1.310,53	3.362,67	2.700,56
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRE	14.187,22	-	14.187,22	-	14.187,22	889,38	3.958,19	2.990,76
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE	9.745,44	-	9.745,44	-	9.745,44	898,32	3.642,08	2.905,89
ESCOLA AGROTECNICA FED. DE ARAGUATINS	9.092,89	2.092,95	11.185,84	-	11.185,84	1.362,95	3.176,62	2.307,85
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA	19.271,59	-	19.271,59	-	19.271,59	1.296,90	4.092,43	3.187,94
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS	11.757,80	2.829,38	14.587,18	-	14.587,18	995,24	3.714,32	3.076,15
ESCOLA AGROTECNICA FED. DE BELO JARDIM	7.446,08	8.443,79	15.889,87	-	15.889,87	995,25	4.009,95	3.310,35
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES	13.005,95	-	13.005,95	-	13.005,95	1.115,02	3.762,42	2.964,28
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL	13.787,23	2.881,71	16.668,94	-	16.668,94	930,13	3.741,63	3.129,14
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CATU	12.378,75	-	12.378,75	-	12.378,75	938,53	3.561,49	2.713,32
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES	13.181,99	1.848,30	15.030,29	-	15.030,29	1.138,87	3.712,36	3.077,28
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO/MA	9.542,38	-	9.542,38	-	9.542,38	1.115,02	3.254,23	2.810,69
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA	12.435,38	-	12.435,38	-	12.435,38	1.367,17	3.853,02	3.032,68
ESCOLA AGROT.FED.COLORADO DO OESTE	9.823,51	-	9.823,51	-	9.823,51	1.608,31	3.673,66	2.960,23
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA	12.169,71	-	12.169,71	-	12.169,71	1.180,64	4.142,88	3.741,86
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO	10.055,00	-	10.055,00	-	10.055,00	907,52	3.785,88	3.043,72
ESCOLA AGROT.FED. DE S.J. EVANGELISTA	5.897,32	9.269,72	15.167,04	-	15.167,04	1.480,03	3.786,46	2.894,03
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUAU	9.811,77	7.743,54	17.555,31	-	17.555,31	1.391,48	4.136,22	3.304,20
ESCOLA AGROTECNICA FED. DE INCONFIDENTES	10.004,84	4.474,88	14.479,72	-	14.479,72	1.063,18	4.000,00	3.492,57
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MACHADO	10.962,71	4.725,76	15.688,47	-	15.688,47	940,18	3.801,10	3.157,96
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS	9.129,26	4.756,64	13.885,90	-	13.885,90	1.366,18	4.074,18	3.403,86
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO	12.824,63	1.370,69	14.195,32	-	14.195,32	1.275,60	3.937,95	3.208,13
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO DO SUL	11.473,19	2.108,37	13.581,56	-	13.581,56	829,85	4.180,43	3.585,13
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS	11.970,20	-	11.970,20	-	11.970,20	1.294,29	3.515,75	2.724,85
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS	6.827,80	7.401,10	14.228,90	-	14.228,90	1.291,52	4.080,25	3.193,11
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA	12.946,13	1.696,14	14.642,27	-	14.642,27	1.115,02	4.330,54	3.570,98
ESCOLA AGROT.FEDERAL SENHOR DO BONFIM/BA	11.240,39	10.350,28	21.590,67	-	21.590,67	1.428,60	3.798,93	3.398,23
ESCOLA AGROTECNICA FED. DE SAO CRISTOVAO	9.404,07	2.366,83	11.770,90	-	11.770,90	1.115,02	3.600,22	2.836,81
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO	8.606,30	8.069,39	16.675,69	-	16.675,69	1.074,27	4.233,17	3.570,86
ESCOLA AGROT.FED.S.GABRIEL DA CACHOEIRA	8.658,78	-	8.658,78	-	8.658,78	1.226,52	3.268,07	2.796,95
ESCOLA AGROTEC. FEDERAL DE SANTA INES/BA	10.146,77	-	10.146,77	-	10.146,77	1.517,98	3.986,31	3.405,98
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRI	8.830,23	5.335,80	14.166,03	-	14.166,03	1.302,93	4.098,67	3.504,74
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUSA	12.477,09	3.755,53	16.232,62	-	16.232,62	1.115,02	4.237,42	3.171,80
ESCOLA AGROTECNICA FED. DE STA. TERESA	10.714,48	6.657,44	17.371,92	-	17.371,92	1.391,48	4.074,66	3.420,02
ESCOLA AGROT.FED. DE VIT. DE S. ANTAO	6.383,52	7.437,39	13.820,91	-	13.820,91	995,23	3.933,92	3.122,31
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA	12.086,75	8.723,80	20.810,55	-	20.810,55	1.002,39	4.371,32	3.534,20
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	1.574,66	6.166,13	5.260,30
FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	15.651,42	-	15.651,42	-	15.651,42	1.269,43	4.445,65	4.322,25
CENTRO FED DE EDUC TEC DE MATO GROSSO	16.584,15	-	16.584,15	-	16.584,15	995,23	4.481,36	4.201,92
ESCOLA TECNICA FEDERAL DE PALMAS	10.310,84	-	10.310,84	-	10.310,84	1.406,59	3.427,48	3.077,28
GOVERNO DO EX-TERRITORIO DO ACRE	20.014,09	-	20.014,09	-	20.014,09	1.747,00	4.158,55	2.868,84
GOVERNO DO EX-TERRITORIO DO AMAPA	22.570,36	-	22.570,36	-	22.570,36	859,32	3.886,16	2.969,28
GOVERNO DO EX-TERRITORIO DE RONDONIA	19.699,82	-	19.699,82	-	19.699,82	838,91	3.807,71	2.753,88
GOVERNO DO EX-TERRITORIO DE RORAIMA	19.699,82	-	19.699,82	-	19.699,82	968,05	3.268,27	2.645,96
FUNDACAO OSORIO	11.179,36	-	11.179,36	-	11.179,36	920,31	3.129,00	2.700,20
FUND.JORGE DUPRAT FIG. SEG. MED.TRABALHO	20.554,29	-	20.554,29	-	20.554,29	1.579,78	7.824,26	6.767,88



FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	12.135,51	-	12.135,51	-	12.135,51	1.255,87	3.978,68	3.143,82
FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	15.651,42	-	15.651,42	-	15.651,42	977,28	4.370,54	3.986,24
FUNDACAO CULTURAL PALMARES	11.179,36	-	11.179,36	-	11.179,36	1.763,10	4.575,28	4.042,06
FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	22.538,79	-	22.538,79	-	22.538,79	2.115,72	8.408,95	7.776,05
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	24.751,89	-	24.751,89	251,89	24.500,00	893,20	8.420,78	7.359,87
FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	19.436,18	-	19.436,18	-	19.436,18	1.824,10	7.384,31	6.171,99
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV. DA EDUCACAO	21.621,86	-	21.621,86	-	21.621,86	906,59	5.373,14	4.375,37
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	18.976,85	-	18.976,85	-	18.976,85	840,43	4.061,95	3.280,89
FUNDACAO UNIV. FEDERAL DE OURO PRETO	7.815,71	15.000,00	22.815,71	-	22.815,71	858,59	4.448,39	3.324,27
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	18.800,23	3.836,89	22.637,12	-	22.637,12	869,30	4.894,62	3.904,86
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	22.771,75	-	22.771,75	-	22.771,75	872,53	4.536,29	3.657,46
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	14.081,97	4.737,72	18.819,69	-	18.819,69	855,49	5.246,03	4.199,09
FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DO TOCANTINS	12.515,99	-	12.515,99	-	12.515,99	830,32	3.816,85	3.234,43
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	20.881,15	-	20.881,15	-	20.881,15	852,37	4.758,27	4.160,01
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	885,08	4.430,48	4.197,34
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	17.651,33	-	17.651,33	-	17.651,33	1.341,57	3.752,01	3.042,44
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	21.672,65	-	21.672,65	-	21.672,65	823,45	3.235,29	3.172,28
FUND. UNIVERSIDADE DE SAO JOAO DEL REI	13.925,34	3.584,88	17.510,22	-	17.510,22	861,22	4.583,39	4.403,15
FUNDACAO UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE	13.425,13	11.630,59	25.055,72	555,72	24.500,00	823,63	5.352,63	4.087,36
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	1.003,51	3.833,16	3.444,10
INST. BR. MEIO AMB. REC. NAT. RENOVAVEIS	10.736,12	9.998,78	20.734,90	-	20.734,90	930,00	5.822,48	4.582,25
FUND. INST. BRASIL. GEOG. E ESTATISTICA	19.454,74	3.482,05	22.936,79	-	22.936,79	825,00	6.311,18	5.468,72
INSTITUTO CHICO MENDES CONSERV.BIODIVER.	19.057,47	-	19.057,47	-	19.057,47	1.269,43	6.137,83	5.192,00
INST. FED. ED. CIENCIA E TEC.DE BRASILIA	9.476,20	-	9.476,20	-	9.476,20	1.310,53	3.639,55	2.917,93
INSTITUTO NAC. DE COLONIZ E REF AGRARIA	28.358,36	-	28.358,36	3.858,36	24.500,00	838,13	4.403,35	3.513,51
INST.NACIONAL DE EST.E PESQ.EDUCACIONAIS	15.872,39	-	15.872,39	-	15.872,39	1.167,70	5.701,86	5.188,46
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	1.157,42	3.985,36	3.701,69
INST.NAC.METROLOGIA,NORM.E QUAL.INDL.	20.460,23	-	20.460,23	-	20.460,23	1.111,88	7.211,84	5.842,63
INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	21.436,47	-	21.436,47	-	21.436,47	1.057,86	7.633,65	7.111,31
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	33.873,60	-	33.873,60	9.373,60	24.500,00	874,81	5.788,06	4.584,96
INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	24.654,76	-	24.654,76	154,76	24.500,00	1.269,43	10.532,61	8.179,59
INSTITUTO DO PATR.HIST.E ART. NACIONAL	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	875,41	4.250,06	3.656,56
INSTITUTO DE PESQ. JARDIM BOTANICO DO RJ	19.965,67	-	19.965,67	-	19.965,67	1.183,78	7.536,00	6.307,37
MINIST.DA AGRICULTURA,PECUARIA E ABAST.	20.481,83	8.286,03	28.767,86	4.267,86	24.500,00	831,44	5.806,62	3.011,08
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	20.287,39	-	20.287,39	-	20.287,39	1.114,67	2.225,21	2.071,98
MINISTERIO DAS CIDADES	16.909,88	-	16.909,88	-	16.909,88	1.269,43	4.450,76	3.800,00
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	22.860,97	-	22.860,97	-	22.860,97	850,12	8.417,47	6.442,15
MINISTERIO DA DEFESA	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	871,42	2.629,80	2.269,92
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	11.179,36	-	11.179,36	-	11.179,36	1.269,43	3.801,06	2.694,71
MINIST.DO DESENV.INDUST.E COMER.EXTERIOR	12.350,47	-	12.350,47	-	12.350,47	1.269,43	3.551,07	3.005,41
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMB FOME	11.179,36	-	11.179,36	-	11.179,36	904,80	4.278,84	3.800,00
MINISTERIO DO ESPORTE	11.431,88	-	11.431,88	-	11.431,88	1.269,43	4.386,97	3.951,73
MINISTERIO DA EDUCACAO	19.332,09	-	19.332,09	-	19.332,09	830,00	3.679,06	3.057,68
MINISTERIO DA FAZENDA	35.389,41	-	35.389,41	10.889,41	24.500,00	829,18	7.261,60	4.448,05
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	14.251,22	-	14.251,22	-	14.251,22	1.198,90	4.970,04	4.293,79
MINISTERIO DA CULTURA	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	838,35	4.432,18	3.641,61
MINISTERIO DA JUSTICA	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	905,59	3.998,63	3.373,80
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	14.731,73	-	14.731,73	-	14.731,73	826,92	5.304,50	5.640,08
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	22.637,56	-	22.637,56	-	22.637,56	1.142,12	3.831,97	2.924,46
MINISTERIO DO PLANEJ.ORCAMENTO E GESTAO	28.979,68	-	28.979,68	4.479,68	24.500,00	829,18	4.130,91	3.149,31
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	936,04	3.968,69	2.680,51
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	25.131,46	-	25.131,46	631,46	24.500,00	1.015,54	6.242,34	5.153,92
MINISTERIO DA SAUDE	16.489,59	7.728,00	24.217,59	-	24.217,59	825,00	3.007,48	2.650,33
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	31.160,42	-	31.160,42	6.660,42	24.500,00	838,13	2.936,40	2.569,07
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	32.160,00	-	32.160,00	7.660,00	24.500,00	828,07	5.567,59	2.751,97
MINISTERIO DO TURISMO	11.431,88	-	11.431,88	-	11.431,88	1.240,38	4.352,26	3.800,00
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	18.718,93	-	18.718,93	-	18.718,93	869,36	4.375,57	4.413,82
SUPERINTENDENCIA DO DESENV. DA AMAZONIA	10.908,98	-	10.908,98	-	10.908,98	2.115,72	5.842,04	5.412,86
SUPERINTENDENCIA DO DESENV. DO NORDESTE	11.354,59	415,38	11.769,97	-	11.769,97	2.115,72	5.620,75	4.907,00
SUPERINTENDENCIA ZONA FRANCA DE MANAUS	16.713,39	4.762,92	21.476,31	-	21.476,31	1.354,95	6.106,41	5.350,84
SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	889,24	8.231,33	6.654,58
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	14.258,14	-	14.258,14	-	14.258,14	1.344,56	4.852,79	6.722,84
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	17.695,33	14.507,30	32.202,63	-	32.202,63	941,96	4.917,61	3.675,55
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	15.717,61	8.462,32	24.179,93	-	24.179,93	872,53	4.998,16	4.198,91
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	13.247,81	5.383,02	18.630,83	-	18.630,83	831,36	4.282,13	3.373,19
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	18.975,05	27.455,37	46.430,42	9.294,32	37.136,10	837,04	5.261,80	3.824,50
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	12.221,69	7.626,54	19.848,23	-	19.848,23	898,97	4.490,75	3.701,88
FUND.UNIV.FED.CIENC.SAUDE D PORTO ALEGRE	16.835,43	-	16.835,43	-	16.835,43	1.058,46	3.987,95	3.336,02
UNIVERSIDADE FED. RURAL DO SEMI-ARIDO	14.464,67	16.721,71	31.186,38	6.686,38	24.500,00	1.079,00	6.320,02	5.479,83
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	824,54	4.259,12	3.273,85
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	11.348,95	11.889,03	23.237,98	-	23.237,98	829,97	4.917,62	3.972,42
FUND. UNIV FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	13.773,26	1.722,78	15.496,04	-	15.496,04	1.079,00	5.108,23	4.662,83
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	16.496,01	11.967,32	28.463,33	3.963,33	24.500,00	835,90	4.854,88	3.916,65
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	15.531,35	3.130,16	18.661,51	-	18.661,51	881,50	4.570,16	3.734,70
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	18.746,54	-	18.746,54	-	18.746,54	1.058,70	5.955,72	5.440,25
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	14.520,55	14.211,72	28.732,27	-	28.732,27	875,69	4.575,29	3.503,17
UNIV. FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	17.236,83	2.584,17	19.821,00	-	19.821,00	834,66	4.664,87	3.811,20
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	12.011,54	9.495,98	21.507,52	-	21.507,52	836,80	5.080,11	4.442,59
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	21.651,14	-	21.651,14	-	21.651,14	823,94	4.705,13	4.120,28
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	11.119,46	8.416,10	19.535,56	-	19.535,56	889,84	4.725,35	3.950,35
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	13.365,93	8.242,90	21.608,83	-	21.608,83	881,07	4.315,33	3.380,17
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	19.124,46	-	19.124,46	-	19.124,46	884,05	4.453,50	3.882,51
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	6.558,70	14.319,13	20.877,83	-	20.877,83	829,35	4.544,11	3.608,20
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	12.758,00	6.958,88	19.716,88	-	19.716,88	906,10	4.288,47	3.145,86
UNIV. FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	14.622,83	-	14.622,83	-	14.622,83	1.509,69	4.978,16	4.442,59
UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO SUL	21.877,94	5.853,64	27.731,58	3.231,58	24.500,00	836,63	5.215,38	4.064,80
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	25.689,22	-	25.689,22	1.189,22	24.500,00	829,87	5.297,37	4.143,21
UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO NORTE	17.323,09	3.848,44	21.171,53	-	21.171,53	862,06	4.545,03	3.744,01
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	11.255,63	7.528,13	18.783,76	-	18.783,76	827,23	4.579,00	3.752,20
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	11.930,78	1.649,64	13.580,42	-	13.580,42	1.301,84	4.403,90	3.887,85
UNIV. FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	18.677,94	9.573,84	28.251,78	-	28.251,78	830,30	4.838,20	3.664,71
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	19.053,50	-	19.053,50	-	19.053,50	844,78	5.108,10	4.057,09
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	11.876,17	8.718,09	20.594,26	-	20.594,26	826,88	4.910,00	3.808,85
UNIVERSIDADE FED.DO TRIANGULO MINEIRO	18.260,00	-	18.260,00	-	18.260,00	872,53	4.085,09	3.155,20
FUNDACAO UNIV. FEDERAL DE UBERLANDIA	13.788,79	11.459,27	25.248,06	-	25.248,06	825,84	4.669,62	3.387,73
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	18.101,00	963,16	19.064,16	-	19.064,16	846,70	4.152,21	2.869,11
UNIFED.VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	16.639,48	-	16.639,48	-	16.639,48	1.079,00	4.477,96	4.442,59
FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	21.295,39	3.131,70	24.427,09	-	24.427,09	860,00	5.682,55	4.800,68
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	17.971,96	-	17.971,96	-	17.971,96	1.102,84	4.978,33	4.475,75
FUNDACAO UNVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	13.937,73	-	13.937,73	-	13.937,73	1.435,51	3.963,70	3.304,03
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	17.461,49	-	17.461,49	-	17.461,49	859,34	4.794,07	3.415,07
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	21.380,90	-	21.380,90	-	21.380,90	844,59	4.333,19	3.227,74
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	11.162,62	1.229,67	12.392,29	-	12.392,29	1.197,11	4.934,92	4.504,93
FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	12.768,82	3.190,87	15.959,69	-	15.959,69	930,41	5.098,11	4.537,64
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	17.990,15	-	17.990,15	-	17.990,15	844,64	4.068,83	3.190,21
FUND.UNIV.FED.DO VALE DO SAO FRANCISCO	22.780,05	-	22.780,05	-	22.780,05	982,42	3.921,19	3.250,10
VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	11.179,36	-	11.179,36	-	11.179,36	905,59	3.026,14	2.057,54



Fonte: SIAPE - posição agosto de 2009

1- Remuneração compõe-se de vencimento básico, gratificação de desempenho, Gratificação de atividade Executiva - GAE, adicional por tempo de serviço, vantagem pessoal, vantagem decorrente de decisão judicial, etc.

Para composição da remuneração considera-se o somatório das rubricas de rendimentos (valores do mês), que tenham incidência para este assunto, com exceção das parcelas, elencadas abaixo:

- diárias;
- ajuda de custo em razão de mudança de sede ou indenização de transportes;
- auxílio fardamento;
- salário família;
- gratificação ou adicional natalino, ou 13º salário;
- adicional ou auxílio funeral;
- adicional de férias, até o limite de 1/3 sobre a retribuição habitual;
- adicional de insalubridade, de periculosidade, ou pelo exercício de atividades penosas;
- auxílio transporte;
- auxílio alimentação;
- serviço extraordinário;
- auxílio pré-escolar;
- adicional noturno;
- auxílio natalidade;
- indenizações;
- auxílio moradia.

Os valores das remunerações, inclusive parcelas remuneratórias de sentenças judiciais, estão sujeitos ao disposto na

EC nº 41, de 19/12/2003, que dispõe sobre a aplicação do teto constitucional, ressalvadas aquelas parcelas amparadas por decisão judicial que determine, explicitamente, a não incidência para o referido cálculo.

2- A maior remuneração foi detalhada da seguinte forma:

- Remuneração bruta do servidor menos sentença judicial; compõe-se de vencimento básico, gratificação de desempenho, gratificação de atividade executiva, adicional por tempo de serviço e todas as parcelas pessoais e inerentes ao cargo, excetuando as sentenças judiciais.

- Sentenças Judiciais

- Remuneração bruta do servidor que compõe-se de vencimento básico, gratificação de desempenho, Gratificação de atividade

Executiva - GAE, adicional por tempo de serviço, vantagem pessoal, vantagem decorrente de decisão judicial, etc.

- Desconto de Abate teto, conforme EC nº 41, de 19/12/2003 que dispõe sobre a aplicação do teto constitucional, ressalvadas aquelas

parcelas amparadas por decisão judicial que determine, explicitamente, a não incidência para o referido cálculo.

- Bruto consignável refere-se a remuneração bruta do servidor descontado abate teto.

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO COORDENATE-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL Em 18 de janeiro de 2010

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de CANCELAMENTO:

Processo: 46000036270200815 Empresa: ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Passaporte: 429007884 Estrangeiro: LAMONT DORAN WILSON, Processo: 46000036268200846 Empresa: ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Passaporte: NXJ6PD6R2 Estrangeiro: JAN WILLEM OOSTEROM, Processo: 46000036267200800 Empresa: ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Passaporte: NYLP16J30 Estrangeiro: RICK CORNELIS VERMEULEN, Processo: 46000035070200845 Empresa: ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Passaporte: 401983032 Estrangeiro: ELRAY CHEVAR HENDERSON, Processo: 46000033030200869 Empresa: ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR Passaporte: NX04FDBC9 Estrangeiro: MATTHIJS GERARD EIKELENBOOM, Processo: 46000034440200827 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: 22588803N Estrangeiro: EMILIO CARLOS WEBER, Processo: 46000003101200980 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Passaporte: 24569112N Estrangeiro: GUSTAVO EDUARDO CASARESKI.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46000031224200919 Empresa: TECON SUAPE S/A Passaporte: G29477117 Estrangeiro: HUANG XUEHUA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 21/2010 de 14/01/2010 e 23/2010 de 15/01/2010, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 80, DE 14/10/2008:

Processo: 46000030738200949 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: TK0260022 Estrangeiro: YOSHITOMO KANEHARA, Processo: 46000030750200953 Empresa: ESCOLA INTERNACIONAL HESPLANADA LTDA - EPP Prazo: 02 ANOS Passaporte: JG511354 Estrangeiro: JESSICA LORRAINE WIERSMA, Processo: 46000030850200980 Empresa: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES Prazo: 2 ANOS Passaporte: 0913036752 Estrangeiro: FERNANDO ERWIN CEVALLOS MEZA, Processo: 4600003117200982 Empresa: PGS SUPORTE LOGÍSTICO E SERVIÇOS LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 303318051 Estrangeiro: JONATHAN MARK BURREN, Processo: 46000031132200921 Empresa: AGP TECNOLOGIA EM INFORMATICA DO BRASIL LTDA Prazo: 02 ANOS

Passaporte: 017690160 Estrangeiro: ANDREW JOHN GOLDMAN, Processo: 46000031138200906 Empresa: BRASFELS S.A Prazo: 02 ANOS Passaporte: WW 0172318 Estrangeiro: JOAN DE GUZMAN ALCANTARA, Processo: 46000031191200907 Empresa: HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA. Prazo: 2 ANOS Passaporte: 650063593 Estrangeiro: ALAN PAUL RASH, Processo: 46000031192200943 Empresa: HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA. Prazo: 2 ANOS Passaporte: D0185937 Estrangeiro: ELBANO ALBERTO MILIANI TRANA, Processo: 46000031193200998 Empresa: HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: C1670365 Estrangeiro: CARLOS ALBERTO MALAVER OSORIO, Processo: 46000031195200987 Empresa: WEATHERFORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: C1840657 Estrangeiro: JESUS ALFREDO GONZALEZ MUJICA, Processo: 46000031196200921 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 18 MESES Passaporte: 433742724 Estrangeiro: CARLIN ALLYNN HOWE, Processo: 46000031211200931 Empresa: JOHNSON E JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: CC16664883 Estrangeiro: JOSÉ JULIAN IRURITA GUZMAN, Processo: 46000031348200996 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 ANOS Passaporte: 457228462 Estrangeiro: NANCY ANNE RYAN, Processo: 46000031349200931 Empresa: CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. Prazo: 02 ANOS Passaporte: AE030192 Estrangeiro: GORKA AZPIAZU GALDOS, Processo: 46000031350200965 Empresa: CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. Prazo: 02 ANOS Passaporte: BA310828 Estrangeiro: IBAN FERNANDEZ DE ROMARATEGUI MARTINEZ, Processo: 46000031351200918 Empresa: CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. Prazo: 2 ANOS Passaporte: AD722206 Estrangeiro: JOSEBA PROL LOPEZ DE HEREDIA, Processo: 46000031377200958 Empresa: LUSOMAR MARICULTURA LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: F589143 Estrangeiro: JOAO JOSE FELIX JUIZ, Processo: 46000031407200926 Empresa: HUawei SERVIÇOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: G27065116 Estrangeiro: YING GUO, Processo: 46000031441200909 Empresa: WHIRLPOOL S.A. Prazo: 2 ANOS Passaporte: 437198121 Estrangeiro: ERRICO ANTONIO PERROTTA, Processo: 46000031799200923 Empresa: BANCO CITIBANK S.A. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 01188796K Estrangeiro: MARIA-NA DIAZ MUNOZ, Processo: 46000031806200997 Empresa: SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 002266725 Estrangeiro: MARIA CAROLINA MENDOZA GIL, Processo: 46000031807200931 Empresa: SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 135687384 Estrangeiro: TYLER JOSEPH HAMM, Processo: 46000031823200924 Empresa: LEVANT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: AC 012777 Estrangeiro: JUAN CARLOS ARMENTEROS RUIZ, Processo: 46000031831200971 Empresa: REPSOL BRASIL S.A. Prazo: 02 ANOS Passaporte: BD796276 Estrangeiro: RAQUEL LERET MOLTO, Processo: 46000031842200951 Empresa: EATON LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 38649869 Estrangeiro: JIRI GALATIK, Processo: 46000031849200972 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 ANOS Passaporte: Z1569333 Estrangeiro: VIKRAM KRISHAN KAPUR, Processo: 46000031882200901 Empresa: PEUGEOT CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 06BT88658 Estrangeiro: STEPHANE MARTINEZ, Processo: 46000032515200916 Empresa: KAISER ASSOCIATES LATIN AMERICA CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 07060048563 Estrangeiro: MICHEL SOLER ACOSTA, Processo: 46000032942200902 Empresa: G-IND ENTRETENIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. Prazo: 2 ANOS Passaporte: AA600942 Estrangeiro: JOSE CADAHA SENDRA.

Temporário - Com Contrato - RN 01, DE 05/05/1997:

Processo: 46210005555200910 Empresa: ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA Prazo: 1 ANO Passaporte: 103654261 Estrangeiro: ANNA BENNETT.

Temporário - Sem Contrato - RN 61, DE 08/12/2004 (ART. 6º):

Processo: 46000030417200944 Empresa: SINGULUS TECHNOLOGIES LATIN AMERICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 908203356 Estrangeiro: TORSTEN WILHELM EISERT, Processo: 46000030436200971 Empresa: V E M DO BRASIL S.A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: EH779740 Estrangeiro: ARMUT CUMA, Processo: 46000030439200912 Empresa: V E M DO BRASIL S.A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: EH430175 Estrangeiro: JOEL FRANÇOIS OMER EDMOND GHISLAIN MOSSOUX, Processo: 46000030440200939 Empresa: V E M DO BRASIL S.A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: EH383590 Estrangeiro: JOSEPH NICOLAIS, Processo: 46000030441200983 Empresa: V E M DO BRASIL S.A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: AA0819206 Estrangeiro: LUCIANO BARILE, Processo: 46000030442200928 Empresa: V E M DO BRASIL S.A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: B323488 Estrangeiro: MARCELLO MAMELI, Processo: 46000030444200917 Empresa: V E M DO BRASIL S.A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: EF388624 Estrangeiro: REMY M. B. PRETI, Processo: 46000030468200976 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: EH543472 Estrangeiro: MICHEL MARCEL RACHEL FRANSSO, Processo: 46000030469200911 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: EG178153 Estrangeiro: PETER C. A. DE WINTER, Processo: 46000030472200934 Empresa: DEC DO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: EG363773 Estrangeiro: DIMITRI J. J. BAILLY, Processo: 46000030507200935 Empresa: PHILIPS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: TZ0185107 Estrangeiro: KIYOSHI SHIGENO, Processo: 46000030588200973 Empresa: SHELL BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 307105648 Estrangeiro: DENNIS ANDREW PILNEY JR, Processo:

46000030955200939 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 085155439 Estrangeiro: ANDREW ROWELL, Processo: 46000030958200972 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 454706933 Estrangeiro: GRAHAM POWTON, Processo: 46000030960200941 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 459072493 Estrangeiro: PAUL JOHN KEOWN, Processo: 46000030970200987 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 460172127 Estrangeiro: TREVOR TAYLOR, Processo: 46000030982200910 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 027077044 Estrangeiro: MARK SCOTT BEHRENS, Processo: 46000030985200945 Empresa: VETCO GRAY OLEO E GAS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 204087984 Estrangeiro: BRIAN VENN, Processo: 46000031049200951 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: BA543452 Estrangeiro: VISHAL MEHTA, Processo: 46000031050200986 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: W161206 Estrangeiro: BRIAN JOHN ENGLISH, Processo: 46000031097200940 Empresa: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: P1822679 Estrangeiro: CHRISTIAN MIKULA, Processo: 46000031600200967 Empresa: SHELL BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 093198554 Estrangeiro: ALAYADATHUPARAMBIL KAMATH, Processo: 46000031620200938 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 463432576 Estrangeiro: DARREN CRAIG POWELL, Processo: 46000031621200982 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 203139172 Estrangeiro: MARTIN STEPHEN BROWN, Processo: 46000031626200913 Empresa: MAN DIESEL BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 855909027 Estrangeiro: PAUL HAGL, Processo: 46000031666200957 Empresa: ABB LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: M1734293 Estrangeiro: NICHOLAS LA VOLPICELLA, Processo: 46000031667200900 Empresa: ABP INDUCTION SISTEMAS DE FUNDIÇÃO LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: C7WTRK76J Estrangeiro: Gerd HERMANN ZILLINGER, Processo: 46000031680200951 Empresa: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: G07612211 Estrangeiro: STEFAN FRIEDRICH, Processo: 46000031697200916 Empresa: THYSSENKRUPP PRODUCTION SYSTEMS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: JE735226 Estrangeiro: PATRICK CHABOT, Processo: 46000031730200908 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS Prazo: 90 DIAS Passaporte: C8V50NP4H Estrangeiro: CHRISTOPHER RICHARD KURT MUSSGNUG, Processo: 46000031734200988 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS Prazo: 90 DIAS Passaporte: 042304174 Estrangeiro: SVEN FULBIER, Processo: 46000031737200911 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS Prazo: 90 DIAS Passaporte: C8V1T05GR Estrangeiro: STEPHAN SCHMIDT., Processo: 46000031740200935 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS Prazo: 90 DIAS Passaporte: TG8327944 Estrangeiro: TAKANOBU ISHII, Processo: 46000031741200980 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS Prazo: 90 DIAS Passaporte: TG1547087 Estrangeiro: EIJI AIDA, Processo: 46000031761200951 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS Prazo: 90 DIAS Passaporte: TF9545607 Estrangeiro: SHIGERU IMAMURA, Processo: 46000031762200903 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS Prazo: 90 DIAS Passaporte: TH3578089 Estrangeiro: SHUJI KUWAJIMA, Processo: 46000031774200920 Empresa: CIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL Prazo: 90 DIAS Passaporte: 25176407 Estrangeiro: TOR OTTO SOERENSEN, Processo: 46000031775200974 Empresa: CIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL Prazo: 90 DIAS Passaporte: 25593877 Estrangeiro: ARE VIKTOR NILSEN, Processo: 46000031776200919 Empresa: CIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL Prazo: 90 DIAS Passaporte: 27249565 Estrangeiro: FRANK IVAR WALSOEE, Processo: 46000031800200910 Empresa: SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: BKC8BJ861 Estrangeiro: ALBERT HERMAN FLEDDE-RUS, Processo: 46000031801200964 Empresa: WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 26079294 Estrangeiro: MAYA VABOE MONGSTAD, Processo: 46000031802200917 Empresa: WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 20542131 Estrangeiro: THOMAS URHAUG, Processo: 46000031837200948 Empresa: PHILIPS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: E1435537C Estrangeiro: HARRIS LIMASI (LIN YUHAO), Processo: 46000031838200992 Empresa: PHILIPS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: E0587229B Estrangeiro: SZE KWOK LIANG, Processo: 46000031867200954 Empresa: IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: L122561 Estrangeiro: TIAGO JOEL DA SILVA MONTEIRO, Processo: 46000031868200907 Empresa: IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: BE248957 Estrangeiro: JESUS SANCHEZ ARROYO, Processo: 46000031869200943 Empresa: PHILIPS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: A20528691 Estrangeiro: FONG KING HOU, Processo: 46000031870200978 Empresa: PHILIPS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: E1220595A Estrangeiro: XUE MINGDI, Processo: 46000031871200912 Empresa: PHILIPS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: B810318 Estrangeiro: ANDY WILLIAM TANZIL, Processo:

46000031873200910 Empresa: CONSÓRCIO RACIONAL DELTA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 421655432 Estrangeiro: TRACY LEE STAAS, Processo: 46000031874200956 Empresa: KPMG TAX ADVISORS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: NK 7676531 Estrangeiro: JOHANNES HERMAN RENNINGS, Processo: 46000031875200909 Empresa: KENAMETAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 896007497 Estrangeiro: WERNER GEORG KRIEGBAUM, Processo: 46000031925200940 Empresa: QUEIROZ GALVÃO ÓLEO E GÁS S/A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: E0617936A Estrangeiro: TAN WEI CHONG, Processo: 46000031931200905 Empresa: SIEMENS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 806694703 Estrangeiro: ANDREW MARTIN KAY, Processo: 46000031932200941 Empresa: SIEMENS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 099007761 Estrangeiro: MULSHANKER DAVE, Processo: 46000031934200931 Empresa: SIEMENS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 099034081 Estrangeiro: STEVE WILLIAM ASHTON, Processo: 46000031938200919 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: D616973 Estrangeiro: SIMONE PROFETI, Processo: 46000031954200910 Empresa: MORI SEIKI BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: TF 9148900 Estrangeiro: TOSHIYUKI ISHIWADA, Processo: 46000031985200962 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 DIAS Passaporte: 426184865 Estrangeiro: MILTON CONRAD ANDERSON III, Processo: 46000032208200935 Empresa: MAERSK DRILLING E FPSO BRASIL SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E PERFURAÇÃO MARÍTIMOS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 800553728 Estrangeiro: IAN FROST, Processo: 46000032211200959 Empresa: SHELL BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: NK7185703 Estrangeiro: JOSEPH LEO ROBERT COPPES, Processo: 46000032242200918 Empresa: STX BRAZIL OFFSHORE S.A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 26314666 Estrangeiro: RONNY HARBOE KARLSSON, Processo: 46000032245200943 Empresa: STIHL FERREMENTAS MOTORIZADAS LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 6215150714 Estrangeiro: HARTMUT WALTER GUSTAV FISCHER, Processo: 46000032258200912 Empresa: BJ SERVICES DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 449762659 Estrangeiro: CHRISTOPHER LOCKE BLACKLER, Processo: 46000032269200901 Empresa: QUEIROZ GALVÃO ÓLEO E GÁS S/A. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 429814686 Estrangeiro: RONNIE WAYNE SEARS, Processo: 46000032289200973 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: NWRFL9KJ8 Estrangeiro: REINIER DE HASS., Processo: 46000032517200913 Empresa: JVS EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 303915651 Estrangeiro: PAUL ANTHONY FREEMAN, Processo: 46000032518200950 Empresa: KENAMETAL DO BRASIL LTDA. Prazo: 90 DIAS Passaporte: 617346 Estrangeiro: SERIF BINDAL.

Temporário - Sem Contrato - RN 61, DE 08/12/2004:

Processo: 46000025932200911 Empresa: SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: F8504284 Estrangeiro: VIJAY KESHUBHAI CHOVIATIA, Processo: 46000025933200957 Empresa: SUZLON ENERGIA EÓLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: F4373603 Estrangeiro: MATHAN RAJI VETTIVEL, Processo: 46000026426200931 Empresa: BABCOCK POWER - ENGENHARIA DE PROJETOS LATINOAMERICANA LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: ESP AF 286538 Estrangeiro: ALBERT GOTSSEN GARCIA, Processo: 46000026772200919 Empresa: SUBSEA 7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 400378119 Estrangeiro: JAMES COYLE, Processo: 46000026781200918 Empresa: GEOTRACE BRASIL PROCESSAMENTO DE DADOS SÍSMICOS E RESERVATÓRIOS LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 217215551 Estrangeiro: STEVEN ALLEN MARKLEY, Processo: 46000027211200937 Empresa: C-MAR DO BRASIL LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 093082750 Estrangeiro: SIMON HAROLD JONES, Processo: 46000027279200916 Empresa: NALCO BRASIL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 437192317 Estrangeiro: JOSEPH PAUL KONOPA, Processo: 46000027360200904 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: C77RMZL7P Estrangeiro: GERD ARTHUR RESTLE, Processo: 46000027494200917 Empresa: PROCTER E GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: F3367075 Estrangeiro: NILESH PRAKASH NARKAR, Processo: 46000027727200981 Empresa: GHELLA S.P.A. SUCURSAL DO BRASIL Prazo: 1 ANO Passaporte: AA4340695 Estrangeiro: FRANCESCO GIAMPIETRO, Processo: 46000027955200951 Empresa: JOHNSON CONTROLS DO BRASIL AUTOMOTIVE LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 09832705200 Estrangeiro: JOSE LUIS MARTINEZ ARTEAGA, Processo: 46000028507200975 Empresa: IGEOLÓGIA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E REPRESENTAÇÃO LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: 437778468 Estrangeiro: RONALD JARDINE EWART STEWART, Processo: 46000028591200927 Empresa: NOVO NORDISK PRODUÇÃO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: 620753990 Estrangeiro: THOMAS NORBERT TRAXLER, Processo: 46000028593200916 Empresa: NOVO NORDISK PRODUÇÃO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: 636510202 Estrangeiro: JOCHEN HERMANN VETTER, Processo: 46000029041200925 Empresa: WELLSTREAM DO BRASIL INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 085067727 Estrangeiro: MARK NEIL BURNIKELL, Processo: 46000029348200926 Empresa: VENKO MOTORS DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA Prazo: 1 ANO Passaporte: G29008315 Estrangeiro: WEIQIANG DU, Processo: 46000029607200919 Empresa: NOVO NORDISK PRODUÇÃO FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 102420006 Estrangeiro: PIA JOHANSEN, Processo: 46000030139200925 Empresa: MINERCONSULT ENGENHARIA

LTDA Prazo: 1 ANO Passaporte: 9346802-3 Estrangeiro: SERGIO RENÉ CORTÉS RITTERSHAUSEN, Processo: 46000030510200959 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 463578410 Estrangeiro: JEFFREY MICHAEL ADAMS, Processo: 46000030529200903 Empresa: COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE Prazo: 10/06/2010 Passaporte: G34026882 Estrangeiro: JIANYI LIU, Processo: 46000030532200919 Empresa: COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE Prazo: 10/06/2010 Passaporte: G33632924 Estrangeiro: HONGTAO SHENG, Processo: 46000030540200965 Empresa: COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE Prazo: 10/06/2010 Passaporte: G33638021 Estrangeiro: SHIFENG YANG, Processo: 46000030544200943 Empresa: COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE Prazo: 10/06/2010 Passaporte: G33639766 Estrangeiro: ZAIMEI WANG, Processo: 46000030773200968 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 089462718 Estrangeiro: CLAUDE THOMAS WELCH JUNIOR, Processo: 46000030886200963 Empresa: SUBSEA 7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA Prazo: 1 ANO Passaporte: 099063725 Estrangeiro: ANDREW JOHN BARRY, Processo: 46000030894200918 Empresa: ANADARKO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL LTDA Prazo: 1 ANO Passaporte: 458549243 Estrangeiro: MATTHEW PHILLIP MAREK, Processo: 46000031007200911 Empresa: HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 10767054N Estrangeiro: OSVALDO ALEJANDRO BASSO, Processo: 4600003116200938 Empresa: MODUSPEC CONSULTORES DE RISCO LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: BA450214 Estrangeiro: GLENN CHARLES MOSHER, Processo: 46000031134200910 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 04/09/2010 Passaporte: P047649 Estrangeiro: CARLOS MORALES ARACAMA, Processo: 46000031187200931 Empresa: GBL BRASIL OLEODUTOS E SERVIÇOS LTDA Prazo: 1 ANO Passaporte: 133989415 Estrangeiro: JOHN EUGENE DINGLER, Processo: 46000031205200984 Empresa: MAIRENGINEERING DO BRASIL CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: AA1178883 Estrangeiro: MARIO ROMANO, Processo: 46000031208200918 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: AA1756660 Estrangeiro: PAULO SPERATI, Processo: 46000031209200962 Empresa: HUAWI SERVIÇOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: G19236818 Estrangeiro: MINGZHENG LIU, Processo: 46000031309200999 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS NAVIAIS LTDA Prazo: 1 ANO Passaporte: NP1CCKCF6 Estrangeiro: REMCO VAN EE, Processo: 46000031345200952 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: PH4738925 Estrangeiro: VELI JUHANI VUORENMAA, Processo: 46000031404200992 Empresa: COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE Prazo: 10/06/2010 Passaporte: G28336765 Estrangeiro: HOU GUO LU, Processo: 46000031406200981 Empresa: COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE Prazo: 10/06/2010 Passaporte: G33625083 Estrangeiro: JIALIN WU, Processo: 46000031491200988 Empresa: LINDE GASES LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 8083269044 Estrangeiro: RUDOLF HARTMANN, Processo: 46000031494200911 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 430424507 Estrangeiro: JASON ROBERT EICHENBERG, Processo: 46000031524200990 Empresa: M-I SWACO DO BRASIL - COMÉRCIO, SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 3555156 Estrangeiro: ELDY ODONI PEÑA GOMEZ, Processo: 46000031550200918 Empresa: SAKURA EXHAUST DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: TH4955824 Estrangeiro: KAZUNORI ITO, Processo: 46000031607200989 Empresa: STOLA DO BRASIL LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: Y585676 Estrangeiro: PAULO ACTIS GROSSO, Processo: 46000031841200914 Empresa: HUAWI SERVIÇOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: G22246942 Estrangeiro: QINGCHEN LI.

Permanente - Sem Contrato - RN 84, DE 10/02/2009:

Processo: 46000030276200960 Empresa: LINS BIJOUTERIAS E ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA- EPP Prazo: INDETERMINADO Passaporte: G22714666 Estrangeiro: CHANG XU, Processo: 46000030877200972 Empresa: HYONG E HONG ASSESORIA COMERCIAL LTDA Prazo: INDETERMINADO Passaporte: M04123404 Estrangeiro: HYONG WOOK KIM, Processo: 46000032148200951 Empresa: Z.Y.S. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA Prazo: INDETERMINADO Passaporte: G31167076 Estrangeiro: ZHENG YAOCHONG, Processo: 46000032378200910 Empresa: Z.Y.S. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA Prazo: INDETERMINADO Passaporte: G25623263 Estrangeiro: LIN SHUYING, Processo: 46000032807200959 Empresa: VBC TELECOM MULTIMÍDIA VIA SATELITE LTDA Prazo: INDETERMINADO Passaporte: 056263101 Estrangeiro: MALIHEH DJAFARI.

Temporário - Sem Contrato - RN 72, DE 10/02/2006:

Processo: 460000021790200912 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 02 ANOS Passaporte: G2480667 Estrangeiro: DINESH ANAND Passaporte: F3434306 Estrangeiro: VIVEK AVINASH MEHENDALE, Processo: 46000022960200978 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: NR2FDF919 Estrangeiro: RENE SPAKMAN, Processo: 46000022989200950 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 106909925 Estrangeiro: RICHARD DAVID GLYNNE JONES, Processo: 46000024136200952 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 26283246 Estrangeiro: MORGAN BOW HANSEN Passaporte: 25609222 Estrangeiro: BJARTE HA-

KONSEN Passaporte: 26695525 Estrangeiro: TOR KRISTIAN HANSEN, Processo: 46000025136200970 Empresa: GOLAR SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: B700566 Estrangeiro: FERRY INDRAJAYA, Processo: 46000025878200903 Empresa: GOLAR SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: R513739 Estrangeiro: HARYANTO EKO NUGROHO, Processo: 46000026626200993 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 63064079 Estrangeiro: ULF FINN QUVANG, Processo: 46000027612200997 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 02 ANOS Passaporte: G0827583 Estrangeiro: PRADIPKUMAR SHANTARAM PHANSE, Processo: 46000027938200914 Empresa: RXT TECNOLOGIA DE EXPLORAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DO BRASIL LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: XX1666423 Estrangeiro: KRISTOFFERSON MACASAET MAGPANTAY Passaporte: XX0990009 Estrangeiro: JEMAR GONZALES AUMENTAR Passaporte: TT0448488 Estrangeiro: ERIC ALCARAZ MANGUBAT Passaporte: RR0284748 Estrangeiro: EDUARDO ESMERALDA SAMORO Passaporte: UU0669185 Estrangeiro: ANDY YUSAY PONCLARA Passaporte: M0415373 Estrangeiro: AGE MONSEN, Processo: 46000027983200979 Empresa: VENTURA PETRÓLEO S.A. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 108378399 Estrangeiro: MARIO DOMENICO FERRARI, Processo: 46000028468200914 Empresa: MERCOSUL LINE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: NTJ8CH4D3 Estrangeiro: PETER DE BOER, Processo: 46000028674200916 Empresa: HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 401819045 Estrangeiro: ROBERT LAMAR HEAD Passaporte: 000405427 Estrangeiro: OTTO HOMERO BERNAL RODRIGUEZ Passaporte: WJ532846 Estrangeiro: OLUMIDE BAMIDELE IBIKUNLE Passaporte: BA331490 Estrangeiro: HATEM SSUBHI ALNAJAR, Processo: 46000028831200993 Empresa: VENTURA PETRÓLEO S.A. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 093172813 Estrangeiro: MICHAEL PARKER, Processo: 46000028838200913 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 02 ANOS Passaporte: B2809923 Estrangeiro: RAM NIHAL SINGH GAUTAM, Processo: 46000028932200964 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFUROAÇÕES LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 404544558 Estrangeiro: TRAVIS GLENN SIMMONS Passaporte: 404544944 Estrangeiro: SCOTTY JOE HART Passaporte: 439741175 Estrangeiro: RONALD WAYNE CRAIN Passaporte: 403265655 Estrangeiro: ROBERT SHAPARD JR Passaporte: 402824430 Estrangeiro: MIKELL LYNN SMITH Passaporte: 310255650 Estrangeiro: LANDON LEE FREE Passaporte: 136072928 Estrangeiro: JOSHUA DANIEL MC CULLOUGH Passaporte: 440485891 Estrangeiro: JOHN MICHAEL ROUSE Passaporte: 420152627 Estrangeiro: JAMES JEFFERSON MC CLAIN Passaporte: 407329973 Estrangeiro: GARY PAUL CASE Passaporte: 452876752 Estrangeiro: BLAKE ANDREW FUSSELL, Processo: 46000028958200911 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA Prazo: 02/12/2010 Passaporte: WD934987 Estrangeiro: JASON ROBERT SCHAMBER Passaporte: WD995845 Estrangeiro: JULES SHAWN LECLERCQ Passaporte: WB414630 Estrangeiro: KELLY SCOTT DICKIE Passaporte: WD132160 Estrangeiro: JOSHUA JAMES SPENCER Passaporte: BA362458 Estrangeiro: JESSIE JAMES DOUGHERTY Passaporte: WK287839 Estrangeiro: HAROLD SHANE KOWALSKI Passaporte: JP882404 Estrangeiro: JOHNATHAN ALEXANDER STUCKLESS Passaporte: WB183898 Estrangeiro: JACKIE ERWIN ESSLINGER Passaporte: WA572136 Estrangeiro: ADAM DANIEL HOUSTON Passaporte: JG609023 Estrangeiro: CODY SHANE PRENTICE Passaporte: BA472660 Estrangeiro: DWIGHT CONRAD NEWELL Passaporte: BA101897 Estrangeiro: DANIEL WADE STURKO Passaporte: BA440924 Estrangeiro: BRENTON CHRISTOPHER JAMES MARCHUK Passaporte: WB107606 Estrangeiro: ERIK KELLY DELEON AULIN Passaporte: BA331286 Estrangeiro: ROBERT VINCENT LEFEBVRE Passaporte: WT707513 Estrangeiro: ROBERT JOHN TENNENT HALSALL, Processo: 46000029200200991 Empresa: ACERGY BRASIL S/A Prazo: 02 ANOS Passaporte: XX0192217 Estrangeiro: GLENN ZANO VILLEGAS, Processo: 46000029906200953 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA Prazo: 02/12/2010 Passaporte: XX3549419 Estrangeiro: VICTOR ALOYAN DESTACAMENTO Passaporte: WW0237134 Estrangeiro: ORLANDO COYOCA MANGUBAT Passaporte: UU0274032 Estrangeiro: EDWARD GARALDA PARCELLANO Passaporte: RR0282302 Estrangeiro: LOUIE SULIT DIMAANO Passaporte: XX1475491 Estrangeiro: RENE MIRASOL GUPITEO Passaporte: XX1486653 Estrangeiro: LEMUEL FRANCO SORIANO Passaporte: VV0777453 Estrangeiro: SHERWIN DEQUINTO HULLEZA Passaporte: XX3086992 Estrangeiro: VERNIER RAMOS PEÑA Passaporte: XX3220317 Estrangeiro: JOSE JR RETORA RAYMUNDO Passaporte: XX3595370 Estrangeiro: ANOEL SULIT DIMAANO Passaporte: XX4156449 Estrangeiro: GILBERT ASUNCION UNIDA Passaporte: XX3205398 Estrangeiro: ERNESTO DAGASDAS LUMOR Passaporte: XX3999977 Estrangeiro: TEODULO JR CABALHIN LUGANA Passaporte: VV0173950 Estrangeiro: DANILO DELLA CRUZ MOPAS Passaporte: RR0364833 Estrangeiro: JUNMAR MONTIADORA MAYOLA Passaporte: XX3597006 Estrangeiro: ESTEBAN MAYOLA PEPITO, Processo: 46000029933200926 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 10904823 Estrangeiro: GEORGE LORRYMER NEACSU Passaporte: 761209384 Estrangeiro: STEWART PAUL MATTHEW MORAN, Processo: 46000029946200903 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 214661623 Estrangeiro: TROY JAMES ERWIN, Processo: 46000030196200912 Empresa: SAIPM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Prazo: 2 ANOS Passaporte: 207185624 Estrangeiro: BENJAMIN PAUL THOMPSON Passaporte: 305329378 Estrangeiro: MARK DAVID CROOKES, Processo: 46000030219200981 Empresa: TECHNIP



BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA Prazo: 02/12/2010 Passaporte: W018895 Estrangeiro: JOSE MANUEL PUIG Passaporte: 70636365 Estrangeiro: MICHAEL STEPHEN TAYLOR Passaporte: 403008928 Estrangeiro: RICHARD ANDREW MASON Passaporte: 400588763 Estrangeiro: STEPHEN PATRICK KELLY Passaporte: 402445158 Estrangeiro: IAIN DONALD HODGKINSON Passaporte: 403041707 Estrangeiro: DANIELLE RALTON Passaporte: 439404671 Estrangeiro: TERENCE PETER WATT Passaporte: 351807020 Estrangeiro: NIKOLAY OGNIANOV NIKOLOV, Processo: 46000030220200913 Empresa: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA Prazo: 02/10/2011 Passaporte: 101242775 Estrangeiro: CARL CHRISTIAN BURMEISTER, Processo: 46000030378200985 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 2 ANOS Passaporte: AE6967265 Estrangeiro: DIMITRIOS THEOFANOUDIS, Processo: 46000030384200932 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 2 ANOS Passaporte: AA2069206 Estrangeiro: MELETIOS BARMPAS, Processo: 46000030386200921 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 2 ANOS Passaporte: AB0644928 Estrangeiro: PANAGIOTIS BANTZOS, Processo: 46000030484200969 Empresa: STENA SERVICES BRAZIL LTDA Prazo: 15/02/2010 Passaporte: 221373116 Estrangeiro: DANIEL MATTHEW BERECZKI, Processo: 46000030577200993 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 02 ANOS Passaporte: UU0236565 Estrangeiro: ROLYSIS CESAR ANACTA CARIAGA, Processo: 46000030731200927 Empresa: M-I SWACO DO BRASIL - COMÉRCIO, SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA Prazo: ATÉ 24/07/2011 Passaporte: 4387708 Estrangeiro: JUAN JOSE NUNURA TAVARA, Processo: 46000030734200961 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA Prazo: 02/12/2010 Passaporte: Q675142 Estrangeiro: JESUS MARTINEZ PARCERO Passaporte: 76850763N Estrangeiro: JOSE ANTONIO SUIERO MARTINEZ Passaporte: BF559913 Estrangeiro: JULIO CHAPELA DURAN Passaporte: Q675175 Estrangeiro: SANTIAGO BUDIÑO COSTAS Passaporte: BF587109 Estrangeiro: FRANCISCO JOSE CAMEAN GARCIA, Processo: 46000030742200915 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: ATÉ 31/03/2010 Passaporte: YA0086990 Estrangeiro: ANDREA BENACCHIO, Processo: 46000030814200916 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 02 ANOS Passaporte: F7437033 Estrangeiro: SANTHARAM SREEDHAR IRUPURU, Processo: 46000030815200961 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 02 ANOS Passaporte: AK0548425 Estrangeiro: MAREK ZAK, Processo: 46000030817200950 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 15/11/2011 Passaporte: VV0139860 Estrangeiro: MICHAEL OLIVEROS SUYAT Passaporte: XX2647675 Estrangeiro: DANIE ABIERA ASENJO Passaporte: XX4725249 Estrangeiro: ELISEO BAGUHN GALENDEZ Passaporte: TT0013482 Estrangeiro: GIFTY RIZADA CASTELLANO Passaporte: XX4378822 Estrangeiro: PEDRO AMOLAR SEGURA Passaporte: VV0830416 Estrangeiro: WELLINGTON ILOSORIO TAYO Passaporte: XX4686762 Estrangeiro: WILSON ESTANA GALERA Passaporte: TT0871069 Estrangeiro: ALEXANDER MAPUYAN GUEVARRA Passaporte: SS0594101 Estrangeiro: RENATAN SEBASTIAN FELICISIMO, Processo: 46000030868200981 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA Prazo: ATÉ 02/12/2010 Passaporte: WW0172182 Estrangeiro: JOEL FLORES MARIKIT Passaporte: VV0088157 Estrangeiro: FERNANDO OLAES CASTILLO Passaporte: XX2209234 Estrangeiro: ELTON JEOGE BRAGAT ARRIOLA Passaporte: UU0166642 Estrangeiro: PEDRO JR CONDE RAMOS Passaporte: XX1965426 Estrangeiro: WENCESLAO ISTURIS ORTEGA Passaporte: ZZ205412 Estrangeiro: ELY JOHN CABANAS SABAY Passaporte: XX2094526 Estrangeiro: ROWEL DY ALVAREZ Passaporte: SS0034735 Estrangeiro: RICKY CANDILARIO SERMINIO Passaporte: UU0826813 Estrangeiro: ERNESTO CRUZ PUNZALAN Passaporte: XX3704616 Estrangeiro: ALFREDO AARON DE GUZMAN Passaporte: XX3636243 Estrangeiro: WILMER MAGNO TAYTAYON Passaporte: WW0085697 Estrangeiro: RANDY FERRER PINO Passaporte: XX3929810 Estrangeiro: CHRISTOPHER GOMEZ JAVIER Passaporte: XX1624857 Estrangeiro: ARMEL ABRERA CANETE Passaporte: XX3940739 Estrangeiro: NELSON JR GETEZ TAYSON Passaporte: XX4404862 Estrangeiro: ARNALDO MANGALINDAN BACAY Passaporte: SS0868406 Estrangeiro: ROBERT MONTANO JUMAO-AS, Processo: 46000030968200916 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: ATÉ 31/07/2011 Passaporte: LK0887369 Estrangeiro: VITALIJS RIBALKO, Processo: 46000031113200902 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 01 ANO Passaporte: 402953127 Estrangeiro: STEVEN IAIN CLARK Passaporte: 25053202 Estrangeiro: RONNY SLAEN PEDERSEN Passaporte: 26876753 Estrangeiro: KAI INGE DALATUN LERENG Passaporte: 400870294 Estrangeiro: BRIAN JOHN ROSS Passaporte: 25092972 Estrangeiro: FRANK NAESAGER JENSEN, Processo: 46000031115200993 Empresa: BOS NAVEGAÇÃO S.A. Prazo: ATÉ 25/10/2011 Passaporte: 800724709 Estrangeiro: SCOTT ANTHONY FAULKINER Passaporte: 403018745 Estrangeiro: LYNDON INCH Passaporte: 461907049 Estrangeiro: KEITH HENRY RITCHIE Passaporte: 454329295 Estrangeiro: JOSEPH WILLIAM SIMPSON Passaporte: 106660765 Estrangeiro: JOHN PETER MORRISON Passaporte: 402611643 Estrangeiro: IAN DAVID CLARK Passaporte: 800442079 Estrangeiro: COLIN MALCOLM SIMPSON Passaporte: 401104562 Estrangeiro: ASHLEY MARK DE'ATH, Processo: 46000031137200953 Empresa: NAVIS DRILLING LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 080107161 Estrangeiro: ANDREW CAMPBELL, Processo: 46000031168200912 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: XX1630460 Estrangeiro: VICTOR BASILIO JULIAN Passaporte: QQ0636392 Estrangeiro: ROGELIO JR. TUSCANO BOR-

BON Passaporte: RR0196291 Estrangeiro: NESTOR BATARA DOMINGO Passaporte: XX 3636903 Estrangeiro: KENNETH BOCATO LOMA Passaporte: ZZ 148713 Estrangeiro: JOSEPH CO SUN Passaporte: SS0471458 Estrangeiro: JOEVEL VILLACARLOS LEONARES Passaporte: TT 0772440 Estrangeiro: JESUS DELA CRUZ LIMTANGCO Passaporte: RR0170514 Estrangeiro: FLORENCIO CATAPANG ALCANCES Passaporte: XX1657188 Estrangeiro: FILOMENO VERO ACASO Passaporte: RR0149923 Estrangeiro: ENRICO PROVIDO AREVALO Passaporte: TT0621707 Estrangeiro: EDUARDO NUPAT BACAYO Passaporte: RR 0207740 Estrangeiro: ANTONIO BALBUENA VARGAS, Processo: 46000031169200959 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: 2 ANOS Passaporte: AC9264951 Estrangeiro: RAFAL SLAWOMIR WROBEL, Processo: 46000031171200928 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: ATÉ 31/03/2010 Passaporte: B877435 Estrangeiro: NENGAH SWECA Passaporte: A924111 Estrangeiro: I NYOMAN SONDRAS Passaporte: P244302 Estrangeiro: I KOMANG UDIANA Passaporte: S253703 Estrangeiro: I KETUT DARMAYASA, Processo: 46000031172200972 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: WT456067 Estrangeiro: BOYD ALLAN GEOFFREY BUTLER, Processo: 46000031175200914 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: 26634177 Estrangeiro: RICHARD BENJAMINSEN Passaporte: 26962807 Estrangeiro: ODDBJORN KVAM Passaporte: 26278145 Estrangeiro: NILS JOHANNES JOHNSEN Passaporte: 25769844 Estrangeiro: MADSBRYHNI Passaporte: 20332193 Estrangeiro: JAN ARVÉ TORLAND Passaporte: 03 M051795715 Estrangeiro: HANS PETTER GLORUD Passaporte: 26754100 Estrangeiro: GLENN KARE SLETVIK Passaporte: 02 M0324249-25 Estrangeiro: ENDRE NORDHOY Passaporte: 21276541 Estrangeiro: TORE ARNTSEN, Processo: 46000031176200951 Empresa: RXT TECNOLOGIA DE EXPLORAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DO BRASIL LTDA Prazo: 20.01.2011 Passaporte: 331180544 Estrangeiro: OGNYAN IVANOV IVANOV, Processo: 46000031189200920 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA Prazo: 2 ANOS Passaporte: 099059007 Estrangeiro: DAVID ALEXANDER WATT Passaporte: 422513236 Estrangeiro: RHETT WILSON POPE, Processo: 46000031227200944 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 2 ANOS Passaporte: 704060311 Estrangeiro: OLEG MATYASH, Processo: 46000031233200900 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: ATÉ 24/09/2011 Passaporte: 704009625 Estrangeiro: SERGEY BUGAENKO, Processo: 46000031283200989 Empresa: SUBSEA 7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA Prazo: ATÉ 05/12/2010 Passaporte: 458131362 Estrangeiro: CHRISTOPHER DAVID COCKER Passaporte: XX0744648 Estrangeiro: BARB OBERON PEDUTEM Passaporte: XX0522172 Estrangeiro: ALBERTO FAJARDO DEL ROSARIO Passaporte: BA451750 Estrangeiro: BRAD GREENE, Processo: 46000031312200911 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: BA620411 Estrangeiro: DAVID SHAWN LEGGE, Processo: 46000031336200961 Empresa: HMC SERVIÇOS MARÍTIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: ATÉ 29/06/2011 Passaporte: AH587586 Estrangeiro: OLEKSANDR TIKHONOV, Processo: 46000031340200920 Empresa: NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA Prazo: 14/11/2010 Passaporte: 000906612 Estrangeiro: DAMIR OBRATOV, Processo: 46000031342200919 Empresa: NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA Prazo: 14/11/2010 Passaporte: 003309926 Estrangeiro: MARIO MARINOVIC, Processo: 46000031343200963 Empresa: NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA Prazo: 14/11/2010 Passaporte: 002259858 Estrangeiro: IVO MURUSIC, Processo: 46000031344200916 Empresa: NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA Prazo: 14.11.2010 Passaporte: A13237705 Estrangeiro: WLADYSLAW FRANCISZEK MANTEUFEL, Processo: 46000031355200998 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 02 ANOS Passaporte: XX3635910 Estrangeiro: JOHNNY FUENTES BENLIRI, Processo: 46000031356200932 Empresa: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS Prazo: 02 ANOS Passaporte: AB1217364 Estrangeiro: IAKOVOS ZAMPOLIS, Processo: 46000031357200987 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 29.04.2010 Passaporte: NP46R7813 Estrangeiro: JAN HARM DE BAAT, Processo: 46000031365200923 Empresa: PRIDE DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: 02 ANOS Passaporte: AP1993669 Estrangeiro: PRZEMYSŁAW ROBERT WIKTORO, Processo: 46000031367200912 Empresa: WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA Prazo: ATÉ 12/08/2010 Passaporte: RR0238231 Estrangeiro: ROY ALLEN GAYYA VILLEGAS, Processo: 46000031368200967 Empresa: WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA Prazo: 12/08/2010 Passaporte: UU0530771 Estrangeiro: ALMIN DIOSO CANLAS, Processo: 46000031369200910 Empresa: WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA Prazo: 12/08/2010 Passaporte: SS0687653 Estrangeiro: LAURO LORENZO SAYAS, Processo: 46000031370200936 Empresa: WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA Prazo: 02/12/2010 Passaporte: 30721610N Estrangeiro: MATEO ANDRES TRONCA, Processo: 46000031418200914 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: ATÉ 31/10/2010 Passaporte: 06AL55170 Estrangeiro: JEROME MICHEL CANCE, Processo: 46000031419200951 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA Prazo: 2 ANOS Passaporte: 400762279 Estrangeiro: STEPHEN BRIAN LAPWORTH Passaporte: 099057542 Estrangeiro: ROBERT IAN MURRAY Passaporte: 800558969 Estrangeiro: ROBERT ALEXANDER LAWRENCE STORRAR Passaporte: 457026663 Estrangeiro: MICHAEL JOHN GRAHAM Passaporte: 402615381 Estrangeiro: DAVID MAITLAND Passaporte: 401477876 Estrangeiro: COLIN STUART HEYWOOD Passaporte: 070071111 Estrangeiro: ANDREW DAVID SYMONDS, Processo: 46000031421200920 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS

DE PETRÓLEO LTDA. Prazo: ATÉ 31/03/2010 Passaporte: B787769 Estrangeiro: I GUSTI KADEK DWI ARTIKA, Processo: 46000031422200974 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Prazo: 31.03.2010 Passaporte: K 20087219 Estrangeiro: LAWERANCE JALI ANAK LAJANG, Processo: 46000031423200919 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: 353856770 Estrangeiro: MILEN STANKOV STANCHEV, Processo: 46000031424200963 Empresa: MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 ANOS Passaporte: H1315356 Estrangeiro: SANJEEV KUMAR AGARWAL, Processo: 46000031425200916 Empresa: MODEC SERVIÇOS DE PETRÓLEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: A19856593 Estrangeiro: GOVINDASAMY PERUMAL, Processo: 46000031426200952 Empresa: PPB DO BRASIL SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA Prazo: 2 ANOS Passaporte: E0423468C Estrangeiro: MOHAMED FAIZAL BIN ANNUR, Processo: 46000031427200905 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA. Prazo: 02 ANOS Passaporte: F8454312 Estrangeiro: PRAKALP PRAKASH DESAI Passaporte: G2918415 Estrangeiro: APPARAO KARI Passaporte: B3014128 Estrangeiro: APPARAO BETHA, Processo: 46000031688200917 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALAÇÕES E APOIO MARÍTIMO LTDA Prazo: ATÉ 02/12/2010 Passaporte: NSH0P9KB9 Estrangeiro: STEVEN RINSE BINDERT WILHELM HELDER Passaporte: NU2237197 Estrangeiro: JOOST HEIN SOUVERIJN Passaporte: NYB996DC7 Estrangeiro: CORNEE DE HAAS Passaporte: NN1824H06 Estrangeiro: REMCO BERNARDO BESSELINK, Processo: 46000031699200905 Empresa: BRASKEM S.A Prazo: ATÉ 31/03/2010 Passaporte: 102610375 Estrangeiro: STEFAN FEHLING, Processo: 46000032109200953 Empresa: SBM SERVIÇOS LTDA Prazo: 2 ANOS Passaporte: 801078049 Estrangeiro: GARETH JONES, Processo: 46000032137200971 Empresa: NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA Prazo: 14.11.2010 Passaporte: 20715287 Estrangeiro: JEV-GENIJUS KAVALIAUSKAS.

Temporário - Sem Contrato - RN 71, DE 05/09/2006; Processo: 46000000435201035 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIRO (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 DIAS Passaporte: E1212623 Estrangeiro: ANAND NATARAJAN, Processo: 46000000436201080 Empresa: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIRO (BRASIL) LTDA. Prazo: 180 DIAS Passaporte: 001000381 Estrangeiro: GUSTAVO ANDRES SOERENSEN ESPINOLA, Processo: 46000000437201024 Empresa: COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA. Prazo: 180 DIAS Passaporte: H5985250 Estrangeiro: BALWAANT BIST Passaporte: F3792606 Estrangeiro: RAHIM MUNAWAR SHAIKH Passaporte: PT2465102 Estrangeiro: MARIA ISOLDE CAROLINA MURPHY SOLARI Passaporte: A188633 Estrangeiro: PASQUALE DE LEO Passaporte: 933808V Estrangeiro: MICHELE MARZOCCHI Passaporte: 727340Z Estrangeiro: GABRIELE GIORGIANNI Passaporte: B088715 Estrangeiro: CIRO IOSSO Passaporte: A430853 Estrangeiro: ANTONINO MANCUSO Passaporte: XX0485971 Estrangeiro: GERRY MABULAC SILVESTRE Passaporte: C498760 Estrangeiro: FREDERICK MADIONA, Processo: 46000000438201079 Empresa: COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA. Prazo: 180 DIAS Passaporte: 364344269 Estrangeiro: ILIJAN STOYCHEV ZLATAROV Passaporte: N486667 Estrangeiro: I NYOMAN SULENDRA Passaporte: XX0534207 Estrangeiro: HERNAN VILLARUEL VILLAS Passaporte: QQ0997260 Estrangeiro: ELMER DAVID TINIO Passaporte: TT0970440 Estrangeiro: VIC VINCENT TANAFRANCA SAAVEDRA Passaporte: XX0410407 Estrangeiro: MILKY GALACIO PAN Passaporte: XX3094171 Estrangeiro: RODICK SANDOVAL MILLER Passaporte: UU0667213 Estrangeiro: RYAN BALDONADO MENDOZA Passaporte: XX1255174 Estrangeiro: VICTOR JR. BERDIN GUEVARRA Passaporte: UU0798308 Estrangeiro: JASPER PRADO EJO Passaporte: XX0308378 Estrangeiro: RUEL JAMIG EBERO Passaporte: XX3144836 Estrangeiro: JAMES DURANTE DIZON Passaporte: SS0610956 Estrangeiro: OFELIA UBALDO ARGUSON Passaporte: Y465854 Estrangeiro: GABRIELE PEONI Passaporte: F025123 Estrangeiro: ANTONIO REPUCCIA Passaporte: AA2024175 Estrangeiro: MAURO PAPPAGALLO Passaporte: 940813V Estrangeiro: GAETANO GEROCARNI Passaporte: AA0075481 Estrangeiro: MICHELE DI DOMENICO Passaporte: D821069 Estrangeiro: ANIELLO D'AMBROSIO Passaporte: AA4663469 Estrangeiro: EMANUELE BACCARO Passaporte: AA1445752 Estrangeiro: GIANLUCA ALIOTTA Passaporte: XX0244911 Estrangeiro: ANGELO GALUT JUAREZ Passaporte: R335915 Estrangeiro: I MADE HERMAN SAPUTRA Passaporte: XX0843515 Estrangeiro: EMERSON JUAN BANO Passaporte: VV0804497 Estrangeiro: MARVIN URIARTE UBA Passaporte: RR0171452 Estrangeiro: RONALD ERIC TIONGSON GASMEN Passaporte: 4500046 Estrangeiro: ALFREDO ELIAS SANCHEZ GONZALES Passaporte: AA1508745 Estrangeiro: FABRIZIO CARLETTI Passaporte: P2575356 Estrangeiro: MANFRED SCHÖNLEITNER, Processo: 46000000439201013 Empresa: COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA. Prazo: 180 DIAS Passaporte: F7753451 Estrangeiro: JEYASEELAN THARMALINGAM Passaporte: G3263143 Estrangeiro: MUTHU SARATHI PARAMASIVAM Passaporte: F8435172 Estrangeiro: PRADEEP REDDY KAMASANI Passaporte: XX0575168 Estrangeiro: DENNIS TIANES GATOTOS Passaporte: V V 0755159 Estrangeiro: CARLA MONETTE SAN JOSE CLARIN Passaporte: F3793809 Estrangeiro: NESTER DAVID GRACIAS, Processo: 46000000440201048 Empresa: FOURSHIPS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. Prazo: 180 DIAS Passaporte: XX3779021 Estrangeiro: MYRA SANTOS SANCHEZ, Processo: 46000035417200931 Empresa: FOURSHIPS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA. Prazo: 180 DIAS Passaporte: 27398047N Estrangeiro: MARA CINTIA SPOSATO, Processo: 46000035418200985 Empresa: COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA. Prazo: 180 DIAS Passaporte:

G4763821 Estrangeiro: SABARISH SAMPATH Passaporte: G2131654 Estrangeiro: SIVA CHOCKKALINGAM VELLAICHAMY Passaporte: 4602192 Estrangeiro: JOSUE ISAAC CONTRERAS MENDIETA Passaporte: PT3365368 Estrangeiro: RACHEL MARY CLARE HOGAN Passaporte: AA2337354 Estrangeiro: EMANUELE MICHELINI Passaporte: AA3851450 Estrangeiro: RAFFAELE CANTELMO Passaporte: G249744 Estrangeiro: GIOVANNI SCARFOGLIERO Passaporte: XX2717612 Estrangeiro: OSCAR VALES MORENO Passaporte: XX1609416 Estrangeiro: MARK GILBERT GARCIA GOZUM Passaporte: TT0617899 Estrangeiro: ARNEL DEPAZ CAVITE Passaporte: B422268 Estrangeiro: VINCENZO PALUMBO Passaporte: UU0714652 Estrangeiro: JANICE LEDESMA SANTOS Passaporte: 344660598 Estrangeiro: SIYANA RACHEVA RACHEVA.

Temporário - Sem Contrato - RN 42, DE 28/09/1999 (ART.3º):

Processo: 46000025928200944 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 04 MESES Passaporte: 600692490 Estrangeiro: CHRISTIAN WRIEDT, Processo: 46000025948200915 Empresa: HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: WA468008 Estrangeiro: MICHAEL FREDERICK EVANS, Processo: 46000025949200960 Empresa: HALIBURTON SERVIÇOS LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: WB723895 Estrangeiro: JOSEPH THOMAS REID, Processo: 46000025950200994 Empresa: L'ORÉAL BRASIL COMERCIAL DE COSMÉTICOS LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 06380097037 Estrangeiro: JOSE DANIEL GONZÁLEZ GARZA, Processo: 46000027079200963 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 04 MESES Passaporte: P3602725 Estrangeiro: MARKUS FRIEDRICH LOINIG, Processo: 46000027348200991 Empresa: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A Prazo: 03 MESES Passaporte: G03368966 Estrangeiro: LILA NASHIELLI MARTINEZ RIVERA, Processo: 46000027691200936 Empresa: MORGAN STANLEY DEAN WITTER DO BRASIL LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: PB8020251 Estrangeiro: BRIAN NOEL O'MAHONY, Processo: 46000027717200946 Empresa: METSO AUTOMATION DO BRASIL LTDA Prazo: 06 MESES Passaporte: 16722876 Estrangeiro: JUHA MATTI KOIVUNEN, Processo: 46000027718200991 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 90 DIAS Passaporte: F8952903 Estrangeiro: VINAYA NINGAPPA NAGANOORU, Processo: 46000027869200949 Empresa: BANCO CITIBANK S.A. Prazo: 01 ANO Passaporte: H1703936 Estrangeiro: KWASI OSEI FRIMPONG, Processo: 46000028574200990 Empresa: BANCO CITIBANK S.A. Prazo: 01 ANO Passaporte: G20287784 Estrangeiro: ZHIBO YU, Processo: 46000028680200973 Empresa: VIVO S.A. Prazo: 01 ANO Passaporte: N0736801 Estrangeiro: MANUEL CALETA CABENDA, Processo: 46000028693200942 Empresa: VIVO S.A. Prazo: 01 ANO Passaporte: N0897910 Estrangeiro: PEDRO CATENGUE MATIAS CHINGUI, Processo: 46000028767200941 Empresa: WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: G01982392 Estrangeiro: ANA VERONICA VELEZ BALLESTEROS, Processo: 46000028768200995 Empresa: WESTERNGECO SERVIÇOS DE SÍSMICA LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: G01602346 Estrangeiro: IRVING CASTREJON NAVES, Processo: 46000029850200937 Empresa: INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 220684136 Estrangeiro: JEANA BETH KATS, Processo: 46000030023200996 Empresa: WEATHERFORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 446452462 Estrangeiro: KEVINRYAN RICHARD MAUS, Processo: 46000030024200931 Empresa: WEATHERFORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Prazo: 01 ANO Passaporte: 460922995 Estrangeiro: BRYAN KEITH ARCE-NEAUX.

Temporário - Sem Contrato - RN 37, DE 28/09/1999 (ART.2º):

Processo: 46000025089200964 Empresa: SPI LATIN AMÉRICA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 1 ANO Passaporte: 07AY15807 Estrangeiro: CÉLINE MARIANNE DANO, Processo: 46000026044200915 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 01 ANO Passaporte: 05HK92884 Estrangeiro: DOIRIAN ASSICE, Processo: 46000026119200950 Empresa: BANCO CALYON BRASIL S.A. Prazo: 01 ANO Passaporte: 07AP42821 Estrangeiro: DAVID OLIVIER ADRIEN EZRI, Processo: 46000026371200969 Empresa: ILS CARGO TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA Prazo: 01 ANO Passaporte: 05DP36337 Estrangeiro: CYPRIEN BRUNO CHARLES HOFFET, Processo: 46000028681200918 Empresa: CEGELEC LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: 07AD84419 Estrangeiro: ETIENNE HUBERT FRANÇOIS LAINE, Processo: 46000030252200919 Empresa: SIEMENS LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: 07AD83510 Estrangeiro: RODRIGUE DUARTE THENIER, Processo: 46000030253200955 Empresa: SIEMENS LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: 07AB74247 Estrangeiro: SEBASTIEN, CLAUDE BOUJOT, Processo: 46000030553200934 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A Prazo: 1 ANO Passaporte: 08AB06426 Estrangeiro: FABIEN PIERRE FRANCOIS MENDEZ, Processo: 46000031385200902 Empresa: DARROW LABORATÓRIOS S.A. Prazo: 1 ANO Passaporte: 39353908 Estrangeiro: MARTIN COUFAL, Processo: 46000031544200961 Empresa: PROJETEC - PROJETOS TÉCNICOS LTDA. Prazo: 1 ANO Passaporte: 09PL98353 Estrangeiro: ANTONIN FLORENT MAZOYER.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições, autoriza o Estrangeiro: ENRIQUE ASENJO AYESTA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor presidente AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A na Processo: 46000.0287592009-02, anteriormente autorizado através do Processo: 46000.0287582009-50.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 15 de dezembro de 2009

Nº 45 - O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS, tendo em vista o que consta no processo nº 46211.008236/2009-56 e nos termos do despacho exarado no processo supracitado, usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE N.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União nº 102, de 30 de maio de 2006, homologa a alteração do Plano de Cargos e Salários do Instituto Educacional Acalanto Ltda, mantenedor do Acalanto Instituto de Educação Infantil, inscrito no CNPJ: 16.732.372/0001-42, situado na Rua Tábella Ferreira de Carvalho, 500, Cidade Nova, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer outra alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALYSSON PAIXÃO DE OLIVEIRA ALVES

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 3.345, de 9.12.09, publicada no DOU nº 241, de 17.12.09, Seção 1, pág. 132, onde se lê: "...no que consta dos Processos nº 50500.019594/200-14 e nº 50500.070087/2009-66," leia-se: "...no que consta dos Processos nº 50500.019594/2009-14 e nº 50500.070087/2009-66,".

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIAS REGIONAIS 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório nº 000124.2009.03.003/2, instaurado em face de representação formulada pela Procuradoria do Trabalho no Município de Varginha, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja jornada de trabalho; anotação irregular; períodos de repouso. resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 000124.2009.03.003/2, contra: JOSE EURIPEDES FERREIRA DOS SANTOS - CERÂMICA VARGEM GRANDE, CNPJ 20.374.765/0001-07, localizada à Rua das Tulipas, 197 - B. Jardim do Sol, Cássia / MG - CEP: 37980-000.

Determina-se, de início, oficiar o Sindicato dos Trabalhadores, indagando-se se possui informações sobre o cumprimento de jornada de trabalho na empresa.

RAFAEL DE ARAÚJO GOMES

PORTARIA Nº 3, DE 12 DE JANEIRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório nº 000288.2008.03.003/7, instaurado em face de representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Alimentícios e Afins de Três Corações/MG, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja extinção do Contrato individual de trabalho. resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 000288.2008.03.003/7, contra: SOUZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LTDA, CNPJ 07.309.210/0001-05, localizada à Rua C nº 115 - Mini Distrito Industrial, Três Corações / MG - 37410-000.

Determina-se, de início, solicitar, via contato telefônico, informações ao Sindicato dos Trabalhadores sobre a situação atual da empresa; solicitar a VT - Três Corações vista dos processos 00123.2009.147.03.00-2 e 01288-2008-147-03-00-0, para extração de cópias necessárias a instrução do expediente.

RAFAEL DE ARAÚJO GOMES

PORTARIA Nº 3, DE 13 DE JANEIRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais resolve: Na portaria Nº 78, de 25 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União Nº 135, de 16 de julho de 2008, Seção 1, página 157, inclui no pólo passivo a seguinte inquirenda: BRAS MEAT COMERCIO DE SUBPRODUTOS LTDA, CNPJ Nº 09.041.305/0001-16 localizada na fazenda Manóia, s/nº, Galpão 01, Zona Rural - Caixa Postal 62, Carlos Chagas/MG CEP: 39.864-000.

ISABELA MAUL DE CASTRO MIRANDA

PORTARIA Nº 5, DE 13 DE JANEIRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório nº 291/2008, instaurado em face de representação formulada por denunciante sob sigilo, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, assédio moral fundado em critérios discriminatórios, atos atentatórios a liberdade sindical e guarda de valores, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 291/2008, contra: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CNPJ Nº 19.127.760/0002-73, localizada à Rua da Maçonaria nº 75- Vila Bueno, CEP 37006-640.

Determina-se, de início, oficiar o sindicato para prestar informações.

RAFAEL DE ARAÚJO GOMES

PORTARIA Nº 6, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório nº 118/2009, instaurado em face de representação formulada pela GRTE-Varginha/MG, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, irregularidades no meio ambiente do trabalho e manter documentos sujeitos à inspeção do trabalho fora dos locais de trabalho, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 118/2009, contra: AIRTON DE CASTRO MEDEIROS, CNPJ 032.520.250/001-70, localizado à Rua José Cristiano Alves nº 9 - Centro, SÃO THOME DAS LETRAS / MG - 37418-000.

Determina-se, de início, intimar o investigado para apresentação de documentos.

RAFAEL DE ARAÚJO GOMES

PORTARIA Nº 7, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação nº 000005/2010, instaurada em face de representação formulada pela GRTE-Varginha/MG, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, trabalho de atletas com idade inferior a 16 anos e não recolhimento do FGTS, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 000005/2010 em face do CONSELHO MUNICIPAL DE BEM ESTAR DO MENOR, CNPJ Nº 19.015.676/0001-87, localizado à Rua Toniquinho Pereira nº 156, Centro, CEP 37200-000 e MUNICÍPIO DE LAVRAS, CNPJ Nº 18.244.376/0001-07, localizado à Av. Dr. Sylvio Menicucci nº 1575 - Centro, Lavras/MG, CEP 37200-000.

Determina-se, de início, intimar o CONSELHO MUNICIPAL DE BEM ESTAR DO MENOR para apresentação de documentos.

RAFAEL DE ARAÚJO GOMES

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

DESPACHOS

PROCESSO Nº 2009161492

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 24, inciso XVI, reconheceu a dispensa de licitação para contratação da empresa SERPRO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (Regional Rio de Janeiro/RJ), inscrita no CNPJ Nº 33.683.111/0001-07, no valor de R\$ 302.640,00 (Trezentos e dois mil, seiscentos e quarenta reais) para prestação de serviços de infraestrutura computacional, com serviço de alta disponibilidade, englobando hardware, software, circuitos de comunicação, suporte operacional e estrutura física e predial de segurança para a operacionalização da Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS.

Brasília-DF, 18 de janeiro de 2010.
NILSON SOUSA DE OLIVINDO
Secretário de Administração
Em exercício

Ratifico a dispensa de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

Brasília-DF, 18 de janeiro de 2010.
MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
Secretário-Geral
Em exercício